

# Intervenções, Espacialidades e Relações de Poder O caso da praça do Martim Moniz

Nuno Miguel Duarte Rodrigues

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Estudos Urbanos

Orientador:

Doutor Pedro Miguel Alves Felício Seco da Costa, professor auxiliar,  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2014





## **Agradecimentos**

Agradeço a todos aqueles que, num ou em vários momentos, de forma mais ou menos prolongada, mais ou menos próxima, e por diversas razões (ou sem qualquer razão, pelo menos aparente) se cruzaram comigo, e que de uma ou outra forma, com maior ou menor grua, contribuíram um pouco para aquilo que sou, e, como tal, para diversos atos meus, como a realização desta dissertação. Este texto também é seu. De quem imprimiu esta dissertação a quem escreveu um dado texto que eu possa ter lido.

De forma mais particular, agradeço à minha família. Com um agradecimento especial ao meu pai, mãe, irmãos, avó, avô, tio e padrinho.

Agradeço aos amigos em Tomar, em particular ao Rui, ao Luís, ao Vasco, ao Tiago, ao Telmo, ao Gonçalo, ao Paulo.

Agradeço aos colegas e amigos que fiz na FCSH, em particular ao Sérgio, à Ana, ao Ricardo, ao Morna, à Filipa, à Solange, à Ana. Um agradecimento especial ao Sérgio.

Agradeço aos colegas e amigos que fiz no ISCTE. Em particular, e como agradecimento especial, à Ana e ao Bernardo.

Agradeço à Eduarda e ao Paulo.

Agradeço aos diversos professores que tive durante este percurso. Ainda que com mais influência uns do que outros, no geral todos contribuíram para a presente dissertação.

Agradeço ao coletivo da UNIPOP.

Por último, um agradecimento especial ao professor Pedro Costa, pela ajuda e acompanhamento dado na presente dissertação. Sempre disponível, pertinente e crítico nas suas observações. A relação entre professor e aluno, orientador e orientando, decorreu de forma horizontal, sempre aberta a argumentações de parte a parte.



## **Resumo**

A presente dissertação tem como principal objetivo analisar as transformações que têm ocorrido na praça do Martim Moniz após a mais recente intervenção de que foi alvo por parte da empresa NCS. De forma mais específica, pretende-se uma análise que dê conta das transformações em termos de discursos, representações, práticas, ritmos e relações sócio-espaciais na praça do Martim Moniz, considerando a referida intervenção e as diversas relações de poder em presença. Para tal, será apresentado, em primeiro lugar, uma discussão metodológica e epistemológica onde se discutem as opções tomadas na presente dissertação. Posteriormente, apresenta-se uma discussão teórica, de forma relacional, relativa ao enquadramento teórico da tese e à construção de um modelo de análise. De seguida, relativamente à análise, esta começa com uma contextualização geográfica, histórica e social da praça e dos territórios envolventes, passando posteriormente para uma discussão das políticas urbanas em Lisboa, para a intervenção da NCS na sua globalidade, e, por último, a consideração das transformações da Praça do Martim Moniz ao nível das suas representações e espacialidades. Este capítulo é finalizado com uma síntese geral das transformações observadas. Por último, realiza-se uma análise crítica, onde se salientam as principais conclusões da dissertação e se realiza uma crítica dos pressupostos da intervenção em causa, bem como se apresenta uma crítica das próprias limitações da presente dissertação.

Palavras-Chave: Relações de Poder; Espacialidade; Intervenção; Espaço Público.

## **Abstract**

This dissertation attempts to analyze the transformations that have been occurring in the Martim Moniz square after the most recent intervention, from the responsibility of NCS. More specifically, the objective consists in an analysis that considers the transformations in terms of the discourses, practices, rhythms, and socio-spatial relations in the Martim Moniz square, considering the mentioned intervention and the diverse relations of power in context. For that, it will be presented, in first place, a methodological and epistemological discussion, in a relational way, related to the theoretical framework of this dissertation, and related to the construction of an analysis model. Next, in the analysis chapter, there will be a geographical, historical and social contextualization of the Martim Moniz square and the involving territories, a discussion of the urban politics in Lisbon, a description of the NCS's intervention, and, finally, an analysis of the transformation in the Martim Moniz square in terms of its representations and spatialities. This chapter ends with a global synthesis of these transformations. Finally, there will be realized a critical analysis, in which will be discussed the central conclusions of the dissertation, presented a critique of the logics and assumptions of the intervention, and a critique of the own limits of this dissertation.

Keywords: Relations of Power; Spatiality; Intervention; Public Space.

## Índice

<u>Introdução e Desenho da Pesquisa</u> .....	1
<u>1.1 Problemática</u> .....	1
<u>1.2 Pergunta de Partida</u> .....	5
<u>1.3 Objetivos de pesquisa</u> .....	6
<u>1.4 Estratégia de Pesquisa e Formas de Conhecimento</u> .....	7
<u>1.5 Estratégia metodológica</u> .....	14
<u>1.6 Metodologia</u> .....	18
<u>1.7 Estrutura da tese</u> .....	26
<u>Capítulo I - Enquadramento Teórico</u> .....	27
<u>2.1 Poder, Significados e Espaço</u> .....	27
<u>2.1.1 Relações de Poder</u> .....	27
<u>2.1.2.1 Cultura</u> .....	29
<u>2.1.2.2 Identidade, Semelhança, Diferença e Poder</u> .....	31
<u>2.1.2.3 Espaço, Fluxos, Escalas, Culturas e Identidades</u> .....	36
<u>2.1.3 Relações, Práticas e Ritmos Espaciais</u> .....	41
<u>2.1.4 Espaço Público</u> .....	46
<u>2.2 Intervenções e alterações de espacialidades</u> .....	50
<u>2.2.1.1 Intervenção</u> .....	50
<u>2.2.1.2 Intervenções Imateriais</u> .....	55
<u>2.2.2.1 Dinâmicas e Processos no Espaço Público</u> .....	59
<u>2.2.2.2 Espaço, (in)Visibilidade e Corpo</u> .....	65
<u>2.2.3 Consumo e Mercado Étnico</u> .....	76
<u>2.3 Grelha de Análise</u> .....	81
<u>Capítulo II - Análise</u> .....	85
<u>3.1 Situação e Contexto da Praça do Martim Moniz</u> .....	85
<u>3.1.1 Praça do Martim Moniz - materialidades, morfologia e situação</u> .....	85
<u>3.1.2 História das intervenções na praça do Martim Moniz</u> .....	87
<u>3.1.3 Contexto e Relações entre a Praça do Martim Moniz, Mouraria e territórios         envolventes</u> .....	89
<u>3.2 Políticas Urbanas</u> .....	93
<u>3.2.1 Política Urbana da CML</u> .....	93

## Intervenções Espacialidades e Relações de Poder

<u>3.2.2 Contextualização do Programa de Ação Ai Mouraria por parte da CML</u> .....	94
<u>3.3 Intervenção e dinamização na praça do Martim Moniz pela NCS</u> .....	98
<u>3.4 Praça do Martim Moniz - transformações</u> .....	107
<u>3.4.1 Representações e Intervenções Imateriais relativas à praça do Martim Moniz</u> .....	107
<u>3.4.2 Práticas e Relações Sociais anteriores à intervenção da NCS</u> .....	113
<u>3.4.3 Análise das espacialidades na Praça do Martim Moniz - Ritmos, Práticas e Relações Sociais</u> .....	117
<u>3.5 Resumo da Análise</u> .....	137
<u>Análise Crítica dos Resultados e Conclusão</u> .....	145
<u>Análise crítica</u> .....	145
<u>Discussão Metodológica e Epistemológica - limites da dissertação</u> .....	147
<u>Conclusão</u> .....	152
<u>Bibliografia</u> .....	164
<u>Anexos</u> .....	180

## Índice de Quadros

Quadro 2.1 .....	83
Quadro 3.1 .....	127
Quadro 3.2 .....	131

## Índice de Figuras

Figura 2.1.....	82
Figura 3.1 .....	85
Figura 3.2 .....	104
Figura 3.3 .....	105
Figura 3.4 .....	116
Figura 3.5 .....	121
Figura 3.6 .....	124
Figura 3.7 .....	124
Figura 3.8.....	125
Figura 3.9 .....	125
Figura 3.10 .....	126
Figura 3.11.....	126
Figura 3.12 .....	129
Figura 3.13.....	129
Figura 3.14 .....	130
Figura 3.15 .....	130
Figura 3.16 .....	131
Figura 3.17 .....	131

# Introdução e Desenho da Pesquisa

## 1.1 Problemática

O desenho da presente pesquisa pretende ser feito de forma reflexiva e relacional entre as diferentes “dimensões” da mesma (Clifford, et al., 2010, pp. 6-14).

A investigação será centrada na Praça do Martim Moniz, tanto devido à atualidade do caso de estudo, em particular após as intervenções e alterações a que a praça tem sido alvo, bem como ao contexto em que estas ocorrem, num quadro de transformações que dizem igualmente respeito à área envolvente e à restante área central da cidade de Lisboa. Assim, a referida intervenção e os processos e dinâmicas envolvidos têm suscitado várias questões, em particular ao nível das relações de poder, as alterações de espacialidades e da própria condição de espaço público da praça. Estas questões, como será explorado posteriormente, não deixam de se relacionar, como não poderia deixar de acontecer, com a posicionalidade do autor destas linhas, posicionalidade essa que é sempre o ponto de partida para a observação e inquirição de um determinado fenómeno. Desde logo, é de salientar a concordância, pelo menos em parte, com os debates relativos ao direito à cidade<sup>1</sup>, noção que, como refere Harvey, implica um acesso e apropriação por parte dos diferentes sujeitos, tanto na construção de uma (outra) cidade, como na possibilidade de alteração de identidades, práticas e relações sociais durante esse mesmo processo (Lefebvre, 2012; Harvey, 2008).

Segundo Marlucci Menezes (Menezes, 2009), a construção da praça encontra-se ligada a políticas higienistas e a um “urbanismo civilizador”. Ao longo da sua história foram várias as intervenções de que foi alvo, bem como os grupos socioculturais e as práticas e relações associadas à praça, as quais tenderam a ser geralmente protagonizadas por imigrantes/minorias étnicas nas mais recentes décadas. Marlucci Menezes refere, tanto devido à sua história e representações como pela sua relação com os territórios envolventes, que “[o] lado público e mais visível desta zona

---

<sup>1</sup> “O direito à cidade não se pode conceber como um simples direito de visita ou de regresso às cidades tradicionais. Ele só pode formular-se como direito à vida urbana, transformada e renovada. Que o tecido urbano cerca o campo e o que resta da vida campesina, pouco importa, desde que o “urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido ao nível de bem supremo entre os outros bens, encontre a sua base morfológica, a sua realização prático-sensível.” (Lefebvre, 2012, p. 119).

parece reflectir-se numa espécie de jogos de espelhos que reproduz imagens que transitam entre a ideia de típico, popular, multicultural, liminar e marginal.” (Menezes, 2009, p. 309). Contextualizando o período imediatamente anterior à intervenção, e como referem Marluci Menezes (Menezes, 2009) e António Guterres (Guterres, 2012), era notória uma apropriação do espaço protagonizada, em particular, por imigrantes/“minorias étnicas”, algumas formas de comércio que tendiam a ser igualmente feita por estes, bem como outros eventos pontuais e diversos que tinham a praça como palco.

A intervenção recente foi inaugurada em Junho de 2012, e é da responsabilidade da NCS, empresa que atua na área da programação e gestão de eventos culturais e que também tem responsabilidades em projetos no Cais do Sodré, Lx Factory ou o Out Jazz. A empresa estabeleceu um acordo com a Câmara Municipal de Lisboa para a concessão e exploração da praça, ocorrendo como que uma “privatização” da mesma. Esta decidiu ter como conceito principal da intervenção o “multiculturalismo”, algo que se revelou desde logo no nome dado ao projeto, “Mercado de Fusão”. Esta aposta materializou-se na instalação de 10 quiosques com referências gastronómicas a várias “culturas/nacionalidades”, bem como em algum do imobiliário urbano presente, com referências também elas afetas ao multiculturalismo. É ainda de salientar as intervenções simultâneas a acorrer na Mouraria e Intendente, nas quais a da Praça do Martim Moniz se enquadra em parte e também é influenciada por estas, e que também combinam intervenções materiais com outras de ordem funcional e simbólica, bastante associadas a uma ligação entre lazer, consumo e cultura. Além disso, a praça é atualmente vigiada através de câmaras de videovigilância, e também se verifica algum policiamento da mesma, em particular aquando dos principais eventos que decorrem na mesma. Esta intervenção ocorreu sem que, segundo António Guterres (Guterres, 2012), as anteriores formas de comércio e seus atores se tivessem mantido, bem como com alterações ao nível da apropriação feita pela população local, em particular a imigrante.

Como salientando, a praça apresenta significados e uma história de apropriação associada a populações imigrantes, pelo menos nas décadas mais recentes. Sendo que, mesmo que tal não tenha de determinar o seu futuro, isto é, não é obrigatório que a praça se mantenha tal como estava dado que as identidades não são estanques e as cidades mudam, tal não impede o questionamento das relações de poder em presença, da forma como o processo é conduzido, por quem e com que sentidos e objetivos, através de que práticas e de que discursos, bem como em que contexto.



As transformações referidas serão analisadas partindo do conceito de espacialidade, o qual será tomado como um “pressuposto teórico”. Em particular, será utilizado a forma com o conceito foi desenvolvido por Edward Soja, o qual “(...) recognizes spatiality as simultaneously (...) a social product (or outcome) and a shaping force (or medium) in social life: the crucial insight for both the socio-spatial dialectical and an historico-geographical materialism.” (Soja, 1989, p. 7). Sendo que, como é visível pela citação apresentada, o espaço é, assim, não só um *meio* influenciado por ações e relações sociais que nele se desencadeiam, mas, ao mesmo tempo, o espaço é ele próprio (re)produtor de ações e relações sociais (Silva, 2006, p. 174). Como refere Isabel Pato e Silva:

“(...) o espaço preexistente a uma acção ou uma série de acções, constitui uma materialidade potenciadora das ocorrências da espacialidade e, simetricamente, cada acção que se desenvolve sobre uma espacialidade concreta inscreve e enriquece uma configuração espacial preexistente (Lussault, 2003).” (Silva, 2006, pp. 174-175)<sup>2</sup>.

Trata-se de algo que, segundo Soja, não deixa de ocorrer sem contradições e conflitos ao nível desta relação entre espaço como meio e espaço como produção, entre produção e reprodução social, entre manutenção e alteração de práticas espaciais e sociais, entre escalas temporais mais quotidianas e contingentes e dimensões temporais mais alargadas, entre outras dimensões em relação e conflito (Soja, 1989, pp. 129-130).

Edward Soja explora esta questão na sua formulação da *trialogia da espacialidade*, de um “terceiro-espaço” (*espaço de vida e espaço vivido*), procurando englobar e ultrapassar a dicotomia entre Primeiro-Espaço (*espaço percebido*) e Segundo-Espaço (*espaço concebido*)<sup>3</sup>, integrando e

---

<sup>2</sup> Como refere Soja: “(...) we are becoming consciously aware of ourselves as intrinsically spatial beings, continuously engaged in the collective activity of producing spaces and places, territories and regions, environments and habitats. This process of producing spatiality or "making geographies" begins with the body, with the construction and performance of the self, the human subject, as a distinctively spatial entity involved in a complex relation with our surroundings. On the one hand, our actions and thoughts shape the spaces around us, but at the same time the larger collectively or socially produced spaces and places within which we live also shape our actions and thoughts in ways that we are only beginning to understand. (...) human spatiality is the product of both human agency and environmental or contextual structuring.” (Soja, 2000, p. 6).

<sup>3</sup> “Se o Primeiro-espaço é visto como aquele que proporciona o primeiro texto empírico dos geógrafos, (...) o Segundo-espaço representa os ‘discursos’ maiores de ideário, os discursos ideológicos dos geógrafos, os modos como pensamos e escrevemos sobre este texto e a geografia (literalmente ‘escrita da terra’) em geral”. (Soja, 1999: 266)” (Azevedo, 2006, pp. 83-86).

ultrapassando dicotomias entre dimensões materiais como imateriais<sup>4</sup> (Azevedo, 2006, pp. 83-86) (Silva, 2006, p. 175; Soja, 1996, pp. 5-6) que constituem “[u]m espaço “real-imaginado” que, integrando o *espaço de vida* e espaço das representações cognitivas, é «simultaneamente real e imaginado, actual e virtual, *locus* da experiência e acções estruturada individual e colectiva».” (Silva, 2006, p. 175).

Assim sendo, e partindo desta consideração de espaço como influenciado pelas acções e relações sociais que nele ocorrem, e, ao mesmo tempo, como (re)produtor destas, bem como uma abordagem que procure ir além das dicotomias entre material e imaterial - entre outras -, a presente dissertação tem como objetivo analisar as transformações ocorridas na Praça do Martim Moniz ao nível das suas representações, espacialidades, práticas e relações sociais após a intervenção já referida, considerando o contexto, os discursos e as relações de poder em presença. Para o caso concreto em estudo, a problemática prende-se, assim, com o pressuposto de que uma dada intervenção, num dado espaço, atendendo ao contexto e relações de poder em que esta decorre, não só altera material e socialmente esse espaço, como altera a forma como as posteriores apropriações e representações do mesmo irão ocorrer; e, por outro lado, não sendo o espaço uma dimensão meramente neutra e passiva, as próprias intervenções que ocorrem nesse espaço não só são influenciadas pelo mesmo numa fase posterior (como poderia ser a de conceção da intervenção, mas também da sua avaliação e possível revisão), mas também em diferentes fases e processos, obrigando a que as diferentes intervenções considerem as influências e efeitos por parte das espacialidades intervencionadas. Sendo que, e é de reconhecer, estas questões são igualmente consideradas relevantes - pelo menos para o autor destas linhas, como já salientando -, tendo em conta aquilo que são alguns debates atuais em torno de conceitos mais ou menos latos como os de direito à cidade e espaço público/comum, e que, considerando as intervenções e relações de poder aqui envolvidas, procurarão ser exploradas durante este processo de pesquisa.

Apesar de, como referido, o referido local e a atual intervenção se encontrarem inseridas em processos mais abrangentes de transformação da cidade, a presente tese irá concentrar-se na Praça do Martim Moniz, mesmo que possam ser feitas referências a outros territórios e

---

<sup>4</sup> “Em vez das convencionais oposições entre o social e o cultural, o material e o simbólico, discurso e prática, enfatiza Peter Jackson, mostra-se como “os significados simbólicos se encontram inscritos em contextos materiais específicos, definidos por desiguais relações de poder, (e) estruturados por noções culturalmente mediadas de diferença social” (2003:39).” (Azevedo, 2006, pp. 117-119).

processos/dinâmicas de forma a contextualizar e complementar a compreensão que se pretende do fenómeno a analisar. Esta opção deve-se tanto pela dimensão da tese, pela “relativa especificidade” da praça quando comparada com os territórios circundantes, mas, em particular, porque as próprias questões levantadas no caso da Praça do Martim Moniz tendem a ser diferentes relativamente àquelas que um estudo mais abrangente da área da Mouraria/Intendente/Martim Moniz iria levantar. Desde logo, tratando-se de uma praça, as próprias dimensões residenciais e populacionais da mesma alteraram-se e são relativizadas, e, apesar de a praça se encontrar sujeita a intervenções e políticas que se englobam e relacionam com as dos territórios envolventes, as próprias temáticas são diferentes, dado que no caso do Martim Moniz se dá uma aposta mais assumida ao nível do multiculturalismo e, em parte, de uma certa “festivalização” do território. Por último, e salientando as opções tomadas para a presente dissertação, devidas quer ao espaço e tempo de elaboração da dissertação, quer às próprias questões e hipóteses feitas a partir de anteriores leituras, debates e observações, a presente investigação, apesar de as referir e as considerar na análise, não se irá centrar especificamente nas intervenções QREN “Ai Mouraria” e PDCM (Plano de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria), nem nas construções de habitação feitas pela EPUL em áreas próximas à praça, nem nas transformações ocorridas na Praça do Intendente, nem das possíveis relações, em termos de comércio e públicos, entre a praça e os dois centros comerciais circundantes à mesma<sup>5</sup>. Esta delimitação geográfica, num sentido ontológico mais estrito, diz respeito a uma opção para a presente dissertação, ainda que, e como já referido, a dissertação não se esgota nesta delimitação, dado que se considera que o que ocorre na Praça do Martim Moniz não é compreensível e explicável por uma simples referência/enfoque a essa mesma praça.

### **1.2 Pergunta de Partida**

Como são transformadas as espacialidades da Praça do Martim Moniz, em particular ao nível das práticas, relações e representações nela decorrentes e/ou associadas, a partir da mais recente intervenção de que foi alvo, num dado quadro de relações de poder?

---

<sup>5</sup> Até porque parte-se da hipótese de que os públicos que vão atualmente ao Martim Moniz são diferentes, pelo menos em parte e em particular os que dizem respeito aos “novos públicos”, daqueles que vão aos dois centros comerciais mais próximos, Mouraria e Martim Moniz, e que também são diferentes dos públicos do restante “mercado étnico” existente na restante Mouraria e área da Almirante Reis, bem como são diferentes os próprios vendedores/comerciantes.

Esta pergunta relaciona-se com a problematização apresentada por Quivy e Campenhoudt (Quivy & Campenhoudt, 2005, pp. 43-44), relativa ao sétimo exemplo de pergunta de partida que apresentam. Tal tipo de pergunta, apesar do seu carácter aparentemente descritivo, poderá, contudo, constituir um ponto de partida para uma “compreensão dos fenómenos sociais estudados”. Sendo que, entre tais fenómenos, os autores referem a possibilidade de este tipo de perguntas se ocupar dos “(...) modos de ocupação de um espaço público e as actividades nele desenvolvidas (...)” (Quivy & Campenhoudt, 2005, pp. 43-44), algo que constitui, de forma geral, a dimensão central do presente trabalho. No entanto, e apesar de se tratar de uma pergunta de partida que possa revelar uma estratégia mais “aberta” relativamente ao que se irá “encontrar no terreno”, os autores avisam-nos para a necessidade da “(...) concepção e a realização de um verdadeiro dispositivo conceptual e metodológico.” (Quivy & Campenhoudt, 2005, pp. 43-44), de forma a evitar “(...) uma simples intenção de agrupamento não crítico de dados e de informações existentes ou produzidas pelo próprio.” (Quivy & Campenhoudt, 2005, pp. 43-44). Sintetizando de uma forma que se enquadra com os objetivos do presente estudo, “(...) estas (...) perguntas de partida são, portanto, aquelas através das quais o investigador tenta destacar os processos sociais, económicos, políticos ou culturais que permitem compreender melhor os fenómenos e os acontecimento observáveis e interpretá-los mais acertadamente. Estas perguntas requerem respostas em termos de estratégias, de modos de funcionamento, de relações e de conflitos sociais, de relações de poder, de invenção, de difusão ou de integração cultural (...)” (Quivy & Campenhoudt, 2005, pp. 43-44).

### **1.3 Objetivos de pesquisa**

Após a problemática exposta, a presente dissertação procura dar resposta, relativamente ao caso de estudo, a três grandes objetivos:

- Um primeiro, referente a uma dimensão mais teórico-metodológica, passa pela exploração e aplicação de diferentes perspetivas teórico-metodológicas, de ordem mais intensiva e interpretativa, e que procuram ultrapassar várias dicotomias, desde logo entre sujeito-objeto, teoria e empiria, compreensão e explicação, indivíduo e coletivo, material e imaterial, local e global, público e privado, entre outras.
- O segundo objetivo passa por descrever e analisar as diversas intervenções a que a Praça do Martim Moniz tem sido alvo recentemente, desde a intervenção física no espaço público, as características das novas atividades e funções que atualmente se

encontram na praça, bem como outras dimensões mais “imateriais” das intervenções relativamente às diferentes representações e (in)visibilidades a que esta tem sido sujeita. Intervenções imateriais protagonizadas por diferentes agentes, e que dizem respeito a discursos dos responsáveis pela intervenção, mas não só, e que são observáveis quer na imprensa, documentos oficiais, redes sociais ou produtos turísticos. Tratando-se de um objetivo que não poderá deixar de ser feito sem, por um lado, deixar de considerar a dimensão histórica e cultural associada à praça, bem como, por outro, considerar os diferentes atores envolvidos e as diferentes e desiguais relações de poder em presença.

- Por último, e através de uma análise mais intensiva na praça, trata-se de complementar a restante informação obtida, procurando dar conta das alterações de espacialidades a que esta tem sido alvo. Isto é, trata-se de procurar perceber as alterações que ocorreram, com as intervenções e com as relações de poder em presença, ao nível de que grupos socioculturais têm acesso e se apropriam da praça, das inter-relações que se estabelecem entre estes, das alterações ao nível de apropriações, práticas, ritmos e situações que têm como palco a Praça do Martim Moniz. Tal análise será feita tendo em conta quer os debates atuais sobre o conceito de espaço público/comum - com o objetivo de procurar avaliar a sua possível adequação e condição no presente caso de estudo -, bem como da possibilidade de processos performativos associados ao próprio espaço.

### **1.4 Estratégia de Pesquisa e Formas de Conhecimento**

Até pelo já enunciado, a presente pesquisa irá privilegiar uma abordagem simultaneamente interpretativa e intensiva. Relativamente à problematização de uma abordagem intensiva<sup>6</sup>, será,

---

<sup>6</sup> A aposta numa abordagem intensiva, considerada mais adequada para a presente dissertação, deve-se ao facto de que: “[p]hilosophically, the extensive approach relies on the idea that the data pattern necessarily reflects an underlying cause, or process, which is obscured only by measurement error, or ‘noise’. However, in the ‘real’ world, it is rare that one cause would lead directly, or simply, to another ‘effect’ – the chain of causation is more obscure, and ‘noise’ may be an essential part of the ‘causation’, reflecting the presence of some other (unknown or uncontrolled) effect which merely mimics the apparent pattern. There is the related problem of being unable to explain individual occurrences on the basis of ‘average’ behaviour of entire groups – the so-called ecological fallacy. In an intensive research design, there is a deeper appreciation of the ‘layers’ which separate observations from an underlying (causal) reality. As such (and at the risk of considerable oversimplification) extensive approaches have often been linked to positivist methodology and

assim, colocada em prática de pesquisa que procure analisar como a partir de um dado evento - neste caso, uma intervenção numa praça - se estabelecem relações/ligações e processos entre diferentes mecanismos e estruturas (Clifford, et al., 2010, pp. 10-12; Cloke, et al., 2004, pp. 289-290).

Em Paul Cloke *et al* (Cloke, et al., 2004, p. 307), antes de ser abordada a questão da compreensão, é afirmado, como “oposição”, a forma como a explicação era entendida como uma forma de interpretação analítica, mais próxima das ciências naturais, associada às atividades de enumeração, quantificação, categorização, descrições generalizantes, testes estatísticos. Uma ideia de ciência que “(...) usually involves a commitment to some idea of science – understood (at minimum) as a process of logical reasoning supported by empirical evidence.” (Cloke, et al., 2004, p. 307). Por sua vez, a compreensão estaria mais próxima das ciências sociais/humanas, até das formas de arte, mais preocupadas com a interpretação dos significados e sentidos do que com as explicações, dado se considerar que esta forma de ciência apenas nos leva até certo ponto devido à sua rigidez epistemológica e metodológica (Cloke, et al., 2004, pp. 307-308). Como é salientado, esta diferença em termos de estratégia dever-se-ia a uma alteração de objeto, de uma diferente ontologia, dado que “[t]he point – so obvious in some ways and yet so lost on many researchers – is that, put a touch cryptically, *people are not rocks*.” (Cloke, et al., 2004, p. 308), o que obrigaria a reconsiderar a forma de pensar a própria pesquisa e o tipo de conhecimento produzido. No entanto, e como se procurará explorar mais à frente, esta abordagem e a própria dicotomia entre compreensão e explicação levanta alguns problemas, as quais apresentam a sua própria história e não deixam de pressupor uma ideia de separação entre sujeito e objeto (Cloke, et al., 2004, p. 309). Como refere Maria Luísa Soares (2004), salientado as possíveis “ausências” no caso de algumas das dimensões da “realidade” não se adequarem a determinadas visões/perspetivas epistemológicas e metodológicas defendidas e aplicadas:

“[f]ormular a questão do conhecimento em termos de uma certa oposição sujeito-objecto conduz a uma série de impasses: para evitar os excessos de uma concepção subjectiva, que debilita o

---

philosophy, and intensive approaches to realist methodologies and philosophies.” (Clifford, et al., 2010, pp. 10-12). Como se depreende, a aposta numa abordagem intensiva deve-se tanto pela procura de uma atenção a “realidades” que algumas outras abordagens poderiam “invisibilizar”, mas, também, à tentativa de ultrapassar situações, muitas vezes ocorridas em abordagens extensivas - ainda que não circunscritas a estas -, de se confundir correlação com causalidade, algo que não deixa de estar ligado a um certo ideal de mensurabilidade e de procura de regularidades estatísticas que poderiam testar hipóteses e permitir, a partir daí, fazer generalizações e explicações (Cloke, et al., 2004, pp. 289-290).

estatuto do conhecimento científico, a tendência marcante é garantir a objectividade através do recurso a um mundo de "objectualidades", reificando os inteligíveis, pondo-os como entidades em si, que podem ser apreendidas, captadas pelo pensamento (...)” (Soares, 2004, p. 159).

O ultrapassar destas dicotomias surge quando os autores abordam a figura do “conversador”<sup>7</sup>, a partir da qual os autores pretendem salientar que a dimensão dialógica envolvida no processo de conhecimento, em particular ao nível da relação - e não *oposição* - entre sujeito-objeto na leitura dos “textos/objetos” e no conhecimento daí produzido. Isto é, reconhecem que qualquer sujeito entra em qualquer relação influenciado pela sua própria posição e situação, mas, ao mesmo tempo, salientam que tal envolve uma relação que, pelo facto de ocorrer, origina um potencial de compreensão e conhecimento (Cloke, et al., 2004, p. 327). Sendo que os autores acabam o capítulo concluindo, a partir de Derek Gregory, que não existe uma delimitação clara entre explicação e compreensão, mas antes uma relação entre as duas: “Whatever their differences, however, it seems to us that (...) ‘there can be no clearly defined distinction between understanding and explanation’ (1978a: 145).” (Cloke, et al., 2004, p. 335), e isto porque “[e]xplanations cannot afford to ignore meanings, particularly where the meanings with which social actions are imbued constitute an important part of the motivation of the actors involved. (...) In this way explanations can become part and parcel of the meaningful character of social life.” (Cloke, et al., 2004, p. 335).

---

<sup>7</sup> “For reasons to be explained shortly, the figure of the ‘conversationalist’ is meant to characterize researchers who are fully aware that the meanings of which they speak – the meanings that become the basis for their own studies in ‘interpretative human geography’ (Smith, D.M., 1988b) – cannot but be generated in the context of a two-way ‘relationship’ between researcher and research subjects. Revisiting the textual metaphor, the key recognition is that the reader cannot simply ‘read’ out the meanings intended by the ‘author’ since, in practice, what really occurs here is that meanings are produced precisely through the encounter between reader and author. Readers cannot avoid bringing to the act of reading what they find meaningful from their own vantage point, their own ‘place’ in the world, and, as such, there is no possibility of them ever being that neutral conduit of an author’s original meanings hoped for by the man of letters. Readers respond to an author’s intentions, picking up on some but probably not all the meanings the latter has striven to imprint on the pages, and responses from readers may span the whole gamut of empathy, sympathy, indifference, hostility or even flying off on an wildly imaginative curve spurred by (yet in no sense contained by) the text before them. Seen in this light, meaning becomes a messy, fragile and multiple thing, devoid of the stability that a more scientific, explanatory take on research would ideally require. Yet we think it vital and appropriate to identify a mode of understanding that proceeds from a starting point wherein the relationship between the researcher and his or her research subjects – whether ‘authors’ of documents, utterers in interviews, actors in real events and places or whatever – is directly akin to that of the reader responding to an author.” (Cloke, et al., 2004, p. 327).

Explorando em maior detalhe esta referência à figura do conservador, será explorado, de seguida e de forma sintética, os contributos de Hans-Georg Gadamer - o qual foi referido pelos autores anteriores como exemplo de um “conversador”. Gadamer, com a sua proposta ao nível da Hermenêutica, pretende refletir, em primeiro lugar, sobre as próprias condições envolvidas na interpretação e compreensão. Em primeiro lugar, Gadamer salienta a finitude e historicidade de qualquer conhecimento, negando a possibilidade de se descobrir, de forma transparente, as condições de possibilidade de todas as formas de conhecimento, as quais pudessem explicar e justificar, sem margem para dúvidas e de forma intemporal, a forma e a verdade das nossas posições sobre um conhecimento do mundo (Wachterhauser, 2002, pp. 58-59). Como refere Wachterhauser, Gadamer não considera possível conhecer e justificar, de forma total e transparente, a forma como a história e pela linguagem condicionam quer o “conhecimento”, quer o “não-conhecimento” - ainda que, e como já referido, tal conhecimento só seja possível devido às possibilidades adquiridas com a história e com a linguagem (Wachterhauser, 2002, p. 69).

Como refere Richard Bernstein, a proposta de Gadamer leva a conceber, de outra forma, os conceitos de conhecimento, razão e verdade, e, ao mesmo tempo, permite ir para lá da oposição entre objetivismo e relativismo (Bernstein, 1983, p. 37). Gadamer apresenta uma forma diferente de conceber a questão do conhecimento, estando esta relacionada com a noção de falibilidade. Apesar de reconhecer já não ser possível chegar a uma posição que se proclame como exata, segundo uma epistemologia fundacionalista, Gadamer salienta que tal não impede de se chegar a algo que se possa considerar como conhecimento (Wachterhauser, 2002, p. 70). E isto porque, em Gadamer, não existe uma coincidência entre a noção de conhecimento e a noção de exatidão, e, como em parte já referido, Gadamer adota uma posição que implica o reconhecimento da possibilidade de revisão de qualquer alegação de verdade quando existirem evidências que contrariem as mesmas (Wachterhauser, 2002, p. 70). Gadamer salienta, deste modo, a própria finitude, historicidade e falibilidade do conhecimento. Como sintetiza Bernstein, “[t]o admit (or rather insist) the likelihood that in the future there will be modification of the standards, reasons, and practices we now employ does not lead to epistemological skepticism but only to a realization of human fallibility and the finitude of human rationality.” (Bernstein, 1983, pp. 68-69).

Sendo que, para Gadamer, o admitir de que uma dada alegação de verdade possa ser revista no futuro, não leva necessariamente a assumir a impossibilidade de chegar a algo que possa ser considerado como verdadeiro. Isto é, e como já salientado, a rejeição da perspectiva objetivista não



leva a aceitar uma posição relativista, dado que, durante o processo de conhecimento, a não confiança na validade de uma dada interpretação e alegação não se deve a uma questão de sorte ou à arbitrariedade, mas a um processo de *aplicação*<sup>8</sup>, no qual “[w]e can develop, apply, and retest criteria of knowledge that can give us enough reliable evidence or rational assurance to claim in multiple cases that we in fact know something and do not just surmise or opine that it is the case.” (Wachterhauser, 2002, p. 71).

Gadamer salienta o papel de pré-compreensões e de *preconceitos*<sup>9</sup> no processo de compreensão, ou seja, o papel da *tradição*, ainda que, e como já referido, dado o momento de aplicação particular, ocorrida numa dada situação e horizonte, é igualmente salientando o papel do sujeito que interpreta. Nesta relação de aplicação ocorre uma relação entre o passado e o presente e entre o geral e o particular, e, nesse momento, a tradição é ela própria apropriada e revista de forma diferente à luz do presente e do contexto particular em que se dá a aplicação<sup>10</sup> (Verde, 2003, p. 316; Gadamer, 1999, p. 465). Existe, em tal momento, uma relação entre regras gerais do passado e uma aplicação particular no presente, a qual permite um momento de revisão e de enriquecimento dessa mesma tradição, e não de uma simples repetição acrítica e “viciosa” da mesma. Para tal revisão e enriquecimento, Gadamer refere a necessidade de uma “consciência histórica efetiva”, a

---

<sup>8</sup> Esta noção de aplicação é, no pensamento de Gadamer, subsidiária do conceito aristotélico de *Phronesis* [*razão prática*], o qual constitui, segundo Filipe Verde, “(...) o modelo gadameriano da racionalidade hermenêutica, a forma de conhecimento envolvida nas situações em que nos socorremos de sistemas de regras que, embora, como tal, intentem a totalidade das situações que requerem a sua aplicação, não prevêm, porque não podem prever, todas essas situações, e não contêm assim eles próprios as regras da sua aplicação.” (Verde, 2003, p. 316).

<sup>9</sup> Gadamer distingue entre preconceitos legítimos e ilegítimos, ou seja, entre aqueles que podem ou não contribuir para uma interpelação a um diálogo aberto e para uma revisão crítica da tradição. Como sintetiza Gadamer: “Prejudices are not necessarily unjustified and erroneous, so that they inevitably distort the truth. In fact, the historicity of our existence entails that prejudices, in the literal sense of the word, constitute the initial directedness of our whole ability to experience. Prejudices are biases of our openness to the world. They are simply conditions whereby we experience something - whereby what we encounter says something to us. (...) The nature of the hermeneutical experience is not that something is outside and desires admission. Rather, we are possessed by something and precisely by means of it we are opened for the new, the different, the true.” (Gadamer, 1976, p. 9).

<sup>10</sup> Como refere Gadamer: “(...) a tradição como tal tem de ser entendida cada vez de uma maneira diferente, então - visto sob o ponto de vista lógico - trata-se da relação entre o geral e o particular. Compreender é então um caso especial da aplicação de algo geral a uma situação concreta e particular.” (Gadamer, 1999, p. 465).

qual seria capaz de influenciar o que se considera significativo de investigação e a forma como se investiga, e, como tal, torna-se necessário compreender bem a tradição de forma a ser capaz de a criticar e renovar da melhor forma, ainda que tendo noção de que tal processo nunca seja completo dada a sua própria historicidade (Bernstein, 1983, pp. 142-143).

Gadamer reconhece, assim, que o conhecimento “parte de um lugar”, de uma situação. Ainda que, e como salienta Brice Wachterhauser:

The fact that we almost always occupy a standpoint (perhaps even multiple standpoints) from which the world discloses itself to us in a great variety of ways needs not be imagined as a situation where our vision is blocked by our perspective, but rather made possible by it. A “standpoint” is in principle a point from we see something, but, of course, not necessarily everything. (Wachterhauser, 2002, p. 72).

Wachterhauser pretende, assim, afirmar que tais situações não são “inibidoras” de conhecimento, mas, antes, a condição da sua possibilidade, a possibilidade de se chegar a conhecer (Wachterhauser, 2002, p. 72). Isto porque o conhecimento do mundo só ocorre a partir de uma dada situação da qual se parte, constituindo esta uma forma de acesso ao mundo, uma mediação a partir do qual se torna possível conhecer o mundo, pelo menos até uma certa extensão<sup>11</sup> (Wachterhauser, 2002, pp. 73-74). Como salienta Wachterhauser:

“In principle, what a “standpoint” is capable of delivering to us is a “piece” of *the* world, a “view” of *the* world, a “perspective” on *the* world. In principle, a standpoint renders the world accessible, not inaccessible. (...) In this sense, intelligibility is “inherent” in the world and ontologically “independent” of our standpoints.” (Wachterhauser, 2002, p. 74).

Para Gadamer, cada sujeito encontra-se sempre numa dada situação, a qual é o lugar de onde se parte para conhecer o “mundo”, ainda que desse lugar não se obtenha uma visão do mundo na sua totalidade, mas apenas de um dado horizonte. No entanto, é a partir dessa situação que se torna possível atingir o que o autor denomina de “fusão de horizontes”<sup>12</sup>, a qual ocorre quando,

---

<sup>11</sup> Este ponto é extremamente importante para, apesar de reconhecermos que o nosso conhecimento do mundo seja feito a partir da nossa situação, não opormos a “linguagem” ao “mundo”, as palavras às *coisas*, os nossos conceitos à realidade para as quais *remetem*. O mundo é inerentemente inteligível, e é através dos nossos conceitos/palavras e da nossa situação que compreendemos o mundo, ainda que seja de reconhecer que a linguagem não seja o mundo *ele mesmo*, mas sim um *médium* que nos permite compreender o mundo (Wachterhauser, 2002, p. 74).

<sup>12</sup> De forma mais completa: “(...) o conhecimento constrói-se pelo que Gadamer chama de fusão de horizontes. A situação de compreensão pode ser vista como o horizonte de observação disponível a

devido ao estabelecimento de um diálogo entre diferentes lugares/posições, se torna possível um alargamento do conhecimento não só das situações e horizontes em diálogo, como do próprio fenómeno/objeto que os uniu (Verde, 1997, pp. 121-122). Trata-se de uma abordagem que, mesmo reconhecendo que durante o processo de compreensão se parta necessariamente de um lugar/posição, tal facto não faz com que, pelo menos *a priori*, um diálogo entre diferentes posições seja impossível, mas, pelo contrário, seja até desejável para um conhecimento mais significativo e benéfico para os diferentes sujeitos/situações que nele se encontrem envolvidos, e, dessa forma, se dê um alargar de horizontes.

Como se depreende, a dimensão dialógica e relacional do conhecimento em Gadamer envolve a necessidade de se estabelecer um diálogo com o que é “diferente”, com o “outro”, diálogo esse que é sempre feito a partir de uma dada situação e horizonte, mas que envolve a necessidade de abertura a outras situações e horizontes. Esta relação dialógica implica que, para Gadamer:

(...) inquirers (...) are not removed spectators of distinct and distant “objects of knowledge,” but engaged participants in conversation, in dialogue with one another and with what they seek to know. They look as much to what texts, works of art, and human co-conversants have to say to them, as to what they have to say to or about texts and other people: they look as much to the part their prejudices play in the conversation as to the foreknowledge others bring into it. (...) Understanding, then, is not a matter of winning an argument against an opponent; rather, the dialectical conversation in which this logic of question and answer is enacted “requires that one does not try to argue the other person down but that one really considers the weight of the other’s opinion” (Gadamer 1989, 367).  
(...) It requires a suspension of our prejudices in the sense of putting them to the question, opening

---

partir de um determinado lugar. O campo do visível correspondente ao nosso horizonte não equivale, porém, à totalidade dos elementos que nele podemos reconhecer. (...) O conhecimento e a relação de compreensão põem em contacto dois pontos de observação por referência a um mesmo objecto, a um mesmo tema ou conjunto de temas, e o diálogo estabelecido entre um e outro não é sobre um ou sobre o outro, mas sobre o tema ou assunto que assim os une. (...) Conhecer um elemento histórica ou culturalmente distante supõe partir da situação e do lugar do intérprete em direcção à distância de uma expressão humana significativa, aos elementos contextuais da sua produção e existência e à historicidade das suas interpretações, num esforço de mediação de sentido que pode ser descrito como uma integração e assimilação compreensiva de vários olhares. Dessa integração e assimilação desses olhares sobre um mesmo objecto resulta uma nova compreensão deste, que não é certamente fiel às intenções e sentidos originais, mas que, por isso mesmo, por beneficiar da componente perspectival inerente à distância e à diferença, pode conduzir à fusão e alargamento dos horizontes do visível e do compreensível.” (Verde, 1997, pp. 121-122).

up and keeping open other possibilities while taking account of its own (i.e., interpretation's own) historicity: demonstrating "the reality and efficacy of history within understanding itself" (Gadamer 1989, 299–300). (Code, 2003, pp. 9-10).

## 1.5 Estratégia metodológica

A estratégia metodológica passa por uma aposta na triangulação/métodos mistos - ainda que possam ser mais privilegiadas as metodologias qualitativas -, procurando ser tido em conta a forma como as diferentes metodologias se relacionam com as dimensões ontológicas e epistemológicas em causa. Como se depreende pelo anteriormente exposto, tanto pelas referências feitas ao caso de estudo como às referências de ordem teórica, esta não será uma dissertação onde estará presente uma grelha de análise/modelo analítico com indicadores bastante precisos e fechados. No entanto, serão aplicadas categorias analíticas, problemáticas e dimensões de análise<sup>13</sup>, as quais serão exploradas no próximo capítulo referente ao enquadramento teórico, e que procurarão ser *usadas* durante o processo *mais prático* de pesquisa, tanto ao nível da recolha de dados/informação como da sua posterior interpretação e análise. Firmino da Costa e João Alves, ainda que numa discussão relativa a um processo de avaliação de reabilitação urbana, mas que aqui nos interessa dada o salientar da complexidade dos processos sociais envolvidos em processos de transformação urbana e da necessidade da sua avaliação, salientem algo semelhante ao apresentado. Para alguns casos, mais do que uma formulação de indicadores, o:

(...) que se torna indispensável, antes de mais, é dispor de um quadro analítico abrangente, ponderando um grau razoável de generalidade conceptual com a necessária focalização temática, capaz de adaptabilidade aos casos específicos e suscetível, deste modo, de presidir à operacionalização dos dispositivos de avaliação da reabilitação urbana. (Costa & Alves, 1996, p. 63).

A estratégia que pretende ser aplicada na presente dissertação procura ir ao encontro do que António Firmino da Costa denomina de *investigação empírica teoricamente orientada*, a qual

(...) corresponde ao entendimento da prática de investigação científica como actividade de produção de enunciados cognitivos sobre um certo domínio de fenómenos, mas enunciados

---

<sup>13</sup> Apenas como indicação, as dimensões de análise - as quais serão postas em confronto com a observação feita tal como referido - e que serão teoricamente explorada no próximo capítulo são as seguintes: *Acesso e Apropriação; Materialidade; Propriedade Jurídica; Intervenções Materiais; Intervenções Imateriais.*

cognitivos de um género particular, o daqueles que se faz questão de elaborar pelo accionamento conjunto, e de sujeitar ao duplo crivo, da *teoria* e da *observação*. (Costa, 2008, pp. 7-8),

Esta relação entre teoria e observação é denominada de “limites construtivos” pelo autor, e diz respeito às relações “(...) decorrentes do confronto cruzado desses enunciados com quadros teóricos sempre em reconstrução e com produtos empíricos permanentemente actualizáveis da observação realizada sob regulação metodológica.” (Costa, 2008, p. 8).

Outro ponto diz respeito á tentativa de ir para lá da dicotomia objetivo-subjetivo, tendo presente o carácter situado do conhecimento produzido e das diversas relações e experiências<sup>14</sup> estabelecidas com o *objeto* no processo de pesquisa, dimensão esta essencial, em particular no caso do estudo de alguns grupos e práticas sociais (DeLyser, et al., 2010, pp. 6-7). Trata-se de uma argumentação influenciada por Donna Haraway (Haraway, 1988), autora de uma das mais importantes propostas ao nível das epistemologias feministas. Nesta proposta encontra-se uma outra forma de colocar a questão do conhecimento, através de uma outra conceção da objetividade, a qual procura ir além de visões dicotómicas e essencialistas. O argumento central diz respeito à necessidade de se ultrapassar o que Haraway denomina de “*god trick*”, associado a uma visão da ciência que acredita num “olhar” (*gaze*) de lugar nenhum, descorporizado, separado e *acima* do objeto de estudo. A autora salienta, pelo contrário, o carácter situado do conhecimento dada a “(...) embodied nature of all vision and so reclaim the sensory system that has been used to signify a leap out of the marked body and into a conquering gaze from nowhere. This is the gaze that mythically inscribes all the marked bodies, that makes the unmarked category claim the power to see and not be seen, to represent while escaping representation.” (Haraway, 1988, p. 581). Haraway desloca e ressignifica o conceito de objetividade, dado que, para Haraway, a objetividade só é atingida reconhecendo a situação e posição/posicionalidade de cada um, o lugar de onde cada sujeito se encontra e parte, e nunca de um “lugar nenhum”, um “lugar nenhum” transcendente e que implicaria uma ilusória “separação sujeito-objeto”. No entanto, e num ponto que se assemelha à discussão anterior relativamente ao conhecimento dialógico, tal reconhecimento não implica a

---

<sup>14</sup> Algo que se torna visível nos recentes debates em torno do reconhecimento das dimensões corporizadas, das experiências e das práticas envolvidas nos processos de conhecimento e da própria realidade estudada: “Thus, recent work often shares a sense of multiple worlds in motion, worlds concerned with doings, makings, happenings, and feelings, rather than strictly images, texts, or results; and of worlds of uncertainty, ‘[i]mpasses, silences and aporias’ rather than observable/reportable certainties (Laurier and Philo, 2006: 353).” (DeLyser, et al., 2010, p. 13).

impossibilidade de se estabelecer contacto e aprender a partir de “outros pontos de vista” e de diferentes situações e locais, ainda que tal deva ser feito reconhecendo as relações de poder em presença, de forma crítica, e através de uma consideração ética das suas implicações/efeitos (Haraway, 1988, pp. 583-585). Segundo a autora, o reconhecimento da impossibilidade de posições totalizadoras, únicas e “autoritárias” da ciência moderna não implica abraçar o relativismo, mas, antes, reconhecer o já referido carácter situado e parcial do conhecimento:

[t]he alternative to relativism is partial, locatable, critical knowledges sustaining the possibility of webs of connections called solidarity in politics and shared conversations in epistemology. Relativism is a way of being nowhere while claiming to be everywhere equally. The “equality” of positioning is a denial of responsibility and critical inquiry. Relativism is the perfect mirror twin of totalization in the ideologies of objectivity; both deny the stakes in location, embodiment, and partial perspective; both make it impossible to see well. Relativism and totalization are both “god tricks” promising vision from everywhere and nowhere equally and fully, common myths in rhetorics surrounding Science. (Haraway, 1988, p. 584).

Donna Haraway procura ultrapassar formas de pensamento dicotómico, evitar relativismos fáceis e “holismos parciais”, e isto através do reconhecimento do carácter relacional do conhecimento criado com o “objeto”, um conhecimento que envolve relações de poder e onde a agência do objeto deve ser considerada<sup>15</sup>. Como refere a autora, deve-se ultrapassar formas de racionalidade assentes em dicotomias, como sejam as de natureza e cultura ou corpo e mente, colocando em prática uma abordagem que reconheça as dimensões simultaneamente “materiais e semióticas” dos atores e a sua dimensão ativa no processo de conhecimento (Haraway, 1988, p. 595).

Neste seguimento, serão privilegiadas estratégias metodológicas atentas às relações que se estabelecem entre sujeito e objeto, promovendo-se uma abordagem relacional, considerando de forma reflexiva as abordagens e conhecimentos produzidos, atendendo às relações de poder envolvidas, às várias ausências e (in)visibilidades que possam estar em causa, em particular quando

---

<sup>15</sup> Ainda que, mesmo assim, os seus limites devam ser reconhecidos, dado que: “[a]ccounts of a “real” world do not, then, depend on a logic of “discovery” but on a power-charged social relation of “conversation”. The world neither speaks itself nor disappears in favor of a master decoder. The codes of the world are not still, waiting only to be read. (...) In some critical sense that is crudely hinted at by the clumsy category of the social or of agency, the world encountered in knowledge projects is an active entity. (...) But no particular doctrine of representation or decoding guarantees anything.” (Haraway, 1988, p. 593).

referentes a identidades e grupos socioculturais mais vulneráveis e marginalizados, ao contexto em que a investigação decorre, e à procura de evitar formas de pensamento dicotómicas/binárias<sup>16</sup> (Crang, 2009; McDowell, 1992; Silva, 2010). Como sintetiza Cloke *et al*, torna-se importante considerar os seguintes pontos:

The questions involve whom and what we choose to research; how we conduct that research and how we relate to our research ‘subjects’; how we use interpretative and authorial power in constituting our research findings; and what use we make, and allow others to make, of these findings (Cloke, 2002; 2004b) (Cloke, et al., 2004, p. 374).

Um dos contributos mais interessantes para ultrapassar estas limitações, e que procurará ser aplicado, prende-se com a recente aposta nas designadas abordagens interseccionais, as quais, segundo Gill Valentine, procuram olhar de outra forma a relação entre identidades, posições e relações de poder, considerando em que circunstâncias e de forma estas intersectam, sendo proposta da referida autora conceber esta relação de forma fluída e processual<sup>17</sup> (Valentine, 2007, p. 14). Sendo que, para o caso de estudo, tal abordagem passaria por procurar perceber “(...) how identifications and disidentifications are simultaneously experienced by subjects in specific spatial and temporal moments through the course of everyday lives.” (Valentine, 2007, p. 18), reconhecendo-se a forma como as suas identidades se encontram dependentes das relações de poder e contingências espaciais em que os diferentes sujeitos se encontram (Valentine, 2007, pp. 18-19), isto porque “(...) in particular spaces there are dominant spatial orderings that produce moments of exclusion for particular social groups.” (Valentine, 2007, p. 19).

---

<sup>16</sup> “Fixed oppositions conceal the extent to which things presented as oppositional are, in fact, interdependent—that is, they derive their meaning from a particularly established contrast rather than from some inherent or pure antithesis. (...) Yet the first terms depend on and derive their meaning from the second to such an extent that the secondary terms can be seen as generative of the definition of the first terms.” (Scott, 1988, p. 37).

<sup>17</sup> “This way of theorizing also overcomes some of the limitations of previous ways of thinking about intersectionality. First, by recognizing the fluid, unstable nature of intersections between categories, this approach does not assume that intersections between multiple-identity categories are always experienced or “done” in untroubled ways. Second, in understanding intersectionality as a situated accomplishment, this way of theorizing recognizes the ways that individuals are actively involved in producing their own lives and so overcomes some of the determinism of previous ways of thinking about identities that often classified individuals into fixed categories as oppressed or oppressor.” (Valentine, 2007, p. 14)

Por último, importa assim reconhecer que esta estratégia metodológica procurará ser relacional, entre a minha situação - desde a minha própria subjetividade e presença na praça<sup>18</sup>, até as próprias abordagens teóricas e práticas de que parto e irei aplicar -, e o “objeto” de estudo em causa, a Praça do Martim Moniz, nas suas várias dimensões materiais e imateriais, com diferentes grupos socioculturais associados, palco de múltiplas praticas e relações, bem como alvo de diferentes representações. Assume-se, assim, a inevitabilidade de a minha posição/situação influenciar a pesquisa, ainda que se procure rever, se necessário, a mesma no final desta mesma relação.

### 1.6 Metodologia

De forma mais “prática”, as técnicas metodológicas a utilizar na presente dissertação serão várias. Em primeiro lugar, será feita uma análise bibliográfica, tanto como exploração e fundamentação teórica, como para análise empírica da praça através dos trabalhos feitos sobre a mesma, contribuindo desta forma não só para a sua descrição, como para a própria contextualização e análise. Igualmente como identificação e caracterização, em particular dos grupos socioculturais na área envolvente á praça, será utilizada estatística oficial, para a produção de gráficos/tabelas e cartografia.

Uma outra dimensão passa pela realização de uma entrevista<sup>19</sup> semiestruturada<sup>20</sup>, a uma representante da NCS<sup>21</sup>, empresa responsável pela intervenção. Nesta entrevista, procurar-se-á explorar algumas das lógicas e conceitos da intervenção, procurar perceber a perceção da empresa

---

<sup>18</sup> Sendo de destacar, em particular, o facto o autor destas linhas tratar-se de um sujeito socialmente tido como “branco” e detentor de cidadania portuguesa, e que se encontra a estudar uma praça onde existe uma forte dinâmica intercultural.

<sup>19</sup> Aplicar-se-á, na presente dissertação, uma abordagem à entrevista como uma metodologia essencialmente qualitativa, referente à obtenção de informação a partir do diálogo com vários atores, relativamente aos significados que estes atribuem a diferentes processos e fenómenos: “Interviewing is usually a qualitative exercise aimed at teasing out the deeper well-springs of meaning with which attributes, attitudes and behaviour are endowed.” (Cloke, et al., 2004, p. 127).

<sup>20</sup> “Although the interviewer prepares a list of predetermined questions, semi-structured interviews unfold in a conversational manner offering participants the chance to explore issues they feel are important.” (Clifford, et al., 2010, p. 103).

<sup>21</sup> A entrevista foi realizada a Ana Nobre, responsável pela programação do Mercado de Fusão. <http://pt.linkedin.com/in/ananoob>



em relação à mesma, bem como aos diferentes processos associadas à mesma. Não serão realizadas outras entrevistas por diversos fatores. Desde logo, existe a questão do tempo; pelo facto de se considerar que grande parte da informação relevante poderá ser obtida através de outras formas (trabalhos sobre a praça, redes sociais, pela informação obtida no trabalho de campo, por um exercício de contextualização e análise relacional, entre outros); pela dificuldade de acesso aos utilizadores da praça e da possibilidade de obter uma “amostra representativa” da mesma (em particular, do passado da mesma), tendo em conta que estes não entram propriamente na categoria de “residentes”, os quais poderiam ser mais facilmente identificáveis; pelo facto da recolha de informação suficientemente representativa implicar necessariamente a realização de diversas entrevistas, a diferentes grupos, sendo que essa informação implica uma elevada dimensão subjetiva no que diz respeito à experiência de acesso e apropriação da praça por diferentes pessoas, e, como tal, não simplesmente algo que possa ser recolhido através da inquirição de uma pessoa supostamente representativa ou líder de um determinado grupo; sendo que, mesmo apostando em entrevistas a residentes na Mouraria e territórios envolventes, haveria que considerar que muitos, em particular determinados grupos, não tendiam a apropriar a praça, bem como o próprio facto de tal aposta tender a não representar aqueles que, não sendo habitantes de tais territórios, igualmente frequentavam a praça.

Será igualmente seguida uma análise de conteúdo qualitativa, a ser aplicada de forma sistemática e contextualizada quer aos diferentes documentos/textos vários consultados, em particular publicações<sup>22</sup> (jornais/revistas), desde publicações oficiais a não-oficiais e em vários suportes/formas (na imprensa; de cariz turístico; em redes sociais e em outros diferentes espaços online<sup>23</sup>; entre outros), bem como aos discursos de diferentes agentes - ainda que não se trate de

---

<sup>22</sup> As publicações a consultar, considerando os números publicados a partir de a partir de Junho de 2012, são as seguintes: Turismo de Lisboa; FOLLOW ME LISBOA; Revista Turismo de Lisboa; My Own Lisboa; Agenda Cultural Lisboa; Revista Lisboa; jornal Rosa Maria. Serão ainda consultados diversos periódicos generalistas.

Outra publicação para a qual, inicialmente, existia intenção de analisar era a revista Time Out Lisboa. No entanto, de momento é impossível a sua consulta na Hemeroteca Municipal, e o seu arquivo também não se encontra disponível na Biblioteca Nacional. Além disso, e após contacto com a revista, foi-me referido que esta não detém um arquivo próprio que permitisse a consulta.

<sup>23</sup> Abordagem que tem sido denominada de “etnografia virtual”: “Providing a ‘thick’ description through the ‘immersion’ of the researcher in the online lives of their subjects, a virtual ethnography is created, and the type of data gained is qualitative, in-depth and contextual. Virtual ethnographies may range from an

uma análise linguística num sentido mais estrito, mas sim uma análise do que se encontra presente nos seus discursos, em termos de conteúdos e significados, e que remete para a praça. Segundo Florian Kohlbacher (Kohlbacher, 2005), a partir de Phillip Mayring, a análise de conteúdo qualitativa dá ênfase aos seguintes pontos: 1) tomar o material analisado como um modelo de comunicação, salientando a subjetividade e posição do investigador, o contexto da sua produção, o enquadramento sociocultural, e o próprio texto/objeto e os seus efeitos; 2) deve seguir uma análise sistemática, passo-a-passo, seguindo regras de procedimento; 3) as categorias são o centro da interpretação e análise; 4) a análise deve estar adaptada à temática e ao contexto; 5) devido ao ponto anterior, não existem métodos estritamente standardizados e replicáveis para todos os casos; 6) a análise é teoricamente orientada; 7) a inclusão de elementos quantitativos, segundo uma lógica de triangulação, é importante para tentativas de generalização; e 8) a análise pretende ser intersubjetivamente compreensível, garantindo critérios de validade e confiança, como seja através da comparação de resultados e informações a partir de outros estudos. O objetivo desta metodologia será, através de um processo indutivo<sup>24</sup>, identificar e analisar as principais representações e (in)visibilidades associadas à Praça do Martim Moniz, tendo em consideração as categorias/dimensões de análise e estratégias metodológicas anteriormente salientadas.

---

observational study, in which the researcher is ‘passive’, to a more participative approach, in which the researcher fully participates and engages as a member of an online community. (...) virtual ethnography extends the traditional notions of field and ethnographic study from the observation of co-located, face-to-face interactions, to technologically mediated interactions in online networks and communities.” (Clifford, et al., 2010, p. 179). A qual pretenderá ser complementada com informação online georreferenciada - *geotags* -, proveniente de serviços como o google maps ou outros meios que utilizam *hashtags* e remetam para dimensões espaciais da praça, e que permitem: “[b]y aggregating and visualizing large databases of geoweb data, this research seeks to understand how these geolocated social media are connected to particular places and their cultural, economic, political, and social histories.” (Crampton, et al., 2013, p. 131). Ainda que, e como os próprios autores referem, a dimensão explicativa desta informação não vale por si só, sendo necessário reconhecer os seus limites, desde logo ao nível da sua própria localização de forma a não se restringir a um exercício espacial não-relacional e *meramente* cartesiano, procurando que esta informação seja cruzada e contextualizada, e a reconhecer as relações fluídas entre as dimensões materiais e virtuais para a construção social do espaço (Crampton, et al., 2013)

<sup>24</sup> “The main idea of the procedure is to formulate a criterion of definition, derived from the theoretical background and the research question, which determines the aspects of the textual material taken into account. Following this criterion the material is worked through and categories are deduced tentatively and step by step. Within a feedback loop the categories are revised, eventually reduced to main categories and checked in respect to their reliability (MAYRING, 2000a, [12]).” (Kohlbacher, 2005)

Por último, será realizado uma pesquisa de terreno<sup>25</sup> na Praça do Martim Moniz, envolvendo, de forma que procurará ser complementar, registo de notas<sup>26</sup> em diário de campo e a utilização de fotografia. A pesquisa de terreno será realizada de forma intensiva e sistemática, em vários períodos do dia e de semana, durante 3 momentos<sup>27</sup> - ainda que esta duração não possa ser determinada à partida, mas esteja dependente do nível de “saturação” de informação atingida, isto é, até ao ponto em que a recolha de informação já não traga mais contributos significativos para a pesquisa. A aplicação desta metodologia focar-se-á nas espacialidades atuais, dado que a posterior análise das alterações temporais das mesmas será feita através de uma comparação com os resultados obtidos entre este exercício e a informação obtida através da bibliografia, das entrevistas a realizar, entre outras fontes. O objetivo da pesquisa de terreno corresponde, em relação com as dimensões de análise e estratégia metodológica apresentadas, à necessidade de recolher informação ao nível dos diferentes ritmos, zonas, situações, práticas espaciais e sociais, e relações entre diferentes sujeitos/grupos socioculturais presentes na praça do Martim Moniz.

---

<sup>25</sup> “O método da pesquisa de terreno assenta na *presença prolongada* do investigador nos contextos sociais em estudo, em *contacto directo* com as pessoas e as situações. Nesse sentido, pode dizer-se que o principal instrumento da pesquisa é o próprio investigador, através das observações “de primeiro grau”, a que vai procedendo, de pessoas e grupos, gestos e verbalizações, comportamentos e situações, símbolos e objectos, actividades e processos, e através das observações “de segundo grau” que continuamente faz dos modos de relacionamento que os membros da unidade social em estudo com ele vão estabelecendo.” (Costa, 2008, p. 11).

<sup>26</sup> Seguindo a tipologia de Ernest Burgess, serão desenvolvidas três diferentes notas de campo. As primeiras, as substantivas, “(...) consistem num registo contínuo de situações, acontecimento e conversas nas quais o investigador participa.” (Burgess, 1997, p. 182). As segundas são as notas metodológicas, e que dizem respeito às reflexões feitas pelo investigador relativamente ao processo e métodos de pesquisa desenvolvido nas suas várias dimensões (Burgess, 1997, pp. 188-189). Por último, existem as notas analíticas, as quais remetem para uma reflexão mais analítica feita pelo investigador durante o próprio de pesquisa de terreno, e que “(...) podem incluir as questões prévias e as hipóteses a discutir e a testar.” (Burgess, 1997, pp. 189-190).

<sup>27</sup> A pesquisa de terreno decorreu em 3 momentos. Um primeiro, no contexto de uma disciplina (Pesquisa de Terreno), de carácter mais exploratório e que influenciou o desenho desta pesquisa, decorreu entre os dias 5 e 8 de Dezembro de 2013 no contexto da disciplina de PT. O segundo momento decorreu entre 2 e 8 de Agosto de 2014. Enquanto o último momento de observação decorreu entre 1 e 6 de Setembro de 2014.

Procurará ser seguida uma “observação direta”<sup>28</sup>, uma abordagem “naturalística”<sup>29</sup> - o que é algo diferente de tomar a realidade social como “natural” -, ainda que reconhecendo a complexidade e dimensão processual da realidade estudada, bem como o acesso mediado a que se encontra sujeito, a forma como o investigador se posiciona e as interações estabelecidas no terreno<sup>30</sup>.

Tratar-se-á, acima de tudo, e de acordo com Beaud e Weber (Beaud & Weber, 2007), de uma “observação de um lugar”, e não tanto uma observação restrita a um determinado grupo, organização ou atividade específica. Uma opção que se relaciona com o próprio facto de, apesar de poderem existir grupos socioculturais que devido a sua ocupação da praça estejam mais associadas à mesma e contribuam para as representações e simbologia da mesma, não existir propriamente um “grupo específico” ligado ao Martim Moniz, como poderia ser o caso de uma população residente. Algo que contribui igualmente para a necessidade de conceber uma análise relacional e multi-escalar do local referido. Como refere Graça Índias Cordeiro, trata-se de um relação que deve ser considerada entre o indivíduo e o contexto, entre, por um lado, a unidade de observação em análise e a necessidade de, particularmente no caso urbano, não deixar que a análise fica estrita à unidade escolhida:

---

<sup>28</sup> Segundo Quivy e Campenhoudt, este método permite ao “(...) investigador (...) estar atento ao aparecimento ou á transformação dos comportamentos, aos efeitos que eles produzem e aos contextos em que são observados, como a ordenação de um espaço (...)” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 196), o que é algo que, como se depreende, se enquadra nos objetivos da presente dissertação.

<sup>29</sup> “Qualitative researchers work explicitly to explore the world in its found form (in work that is termed, for that reason, naturalistic). We recognize and validate the complexity of everyday life, the nuances of meaning-making in an ever-changing world, and the multitude of influences that shape human lived experience (pluralities from which quantitative summaries must abstract). We work to acknowledge the researcher’s whole person as a research instrument in our interactions with the people with whom we work, and with whom we both collect and construct our empirical materials (our data). Qualitative researchers, as Denzin and Lincoln point out, ‘stress the socially constructed nature of reality, the intimate relationship between the researcher and what is being studied, and the situational constraints that shape inquiry. They seek to answer questions that stress how social experience is given meaning’ (2005b: 10). Indeed, qualitative research places the researcher in and amongst the findings, rather than deploying the scientized rhetoric of the disembodied, neutral and detached observer.” (DeLyser, et al., 2010, p. 6).

<sup>30</sup> “Ethnographic findings are not therefore ‘realities extracted from the field’ but are ‘intersubjective truths’ negotiated out of the warmth and friction of an unfolding, iterative process (Parr, 2001; Hoggart et al., 2002).” (Cloke, et al., 2004, p. 170).

(...) em contextos urbanos, não se podem encontrar facilmente equivalente a esta “forma social” onde o espaço e a unidade social muitas vezes coincidem. Mas dizer isto não significa que não seja necessário procurar outro tipo de *recortes* que operam em vários planos e escalas (mais restritos e mais amplos, por vezes em casca de cebola). (Cordeiro, 2010, p. 116).

Para Graça Índias Cordeiro, um dos objectivos da etnografia urbana passa por “(...) evitar a dicotomia entre o indivíduo e as megasestruturas urbanas” (Cordeiro, 2010: 115), partindo dos “(...) lugares em que os indivíduos se inserem” (Cordeiro, 2010, p. 115) ao mesmo tempo que procurando uma abordagem de “nível intermédio”, considerando as “situações e redes” (Cordeiro, 2010, pp. 115-116). Ou seja, trata-se de procurar analisar “as práticas dos actores e o contexto em que essas práticas se desenvolvem, entendido como parte constitutiva do próprio recorte de análise” (Cordeiro, 2010, p. 116).

Segundo Beaud e Weber, este tipo de observação, de lugar, é “(...) mais fácil de conduzir, porque não teve que ser negociada” (Beaud & Weber, 2007, p. 109). No entanto, e mesmo reconhecendo uma maior facilidade de negociação, tendo a discordar desta afirmação dado que algumas questões de “acesso” se mantêm. Em primeiro lugar, existe a necessidade de o investigador se relacionar com outras pessoas no local, mesmo que de forma anónima e impessoal, e mesmo que de forma não declarada relativamente ao seu “papel de investigador”. A presença do investigador é um dado a considerar, em particular pelos possíveis efeitos que poderá provocar nos comportamentos de outros ao mesmo tempo que os pretende observar/estudar - o que é algo que influencia a pesquisa realizada. Torna-se necessário procurar aplicar uma prática de observação sem se ser intrusivo e muito condicionador das práticas, situações e interações “normais” do local (até pelo facto de a pesquisa de terreno ser uma prática naturalista). Em segundo lugar, e de forma mais “simples”, existe ainda a questão da necessidade de o investigador estar constantemente a mudar, e até a negociar, o seu lugar físico de observação de forma a realizar uma observação mais completa. Isto é, o acesso deve ser visto, em particular numa “observação de lugar”, como um processo, como algo que está constantemente a ser colocado em causa e que existe negociação. Existe, assim, a necessidade de o investigador ser reflexivo em relação ao que se observa, descreve e analisa, dado que a observação é “um triplo trabalho de percepção, de memorização e de anotação” (Beaud & Weber, 2007, p. 95), sendo necessário “explicitar suas percepções e suas impressões mentalmente num primeiro momento e, depois, por escrito; tomar consciência de que suas percepções dependem não somente de um questionamento teórico, mas sobretudo de um ponto de vista empírico; fazer variar sistematicamente os pontos de vista que você assume,

empiricamente, para observar” (Beaud & Weber, 2007, p. 98). Em suma, é necessário tomar o acesso como a capacidade/possibilidade de observar, e observar sem ser intrusivo e muito condicionador de situações, práticas e relações “comuns” do local, ao mesmo tempo que procurando obter a máximo de informação “relevante/significativa” possível, e que envolve sempre uma diversidade de pontos de vista e subjetividades que devem ser consideradas e conjugadas (Beaud & Weber, 2007, p. 101), dimensões que simplesmente não se “encontram à espera de serem observadas”, que variam constantemente, e para as quais não existe um acesso total. Também por esta razão, torna-se necessário atender às dimensões éticas que tal envolve, e ao contexto/relações de poder presentes. Isto é, o acesso deve ser visto, em particular numa “observação de lugar”, como um processo, com algo que está constantemente a ser colocado em causa e que existe negociação. Concluindo, a utilização desta técnica de pesquisa tem como objetivo o acesso e compreensão das lógicas de acesso, uso e apropriação do espaço público, bem como dos significados e relações de poder envolvidos, mas que não deixa, como se depreende do já exposto, de contribuir para um exercício que é incompleto e parcial, e não uma representação e um “retrato” objetivo da praça do Martim Moniz “tal como ela é” - até pela impossibilidade de atingir tal representação.

Relativamente ao uso de fotografia, Gillian Rose refere, a partir de Stuart Hall<sup>31</sup>, que a interpretação de uma imagem não implica a “descoberta da sua verdade”, ainda que seja importante justificar a interpretação<sup>32</sup> feita (Rose, 2001, p. 2). Neste trabalho, a autora defende uma metodologia visual crítica, com uma abordagem que considere 1) os significados culturais da imagem, 2) as práticas sociais e 3) as relações de poder envolvidas (Rose, 2001, p. 3). Num trabalho mais recente, a mesma autora (Rose, 2013, pp. 5-6) refere que as metodologias que utilizam materiais visuais tendem a ser associadas a três grandes vantagens: 1) São capaz de gerar dados

---

<sup>31</sup> “It is worth emphasising that there is no single or ‘correct’ answer to the question, ‘What does this image mean?’ or ‘What is this ad saying?’ Since there is no law which can guarantee that things will have ‘one, true meaning’, or that meanings won’t change over time, work in this area is bound to be interpretative ± a debate between, not who is ‘right’ and who is ‘wrong’, but between equally plausible, though sometimes competing and contesting, meanings and interpretations. The best way to ‘settle’ such contested readings is to look again at the concrete example and try to justify one’s ‘reading’ in detail in relation to the actual practices and forms of signification used, and what meanings they seem to you to be producing. (Hall, 1997a: 9)” (Rose, 2001, p. 2)

<sup>32</sup> “Interpretations of visual images broadly concur that there are three sites at which the meanings of an image are made: the site(s) of the **production** of an image, the site of the **image** itself, and the site(s) where it is seen by various **audiences**.” (Rose, 2001, p. 16)

que permitem evidenciar aspetos que outros métodos, como por exemplo as entrevistas, não conseguiriam; 2) São tidas como capazes de conferir informação relativamente a dimensões por vezes “não-reveladas” e que podem permitir ao investigador uma maior reflexão sobre o que encontra no terreno e à sua relação com este, isto porque se tratam de metodologias que “(...) are often used to uncover the implicit knowledges in everyday practices (...)” (Rose, 2013, p. 5) dado que se focam “(...) on the ordinary and everyday” (Rose, 2013, p. 5); 3) E, em terceiro lugar, são metodologias consideradas como colaborativas, nem que seja porque “(...) taking a photo always entails some sort of negotiated relationship between the person making the image and those being pictured.” (Rose, 2013, p. 6), ainda que as relações de poder também devam ser consideradas neste processo.

Posteriormente, a autora (Rose, 2013) explora uma dimensão relacionada com a possibilidade de representação da realidade social a partir destes métodos de pesquisa visual, algo que deverá ser feito recorrendo à própria experiência e reflexividade do investigador, e que deve passar pelo reconhecimento de que tal ação remete, mais do que para uma representação *visual*, para uma representação de algo *visível*: “Most obviously, the version of the social being created by projects using VRM is one that is *visible*. As Hodgetts et al. (2007) emphasize, the structure of an image-elicitation interview is that of ‘showing’: showing, and then talking about what is shown. VRM create a social that shows itself.” (Rose, 2013, p. 6). Sendo que, geralmente, nesta análise da realidade social é tida em consideração o conteúdo dos materiais visuais obtidos e não tanto a sua forma: “The significance of the photos is seen to rest on *what* is pictured, not *how* it is pictured.” (Rose, 2013, p. 7). Ainda que, apesar desta ênfase na visibilidade, o “que-não-é-visível” na foto também deva ser passível de interpretação, precisamente a partir daquilo que sendo *visível* suscita questões sobre o “*que-não-é-visível*” (Rose, 2013, p. 7). A autora chama, contudo, a atenção para a relação que se tem vindo a estabelecer e a intensificar entre os métodos de pesquisa visual e a cultural visual, e que diz respeito ao reconhecimento de que:

(...) *visuality* refers to *the cultural construction* of visual experience: ‘how we see, how we are able, allowed, or made to see, and how we see this seeing and the unseeing therein’. Researchers using VRM, as they are currently constituted, are much more concerned with making meaning by working with what images show, than they are with unpacking the effects of contemporary visualities on the processes of making and interpreting visual materials. (Rose, 2013, pp. 7-8).

Além desta dimensão, há ainda a considerar o papel desempenhado ao nível da mediação, comunicação e performatividade das representações feitas a partir de materiais visuais<sup>33</sup> (Rose, 2013). No presente trabalho, esta relação não será tida em conta de forma central ao nível da dimensão metodológica associada à pesquisa de terreno que envolverá fotografia - ainda que a mesma possa ser considerada na análise de alguns objetos visuais, em conjugação com a análise de conteúdo qualitativa, como seja o caso de imagens ou vídeos encontrados na imprensa, produtos turísticos ou em ambientes *online*.

### 1.7 Estrutura da tese

Por último, importa apenas abordar de forma geral a estrutura da tese. Após este espaço de introdução, será explorado o enquadramento teórico, o qual se divide nos seguintes subcapítulos: “Poder, Significados e Espaço” e “Intervenções e alterações de Espacialidades”. Posteriormente, será dado espaço ao caso de estudo, começando por um enquadramento histórico-geográfico da Praça, seguido por uma descrição e contextualização da intervenção em causa, uma discussão das representações e (in)visibilidades da praça contextualizada com os processos mais recentes, uma análise das espacialidades da Praça do Martim Moniz na atualidade e, por último, um resumo geral das transformações observadas. Segue-se um capítulo onde, em primeiro lugar, se salienta a necessidade de se realizar uma análise crítica das transformações analisadas, onde serão salientados os limites dos resultados obtidos na presente dissertação, e, por último, a dissertação finaliza com uma conclusão que procurará, de forma reflexiva e essencialmente analítica, conjugar criticamente os diferentes pontos abordados na tese.

---

<sup>33</sup> “(...) the relationship between VRM and visual culture consists in what research using VRM *does* with images, as part of its practice. Using VRM *performs* a contemporary visual culture, rather than finding it *represented* in the images it generates, in the social it performs or in the research participants it enrolls. In particular, the indecision of VRM as a body of work about the nature of the various kinds of images VRM create – the uncertainty about how those images form traces – is performing the provisionality of contemporary, convergent visual culture.” (Rose, 2013, p. 16).



## Capítulo I - Enquadramento Teórico

### 2.1 Poder, Significados e Espaço

O objetivo deste capítulo passa pela apresentação e discussão de temas e conceitos de âmbito mais geral quando comparados com as discussões posteriores, mas que procurarão ser considerados de forma relacional, e constituirão a perspetiva teórica e o modelo e a grelha de análise, a qual é sempre situada e parcial e uma entre outras possíveis, a partir da qual serão debatidas as problemáticas abordadas na presente dissertação.

#### 2.1.1 Relações de Poder

A análise das relações de poder que será realizada na presente dissertação é inspirada nos trabalhos de Michel Foucault. Na problematização feita pelo autor<sup>34</sup>, não existe a procura de uma definição conceptual sobre “o que é o poder?” (Foucault, 2005, p. 19), isto é, não se trata de fazer uma “teoria do poder”, mas sim, uma análise que procura “(...) determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas.” (Foucault, 2005, p. 19). Foucault é crítico de uma concepção essencialmente negativa e restritiva do poder, um poder que instituiria o “permitido” e o “proibido”, a qual o autor denomina de concepção “jurídica do poder” e que se encontra associada a uma concepção que reduz o poder a uma dimensão jurídica e/ou localizada numa dada instituição<sup>35</sup> (Foucault, 2012; Foucault, 2005, p. 21). Para Foucault, “(...) o poder não se dá, nem se troca, nem se retoma, (...) ele se exerce e só existe em ato” (Foucault, 2005, p. 21), e “(...) o poder não é primeiramente manutenção e recondução das relações económicas, mas, em si mesmo, primariamente, uma relação de força.” (Foucault, 2005, p. 21).

---

<sup>34</sup> Foucault faz uma análise histórica daquilo a que denomina de tecnologias de poder, identificando três diferentes tecnologias de poder, o “poder soberano”, o “poder disciplinar” e a “biopolítica” (Foucault, 2005).

<sup>35</sup> Foucault é crítico de uma concepção de poder que tende a conceber e a questionar o mesmo nos seguintes termos: “(...) where is power, who holds power, what are the rules governing [*les règles qui régissent*] power, what is the system of law that power establishes within the social body.” (Foucault, 2012)

A crítica às concepções negativas e restritivas de poder deve-se ao reconhecimento das dimensões relacionais<sup>36</sup> e produtivas existentes ao nível das relações de poder, as quais devem ser consideradas dado que, para Foucault, o poder:

(...) é concebido como “um conjunto de acções sobre acções possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidades onde vem inscrever-se o comportamento dos sujeitos actuantes: incita, induz, contorna, facilita ou torna mais difícil, alarga ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, constringe ou impede completamente; mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos actuantes, na medida em que agem ou em que são susceptíveis de agir. Uma acção sobre acções” (Foucault, 1984: 313). (Martins & Neves, 2000, p. 62).

As relações de poder não são, assim, algo de “coerente, unitário e estável”, mas relações de exercício de poder entre diferentes sujeitos - os quais nunca se encontram fixos numa dada posição -, envolvendo relações de “dominação e resistência”, e que se enquadram em determinados contextos históricos, bem como ao estabelecimento de redes, a determinados modos e instrumentos de aplicação, e aos efeitos que origina, em particular ao nível dos “agenciamentos e subjetividades” e da forma como para tal se “cruzam práticas, saberes e instituições” (Revel, 2005, pp. 67-68). Como igualmente salienta Judith Revel, esta forma de conceber as relações de poder implica o considerar do papel da agência/potência, “(...) na medida em que o poder não se exerce senão sobre sujeitos - individuais ou coletivos - "que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas [...] podem acontecer. Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas".” (Revel, 2005, p. 68), e, por tal razão, o poder não é apenas negativo e repressivo, mas é também “(...) produtivo (efeitos de verdade, de subjetividade, de lutas), e que ele pode, inversamente, enraizar os fenômenos de resistência no próprio interior do poder que eles buscam contestar, e não num improvável "exterior".” (Revel, 2005, p. 68). A forma de conceber as relações de poder na

---

<sup>36</sup> Como refere Michel Foucault, torna-se necessário não “(...) tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo - dominação de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre outros, de uma classe sobre outras -; (...) O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles.

(...) O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu.” (Foucault, 2005, pp. 34-35).

presente dissertação vai centrar-se, assim, nas situações co-constitutivas de dominação e resistência, de restrição e transgressão, as quais circulam ao nível de processos, práticas e relações entre diferentes indivíduos.

### 2.1.2.1 Cultura

Tornou-se clássica a referência a Raymond Williams nos debates sobre o conceito de cultura. No seu trabalho sobre a história do conceito, o autor identifica três usos correntes relativamente ao uso de cultura: 1) um ligado a um “sentido civilizacional”, relacionado com um processo de progresso em termos intelectuais, espirituais e estéticos, associado à Modernidade; 2) um uso que diria respeito ao entendimento de cultura como um “modo de vida”<sup>37</sup>, específico ou geral/universalizável, num sentido antropológico; e 3) o uso que designaria as obras e práticas intelectuais e artísticas (música, literatura, pintura, entre outras), em particular as associadas à “alta cultura” (Williams, 1983, p. 90). No entanto, como nos avisa Williams, ao invés de procurar estabelecer a divisão destas três formas, torna-se mais significativo olhar para a forma como estas se relacionam e se sobrepõem (Williams, 1983, p. 91).

No seguimento de Williams, Stuart Hall explora igualmente o significado do conceito de cultura. Para Hall (Hall, 2008, p. 265), cultura refere-se a um sistema de significados partilhados, dos quais as pessoas que pertencem uma dada comunidade, grupo ou nação fazem uso para interpretar e fazerem sentido do mundo. Estes significados partilhados encontram-se imersos no mundo material e social, e incluem quer as práticas sociais que produzem significados, quer as práticas sociais que são reguladas e organizadas por esses mesmos significados partilhados<sup>38</sup>. Esta

---

<sup>37</sup> O uso que, na presente tese, mais nos interessa explorar. Ainda que se procurará ter cuidado de forma a não cair em essencialismos culturais/românticos ligadas ao mesmo, em relação aos quais, muitas vezes, se afirmação uma ligação essencial, orgânica e fixa entre “indivíduos, grupos e lugares” (Azevedo, 2006, p. 126).

<sup>38</sup> Num outro texto, Stuart Hall (Hall, 1997), sublinha igualmente esta relação entre cultura e as ações/práticas sociais, salientando a forma como a ação social “requer e é relevante para o significado”: “A ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Estes sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas culturas. Contribuem para assegurar que toda ação social é cultural, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um

pertença partilhada, de um conjunto de significados partilhados, contribui para a formação, sustentação e/ou transformação de sentimentos de comunidade e de identidade. Sendo que, como refere igualmente Hall, este processo encontra-se igualmente relacionado com a formação de sentimentos de pertença e semelhança em relação a um “nós”, em oposição a um “outro” tomado como “diferente”.

Hall (Hall, 2008, p. 266), como já referido, salienta que as culturas consistem em diferentes sistemas que produzem significados partilhados, a partir dos quais classificamos e apreendemos/interpretamos o mundo como algo de dotado de significância. Ainda que seja necessário realçar que estes significados não são fixos dado que não existe um significado singular que se manifesta de forma perceptível para todos, bem como pelo facto de as culturas, e os seus significados, serem algo de dinâmico e de se tratarem de um processo histórico (Hall, 2008, p. 266). Os sistemas de significado não podem ser tomados como fixos mas antes sempre abertos à sua interpretação e alteração, relativamente aos quais existem diferentes interpretações, mesmo que seja necessário posicionarmos-nos dentro desse mesmo sistema de significados para podermos comunicar (Hall, 2008, pp. 266-267).

Posteriormente, Hall explora esta questão ao nível da identidade nacional e a forma como a mesma é formada, numa relação desigual em termos de poder e entre situações de pertença/semelhança e diferença. Desta problematização, o autor retira a ideia central que gostaríamos de destacar neste subcapítulo, e que segundo o autor nos obriga a conceber de outra forma a questão da cultura. Para Stuart Hall a cultura não é algo de simples, evidente e unificado, mas é antes um processo, sempre composto de relações de diferença e semelhança, de continuidade e descontinuidades - isto é, a cultura diz respeito a um processo de negociação e contínua

---

significado e, neste sentido, são práticas de significação.” (Hall, 1997, p. 15). O autor posteriormente salienta que a cultura, na atualidade, adquire uma centralidade que lhe advém igualmente de uma dimensão regulativa, tanto 1) ao nível da forma como as práticas sociais são como que “enformadas”, “conduzidas” num dado sentido e significado, o qual ganha inteligibilidade numa “cultura regulada e comum a todos”, com “conceitos, valores e normas comuns”; 2) que tais práticas e condutas estão dentro de “sistemas classificatórios” que “definem os limites entre a semelhança e a diferença”, o “aceitável e o não aceitável”, o “normal e o não-normal”, num dado quadro de significados partilhados; 3) a regulação através da cultura, e aqui seguindo uma lógica *foucaultiana*, é igualmente importante na constituição de “subjetividades”, não tanto pelo controlo e constrangimento, mas mais por uma “regulação individual” incentivada através da partilha e promoção de determinadas motivações, objetivos e aspirações (Hall, 1997, pp. 35-36).

transformação, sempre sujeito a conflitos e tensões relativamente aos sistemas de significados partilhados associados (Hall, 2008, pp. 269-270).

### **2.1.2.2 Identidade, Semelhança, Diferença e Poder**

Como igualmente sinaliza Stuart Hall, num outro texto (Hall, 1991, pp. 47-48), as identidades são um processo, nunca completas mas antes em constante formação e contestação, sendo que estas envolvem sempre um processo complexo de identificação. Este processo de envolve a identificação e tensão entre elementos de semelhança e de diferença, com os quais cada um se relaciona, e que é sempre constituído de forma ambivalente, em que se muitas vezes se cria uma divisão/fronteira relativamente a um “outro”, sendo que este mesmo processo acaba por tornar problemática a própria oposição, dada a presença do “outro” no processo de identificação do “eu/nós”.

Ana Cristina Santos, numa discussão sobre a relação entre teoria Queer e Identidade, relembra-nos, em relação a esta última, que “(...) as identidades são sempre múltiplas, compostas por um número infinito de “componentes de identidade” – classe, orientação sexual, género, idade, nacionalidade, etnia, etc. – que podem articular-se de inúmeras formas” (Santos, 2006, pp. 7-8). As identidades são sempre construídas, arbitrárias, instáveis e excludentes, no sentido em que implicam “(...) o silenciamento de outras experiências de vida.” (Santos, 2006, p. 8), envolvendo “(...) imperativos estruturais de disciplina e regulação que visam confinar comportamentos individuais, marginalizando outras formas de apresentar o “eu”, o corpo, as acções e as relações entre as pessoas.” (Santos, 2006, p. 8). E, por último, as identidades apresentam ainda um “(...) significado permanentemente aberto, fluído e passível de contestação(...)” (Santos, 2006, p. 8).

Por sua vez, Kathryn Woodward (Woodward, 1997, p. 12), na sua reflexão sobre a forma como muitas vezes são atribuídos significados essencialistas às identidades, tomadas como fixas e imutáveis, refere que tais significados tendem a constituir-se com base num apelo a uma ideia de natureza ou a uma visão essencialista e/ou naturalizada da história. Ao invés, Woodward pretende salientar que as identidades são relacionais, sendo a ideia de diferença estabelecida através de classificações simbólicas em relação a “outros”, e mantidas através de condições sociais e materiais. Sendo que, apesar da sua relação, importa salientar as diferenças entre estes dois processos: “Symbolic marking is how we make sense of social relations and practices; for example, regarding who is excluded and who is included. Social differentiation is how these classifications

of difference are “lived out” in social relations.” (Woodward, 1997, p. 12). O que é algo que, como refere a autora, obriga-nos a tomar em consideração a forma como estes sistemas classificativos são produzidos e mantidos, em particular ao nível das identidades que possam ser valorizadas e outras invisibilizadas em tais processos de criação de categorias unitárias, bem como a razão pela qual algumas pessoas se posicionam e identificam com as mesmas. (Woodward, 1997, p. 12).

Neste sentido, torna-se relevante considerar as relações de poder existentes nos processos de formação e sustentação de identidades, isto é, e em particular, sobre as relações de poder envolvidas nos processos de categorização de semelhança e diferença. Doreen Massey *et al* problematizam esta questão, relacionando-a com uma dimensão espacial, partindo da forma como, muitas vezes, a ideia de diferença é produzida através de um pensamento binário no qual a identidade é vista como uma “(...) form of subject position in which the individual is thinking along these lines: “I am white, but not black; I am male, but not female; (...) and so on”.” (Massey, et al., 1999, pp. 111-112). Não se trata tanto de negar a existência de diferenças, mas de salientar a forma com esta é tomada como algo de discreto e essencialmente diferente, e contruída a partir de posições sociais que envolvem desiguais relações de poder, as quais podem ser (re)produzidas durante o referido processo de formação identitária (Massey, et al., 1999, pp. 111-112). O paradoxo encontrado pelos autores (Massey, et al., 1999, pp. 111-112) nesta forma de pensamento binário encontra-se no facto de que as diferentes identidades são tomadas como não relacionadas, apesar da sua dimensão co-constitutiva, instalando ao invés uma fronteira/separação, como se de duas dimensões/categorias totalmente discretas se tratassem, algo que se encontra relacionada com a (re)produção de formas de desigualdade, dado que “(...) it can be understood that people who are seen as unacceptably different are locked up, moved on, shunned, marginalized, ridiculed, and/or even murdered.” (Massey, et al., 1999, pp. 111-112).

Uma das problematizações mais interessantes sobre esta questão é apresentada por Avtar Brah, no seu artigo “*Diferença, Diversidade e Diferenciação*” (Brah, 2006), no qual a autora centra a sua questão na forma como diferentes categorias são usadas como fenómeno de diferenciação social - mas também como categoria e forma de mobilização política, na resposta a essa mesma desigualdade social -, explorando tal questão a partir de um ponto de vista feminista e interseccional<sup>39</sup>. Em primeiro lugar, a discussão foca-se na questão do essencialismo, conceito que,

---

<sup>39</sup> Noutro texto, Avtar Brah define interseccionalidade como: “We regard the concept of ‘intersectionality’ as signifying the complex, irreducible, varied, and variable effects which ensue when multiple axis of

como a autora refere, implica “(...) uma noção de essência última que transcenderia limites históricos e culturais.” (Brah, 2006, p. 331), e, posteriormente, a autora procura não só negar o carácter fixo e dicotómico de diferentes categorias, mas também salientar a forma como as categorias são criadas dentro de “(...) campos historicamente contingentes de contestação dentro de práticas discursivas e materiais.” (Brah, 2006, p. 331). Além disso, a autora salienta a importância de uma análise interseccional que parta de uma “(...) macroanálise que estude as inter-relações das várias formas de diferenciação social, empírica e historicamente, mas sem necessariamente derivar todas elas de uma só instância determinante.” (Brah, 2006, pp. 331-332), ou seja, não procurando reduzir essa diferenciação social a uma só dimensão/eixo de diferença que seria tomada como a única causa de desigualdade e pressuporia um grupo/identidade unitário, bem como salientando as dimensões da subjetividade e identidade em tais processos e relações de poder (Brah, 2006, pp. 331-332).

Avtar Brah é crítica da utilização discreta e dicotómica de determinadas categorias, e salienta, tal como já referido, a necessidade de se analisar, ao invés, as relações e intersecções das mesmas, bem como as suas condições históricas de emergência (Brah, 2006, p. 351). Em particular, a discussão feita por Brah, procura centrar-se em quem, de que forma, com que conteúdo e em que categorias são produzidas tais diferenças, e se tal diferença corresponde a uma diferença que “diferencia lateral ou hierarquicamente.” (Brah, 2006, pp. 357-358). Avtar Brah procura um esquema analítico da diferença, focando-se na articulação entre diferentes discursos e práticas, e quatro dimensões a partir da qual a autora pretende discutir a diferença: a experiência, a relação social, a subjetividade e a identidade (Brah, 2006, p. 359).

Em relação à diferença como experiência, a autora salienta a forma como a proclamação de que o “pessoal é político” implica uma relação entre dimensões ao mesmo tempo individuais e coletivas, pessoais e institucionais (Brah, 2006, p. 360), e que, como refere Brah, a experiência:

(...) não reflete de maneira transparente uma realidade pré-determinada, mas é uma construção cultural. De fato, “experiência” é um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo a que chamamos “realidade”. Donde a necessidade de re-enfatizar uma noção de experiência não como diretriz imediata para a “verdade” mas como uma prática de atribuir

---

differentiation – economic, political, cultural, psychic, subjective and experiential – intersect in historically specific contexts. The concept emphasizes that different dimensions of social life cannot be separated out into discrete and pure strands.” (Brah & Phoenix, 2004).

sentido, tanto simbólica como narrativamente: como uma luta sobre condições materiais e significado.” (Brah, 2006, p. 360).

Brah pretende salientar a existência não de um “sujeito” já totalmente construído, mas antes um sujeito que deve ser visto de forma processual, constituído na e através da experiência, a qual não deve ser tomada de forma neutral mas vista como “(...) um lugar de contestação: um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas. É essencial então enfrentar as questões de que matrizes ideológicas ou campos de significação e representação estão em jogo na formação de sujeitos diferentes, e quais são os processos econômicos, políticos e culturais que inscrevem experiências historicamente variáveis. Como diz Joan Scott, “a experiência é sempre uma interpretação e, ao mesmo tempo, precisa de interpretação”.” (Brah, 2006, pp. 360-361). Como sintetiza a autora, é negada a ideia de um sujeito “unificado, fixo e já existente”, salientando-se ao invés a sua multiplicidade e dimensão processual (Brah, 2006, p. 361). Por último, Brah salienta a dimensão individual e coletiva que se articulam e relacionam, não devendo ser “lidas uma a partir da outra” (Brah, 2006, pp. 361-362).

Explorando a diferença como relação social, Brah refere-se, de forma sumária, à “(...) articulação historicamente variável de micro e macro regimes de poder, dentro dos quais modos de diferenciação tais como gênero, classe ou racismo são instituídos em termos de formações *estruturadas*. (...)” (Brah, 2006, p. 363).

No que diz respeito à diferença como subjetividade, a autora começa por salientar os debates que criticaram as categorias universalistas e humanistas, as quais tendiam não só a invisibilizar “subjetividades outras”, mas também a conceber um “(...) “ponto de origem” unificado, unitário, racional e racionalista; como centrado na consciência; e, em termos da ideia do “Homem” universal como incorporação de uma essência histórica.” (Brah, 2006, p. 365). Ao invés, e no seguimento de alguns pontos já referidos, a autora prefere salientar a forma como a subjetividade “(...) não é nem unificada nem fixada, mas fragmentada e constantemente em processo.” (Brah, 2006, p. 368), tratando-se desta mesma questão, bem como das dimensões e processos envolvidos na formação da subjetividade, algo que importa salientar numa análise da constituição da diferença (Brah, 2006, p. 370).



Por último, em relação à diferença como identidade<sup>40</sup>, e começando por salientar igualmente a sua dimensão e relação individual e coletiva, Brah pretende focar-se, em particular, nas relações de poder envolvidas na sua formação, sustentação e contestação. Reconhecendo que a identidade é um processo, em relação ao qual devem ser considerados “(...) discursos, matrizes de significado e memórias históricas que, uma vez em circulação, podem formar a base de *identificação* num dado contexto econômico, cultural e político.” (Brah, 2006, p. 372). E que, ao nível de uma identidade coletiva, diz respeito a um processo político que não deixa de apresentar efeitos ao nível da identidade individual, ainda que em relação a tais processos e contextos o sujeito também seja dotado de alguma forma de resistência tendo em conta a própria relacionalidade do poder (Brah, 2006, pp. 372-373). Isto é, e focando-se a autora na formação discursiva e na sua relação com identidades coletivas, mesmo quando tais discursos surgem de posições de poder que se encontrem posicionados num “lugar menos hegemónico/privilegiado”, a agência e capacidade de atuação do sujeito nunca é totalmente suprimida<sup>41</sup>.

A autora conclui a sua reflexão salientando que, ao nível de uma análise da diferença, torna-se necessário atender “(...) à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e resignificados.” (Brah, 2006, p. 374), salientando que sendo as construções da diferença sempre “relacionais, contingentes e variáveis”, se torna então necessário perceber se a sua formação resulta em formas de desigualdade e opressão, ou, pelo contrário, em “(...) em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política.” (Brah, 2006, p. 374). Sendo que, nesta análise, deve-se considerar, em particular, as diferentes

---

<sup>40</sup> Entendida por Brah “(...) *como o próprio processo pelo qual a multiplicidade, contradição e instabilidade da subjetividade é significada como tendo coerência, continuidade, estabilidade; como tendo um núcleo – um núcleo em constante mudança, mas de qualquer maneira um núcleo – que a qualquer momento é enunciado como o “eu”.*” (Brah, 2006, p. 371).

<sup>41</sup> “(...) o poder é constituído performativamente em práticas econômicas, políticas e culturais, e através delas. As subjetividades de dominantes e dominados são produzidas nos interstícios desses múltiplos lugares de poder que se intersectam. A precisa interação desse poder em instituições e relações interpessoais específicas é difícil de prever. Mas se a *prática* é produtiva de poder, então a *prática* é também um meio de enfrentar as práticas opressivas do poder. Essa, em verdade, é a implicação do *insight* foucaultiano de que o discurso é prática. (...) o sujeito pode ser o efeito de discursos, instituições e práticas, mas a qualquer momento o sujeito-em-processo experimenta a si mesmo como o “eu”, e tanto consciente como inconscientemente desempenha novamente posições em que está situado e investido, e novamente lhes dá significado.” (Brah, 2006, pp. 373-374).

formas de apropriação e significado em relação a determinadas categorias, ao caso de entre estas estabelecer-se uma fronteira demasiado rígida e discreta que poderiam homogeneizar diferenças internas, bem como as diferentes relações e articulações com outras categorias (Brah, 2006, pp. 375-376).

Neste sentido, e tendo em conta o apresentado, a utilização de determinadas categorias no presente trabalho será feita não em relação ao que seria uma essência fixa e discreta, incontestada e objetivamente identificável, mas antes de forma estratégica, associando as categorias e sua emergência a um contexto histórico e cultural preciso, com determinados “significados partilhados”, no qual tais categorias apresenta um determinado peso e sentido, mas que em relação às quais é negada qualquer imutabilidade. Além disso, terá sido em consideração as relações de poder e de produção de diferença ao nível dos diferentes processos de categorização a analisar na presente dissertação.

### **2.1.2.3 Espaço, Fluxos, Escalas, Culturas e Identidades**

O debate sobre as relações entre identidade, cultura e espaço tem sido marcado, nas mais recentes décadas, pelo processo de globalização, e, em particular, pelas questões relacionados com a migração. Tais processos implicam diversas transformações urbanas, desde uma maior diversidade da cultura e paisagem da cidade, mas também, e como salientam Jorge Malheiros e Francisco Vala (Malheiros & Vala, 2004), verificam-se dinâmicas e processos ao nível de polarização social e laboral, de exclusão social e fragmentação urbana, e, nesse sentido, de um acentuar da dualização sócio-espacial.

A discussão sobre tais fenómenos tem sido igualmente marcada pela emergência do transnacionalismo, o qual constituiria uma nova fase no que diz respeito aos movimentos migratórios. Relativamente a este fenómeno, uma dimensão a destacar para a análise a ser feita na presente dissertação diz respeito à forma como dois conceitos, a “mobilidade” e o “local”, diversas vezes tomados como correspondentes a dimensões e processos opostos, são problematizados por alguns autores não de forma antagónica, mas antes como co-constitutivos para a formação e manutenção de tais redes transnacionais<sup>42</sup>. Este ponto é relevante no sentido de criticar a associação

---

<sup>42</sup> Algo visível, por exemplo, na seguinte citação de Dahinden: “(...) I propose another way to look at transnational formations: migrants’ transnational practices, spaces and ways of being will be analysed by taking into account mobility and locality. My central argument is that transnational formations result

mais comum relativamente a conceitos como os de espaço, local ou lugar, muitas vezes conotados e associados a algo de fixo e imutável. Ou, noutro sentido, e introduzindo já a problematização seguinte, como uma crítica à forma como por vezes é apresentado o processo de globalização, como se este correspondesse a algo de unidirecional e totalizante, e em que se assistiria a uma crescente desterritorialização e homogeneização que teria como reflexo a importância cada vez menor da dimensão espacial. Como salientam diversas propostas, a globalização não erradicou o local, e, por outro lado, se é verdade que os fluxos que ocorrem entre diferentes escalas se intensificaram e complexificaram, tratam-se de relações que se estabelecem e (re)configuram de forma diferenciada em cada local, dependentes das características diferenciadoras de cada espaço e das especificidades de cada relação específica que se dá entre o “local” e o “global” - envolvendo quer processos de desterritorialização, quer novas (re)territorializações, ainda que nestas relações devam ser consideradas as diferentes relações de poder em presença, tanto entre lugares/locais, como entre grupos sociais<sup>43</sup> (Simões, 2007; Simões, 2008a; Simões, 2008b; Massey, 2005; Massey, 2008; Massey, 2009, pp. 16-19; Hall, 2008; Gupta & Ferguson, 1992).

A crítica à globalização, e em particular aquilo seria o seu processo homogeneizante, tende igualmente a partir de uma conceção que equivale um dado território a uma dimensão identitária e cultural discreta e homogénea no seu interior (Simões, 2007; Simões, 2008a; Simões, 2008b) - sendo de realçar que esta crítica não equivale afirmar que um dado espaço não apresente uma dada

---

from a combination of transnational mobility, on the one hand, and locality in the sending or/and receiving country, on the other. Mobility is to be understood here as the physical movement of people in transnational space. Locality means being rooted or anchored—socially, economically or politically—in the country of immigration and/or in the sending country; it means developing/having a set of social relations at specific places. Looking at transnational formations as the effect of the combination of these two dimensions—mobility and locality—provides interesting in-sights into the multiplicities of forms of existence.” (Dahinden, 2010, p. 51)

<sup>43</sup> “(...) and that is about what one might call the *power geometry* of it all; the power geometry of time-space compression. For different social groups, and different individuals, are placed in very distinct ways in relation to these flows and interconnections. This point concerns not merely the issue of who moves and who doesn't, although that is an important element of it; it is also about power in relation *to* the flows and the movement. Different social groups have distinct relationships to this anyway differentiated mobility: some people are more in charge of it than others; some initiate flows and movement, others don't; some are more on the receiving end of it than others; some are effectively imprisoned by it.” (Massey, 2008, p. 259).

identidade e cultura que se possa considerar distintiva num dado momento e contexto<sup>44</sup>. José Simões salienta, contudo, a necessidade de, apesar de adotar uma visão mais complexa desta relação entre local e global, destes fluxos e trocas, não deixarmos de reconhecer a forma como nessas relações se dão, ou podem dar, desiguais relações de poder<sup>45</sup> (Simões, 2007; Simões, 2008a; Simões, 2008b).

Também Stuart Hall problematiza esta questão, numa perspetiva que, em parte, se relaciona com a anteriormente apresentada sobre cultura. O autor salienta a forma como o conceito de cultura tende a ser associado a uma visão distintiva, coerente, historicamente contínua e internamente homogénea (Hall, 2008, p. 278). Essa visão diria respeito a uma conceção de identidade cultural como aquela em que aqueles que se identificam e pertenceriam à mesma tenderiam a ser vistos como idênticos, criando assim uma linha divisória entre um “nós” e um “outro”, este “outro” referente a “outras culturas” (Hall, 2008, p. 278). Tendo em conta tal visão, a globalização, nas suas diferentes formas (diferentes fluxos, relações sociais que ocorrem entre locais mais distantes, convergência espaço-tempo, movimentos migratórios, etc), seria então o processo responsável por desestabilizar tal relação de correspondência entre um território e uma cultura (Hall, 2008, p. 278). Stuart Hall leva-nos, contudo, a pensar de outra forma a própria ideia de identidade cultural e de cultura. Isto é, e como anteriormente explorado, tais dimensões não apresentam um significado fixo, um referente único e verdadeiro que existiria desde sempre com uma forma imutável, mas são antes um processo, formando através de similaridades e diferenças, continuidades e

---

<sup>44</sup> “(...) ao contrário daquilo que crêem as perspetivas mais pessimistas sobre o impacto da globalização, não se pode afirmar que a diversidade cultural tenha sido anulada, nem que se viva hoje num mundo necessariamente homogéneo. Contudo, tal não significa, inversamente, como acreditam os mais optimistas, que nada se tenha uniformizado, tornado semelhante, ignorando o facto de se ter produzido um imaginário comum e tendencialmente indiferenciado, alicerçado na possibilidade de disseminação planetária de objectos e símbolos variados.” (Simões, 2008b, p. 5).

<sup>45</sup> Como salienta José Simões: “Terão os fluxos tornado os lugares irrelevantes, quase supérfluos? Esta questão parte de um equívoco que tende a ser ignorado: qualquer fluxo liga vários pontos, nódulos de uma rede que os mesmos formam, tais nódulos estão em algum lugar. Os fluxos não permanecem em trânsito incessante, alheios ao que se passa no espaço dos lugares, ancoram de alguma forma em territórios de onde emanam e para onde se encaminham. (...)”

Outro aspecto que não deve ser negligenciado é o facto de as redes serem diferenciadas, isto é, relectirem assimetrias, perceptíveis desde logo no acesso desigual às mesmas, mas também nos efeitos que produzem.” (Simões, 2008a, pp. 134-135)

descontinuidades, diferentes relações e tensões, em constante formação e contestação (Hall, 2008). Tais questões já foram anteriormente apresentados a partir deste mesmo texto, e como tal será evitada a sua repetição, mas importa ainda referir a forma como o autor problematiza o conceito de “lugar” e alguns dos significados associados ao mesmo.

Stuart Hall refere que a relação entre cultura e lugar tende a ser feita geralmente a partir de duas formas (Hall, 2008, pp. 280-281). A primeira é aquela que associa lugar como uma localização onde se encontram um conjunto relativamente coerente e reiterável de relações e práticas que decorreram ao longo do tempo, e produziram um conjunto de significados tomado como distintivo desse lugar. O segundo sentido corresponde à forma como o “lugar” tende a corresponder a uma forma de pertença cultural, estabelecendo a divisão entre aqueles que nela pertencem e os “outros”, garantindo assim uma continuidade de uma forma de vida ou tradição associada a esse lugar. Hall refere que existe a tendência para conceber o conceito de cultura desta forma, como algo de localizável, e ao mesmo tempo atribuindo-lhe uma origem e um distinção em termos culturais que é pensada em termos fixos e homogêneos - e que esta forma de pensar tende a ter um efeito performativo, isto é, criador de uma identidade cultural que se toma como existente em primeiro lugar, e, dessa forma, como as “identidades culturais” tendem a ser elas próprias produzidas a partir de diferentes discursos, imaginações e políticas que partem dessa mesma imagem e dos significados a ela associados (Hall, 2008, pp. 281-283). Stuart Hall refere que o processo de globalização<sup>46</sup> nos leva a conceber de outra forma - a qual ele toma como mais aberta e diversa -, a própria ideia de cultura (Hall, 2008, p. 283), o que nos levaria a criticar e a tomar de certa forma como “anacrónica” uma concepção de cultura como um sistema de significados e práticas de forma autónoma e discreta (Hall, 2008, p. 284). No entanto, Hall também salienta as desiguais relações de poder existentes no processo de globalização, desde o seu início, em particular ao nível dos diferentes circuitos e fluxos estabelecidos, os quais, em diferentes momentos, apresentarem diferentes intensidades e sentidos primordiais (Hall, 2008, pp. 284-285).

---

<sup>46</sup> Hall apresenta a seguinte definição de globalização: “*Globalization* is the process by which the relatively separate areas of the globe come to intersect in a single imaginary ‘space’; when their respective histories are convened in a time-zone or timeframe dominated by the time of the West; when the sharp boundaries reinforced by space and distance are bridged by connections (travel, trade, conquest, colonization, markets, capital and the flows of labour, goods and profits) which gradually eroded the clear-cut distinction between ‘inside’ and ‘outside’.” (Hall, 2008, p. 271).

Tais dimensões tendem a estabelecer, em relação à globalização e sua relação com a identidade cultural, ou uma visão de uma “sobrevivência cultural” da sua tradição e homogeneidade - estratégias e discursos que seriam evocados em vários locais -, ou, por outro lado, aquilo que seriam fenômenos como a transculturação, o sincretismo ou o hibridismo (Hall, 2008, pp. 284-285). No entanto, a problematização de Hall vai no sentido de, através do conceito de diáspora - já não enquanto o conceito que remeteria para a relação entre um grupo e a sua relação com um “país de origem” ao qual se pretendia regressar -, problematizar de outra forma as relações entre cultura, identidade e lugar<sup>47</sup>. Isto é, a proposta de Hall vai no sentido de uma relação mais aberta entre diferentes culturas que acabe por desestabilizar as oposições entre um “nós” e um “outro”, entre um “semelhante” e um “diferente”, bem como entre diferentes fronteiras estabelecidas entre diferentes lugares, os quais se encontram em interação através de diferentes redes e circuitos, bem como para lá de uma dimensão de pertença a uma tradição, mas antes a uma “combinação complexa de diferentes continuidades e descontinuidades” (Hall, 2008, pp. 286-287).

Estas reflexões são relevantes para o presente trabalho na medida em que tanto criticam uma suposta correspondência linear e estável entre um dado território e identidade cultural tomada como fixa, homogênea, discreta, de contornos e fronteiras precisas e bem delimitadas, bem como uma visão mais otimista e celebrativa dos diferentes processos de globalização e dos seus potenciais efeitos, sem considerar e problematizar as diferentes relações de poder envolvidas. Ao invés, torna-se mais interessante, mesmo que potencialmente mais complexo, considerar que as identidades, territórios e culturas remetem para dimensões relacionais e encontram-se em constante processo de formação e contestação<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> “‘Diaspora’ also refers to the scattering and dispersal of peoples who will *never* literally be able to return to the places from which they came; who have to make some kind of difficult settlement with the new, often oppressive, cultures with which they were forced into contact; and who have succeeded in remaking themselves and fashioning new kinds of cultural identity by, consciously or unconsciously, drawing on more than one cultural *repertoire*. (...) They speak from the ‘in-between’ of different cultures, always unsettling the assumptions of one culture from the perspective of another, and thus finding ways of being both the *same as* and at the same time *different from* the others amongst whom they live. Of course, such people bear the marks of the particular cultures, languages, histories and traditions which ‘formed’ them; but they do not occupy these as if they were pure, untouched by other influences, or provide a source of fixed identities to which they could ever fully ‘return’.” (Hall, 2008, p. 286).

<sup>48</sup> “A experiência urbana produz-se em espaços concretos mas de contornos fluidos. Esta experiência configura os “espaços de vida”, mas nela reflectem-se também as representações formulados sobre o(s)

## 2.1.3 Relações, Práticas e Ritmos Espaciais

### *Relações*

A problematização feita por Simmel, apresentada no seu clássico artigo “*A Grande Metrópole e a Vida do Espírito*” (Simmel, 2005), é uma boa forma de começar a discussão sobre as relações que ocorrem em espaço urbano. Nele, o autor salienta os efeitos que a metrópole teria nos indivíduos, efeito esse que o autor denomina de “intensificação da vida nervosa” e que resultaria “(...) da mudança rápida e ininterrupta de impressões interiores e exteriores.” (Simmel, 2005, p. 578). A característica invocada pelo autor para caracterizar as relações sociais em tal meio é a de uma atitude *blasé*, tomada como “(...) a consequência daqueles estímulos nervosos — que se alteram rapidamente e que se condensam em seus antagonismos — a partir dos quais nos parece provir também a intensificação da intelectualidade na cidade grande.” (Simmel, 2005, p. 581). Nesta descrição, o autor oferece-nos a figura de um sujeito urbano que, face aos diferentes e intensos estímulos ao qual é sujeito em ambiente urbano, seria obrigado a proteger-se dos mesmos, de uma forma que pode ser considerada como individualizada e/ou atomizada<sup>49</sup>, a qual não deixa de apresentar como consequência um menor contacto e intensidade relacional com outros indivíduos devido a uma atitude de distanciação e indiferença, ainda que esta mesma atitude também lhe garanta uma certa forma e grau de liberdade e autonomia (Simmel, 2005, pp. 582-583). No entanto, tal não implica necessariamente uma atomização face à sociedade, mas envolve, isso sim, uma dimensão de maior racionalização (ou “intelectualidade”, nas palavras de Simmel) por parte do indivíduo ao nível das suas diversas circulações e interações, das mais indiferentes às mais

---

outro(s), pessoas e lugares, e as estratégias identitárias adoptadas para a apresentação do “eu-nós”. A experiência urbana define-se deste modo na relação dialéctica interior/exterior, através de elementos e processos de auto inscrição/exclusão territorial e/ou grupal que se definem no confronto com a identidade socioespacial que é atribuída aos lugares.” (Silva, 2006, pp. 173-174).

<sup>49</sup> Como refere Simmel, numa passagem que se tornou célebre: “Enquanto o sujeito se ajusta inteiramente por conta própria a essa forma de existência, a sua autoconservação frente à cidade grande exige-lhe um comportamento não menos negativo de natureza social. A atitude espiritual dos habitantes da cidade grande uns com os outros poderia ser denominada, do ponto de vista formal, como reserva. Se o contato exterior constante com incontáveis seres humanos devesse ser respondido com tantas quantas reações interiores — assim como na cidade pequena, na qual se conhece quase toda pessoa que se encontra e se tem uma reação positiva com todos —, então os habitantes da cidade grande estariam completamente atomizados interiormente e cairiam em um estado anímico completamente inimaginável.” (Simmel, 2005, p. 582).

intensas, das mais efêmeras às mais contínuas temporalmente (Simmel, 2005, pp. 582-583). Como refere Simmel: “(...) o que aparece aqui imediatamente como dissociação é na verdade apenas uma de suas formas elementares de socialização.” (Simmel, 2005, p. 583).

Num trabalho mais recente, Lars Frers e Lars Meier (Frers & Meier, 2007) apresentam uma dimensão da relacionalidade e encontro em meio urbano que, apesar de não ser necessariamente oposta à de Simmel, permite pensar esta questão integrando, de forma mais explícita, uma dimensão ao mesmo tempo espacial e cultural. Segundo os autores, em cada encontro atribuímos significados, em parte pré-configurados e que funcionam como expectativas, os quais apresentam uma função diferenciadora, quer em relação aos locais onde estes ocorrem, quer em relação aos indivíduos e grupos sociais envolvidos<sup>50</sup> - quer ao nível do género, etnicidade, classe, ou outra identidade. Como referem os autores: “The perception of the other is accompanied by specific expectations, which we are assigning in our gaze. Ascribing specific meanings to identities, the concrete encounter is regulated by these ascriptions.” (Frers & Meier, 2007, p. 1). No entanto, estes significados não são estáticos, mas antes um processo, socialmente (re)produzidos e passíveis de contestação a cada novo encontro. Ao mesmo tempo, e tal como já salientado em parte, o facto de tais encontros ocorrem num dado local, faz com que o mesmo seja relevante para os significados presentes no encontro/interação. Como referem os autores, são várias as representações e significados em relação a um dado local, as quais não deixam de estar presentes nos “encontros com esse mesmo local”, bem como ao nível dos diferentes encontros e relações que nele se realizem.

Concluindo, analisar relações num dado espaço, implica considerar não só a duração e o tipo de contactos/relações entre diferentes sujeitos nos mesmos, mas também analisar a forma como determinados significados se encontram presentes e poderão ser (re)produzidos e/ou contestados em tal relação, tanto a um nível cultural como espacial.

---

<sup>50</sup> Alexandra Castro, num trabalho sobre espaço público, salienta precisamente a forma como, por vezes, as relações entre diferentes grupos sociais se encontram envoltas em conflito: “Para Pinçon (1981) este fenómeno relaciona-se, sobretudo, com o facto da *proximidade física* não corresponder a uma *proximidade social* e de, na ausência de um grupo dominante, se assistir ao confronto de práticas e valores diversificados consoante os grupos que procuram impor-se. Muitos conflitos estão na origem de incompreensões alimentadas por concepções e práticas diferenciais do espaço público e do espaço privado, por comportamentos julgados naturais por uns e reprovados por outros.” (Castro, 2002, p. 58).



### *Práticas*

Um dos contributos mais relevantes para abordar as práticas espaciais foi feito por Henri Lefebvre, ao nível da sua proposta relacional e interligada entre “práticas espaciais”, “representações de espaço” e “espaços representacionais”<sup>51</sup>, - uma proposta que, posteriormente, influenciou Edward Soja para a sua problematização do conceito de espacialidade<sup>52</sup>, anteriormente apresentado. Como refere Ana Azevedo, por sua vez influenciada pela leitura de Andy Merrifield sobre Henri Lefebvre, “(...) as práticas espaciais estruturam a realidade quotidiana assim como a realidade social mais vasta e incluem circuitos, redes e padrões de interação que ligam lugares de trabalho, diversão e lazer (Merrifield, 2000).” (Azevedo, 2006, p. 81). Num sentido semelhante ao apresentado anteriormente por Lars Frers e Lars Meier, e tal como fica claro na citação de Lefebvre apresentada, para o autor as práticas espaciais estão englobadas na (re)produção do espaço, sendo importantes para a própria relação com as outras dimensões referidas, isto é, entre as “representações de espaço associadas às relações de produção” e os “espaços representacionais” que envolvem e implicam símbolos e significados sobre o mesmo.

---

<sup>51</sup> “A “tríade conceptual” que emerge da problematização de Lefebvre apresenta o autor do seguinte modo: “1 *Práticas espaciais*, que englobam produção e reprodução, e as localizações particulares e conjunto espaciais característicos de cada formação social. A prática espacial fornece continuidade e algum grau de coesão. Em termos de espaço social, e à relação com o espaço de cada membro de uma dada sociedade, esta coesão implica um nível assegurado de competência e um nível específico de performance. 2 *Representações de espaço*, associadas às relações de produção e à “ordem” imposta por essas relações, e assim ao conhecimento, aos sinais, aos códigos, e às relações “frontais”.

3 *Espaços representacionais*, incorporando simbolismos complexos, por vezes codificados outras vezes não, ligados ao lado clandestino ou subterrâneo da vida social, assim como à arte (que eventualmente poderá vir a ser definida menos como um código do espaço que como um código de espaços representacionais).” (2002:139)” (Azevedo, 2006, pp. 80-81).

<sup>52</sup> Cujas diferenças são assim exploradas e sintetizadas por Ana Azevedo: “Interessado no estudo da produção social do espaço sob o capitalismo, o geógrafo Edward Soja é outro dos autores que desenvolve extensivamente a teoria de Lefebvre. Em vez de apresentar um dialéctica entre espaço e lugar, Soja propõe uma “trialectica da espacialidade” (Soja, 1996) passível de transcender as oposições entre espaço “mental” e espaço “material” que tinham ocupado Lefebvre. Tentando levar mais longe as formulações daquele autor, Soja defende que a estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada com as suas leis autónomas de construção e transformação, nem é simplesmente uma expressão da estrutura de classes emergindo das relações sociais de produção (a-espaciais). Ela representa, ao invés, uma componente dialecticamente definida das relações gerais de produção, relações que são simultaneamente sociais e espaciais (Soja,1980:208).” (Azevedo, 2006, p. 83).

Por sua vez, e dando um contributo mais específico em relação a uma “teoria da prática”, Lars Petersen (Petersen, 2013, pp. 357-358) define prática como um “certo padrão de ações”, salientando que estas não são algo de simplesmente arbitrário, mas antes devem ser pensadas como uma certa configuração “orientadora” de ações e discursos (Petersen, 2013, pp. 357-358) - um pouco na linha da problematização de autores anteriormente referidos, como Foucault e Hall. As práticas apresentam tanto uma dimensão individual como coletiva, relacionando simultaneamente agência e estrutura numa situação concreta, bem como apresentam uma dimensão material, compreendendo “diferentes forças que são formadas e formam diferentes práticas”<sup>53</sup> (Petersen, 2013, pp. 357-358).

Neste sentido, e fazendo a ligação com o caso de estudo, interessa-nos no presente trabalho observar as práticas mais regulares/repetidas e seus padrões que ocorram na praça do Martim Moniz, em relação com um contexto social e cultural específico e à possibilidade de (re)produção e/ou contestação de significados e sujeitos (individuais e coletivos) associados à mesma e/ou que nela se encontrem presentes.

### ***Ritmos***

Relativamente às temporalidades e ritmos urbanos, são vários os autores que, inspirados na proposta de ritmanálise de Lefebvre, recentemente têm vindo a desenvolver esta questão. Filipa Matos Wunderlich refere que a temporalidade envolve vários elementos (como a natureza, as pessoas ou o espaço), em relação dinâmica entre si, os quais não deixam eles próprios de ser elementos rítmicos, bem como as relações entre os mesmos desencadearem e apresentarem a forma de diferentes ritmos (Wunderlich, 2008 , p. 91). Para Wunderlich, os ritmos urbanos envolvem tanto uma dimensão do quotidiano como dos próprios ritmos espaciais, e podem apresentar tanto

---

<sup>53</sup>O autor apresenta uma tipologia referente a esta questão:

- “the biophysical and technological environment in which practices take place and the tools and artefacts that are used
- socially distributed discourses, collective sentiments, norms and worldviews
- socially distributed regulations, standards, laws and formalized procedures
- experience-based, sensuous and bodily knowledge and practical know-how” (Petersen, 2013, p. 358)

uma dimensão dinâmica como estática, cíclica ou linear<sup>54</sup>, e, como tal, envolvem “(...) movement or the perception of movement as suggested by bodies/objects or surface patterns in space.”<sup>55</sup> (Wunderlich, 2008 , pp. 91; 97-98). Como refere Wunderlich, os ritmos urbanos tornam-se importantes para a criação de imagens e significados de um dado espaço, sendo assim relevantes para as suas representações coletivas, influenciando a forma como nos relacionamos e apropriamos de um dado espaço<sup>56</sup> (Wunderlich, 2008 , pp. 106-107). Como salienta Monica Degen, no seguimento da ideia anterior, Lefebvre parte da premissa de que o espaço é experienciado, em

---

<sup>54</sup> “Rhythms in a spatial context involve interactions between people, and interaction between people and spaces, which react to displaced objects and the morphology of the spaces. These are superimposed on by natural rhythms, such as the cyclical changes of nature as seasons, day and night cycles, varying weather conditions, and so on. Social, spatial and natural rhythms together influence, shape and characterise everyday life in urban environments and are responsible for the perception of time in places and feelings of identity. In this context, urban rhythms nurture senses of time and place. This in particular is significant for the understanding of urban places, with rhythms as traces of temporality influencing the character and perception of identity.” (Wunderlich, 2008 , p. 92)

<sup>55</sup> Segundo Tim Edensor, apesar de Lefebvre salientar a repetição, tal não quer dizer que se trata de um ritmo idêntico, bem como a própria questão entre repetição e não-repetição se encontrar relacionada com o poder e a possibilidade de reprodução de certas normatividades: “Lefebvre is explicit that there is no ‘rhythm without repetition in time and space, without reprises, without returns, in short, without measure’. However, he is also insistent that ‘there is no identical absolute repetition indefinitely ... there is always something new and unforeseen that introduces itself into the repetitive’ (2004: 6). With this focus on multiple quotidian rhythms, we may identify how power is instantiated in unreflexive, normative practices but also side-stepped, resisted and supplemented by other dimensions of everyday experience.” (Edensor, 2010).

<sup>56</sup> Algo que, como refere a autora, também influencia a própria dimensão mais subjetiva e sensorial: “Urban rhythms influence one’s feelings in space and about space. The way a place feels – social and intimate, or distant and cold – relates to the presence or absence of certain groups of rhythms, and to the way they do or do not relate to each other. Whether one feels a place to be social and relaxed, or speedy and stressed, depends on the intensity and dominance of certain kinds of urban rhythms in that space, either social rhythms, personal and biological rhythms (when one walks alone in a place), or, similarly, natural rhythms, and the physical rhythms and clock rhythm. (...) dominant regular or intense rhythms in urban space influence how one understands, perceives and feels places – for example, sociable, collective or impersonal – and, in this way, add to the sense of the individual and social level in the sense of place. Furthermore, temporal regularities (urban rhythms) nurture feelings of permanence, security, familiarity and senses of fellowship, intimacy and well-being in urban places. These are based on shared experience (Jackson 1994: 25).” (Wunderlich, 2008 , p. 107). Ainda que, como refere posteriormente a autora, a alteração de ritmos não represente necessariamente uma quebra de um “sentimento de estabilidade”, mas, isso sim, representa um “aumento da densidade de significados” (Wunderlich, 2008 , pp. 107-109).

primeiro lugar e principalmente, através do corpo, e que tal nos obriga a considerar a forma como a experiência espacial é feita e influenciada a partir de diferentes dimensões sensoriais, espaços sensoriais ou “ambientes/atmosferas” urbanas particulares, presentes num dado local ou entre diferentes locais, e de como tal se encontra envolto em relações de poder (Degen, 2010).

A consideração dos ritmos espaciais implicará, assim, a consideração de várias influências e dimensões, e da sua temporalidade - a qual poderá apresentar várias escalas temporais -, considerando, em particular, as relações e possíveis tensões entre continuidade e rutura para a formação de significados e de um ambiente urbano que possa apresentar uma coerência/forma particular, bem como das relações de poder presentes em tais processos.

### **2.1.4 Espaço Público**

Antes de avançar diretamente para a relação entre intervenção e espaço público, importa explorar as principais dimensões com que nesta dissertação iremos abordar o mesmo, na Praça do Martim Moniz. Em primeiro lugar, interessa-nos apresentar a crítica feita por Manuel Delgado em relação ao mesmo, embora a forma como o autor defina o conceito não corresponda à que será apresentada no final deste capítulo. Delgado (Delgado, 2011) afirma que o espaço público não existe - algo em relação ao qual aqui se discorda -, mas afirma que o espaço público não existe a partir da crítica de uma conceção que tomaria o espaço público num sentido de uma esfera pública *habermasiana*, isto é, ligada a uma visão universalista e de cidadania, a qual não daria atenção suficiente às diferentes relações de poder e conflitos existentes, e, em particular, não conferia atenção suficiente em relação a quem realmente se refere quando se invoca a “figura” de “cidadão”. O questionamento feito por Manuel Delgado obriga-nos a reconsiderar se os encontros realizados no espaço público são entre “cidadãos” considerados “livres e iguais” num mesmo plano, ou se, pelo contrário, através da utilização de tal categoria não são invisibilizadas outras experiências e identidades, esquecendo outras dimensões como sejam a classe social, idade, género ou etnicidade, as quais podem introduzir aspetos de diferença e desigualdade ao nível do acesso e apropriação do espaço público. No entanto, é também em parte por esta questão sinalizada por Delgado que aqui nos distanciamos da sua afirmação da “não existência de espaço público”, dado que ao mesmo tempo que deverá ser criticada a idealização de um estado de espaço público totalmente harmonioso e sem conflito, não deixa de ser igualmente pelo facto de este se tratar de um espaço de conflito - ainda que atendendo às diferentes relações de poder em presença -, que o mesmo se torna em espaço

público. Isto é, e tal como será explorado posteriormente, o espaço público é um espaço de conflito<sup>57</sup>, e tal corresponde a uma das suas principais características.

Esta discussão torna-se relevante se atendermos ao facto de que a classificação de espaço público tender, geralmente, a encontrar-se circunscrita ou a uma dimensão jurídica, a propriedade pública, ou às suas características físicas, isto é, aqueles espaços que são tomados como os “espaços vazios”, e que apresentariam diferentes tipologias, como sejam a rua, a praça ou o largo (Castro, 2002; Carmo & Estevens, 2008; Pereira, 2012). Tendo presente as críticas de Manuel Delgado, bem como a necessidade de procurar ir para além das duas dimensões apresentadas, pretende-se salientar, em particular, as questões associadas à acessibilidade e apropriação do espaço público, bem como que este deve ser tomado como um processo, envolvendo continuidades e descontinuidades, e que se trata de um espaço de interações e circulações, de diferentes interesses e conflitos, e em relação ao qual não devem deixar de ser consideradas as diferentes relações de poder e significados associados ao mesmo (Castro, 2002; Carmo & Estevens, 2008; Pereira, 2012; Menezes & Reginensi, 2009, pp. 847-848). Num certo sentido, e antecipando desde já uma possível definição de espaço público, este, para o “ser efetivamente”, caracterizar-se-ia pela forma como seria possível um acesso livre<sup>58</sup> que permitisse “(...) a livre circulação do corpo no espaço que o torna público e que estes espaços acessíveis pressupõem (...)” (Castro, 2002, p. 55), bem como

---

<sup>57</sup> Como é aqui salientando, na linha de Simmel: “Em síntese, embora o conflito possa desembocar em violência efectiva e explícita e comporte riscos ao nível da geração de anomia e da ruptura da coesão social, deve ser encarado como um fenómeno social inerente ao próprio funcionamento das sociedades, uma vez que é a expressão da existência de interesses divergentes e de objectivos distintos por parte dos actores sociais. Adicionalmente, o conflito pode ter efeitos positivos ao nível da identificação dos elementos comuns dos grupos e, em sequência, do reforço da sua própria coesão interna. Por último, o conflito pode dar contributos fundamentais para o próprio processo de regulação social, uma vez que, na maioria dos casos, força o estabelecimento de compromissos assentes em regras e em normas sociais que permitam o funcionamento e a coexistência dos antagonistas.” (Malheiros & Mendes, 2007).

<sup>58</sup> Como igualmente salienta Alexandra Castro: “O termo público definir-se-ia, então, pelo inverso dos critérios associados à noção de privado, ou seja, reenvia à noção de *acessibilidade* totalmente livre: possibilidade de a ele aceder em qualquer momento, por qualquer pessoa, para desenvolver actividades não explicitamente determinadas. Trata-se de um espaço em que o homem, como cidadão ou hospedeiro, tem uma liberdade total de circulação e onde é possível a interacção livre e não controlada entre indivíduos supostamente autónomos (Rémy e Voyé, 1981: 91-94).” (Castro, 2002, p. 54).

uma apropriação ao nível de diferentes relações e práticas por parte de diversos<sup>59</sup> sujeitos (individuais e coletivos). Isto é, “(...) um território capaz de suportar diferentes usos e funções e não se ignorar que ele é também espaço de expressão colectiva, da vida comunitária, do encontro (...)” (Castro, 2002, p. 55), bem como de diferentes significados, por vezes conflituantes, em constante formação e contestação.

No que a uma tipologia empírica de espaços públicos diz respeito, e focando-nos apenas no que aos do centro da cidade diz respeito dada a sua correspondência com o presente caso de estudo, importa ainda salientar que estes são geralmente um espaço de “anonimato e de relações impessoais”, em que as “regras de sociabilidade” não são necessariamente aplicadas e existe uma maior “tolerância face aos comportamentos dos outros” (Castro, 2002, p. 63). Além disso, os seus usos, dos espaços públicos do centro da cidade, encontram-se geralmente “(...) ligados às actividades profissionais, aos lazeres e ao divertimento.” (Castro, 2002, p. 63), e são muitas vezes ocasionais/circunstanciais, e em que o utilizador do mesmo “raramente é habitante” do espaço circundante (Castro, 2002, p. 63).

Sendo que a questão das relações de poder é central no que diz respeito ao espaço público, nas suas várias dimensões. Entre outras questões, torna-se relevante, seguindo uma perspectiva interseccional, analisar a forma como diferentes dimensões de diferença se articulam e (re)produzem no espaço público, bem como a própria forma como este se (re)produz, através de que relações e práticas, de que continuidades e descontinuidades, de que inclusões e exclusões, de que (re)produções de normatividades e desigualdades - mas também de que possibilidade de subversões das mesmas -, e, como tal, de que diferentes relações de poder que se encontram em presença. Importa ainda ter em consideração que a eliminação desta dimensão mais conflituosa no espaço público não seria necessariamente a ausência de conflito, mas antes o seu deslocamento para outra

---

<sup>59</sup> “O temor parece ser o de que transitoriedade e restrições à acessibilidade diminuam o espaço público *porque reduzem a diversidade*, ainda que potencial, a que se está sujeito nos locais onde ele se configura. A diversidade é comumente apontada como essencial para que um espaço possa se tornar público – a ágora grega, esse arquétipo do espaço público *multifuncional* como o define Mônica Brito Vieira, era um “espaço efectivamente vivido e susceptível de apropriação colectiva diferenciada” (2008, p. 83). (...) A diversidade também é apontada como essencial à cidade, que atrai e recompensa as diferenças individuais justamente em razão da diferença e permite ao indivíduo uma mobilidade entre redes e uma convivência com o outro que conferem-lhe as características de “cosmopolitismo e sofisticação” (Wirth, 1997, p. 57) próprias do urbanita. A diversidade parece tão natural ao meio urbano que surpreendemo-nos é quando nele encontramos conhecidos – e não estranhos (Innerrarity, 2006).” (Pereira, 2012, pp. 5-6)

esfera, em particular ao nível do controlo do acesso e apropriação do mesmo relativamente a alguns sujeitos. A questão estaria assim não tanto na eliminação do conflito, mas na forma como este ocorre. Isto é, a análise do espaço público implica um questionamento de que sujeitos a ele têm acesso e detêm a possibilidade de o apropriarem, bem como quais as relações e práticas que nele decorrem. O espaço público é sempre dependente das relações de poder em presença, dado que, como refere Alexandra Castro, neste existem duas dimensões fulcrais ao nível da sua apropriação e acesso: “[p]or um lado tratam-se de “espaços do visível”, regulados por um “direito de olhar” e, por outro, de espaços acessíveis, ordenados por um “direito de visita”.” (Castro, 2002, p. 55). Sendo que estas formas de regulação encontra-se muitas vezes implícitas, dado que, como salientam Eduarda Ferreira e Regina Salvador numa investigação recente onde demonstram o carácter heteronormativo do espaço público, “[p]ublic spaces are constructed around hidden, subtle, non-verbalized and implicit codes of behaviour.” (Ferreira & Salvador, 2014, p. 1).

Por último, e de certa forma sintetizando algumas das questões anteriores e apontando já para uma dimensão analítica, importa finalizar este capítulo com a problematização apresentada por Alexandra Castro, influenciada por Marcus Zepf, relativa tanto a uma análise “dos processos de utilização, produção e formação” dos espaços públicos, como dos seus fatores de urbanidade e a sua relação com diversos processos atuais com incidência no mesmo - como seja a sua “teatralização, festivalização e comercialização” (Castro, 2002, p. 65). Sendo que, relativa à primeira questão, torna-se relevante:

“(…) compreender como i) se constituem as representações e as concepções dos “produtores” (profissionais do espaço e políticos); ii) se organizam as práticas sociais dos utilizadores (residentes, cidadãos e visitantes); iii) se formalizam os parâmetros espaciais (aspectos geográficos, características arquitectónicas, composição do mobiliário urbano).” (Castro, 2002, p. 65).

E, no que às dimensões de urbanidade diz respeito, a problematização apresentada permite-nos ir além de determinadas dicotomias. Ao nível social, trata-se de analisar as relações entre “(…) esfera pública/esfera privada; densidade/diversidade; segurança/animação; conflito/tolerância (...)” (Castro, 2002, p. 65), salientado a importância de considerar a “heterogeneidade e densidade de grupos sociais”, a necessidade de “um sentimento de segurança fundado num controlo social informal”, o surgimento de “códigos de comportamentos que favorecem o reencontro e a comunicação”, e, por último, “conflitos de uso e de estatuto que marcam a emancipação do indivíduo face ao controlo social” (Castro, 2002, pp. 65-66). Uma dimensão espacial que incida

sobre o “tecido urbano” e a “dialética entre espaços cheios e vazios” (Castro, 2002, p. 66). E, por último, uma dimensão político-administrativa, a qual deverá considerar as funcionalidades reais e potenciais do espaço, as continuidades e descontinuidades, as lógicas de permanência ou de passagem, e de ordem e de desordem ao nível do espaço público (Castro, 2002, p. 66). Estas dimensões, tal como referido, procurarão ser consideradas na análise ao caso de estudo.

## **2.2 Intervenções e alterações de espacialidades**

No presente capítulo pretende-se apresentar e problematizar algumas questões e processos que tem obtido maior destaque na relação entre intervenções e espaço público. Em particular, pretende-se problematizar não só a forma como se poderia pensar um determinado modelo de intervenção para um espaço público, mas também o salientar de como, em algumas situações e contextos, determinadas intervenções implicam o surgimento de diferentes conflitos e tensões a vários níveis. Desde a questão da propriedade do espaço, até à determinação das suas formas de acesso e apropriação, de quais são as atividades, práticas e relações privilegiadas, bem como quais as relações de poder, significados e (in)visibilidades envolvidas em tais processos.

### **2.2.1.1 Intervenção**

O conceito de intervenção tende a estar associado ou a determinadas intervenções arquitetónicas, a determinadas políticas e intervenções/projetos urbanos, ou a práticas artísticas em espaço urbano - como sejam a arte pública, a street art ou a determinadas instalações e performances no espaço público. No entanto, o conceito explorado no presente trabalho não diz necessariamente respeito a tais políticas e práticas - ainda que as possa incluir. Ou seja, e ainda que tais dimensões e processos possam ser considerados, não se focará exclusivamente em tais formas de intervenção, nem, por outro lado, será realizada uma análise e avaliação de um determinado processo de planeamento, de um dado plano ou de um sistema de governança específico. O conceito de intervenção<sup>60</sup> será tomada num sentido amplo, englobando tanto dimensões materiais

---

<sup>60</sup> Catharina Thorn apresenta uma definição genérica de intervenção, a qual nos interessa referenciar dado que, ao mesmo tempo que foca os conflitos e relações de poder envolvidas e o carácter interventivo das mesmas, salienta igualmente a forma como poderemos ver a “cidade como palco” de uma ou várias intervenções.: “What is an intervention? According to the dictionary an intervention is the act or fact of intervening. An intervention may “occur incidentally so as to modify or hinder” an event. Yet it also



## Intervenções Espacialidades e Relações de Poder

como imateriais<sup>61</sup>, da responsabilidade de vários atores (individuais e coletivos), as quais são realizadas de forma relacional e num determinado quadro de relações de poder, podendo ainda ser realizadas num âmbito mais formal e/ou informal, com lógicas e objetivos diversos, por vezes conflituantes entre si. A intervenção será assim tomada como um processo, onde múltiplas variáveis intervêm, numa lógica relacional e co-constitutiva com o espaço “intervencionado”.

Uma proposta que, apesar de se centrar num conceito e dimensão diferente, nos poderá, contudo, ajudar a clarificar a posição aqui seguida, prende-se com a distinção feita por Dulce Moura *et al* relativa à diferença entre os conceitos de requalificação, reabilitação, renovação e revitalização. Focando-se em particular no conceito de revitalização, este é tomado como englobante e dizendo respeito a “(...) um processo integrado de reanimação de parte da cidade e onde se podem incluir operações de vária ordem (...)” (Moura, et al., 2006, p. 15), e que implica o desenvolvimento de estratégias de “(...) carácter inclusivo e integrador, capaz de provocar iniciativas, projectos e actuações – de carácter transversal e sectorial (...)” (Moura, et al., 2006, p. 15). A revitalização urbana deve privilegiar uma abordagem integrada, ao nível das suas dimensões, funções urbanas, parceiros e recursos, uma estratégia ao nível do “reconhecimento, manutenção e introdução de valores”, bem como a atuação interdependente e relacional no sentido da promoção dos vínculos e ligações entre “territórios, atividades e pessoas”, a qual não deixa de implicar uma lógica de sustentabilidade a médio/longo prazo e a diferentes níveis<sup>62</sup> (Moura, et al., 2006, pp. 21-23). Existem ainda quatro dimensões de intervenção da revitalização urbana

---

describes an intentional act of coming between, to intercede in a situation. And further, to interfere with force or threat of force, so it can also describe the challenge of power and acts of violence, injustice, and violations made from a position of power.

What type of interventions can we see today in the urban context? When reading through recent texts of urban studies, two scenarios often recur describing the contemporary development of cities: The city as a stage and the public space as a battlefield.” (Thörn, 2008, p. 2).

<sup>61</sup> Procuraremos, assim, considerar quer as dimensões mais “físicas/materiais” geralmente associadas ao conceito - como poderia ser a requalificação física de um espaço público, algumas atividades, eventos ou práticas que incidem sobre o espaço, sujeitos, que tenham um determinado espaço como alvo -, bem como dimensões mais “imateriais”, como é o caso de discursos e representações por parte de diferentes atores relativamente a um dado espaço. As duas dimensões não serão tomadas de forma dicotómica, mas antes consideradas como relacionais e igualmente importantes para a produção do espaço urbano.

<sup>62</sup> 1) “performance económica e financeira”; 2) “sustentabilidade física e ambiental”; 3) “coesão social e cultural” (Moura, et al., 2006, p. 21).

apresentadas, as quais devem ser vistas de forma integrada e relacional, a saber: “Território, Ambiente e Mobilidades”, “Competitividade, Conhecimento e Inovação”, “Qualidade de Vida, Coesão Social e Bem-Estar”, e “Cultura e Lazer Urbanos” (Moura, et al., 2006, pp. 21-23). Esta abordagem deve privilegiar tanto uma “lógica do lugar” - enquanto espaço de “atuação de proximidade” e um apelo à mobilização e participação dos diferentes atores -, como uma perspectiva sistémica - a qual considere quer “o papel que a área a revitalizar desempenha no sistema urbano”, quer a “cooperação entre diferentes escalas e territórios” (Moura, et al., 2006, pp. 21-23).

Uma área revitalizada deveria ser aquela com a “(...) capacidade de gerar actividades, transacções e promover a diversidade.” (Moura, et al., 2006, p. 23), ou, como referem Costa e Seixas: “(...) uma área urbana (re)vitalizada poderá caracterizar-se por conseguir gerar (e conseguir sustentar) uma determinada densidade e diversidade de fluxos ao nível das suas atividades e das suas transações.” (Seixas & Costa, 2011, p. 73). A existência de “níveis elevados e diversos de actividades” e de “elementos que as viabilizem e sustentem”, são essenciais para a promoção de uma vitalidade económica (“investimento e emprego”), social (“vivências, espaços e fluxos públicos”) e cultural (“representações e identidades”) (Seixas & Costa, 2011, p. 73). Sendo que tal obriga à existência de uma “capacidade transaccional entre os diversos atores urbanos”, as quais, mais uma vez, podem ser quer económicas (“consumo e transações de propriedades”), sociais (“relações, compromissos e participação”) e culturais (“redes, trocas de informação e ideias”) (Seixas & Costa, 2011, p. 73). Além disso, e de forma complementar, importa reconfigurar e considerar uma visão sobre a competitividade:

(...) como a capacidade de um espaço oferecer qualidade de vida e bem-estar aos seus “cidadãos”, permitindo-lhe assim sustentar, justamente, atividades e dinâmicas de desenvolvimento diferenciadoras face aos outros territórios (fixando residentes, criando emprego, garantindo amenidades e qualidade de vida, em simultâneo assegurando a sustentabilidade dos recursos e ainda garantindo vínculos socioculturais tais como a participação cívica e a identidade cultural).” (Seixas & Costa, 2011, p. 74).

Num artigo recente, Ana Estevens e Maria João Freitas, abordando algumas questões similares, referem que uma abordagem das questões urbanas, quando associadas a processos de transformação urbana que procurem conjugar resiliência e inovação social<sup>63</sup>, deve atender a três

---

<sup>63</sup> Como exploram posteriormente as autoras: “O conceito de inovação social pressupõe, assim, novas formas organizacionais e institucionais, novas práticas sociais, novas inter-relações, novos mecanismos

grandes aspetos: 1) um primeiro que passa por uma perspectiva de desenvolvimento territorialmente integrada<sup>64</sup>, e baseada na “(...) na transformação dos lugares e territórios e das condições de experiência de vida, na co-produção social, relacional, dinâmica e sinérgica dos presentes e futuros (...)” (Freitas & Estevens, 2012, p. 8); 2) uma forma de governança<sup>65</sup> e de “networking” que permita a “(...) (re)construção de um sistema de coprodução, ancorado na reconstrução e transformação das relações de poder e das redes de decisão, lideranças e regras de interconetividade (...)” (Freitas & Estevens, 2012, p. 8); 3) e, por último, seguindo o “desafio da transdisciplinaridade”, procurar adotar um processo de produção e incorporação de conhecimentos e saberes relativos às necessidades sociais priorizadas e aos territórios em causa, tomados como

---

como contributos essenciais para a mudança e a transformação. A relação entre resiliência, inovação social e criatividade pode permitir uma abertura maior a estes processos. A inovação social, como foi visto anteriormente, é um processo que permite encontrar novas respostas para problemas não reconhecidos ou não solucionados. Neste caso a inovação social, rompe com os tradicionais paradigmas e dogmas, transformando as relações sociais e reforçando ou implementando uma maior relação colectiva (Moulaert *et al*, 2009).” (Freitas & Estevens, 2012, p. 12). Também com base em Moulaert, e na exploração da dimensão da perspectiva do território como “capital territorial” no domínio da “governança territorial” - sendo a outra dimensão o território como “construção política e social”-, Feio e Chorincas referem que “[a] inovação territorial consiste, portanto, na capacidade de gerar e incorporar conhecimentos, de dar respostas inovadoras aos problemas do presente, resultando num factor-chave para o desenvolvimento dos territórios, não só em termos de crescimento económico, mas numa perspectiva integrada. Moulaert sublinha, portanto, a importância da capacitação dos actores, defendendo que o desenvolvimento dos territórios é cada vez menos uma questão de rendimentos, de capacidade de consumo e de inclusão, mas sobretudo a capacidade de promover mudanças estruturais impulsionadoras da capacitação individual e colectiva.” (Feio & Chorincas, 2009, p. 141).

<sup>64</sup> “(...) numa perspectiva multi-escalar, multi-dimensional, multi-nível e (...) transdisciplinar (...)” (Freitas & Estevens, 2012, p. 13)

<sup>65</sup> “(...) o conceito de governança remete sobretudo para uma estratégia global de governo da coisa colectiva que envolve actores públicos e não públicos, actores formais e informais, actores individuais ou coletivos, os seus governos e estruturas num sistema matricial multi-nível de tomadas de decisão, de produção de poderes, de capacitação para a ação, e de recriação de inter-dependências sinérgicas em ambiente colaborativo, conducentes a uma co-produção de soluções (produtos, serviços ou processos) mais eficazes e eficientes de resposta a objetivos comuns. O conceito de governança é assim um conceito que remete para a reformatação das condições de desenvolvimento da ação coletiva, que envolve uma multiplicidade de actores na tomada de decisões, produção das regras que orientam a configuração da ação e na concretização de soluções e iniciativas decorrentes de um reconhecimento, consenso e um compromisso em torno de um objeto comum.” (Freitas & Estevens, 2012, p. 10).

“(…) objetos e produtos da vivência e ação coletiva (…)” (Freitas & Estevens, 2012, p. 8). Sendo que, como referem posteriormente as autoras, apesar da procura de consensos e mobilizações coletivas, o seu potencial encontra-se na diversidade de posições e perspectivas que possam ser integradas nas intervenções integradas, numa relação de “convívio coletivo entre tensões, conflitos e diferenças (Freitas & Estevens, 2012, p. 9). Como finalizam Estevens e Freitas:

(…) os processos de inovação social necessitam da combinação de três acções colectivas (Moulaert, 2008): (i) a satisfação de necessidades; (ii) a mudança das relações sociais (particularmente ao nível da governança e do aumento do nível de participação); e (iii) o aumento da capacidade sócio-política e do acesso aos recursos necessários para reforçar os direitos de satisfação das necessidades humanas e de participação.” (Freitas & Estevens, 2012, p. 13).

Este destaque da dimensão coletiva no processo de apropriação e produção do espaço (público) urbano remete, em parte, para a noção de direito à cidade.

Contudo, e tendo em conta aquilo que são as práticas internacionais observadas nas intervenções em espaço público e a sua adequabilidade ao caso de estudo, a abordagem ao conceito de intervenção e à sua relação com as alterações de espacialidades, será ainda englobada na problematização relativa aos processos do denominado empreendedorismo urbano. Adotando-se aqui uma definição sintética do mesmo, apresentada por Catharina Thörn (Thörn, 2006, pp. 68-70), e complementando-a com a análise apresentada por Carl Grodach e Daniel Silver (Grodach & Silver, 2012, pp. 13-14), poderemos definir empreendedorismo urbano à luz de três características principais: 1) Um maior papel desempenhado por diversos atores na gestão da cidade, incluindo a entrada de atores privados, implementando-se um modelo de governança mais fragmentado e já não estritamente top-down. Ocorrendo ao mesmo tempo a mudança de uma lógica de provisão de apoios e serviços às populações, para a promoção de políticas que potenciem a atratividade, promoção e competitividade da cidade num mercado global que ocorre a vários níveis e entre diferentes fluxos e escalas espaciais, introduzindo-se ainda novos termos, estratégias e lógicas de gestão com base em princípios empresariais; 2) A referida partilha da gestão com tais atores apresenta, como contraponto, o estabelecimento de uma visão mais estrita ao nível da estratégia de desenvolvimento da cidade, envolvendo a criação de uma visão consensualizada, mas sem considerar as diferentes relações de poder em presença e sem espaço para visões alternativas, em particular as defendidas e/ou afetadas a sujeitos e grupos menos privilegiados; 3) Os espaços públicos são cada vez mais vistos como um meio para a promoção de estratégias de (re)desenvolvimento urbano, as quais se concentram em diferentes dimensões (físicas, estéticas, identitárias), assentes

na promoção de amenidades e imagens “positivas” dos mesmos, em torno das ideias de segurança e atratividade, tendo em vista a atração e fixação de diversas formas de investimentos e fluxos (turísticos, financeiros, “capital humano/classe criativa”, entre outros).

Na presente dissertação, mesmo considerando estas questões, a análise das relações entre intervenções e espaço público será ainda feita considerando as seguintes dimensões: intervenções imateriais; acessibilidade e formas de uso e apropriação (ritmos, relações e práticas), em particular ao nível das práticas de consumo e lazer ou das relações de género e de etnicidade; uma breve consideração das questões ligadas à propriedade jurídica; e às características físicas/materialidade do espaço. Sendo que existirão duas outras dimensões, tomadas como transversais, relativas aos significados e às relações de poder.

### **2.2.1.2 Intervenções Imateriais**

Como salienta Graça Índias Cordeiro, é importante “(...) reconhecer o carácter estruturante que os discursos, imagens e performances públicas, cíclicas e quotidianas, desempenham na organização e transmissão do conhecimento sobre essa cidade e aceitar o seu papel ativo na experiência que dela se tem.” (Cordeiro, 2003, p. 185). Sendo que, ao mesmo tempo, não se deve desprezar a “dimensão interativa” com a população em relação à qual remetem tais discursos, imagens e performances, considerando-se, em particular, os diferentes processos e conflitos envolvidos na construção de significados partilhados (Cordeiro, 2003, pp. 185-186).

Tiago Castro Lemos problematiza a relação entre linguagem e cidade, começando por salientar que cada território, de forma a “afirmar a sua especificidade”, implica a utilização de uma categoria identificadora do mesmo, a qual “(...) quando mobilizada (...) evoca os limites sócio-espaciais e as características que estão associados a esse espaço.” (Lemos, 2013, p. 111). Como salienta o autor, as palavras não são neutras do ponto de vista social, mas envolvem uma “prática social” que implica, para a sua análise, que seja considerado “(...) quem é o locutor, quem é o auditor, qual o contexto social em que a palavra é utilizada (...)” (Lemos, 2013, p. 113). Além de que a sua utilização é igualmente uma forma de classificação espacial e social de determinados territórios, implicando o “reavivar de uma imagem mental associada a esse mesmo espaço”, igualmente envolvidas na construção de “imaginários coletivos” - isto é, de significados partilhados - em relação a um dado espaço e população, e que apresentam um sentido ao mesmo

tempo inclusivo e exclusivo, dividindo e diferenciando um interior e um exterior de forma a “facilitar a sua gestão” (Lemos, 2013, pp. 114-115). Sendo que para tais categorias produzirem efeitos, elas devem possuir “(...) um determinado nível de generalização e ao mesmo tempo (...) devem ser suficientemente concretas, de forma a serem comunicáveis e perceptíveis, também devendo ser susceptíveis de definições técnicas e jurídicas (...)” (Lemos, 2013, p. 114).

Esta dimensão das categorias criadas em relação a um determinado espaço é visível nas denominadas políticas e técnicas de marketing territorial, as quais procuram criar uma “marca” distintiva associada ao mesmo, com o objectivo da sua promoção e atratividade turística, investidores ou novos residentes” (Marques & Carvalho, 2010, pp. 65-66). Sendo que, e como refere Bruno Gomes para o caso dos guias e discursos turísticos, estes envolvem “(...) processos de selecção de elementos-chave que realçam determinadas características em detrimento de outras que são disfarçadas ou, até mesmo, completamente excluídas.” (Gomes, 2012, p. 5). Estes guias e discursos, apesar de implicarem uma distância - que sempre ocorreria - entre a “realidade” e a sua “representação”, apresentam uma função importante na selecção do “(...) que ver e como ver, constroem percursos que conduzem de um “ponto de interesse” a outro evitando todas as imagens indesejáveis, não deixando espaço à descoberta ou ao acaso (...)”<sup>66</sup> (Gomes, 2012, p. 5). Salientando o autor que tal contribui para a construção de um imaginário da cidade, o qual acaba por ter um potencial performativo no sentido em que implicam a sua integração em novas formas de “auto-representação”, influenciadas pelas representações e imaginários anteriormente construídos<sup>67</sup> (Gomes, 2012, pp. 5-6).

---

<sup>66</sup> “A cidade formulada nos guias turísticos poderia dizer-se como uma maquete submetida às lógicas e processos do mercado do turismo que se apõe às cidades, mas que justamente porque se estrutura a partir de lógicas de desejabilidade, acaba por condensar idealizações, pequenas utopias, que tanto respondem às procuras turísticas padronizadas como a utopias de cidade por parte de quem os produz. E por se apresentarem discursivamente através de um compósito de “lugares comuns”, de clichés e estereótipos, constituindo-se em evidências, gostos, modas, tendências de mercado, deixam expressar ideias gerais, de uma grande abrangência, cristalizações figurativas de Lisboa, no caso.” (Gonçalves, 2008, p. 5).

<sup>67</sup> “O *marketing* territorial que se centra em estratégias de (re)imaginação é por isso um processo de construção de narrativas visualmente baseadas no potencial dos lugares, um processo de criação de uma metáfora como forma intermediária para a mudança ou consolidação de sensibilidades públicas e para a possibilidade da invenção de novos tipos de ligação à cidade.” (Ramalho, 2013, p. 7). Como refere a autora, “[a] imagem da cidade é um constructo tanto visual como mental (...)” (Ramalho, 2013, p. 8), construída a partir de dimensões tanto físicas como discursivas e simbólicas (Ramalho, 2013, p. 8).

Em parte dando conta de elementos semelhantes, Carlos Fortuna identifica o que designa de “destraditionalização”, processo que implica não a eliminação total do que remete para a tradição e passado da cidade, mas antes uma sujeição de “(...) anteriores valores, significados e acções a uma nova lógica interpretativa e de intervenção” (Fortuna, 1997, p. 3), no sentido de usar a tradição como “recurso de desenvolvimento” para uma lógica de competição entre cidades. Tal implica, como refere o autor, uma alteração da “imagem da cidade”, “(...) quer no que diz respeito à sua estrutura material, produtiva e funcional, quer quanto à sua dimensão estética, arquitectónica e cultural.” (Fortuna, 1997, p. 4). Algo que, como refere o autor, implica a reconfiguração do “(...) significado social do passado e da tradição.” (Fortuna, 1997, p. 5), e que remete para um processo sempre selectivo de articulação entre passado e presente (Fortuna, 1997, pp. 5-6). Uma articulação que corre o risco de permitir uma “releitura descaracterizadora da história”, justificando assim o questionamento dos “(...) recursos, agentes e processos que presidem à (...) conversão dos contextos espaciais urbanos (...)” (Fortuna, 1997, p. 7).

Mari Balibrea refere que as estratégias de regeneração e de desenvolvimento associadas ao denominado modelo Barcelona são responsáveis por uma política de memória que tende a fossilizar e hegemonizar certos discursos e representações, em detrimento de uma maior diversidade de significados (Balibrea, 2007, p. 24). A autora refere que a interpretação do passado de um dado espaço, e a consideração da sua preservação e vitalidade presente e futura envolve uma disputa política, não só ao nível da dimensão física das transformações em causa, mas também dos processos de ressignificação associados a um determinado espaço e à memória coletiva para o qual remete (Balibrea, 2007, pp. 24-26). Mari Balibrea refere que, em alguns casos, as transformações de determinados espaços implicaram a categorização dos mesmos como “obsoletos”<sup>68</sup>, categorização essa que não só toma esse espaço como potencial e até desejavelmente transformável, mas, também, inicia conflitos em relação a tal processo no caso de não existir um consenso social sobre tal processo de transformação (Balibrea, 2007, pp. 25-28). Isto é, no caso de existirem grupos sociais que rejeitam tal categoria de “obsoleto”, e, pelo contrário, considerarem

---

<sup>68</sup> “Obsolescence, as it is understood here, implies a relation of rejection, from the present towards an element coming from the past and which is thereby reduced to something antiquated and useless, that is to say, something without any possible relation to the present, without a possible or recommendable use in the present. Its elimination is therefore desirable, together with its substitution by some other new thing that is considered useful.” (Balibrea, 2007, p. 26).

que tal espaço ainda contem valor que deveria ser preservado (Balibrea, 2007, pp. 25-28). Sendo que, como refere a autora, a crítica a tal categorização depende do questionamento dos critérios subjacentes à mesma, quem foi o responsável pela mesma, bem como pela decisão de transformação do espaço, e com que interesses (Balibrea, 2007, p. 32). Num outro trabalho, Mari Balibrea (Balibrea, 2003) foca, entre outras questões, a forma como algumas intervenções relacionadas com a memória e história de um local acabam por ser feitas em contextos espaciais com significados por vezes potencialmente antagónicos aos invocados no presente, ou, por sua vez, procurando “museificar” aqueles relativos ao passado. Tal ocorre, segundo a autora, sem que a complexidade do passado seja suficientemente considerada, nem que a intervenção atual ocorra num sentido de um questionamento crítico do passado, do presente e da sua articulação, mas é antes reduzida a um:

(...) signo exclusivamente significante, carente de significado ou unido tenuemente a ele, liberto e facilmente aproveitável, tanto para justificar o interesse das instituições locais em conservar a memória da cidade, como para servir de logótipo a um novo centro comercial. A sua re-significação é, ao mesmo tempo, dessemantização. (Balibrea, 2003, pp. 38-39).

Por sua vez, Francisco Lima Costa (Costa, 2011, pp. 100-101), associa o papel dos guias turísticos ao desempenhado pelos media e pelos intermediários culturais<sup>69</sup> (“artistas, escritores, músicos, gestores culturais”), os quais contribuem para a promoção e difusão de diferentes imagens e significados, e “(...) filtram e definem consumos culturais (...) criam novas tendências de consumo e intervêm na forma como se desenvolvem os estereótipos relativos aos consumos culturais.” (Costa, 2011, pp. 100-101). Sharon Zukin, referindo-se ao exemplo do Harlem e aos processos de transformação sócio-espaciais ocorridos, salienta o papel dos meios de comunicação, dos media aos blogues, na “alteração do gosto” e promoção de determinados estilos de vida, em particular os associados a dimensões “alternativas”, ao “local”, ao “passado” e ao “diferente” -

---

<sup>69</sup> “(...) baseando-se na obra *A Distinção* de P. Bourdieu, L. Bovone (2001: 105) clarifica a categoria de *novos intermediários culturais*, apresentando-a como “uma série de profissões novas, ou renovadas, intimamente ligadas aos processos comunicativos, que têm uma função crucial na sociedade actual”. O que está em causa, segundo Bovone, não são cargos técnicos ou executivos, mas pessoas que podem ser “elos determinantes da cadeia criação-manipulação-transmissão de bens com elevado conteúdo de informação, cujo valor simbólico é preponderante”. É precisamente nesta linha que C. Ferreira (2002: 5) enfatiza a ligação operada pelos intermediários “entre a esfera cultural e o mercado, o universo do marketing e da publicidade, o sistema político, as instituições e os actores responsáveis pelo planeamento e administração do território.” (Gomes, 2011)



ainda que tais alterações não sejam unicamente explicáveis por tais processos, como salienta a autora, mas também através da atuação do poder local, da securitização e “higienização” do espaço, bem como de investimento financeiro (Zukin, 2009, p. 550). Os próprios mapas, muitas vezes presentes em guias turísticos, devem ser vistos não como uma correspondência mimética entre um território e sua representação cartográfica, mas antes como uma construção que ocorre sempre a partir de algum lugar, implicando seleções<sup>70</sup> (Acselrad & Coli, 2008, pp. 13-14).

Tais políticas e intervenções suscitam, assim, questões ao nível da representação simbólica dos espaços e populações em causa. Desde a forma como ocorre, das representações feitas, bem como da gestão dos diferentes interesses e relações de poder em presença. No seguimento do exposto anteriormente, tal acaba por repercutir-se na forma como tais espaços são representados e quais os seus significados, bem como ao nível das consequências ao nível do seu acesso e apropriação<sup>71</sup>.

### 2.2.2.1 Dinâmicas e Processos no Espaço Público

---

<sup>70</sup> “Mas, a despeito de ser correntemente apresentado como um enunciado constatativo do real, o mapa não deixa de ser um enunciado performático, que diz algo sobre o real e sobre este produz efeitos. Ele não é, pois, um reflexo passivo do mundo dos objetos, mas um intérprete de uma determinada “verdade, em que o crer se localiza no ver” (Balandier, 1987), um instrumento que “ordena e dá ordens” aos atores envolvidos na produção do território (Rivière, 1980, p. 379, apud Jourde, op. cit., p. 103-4). Assim sendo, se, por um lado, tornam-se claras as implicações políticas dos mapas, podemos falar, por outro lado, da emergência de políticas cartográficas, em que os mapeamentos são eles próprios objeto da ação política. E se ação política diz especificamente respeito à divisão do mundo social, podemos considerar que na política dos mapeamentos estabelece-se uma disputa entre distintas representações do espaço, ou seja, uma disputa cartográfica que articula-se às próprias disputas territoriais.” (Acselrad & Coli, 2008, pp. 13-14).

<sup>71</sup> Como salienta Inês Guedes: “Inscritas nas políticas de intervenção urbana, as representações do espaço têm implicações sociais por meio do processo de resignificação das práticas espaciais e das formas de viver hegemónicas que buscam impor. As transformações do quotidiano da cidade e a demarcação/ restrição das possibilidades de interacção e sociabilidade evitam que os actores sociais elaborem/produzam e se apropriem da cidade de forma igualitária, evitam o confronto com o estranho/Outro, promovendo a sua invisibilidade. Entre representados e não representados, produtores e não produtores do espaço urbano existem linhas de (in) visibilidade. Se os espaços urbanos são espaços de práticas sociais, *loci* de identificação e diferença, *loci* de significação, são portanto lugares que são reflectidos por e se reflectem nos grupos sociais neles presentes. Assim sendo, a não referência desta diversidade de práticas e actores nos documentos analisados reflectem uma falta de reconhecimento dos mesmos e a sua invisibilização simbólica.” (Guedes, 2012, p. 12)

Em primeiro lugar, tanto pela sua centralidade nas dinâmicas e processos atuais no espaço público como pela sua relevância no caso de estudo, começaremos este capítulo pela problematização das relações e práticas de consumo e lazer no espaço público. Como refere Juliana Mansvelt, alguma da literatura sobre lugares de consumo, focando-se nas dimensões ideológicas e semióticas dos mesmos, tendeu a apresentar uma perspetiva de um sujeito consumidor como se de um indivíduo sem agência se tratasse, um sujeito passivo que reproduzia “(...) discourses and structures of consumption framed by producers (owners, designers, marketers, managers and advertisers) (...)” (Mansvelt, 2005, pp. 14-15). No entanto, outras investigações, relacionando tanto atributos materiais como simbólicos, salientaram a dimensão quotidiana de determinados espaços de consumo e a forma como os consumidores também desempenham práticas de consumo sem que tal corresponda a uma intencionalidade pretendida e/ou “programada” por parte dos produtores desses espaços, sendo assim igualmente capazes de alterar significados através das suas escolhas e agência<sup>72</sup> (Mansvelt, 2005, p. 21). Contudo, a atenção a esta dimensão agencial não nos impede, tal como a autora não o pretende impedir, de considerar, relativamente à produção do espaço, alguns dos possíveis condicionamentos de práticas e relações que nele ocorram, sem que tal implique necessariamente uma dimensão intencional.

O consumo, em particular quando associado à esfera do lazer, também envolve processos conflitantes de democratização/massificação e de elitização, o que não deixa de ter influências espaciais, salientados da seguinte forma por Norberto Santos:

(...) esta massificação identifica uma forma, muito alargada, de acesso ao lazer, constituindo um processo de democratização do consumo. Todavia assiste-se, em paralelo, a um processo de elitização, que se caracteriza por um estreitamento do número de pessoas capazes de aceder, quer a certos lazeres, quer a determinados espaços. (Santos, 2008, p. 145).

---

<sup>72</sup> “This work has destabilized the notion of ‘the universal and passive consumer’, instead focusing on the agency of consumers, examining the ‘work’ and skills employed in choosing, purchasing and using commodities, and the interpretations, sociality, tensions, meanings, emotions and knowledges inscribed in consumption practices (Crewe, 2001; Williams et al., 2001). Another significant area of research has been on the role of consumption in the place based constitution of social identities, problematizing the traditional separation between production and consumption identities (McDowell and Court, 1994).” (Mansvelt, 2005, p. 21).

Sharon Zukin (Zukin, 2008) dá conta da forma como, mesmo práticas de consumo tida como “alternativas” são importantes para a criação de uma “aura de autenticidade”<sup>73</sup>, como seja, por exemplo, a autenticidade “(...) based on the history of the area or the back story of their products, and capitalize on the tastes of their young, alternative clientele” (Zukin, 2008, p. 724). Sendo que, em tais situações, o consumo não deixa de ser uma prática diferenciadora e excludente, mesmo que “apenas” no que diz respeito aos significados culturais em causa, associado ao carácter “alternativo” e distintivo do produto e dos seus consumidores (Zukin, 2008). Um carácter de “alternativo” que é potenciado pela relação a um determinado espaço ou pelo papel desempenhado por determinados grupos sócio-culturais na valorização de um espaço e/ou produto em particular (Zukin, 2008) - algo que remete para a ideia anteriormente exposta de “intermediários culturais”, dada a valorização simbólica das preferências e “gostos” destes, ainda que esta valorização não se restringe a tais grupos. Além disso, tais práticas, tendo em conta a forma como podem reverter para uma possível valorização cultural da área, tendem ainda a influenciar possíveis processos de gentrificação nas áreas onde as mesmas ocorrem (Zukin, 2008).

Como se depreende, uma das principais tensões que ocorrem no espaço público diz respeito às questões que dizem respeito ao conflito, à exclusão, ao controlo, e às diferentes formas de propriedade. Por exemplo, Monica Degen (Degen, 2003, pp. 870-871) observa como determinados técnicas de construção do ambiente urbano, com o objetivo da minimização do conflito, implicam o uso simultâneo de mecanismos de coerção físicos e sensoriais onde o próprio sujeito desempenha um papel central na sua experiência enquanto consumidor. Tal é conseguido através de um desenho do espaço que procura criar um ambiente agradável e de prazer, no qual não existem experiências sensoriais negativas - como o conflito ou a insegurança -, nem potencialmente contrastantes com a temática do espaço que se pretende promover, mas, ao invés, procuram promover determinadas experiências positivas e sem conflito, mais associadas ao lazer e ao entretenimento (Degen, 2003, pp. 870-871). Trata-se de um exemplo que salienta o papel da materialidade do espaço público

---

<sup>73</sup> “Authenticity is an ambiguous concept. It represents *origins* in two quite different senses: on the one hand, an almost mythically primordial rootedness in place and time (Benjamin, 1968 [1936]) and, on the other, a capacity for historically new, creative innovation. Though in the second sense, authenticity nearly always applies to the artistry of exceptional individuals, it represents, in the first sense, the life-situation of a group. Authenticity might be used, then, as a proxy for Lefebvre’s *espace vécu*— as both a real set of social practices anchored to existing buildings and land, and a metaphorical framework to establish a vulnerable population’s right to make an urban place.” (Zukin, 2009, p. 544).

como condicionante de determinadas formas de acesso e apropriação - algo que, no seu essencial, foi anteriormente explorado e não será repetido neste capítulo através da criação de um ponto específico para tal dimensão.

Também Catharina Thorn salienta que nos espaços públicos se observa a tensão entre a necessidade de uma maior atractividade, a qual muitas vezes leva à exclusão do que e daqueles que não se enquadram nas imagens e estratégias de atractividade privilegiadas - o que igualmente envolve a existência de conflitos ao nível dos significados do espaço público (Thörn, 2006, p. 68). Neste quadro, em que o espaço público se torna alvo de políticas de estitização e visto como um produto de atractividade e competitividade urbana, também a autora salienta a importância que o ideal de segurança e ausência de conflito<sup>74</sup> apresenta na produção do espaço público (Thörn, 2006, pp. 69-70).

Ainda sobre os mecanismos de selecção, Ana Estevens e André Carmo referem como existe ainda outra forma, “mais subtil e aceite tacitamente”, e que diz respeito à forma como a produção de espaços públicos associados a determinados códigos, símbolos, significados e expectativas, tendem a excluir e marginalizar aqueles que não se revelam capazes de interpretar os mesmos (Carmo & Estevens, 2008, pp. 10-11). Sobre tais tensões, os autores identificam a relação entre duas dinâmicas espaciais, “(...) uma, rápida e efêmera - pósmoderna, outra, sólida e inflexível - fortaleza. (...) Por um lado, enfatizam-se valores como a pluralidade, a diferença, o festivo e o lúdico. Por outro, restringem-se as liberdades, aprisionam-se os espaços e vigiam-se os comportamentos e as práticas sociais.” (Carmo & Estevens, 2008, pp. 5-6). Por sua vez, Miguel Silva Graça enquadra tais formas de restrição e privatização em lógicas mais vastas. Tanto salientando um possível contrassenso entre a promoção da figura de consumidor enquanto se

---

<sup>74</sup> “A key element on urban regeneration is the issue of security. Ensuring that new urban spaces are seen as safe are on of the priorities for regeneration programmes (Raco 2003). The awareness on commercially attractive public spaces among politicians and businessmen creates a need to regulate and control the city centre. The presence of obviously homeless people, street crime and graffiti are not only viewed as potential threats to the credibility of the image of the city marketed by those in power but also seen as symbols of decay and insecurity. The consequence is the emergence of various public and private initiatives to “clean up” city centres. (...) Common to several of the proposals is that their point of origin is crime prevention. Crime – or threats against the order of public space – should be prevented before being committed. Roy Coleman argues that control today in cities is “strategically entwined with, and organized around, visualized spectacles that promote ways of seeing urban space as benign, ‘people centred’ and celebratory” (Coleman 2005:132).” (Thörn, 2006, pp. 69-70).

assiste a um menor peso relativamente à “figura” de cidadão e aos seus direitos, bem como a fenómenos que vão de uma preferência individual para o uso do automóvel, condomínios privados, concessões privadas a espaços como praças, largos ou esplanadas, ou a proliferação de eventos e festivais, parques temáticos, publicidade na paisagem urbana, ou formas de gestão público-privada (Graça, 2007, pp. 217-218).

Estas dinâmicas apresentam o seu ponto mais elevado na forma como o espaço público tende, também ele, a ser cada vez mais um espaço onde os ideais de segurança, conforto e controlo são privilegiados, um espaço mais “higienizado”, exclusivo e dualizado<sup>75</sup>, prevalecendo o ideal de entretenimento sobre o de encontro/interacção ou de conflito, em que a própria ideia de diferença e diversidade surge controlada e tematizada, reduzida a determinadas imagens, e onde se observa uma maior intensidade de securitização (por autoridades públicas ou privadas) ou a presença de câmaras de vigilância/CCTV<sup>76</sup> (Graham & Aurigi, 1997, pp. 21-25; Mitchell, 1995, pp. 119-121).

Don Mitchell, abordando o exemplo da transformação de um determinado espaço público, salienta a existência de duas visões e interesses contrastantes (Mitchell, 1995, p. 115), as quais, apesar de poderem ser tomadas como ilustrativas de duas posições dicotómicas - e como tal constitutivas e com possibilidades de intersecção entre si -, não deixam por isso de ser relevantes para a presente problematização. Uma em que é valorizado o ideal de uma interação livre e sem restrições institucionais, com possibilidade de ser um espaço de visibilidade e antagonismo político. A outra, que estaria associada às entidades públicas e aos interesses privados para o local, era a de um espaço para o lazer e entretenimento, por parte de um público “apropriado” e autorizado a encontrar-se no mesmo, onde o ideal de conforto e segurança emergem. Sendo que, e de certa forma recuperando dimensões anteriormente referidas, Mitchell refere que o espaço público emerge

---

<sup>75</sup> Stepehn Graham e Alessandro Aurigi salientam a ideia de invisibilidade, em particular ao nível da forma como a construção de tais ambientes urbanos privilegia a participação e visibilidade de sujeitos já anteriormente numa posição de vantagem, ao mesmo tempo que procurando excluir aquilo e aqueles que não se coadunam com um determinado padrão de riqueza, comportamento e aparência (Graham & Aurigi, 1997, p. 25)

<sup>76</sup> Trata-se de uma “disneyficação” como lhe chamou Zukin, na qual existe uma determinada forma de produção do espaço urbano que “(...) creates a safe, clean, public space in which strangers apparently trust each other and just “have fun”. It has inspired big city governments to “disneyfy” by sponsoring urban “festivals” and themed shopping districts, by cleaning up public space, by installing private agents of surveillance and control and by turning over the management of public spaces to private associations of commercial property owners.” (Zukin, 1998, p. 832).

e é mantido precisamente do confronto entre diferentes visões, bem como é um espaço onde quem “pertence” ao espaço público e adquire visibilidade pública se joga. Como refere o autor: “[p]ublic space is the product of competing ideas about what constitutes that space - order and control or free, and perhaps dangerous, interaction - and who constitutes “the public”.” (Mitchell, 1995, p. 115). Como salienta o autor, a forma como o “público” é definido e imaginado/representado torna-se relevante, em particular ao nível das diferentes intervenções no espaço público - sendo que, muitas vezes, este é visto de forma homogénea, sem considerar a sua diversidade interna, universalizando assim um determinado “público”, muitas vezes um “público” idealizado, e que tende a excluir outros “públicos” do “público” (Mitchell, 1995, pp. 120-121). Tratando-se, assim, de uma imagem de público que é não só idealizada e excludente, mas que, e tal como referido anteriormente, vai igualmente contra o próprio ideal do mesmo, em particular ao nível da sua diversidade e possibilidade de conflito.

Por último, importa ainda salientar a tensão entre público e privado, a qual não se restringe à sua dimensão jurídica. Como igualmente refere Miguel Silva Graça, a intensa utilização de determinados espaços privados tende a esbater fronteiras entre o público e privado, emergindo assim o que denomina de “usos coletivos nos espaços privados”<sup>77</sup> (Graça, 2007, pp. 217-218). A tensão existente entre a dimensão jurídica da propriedade do espaço público e a forma como se dá a sua apropriação é igualmente salientada por Alexandra Castro, referindo que não existe uma correspondência direta/linear entre as duas, tratando-se de uma construção social e política, implicando um processo e a tensão entre diferentes dinâmicas - em que, como refere a autora, diz respeito, antes de mais, à questão de um espaço comum<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup> “De uma forma jurídica não é difícil traçar fronteiras entre o que é propriedade privada e propriedade pública. Todavia em termos de uso apresenta-se como complexo definir exactamente o que constitui ou distingue os dois domínios. Certos espaços com estatuto jurídico privado são de facto usados como públicos, assim como, reciprocamente, muitos dos de domínio público ao serem privatizados deixam de ser acessíveis a todos.” (Graça, 2007, p. 218).

<sup>78</sup> “São vários os autores que reconhecem que a abordagem do espaço público não se esgota numa análise da sua natureza jurídica (cf. Capron, 1998; Toussaint et al., 2001, entre outros). A passagem da noção de espaço público a “espaço do público” coloca a questão do estatuto do espaço comum. O espaço público é uma determinação político-jurídica, mas também um produto do uso social, ou seja, existem espaços públicos inacessíveis ou proibidos e outros, que não são juridicamente públicos, mas têm um uso colectivo intenso. A noção de público não é, pois, uma qualidade intrínseca a um espaço, mas sim uma construção social e política que resulta da combinação de vários factores, nomeadamente dos usos aí confinados; do

## 2.2.2.2 Espaço, (in)Visibilidade e Corpo

### *Espaço e Visibilidade*

Tal como já salientado anteriormente, o espaço, e em particular o espaço público, diz respeito a “(...) “espaços do visível”, regulados por um “direito de olhar” (...)” (Castro, 2002, p. 55), o que não deixa de introduzir determinadas concepções e normatividades relativamente às formas de acessibilidade e apropriação, de que relações e práticas nele *devem* ocorrer, as quais não devem ser vistas de forma fixa, mas antes como um processo. Num outro ponto da sua discussão, Alexandra Castro apresenta o conceito de “conveniência”, da responsabilidade de Pierre Mayol, o qual diria respeito à forma como os indivíduos restringiam o seu comportamento individual em benefício de uma dimensão coletiva, algo que não deixaria de conceder benefícios simbólicos ao indivíduo (Castro, 2002, p. 59). Segundo Mayol, haveria duas dimensões, uma relacionada com os “comportamentos visíveis nos espaços públicos”, e uma outra, a qual remete para uma dimensão cultural e coletiva, que influenciariam as suas apropriações no espaço público (Castro, 2002, p. 59). Dessa forma, e recuperando a dimensão conflitual anteriormente referida,

(...) o espaço público pode tornar-se, para certas categorias da população e em certos momentos, um espaço de poder quando determinados grupos põem em prática estratégias de ocupação e comportamentos que visam a exclusividade. (...) o confronto cultural (materializado em *diferentes modos de usar e estar no espaço*) constituiu um momento fundamental na percepção dos limites das identidades sociais em co-presença. (Castro, 2002, p. 59).

Sendo que, como a autora salienta, e tal como já haveria sido salientado a partir de Lars Frers e Lars Meier, estas relações conflituantes podem originar a emergência de outras formas de apropriação do espaço e de formas de relacionamento entre diferentes grupos, ainda que tal não implique “(...) que o confronto com o outro produza necessariamente um sentimento de convivência e reconhecimento.” (Castro, 2002, p. 59), e poderá mesmo resultar numa “(...) exacerbação dos preconceitos e a tensões conflituais.” (Castro, 2002, p. 59). Concluindo a autora que:

---

sentido que é atribuído por um determinado grupo social; da acessibilidade; da tensão entre o estrangeiro/anónimo e o reconhecimento/reencontro; da dialéctica entre proximidade e distância física e social.” (Castro, 2002, p. 54)

(...) a mistura social não é suficiente para fazer com que um lugar contribua para o reforço do laço social. É necessário perceber o que dá sentido à mistura, a maneira como é vivida, percebida e julgada e ter presente que “a miscigenação é um dos factores que favorece a emergência da urbanidade” (Bassand et al., 2001: 64). (Castro, 2002, p. 59).

Num artigo recente, Inês Guedes (Guedes, 2012) procede a uma análise das relações entre processos de intervenção urbana e formas de visibilidade e invisibilidade que os mesmos podem gerar. Em particular, a autora foca-se na forma como determinadas intervenções, de sentido mais excludente - até pelas alterações de significados em relação a determinados espaços -, podem ter como efeito uma negação do direito à cidade em relação a determinados sujeitos, (re)produzindo assim processos de desigualdade e invisibilidade<sup>79</sup> (Guedes, 2012, p. 7). Tais intervenções seriam ainda responsáveis por transformações no quotidiano, estabelecendo normas relativas às formas de apropriação e relação, em particular nas relações entre indivíduos e grupos sociais tomados como “diferentes” entre si, o que promoveria a invisibilidade de um “outro” que se encontraria numa posição menos privilegiada em termos de relações de poder, e que como tal seria excluído de um dado espaço (Guedes, 2012, p. 12).

Estas referências demonstram a dimensão social da visibilidade. Num artigo recente, Andrea Brighenti salienta que a visibilidade tem como dois efeitos conflituantes o reconhecimento e o controlo, e que a visibilidade se encontra na intersecção, simbolicamente mediada, entre estética (tomada ao nível das relações de percepção) e política (tomada ao nível das relações de poder)<sup>80</sup>

---

<sup>79</sup> “Para além da instituição de barreiras socioespaciais, as resignificações do espaço e seus usos e apropriações teriam como resultado a instituição de (in) visibilidades sociais. O conceito invisível assume-se aqui como inexistente decorrente do acto de não-reconhecimento do Outro. Este acto de não-reconhecimento de determinados actores e suas práticas seria um acto voluntário consequente de uma perspectiva colectiva partilhada. O mesmo quer dizer que, as políticas de intervenção urbana, ao imporem usos e significados dominantes aos diferentes lugares da cidade, definem quem são os usuários, visitantes e habitantes e os que não o são. Definem ainda que práticas são esperadas e por quem. A cidade planeada e ordenada seria então a cidade dos visíveis. Os outros, os que não lhes é reconhecido espaço, não teriam existência, não produziram o espaço urbano?” (Guedes, 2012, p. 7).

<sup>80</sup> Como explora posteriormente o autor, tais dimensões são co-constitutivas: “Against the radical separation of the visible and the articulable, one can advance the argument that, as we try to imagine a pure visible or a pure articulable as severed from one another, we quickly fall into a paradox. The *aesthetic* (and, specifically, the visually aesthetic) arrives earlier to us, almost instantly, but in fact it is because the *political* (Foucault’s articulable) is always already there. True, the two domains speak different languages, but the one carries the other onwards. It is not that they are occasionally mixed together: they are always together.



(Brighenti, 2007, pp. 323-324). O autor identifica 4 dimensões no “campo” da visibilidade: relacionalidade, estratégia, campo e processo (Brighenti, 2007, p. 325).

Sobre a relacionalidade, diz-nos Brighenti que esta está ligada ao facto de “ver” e “ser visto” se tratarem de duas atividades intimamente ligadas, ainda que o autor reconheça a possibilidade da sua dimensão assimétrica, envolvendo desiguais relações de poder (Brighenti, 2007, pp. 325-326). Este lado assimétrico encontra-se associado à dimensão “estratégica” da (in)visibilidade, dada a forma como estas se (re)produzem, separando os visíveis dos invisíveis em diferentes situações e com diferentes sentidos (Brighenti, 2007, p. 326). A dimensão estratégia das relações de (in)visibilidade, quando vista de forma intersubjetiva e relacional (envolvendo mais do que singulares relações interpessoais), constitui um campo, o que leva a questionar as relações de poder envolvidas na (re)produção desse mesmo campo, em particular nos momentos em que algo se torna mais ou menos visível (com maior ou menor representação, e com que diferentes e potencialmente conflitantes conteúdos), a questionar o porquê, quem toma tais decisões, e quais são as suas consequências/efeitos - sendo que são estas questões que acentuam a forma como a visibilidade envolve uma dimensão processual (Brighenti, 2007, pp. 326-327).

Entre outras questões, o autor também aborda a relação entre visibilidade e a relação entre espaços e sujeitos. Começando por afirmar que alguns espaços e sujeitos são mais visíveis que outros, o autor refere que os efeitos sociais da visibilidade dependem de quem é mais visível num dado local (Brighenti, 2007, pp. 331-332). Sendo que esta questão se relaciona com outra explorada posteriormente, sobre a forma como a visibilidade se relaciona com a identificação, tanto individual (realizada a partir de características individuais) como coletiva (a partir de categorias sociais), e que, como tal, envolve sistemas de classificação e divisão individual e coletiva<sup>81</sup>, o que não deixa

---

There is no visible without ways of seeing, which are socially and interactionally crafted (Goodwin, 1996), and even the pure abstract articulation that makes these ways possible can be conceived as an invisible (in Merleau-Ponty’s sense), rather than a distinct, unrelated regime. (...) Visibility is precisely the complex field where the visible and the articulable coexist, rather than excluding each other. This also helps understand why, alongside an epistemology of seeing, there urgently arises the issue of the im/morality of seeing.” (Brighenti, 2007, p. 329).

<sup>81</sup> “Thus, visibility is a property that can be used to divide marked and unmarked persons. Once a way of marking and dividing people is set up, thanks to a few very clear, exceptional cases, the resulting classification is a tool that can be applied to every case. (...) For racism to work, differences need first of all to be made visible, which may not be that simple. This is achieved through classificatory tools. Once set up, these tools work best when they become *naturalized* (...) invisible to those who employ them: the

de envolver relações de poder (Brighenti, 2007, pp. 333-335). Ainda que, como refere Brighenti, a relação entre visibilidade e poder não é algo de linear, e: “(...) we have to admit that power does not rest univocally with seeing or with being seen. Rather, it is the style in which seeing and being seen take place that carries the most important consequences. The exercise of power is always an exercise in activating selective in/visibilities.” (Brighenti, 2007, p. 339).

Inclusive pela relevância para o caso em estudo, esta relação entre poder, visibilidade, identificação/categorização e significado<sup>82</sup> será explorada de seguida através da sua relação com as dimensões de género e etnicidade.

### *Corpo, Espaço e Género*

Segundo Robyn Longhurst, os corpos são ao mesmo tempo materiais, “reais”, e envolvidos em processos psicanalíticos, discursivos, simbólicos e sociais, com significados múltiplos e

---

instrument that creates visibility has to be made or itself kept invisible.” (Brighenti, 2007, pp. 334-335). Esta questão é igualmente salientada por Sarah Ahmed, focando-se na forma como tais processos se torna invisíveis para quem mais beneficia dos mesmos: “As many have argued, whiteness is invisible and unmarked, as the absent centre against which others appear only as deviants, or points of deviation (Dyer, 1997; Frankenberg, 1993). Whiteness is only invisible for those who inhabit it, or those who get so used to its inhabitation that they learn not to see it, even when they are not it (see Ahmed, 2004b). Spaces are orientated ‘around’ whiteness, insofar as whiteness is not seen. We do not face whiteness; it ‘trails behind’ bodies, as what is assumed to be given. The effect of this ‘around whiteness’ is the institutionalization of a certain ‘likeness’, which makes non-white bodies feel uncomfortable, exposed, visible, different, when they take up this space.” (Ahmed, 2007, p. 157).

<sup>82</sup> Uma dimensão central desta questão diz respeito à própria relação entre corpo e espaço, dado que, como refere Linda McDowell: “The body is the place, the location or site, if you like, of the individual, with more or less impermeable boundaries between one body and another. While bodies are undoubtedly material, possessing a range of characteristics such as shape and size and so inevitably taking up space, the ways in which bodies are presented to and seen by others vary according to the spaces and places in which they find themselves.” (McDowell, 1999, p. 34). Ou, como salienta Eduardo Brito-Henriques: “O corpo humano é na verdade muito mais do que um mero receptor de significados sociais. O corpo é parte integrante da pessoa e é por intermédio dele que esta toma contacto e interage com o meio. O corpo faz-nos presentes no mundo. É nele que os outros nos vêem, é nele e com ele que nos exprimimos, e é nele ainda que sentimos as consequências da acção dos outros sobre nós, uma vez que é na carne que se sente quer o prazer, quer o sofrimento. Nada a não ser o corpo torna, portanto, possível a experiência do espaço e dos outros.” (Henriques, 2007, p. 122).

fronteiras não precisas, dotados de formas e potenciais de subjetivação<sup>83</sup>; sendo que, apesar de todas as pessoas terem um corpo, estes são múltiplos e sempre diferenciados a partir de diversas características, como seja a etnicidade, a sexualidade, o género, entre outras outras (Longhurst, 2005a, p. 337; Longhurst, 2005b, p. 96). Como se depreende, a autora apresenta uma definição que procura ir para lá da dicotomia entre propostas essencialistas (naturalizadoras do corpo e da sua dimensão “biológica”) e propostas construtivistas (salientando a dimensão cultural e sociologicamente construída do mesmo), indo igualmente, neste sentido, para lá das dicotomias entre natureza e cultura, corpo e mente, ou, aquela que nos interessa explorar com mais detalhe aqui, a dicotomia entre sexo e género, particularmente explorada por Judith Butler<sup>84</sup> (Longhurst, 2005a, p. 338; Longhurst, 2005b, p. 92).

Os contributos dos feminismos queer vão, pelo menos em parte, neste sentido<sup>85</sup>. A partir de autoras como Teresa De Lauretis ou Judith Butler, salientou-se a dimensão histórica e

---

<sup>83</sup> Ainda que com as suas diferenças, apesar de igualmente apresentar continuidades, outra perspetiva que não poderá deixar de ser mencionada diz respeito às propostas baseadas na teoria dos atores-em-rede e da discussão em torno dos “*affects*” e do corpo. Uma perspetiva que poderá ser sintetizada da seguinte forma, apresentando a exploração realizada a partir de um dos principais autores desta “corrente”: “Bruno Latour (2004) has linked the problem of affect to a reformulation of bodies as processes rather than entities, and invites us to consider not ‘What is a body?’ (as if the body can be reified as a thing or an entity), but rather ‘What can a body do?’ This shifts our focus to consider how bodies are always thoroughly entangled processes, and importantly defined by their capacities to affect and be affected. This shifts our focus to consider how bodies are always thoroughly entangled processes, and importantly defined by their capacities to affect and be affected. These capacities are mediated and afforded by practices and technologies which modulate and augment the body’s potential for mediation (see Wegenstein, 2006). This invites us to consider how practices might ‘work’ or operate without the reification or invoking of bodies as ‘dumb matter’, or relying on understandings of embodiment which are rationalist, cognitivist and, importantly, thoroughly disembodied.” (Blackman & Venn, 2010, p. 9).

<sup>84</sup> “Kirby (1997) proposes collapsing the sex/gender distinction by examining the ways in which these categories share a complicitous relationship that produces material effects. Judith Butler (1990, p. 7) makes the point that “Sex itself is a gendered category.” She argues: “The distinction between sex and gender turns out to be no distinction at all” (Butler, 1990, p. 7).” (Longhurst, 2005a, p. 338). Ou, como refere Isabel Pato e Silva, “[a] distinção feminista entre corpos naturais (sexo) e corpos sociais (género) falhou porque os corpos sociais se mantiveram como categorias *a priori* (BUTLER, 1990) baseadas em falsos fundamentos” (Silva, 2010, p. 107).

<sup>85</sup> Como é salientando na seguinte passagem, onde são sintetizadas as críticas feitas pelos feminismos queer às propostas anteriormente referidas: “Em última análise, os feminismos não compreendiam ainda que a natureza era o produto último da tecnologia e não o contrário; que «ser homem» e «ser mulher» consiste na

culturalmente construída de sexo e gênero, em que o “(...) o gênero é mais do que a atribuição de significados sobre a diferença biológica, é igualmente um meio discursivo, através do qual se constitui a naturalização do sexo ou a natureza dos sexos.” (Oliveira, et al., 2009, p. 20). Sendo que tal ocorre através da performatividade, como salientou Butler, ou seja, através da expressão e repetição de práticas, performances e discursos normativos, os quais (re)produzem os diferentes sujeitos, não tomados como pré-existentes mas antes construídos dentro dessas mesmas práticas e discursos - ainda que, dada a própria performatividade, surja a possibilidade de subversão das normas e de ressignificação, dado que tal reprodução nunca ocorre de forma totalmente mimética e incontestada (Oliveira, et al., 2009, p. 20; Almeida, 2008, p. 4). Como refere Miguel Vale de Almeida, para Butler “[o] gênero pode ser caracterizado como uma estrutura, um molde ou uma grelha na qual ou através da qual, o sujeito é moldado.” (Almeida, 2008, p. 6). Sendo que com isto não se dá a negação da “(...) materialidade do corpo, mas sim que só apreendemos essa materialidade através do discurso.” (Almeida, 2008, p. 8) - o que, relacionando-se com a problematização anterior sobre as relações entre visualidade, classificação, significado e poder, nos leva a questionar a forma como interpretamos e classificamos o corpo<sup>86</sup>, isto é, à dimensão performativa de tal ato (Almeida, 2008, p. 9).

No entanto, importa referir que, apesar de se negar qualquer diferença essencial e trans-histórica, não deixa de ser relevante considerar os significados culturais e sociais atualmente partilhados - mesmo que estes possam não ter base de sustentação -, e a forma como os mesmos podem estar associados à (re)produção de desigualdades com base numa suposta diferença<sup>87</sup>. Como

---

permanente produção e reprodução tecnológica da sua diferença. Para mais, ao recorrerem extensivamente ao conceito de *gender* para explicar a construção assimétrica do «masculino» e do «feminino» nas nossas sociedades, os feminismos mantinham uma relação de acrítico silêncio com o «sexo», produzindo uma falsa dicotomia entre feministas essencialistas (crentes nas qualidades transformadoras da *natureza feminina*) e construcionistas (incapazes de desconstruir essa irredutível «verdade» biológica do corpo).” (Oliveira, et al., 2009, pp. 17-18)

<sup>86</sup> Como salienta igualmente Vale de Almeida, tal leva-nos a considerar que o corpo: “(...) só pode ser conhecido através da linguagem e do discurso. Butler enfatiza a materialidade da linguagem e a natureza linguística da materialidade. Não se opõem: o corpo é um processo de materialização que estabiliza ao longo do tempo de modo a produzir o efeito de fixidez, de fronteira e de superfície que chamamos matéria.” (Almeida, 2008, p. 8).

<sup>87</sup> Como refere Avtar Brah: “O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados

salienta Robyn Longhurst em relação ao actual contexto, “[d]enying the weighty materiality and specificity of flesh enables the unmarked body (the white, able-bodied, heterosexual, masculine body) to retain its hegemonic position.” (Longhurst, 2005b, p. 94).

No que ao debate sobre as relações entre género e espaço diz respeito, tem sido recorrente a forma como se salienta o carácter *genderizado* do último, salientando que as duas dimensões são co-constitutivas, envolvendo algumas das questões em torno da intersecção entre identidade, significados, poder e espaço anteriormente sublinhadas. Desde o salientar de um maior “sentimento de receio” por parte das mulheres em determinados espaços (sentimento ligado a uma dimensão de experiência pessoal e às próprias relações sociais num sentido mais estrutural), a questão da discriminação e assédio no espaço público, as diferenças em termos de ritmos urbanos (particularmente visível à noite), uma maior utilização do transporte público face ao meio de transporte individual - ao mesmo tempo que deslocando-se em circuitos mais diversificados e curtos do que os homens-, uma divisão entre espaços privados e espaços públicos, uma divisão entre espaços de reprodução social e de produção económica e de decisão política, ou a própria configuração do desenho urbano e alguns locais específicos dada a sua função e/ou significado associado (Rose, 1993; Bondi & Davidson, 2005; Preston & Ustundag, 2005; Koskela, 2005; Queirós, 2012). Sendo que serão algumas destas dimensões que serão tidas em consideração na análise da Praça do Martim Moniz, em particular a questão da discriminação e assédio no espaço público, as possíveis diferenças ao nível da apropriação do espaço público, bem como as diferenças da configuração espacial, funcional e de significados do mesmo.

### *Corpo, Espaço e Etnicidade*

Em primeiro lugar, importa fazer uma precisão conceptual devido às ligações entre os conceitos de etnicidade e “raça”. “Raça” é por vezes utilizado como equivalente ao conceito de etnicidade - uma outra palavra para o mesmo referente -, ou, noutro sentido, como a palavra referente a uma dimensão física e biológica da diferença, enquanto etnicidade diria respeito à sua

---

específicos em discursos de diferentes “feminilidades” onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares. Diferença nesse sentido é uma diferença de condições sociais. Aqui o foco analítico está colocado na construção social de diferentes categorias de mulheres dentro dos processos estruturais e ideológicos mais amplos. Não se afirma que uma categoria individual é internamente homogênea.” (Brah, 2006, p. 341).

dimensão social e cultural. A escolha pelo categoria etnicidade em relação à de “raça”, no presente trabalho, deve-se pela forma como a segunda tende a estar associada a uma história específica<sup>88</sup>, deve-se à procura de seguir o apelo de Paul Gilroy, no sentido de ao criticar e abandonar a “raciologia” também abandonarmos o uso do conceito “raça” (Gilroy, 2007), bem como pela própria essencialização e naturalização que ainda possa estar associada ao conceito.

Manuela Ivone Cunha, no seu artigo “*A natureza da «raça»*” (Cunha, 2000), realiza uma desconstrução do conceito, tanto ao nível da sua “naturalização” e da sua associação a uma dimensão “natural/biológica”, bem como uma análise da forma como várias “(...) mediações (...) fazem da própria visibilidade da «aparência física» uma construção social.” (Cunha, 2000, p. 191) - ou seja, “(...) os contextos da sua relevância para os actores sociais, a variabilidade dos seus sentidos, a dinâmica do seu uso nas relações sociais.” (Cunha, 2000, p. 191). Manuela Ivone Cunha refere que a “raciologia clássica”, apesar das diferenças entre diversas teorias, apresentava sempre uma prática classificatória que tinha como efeito a hierarquização e reprodução de desigualdades (Cunha, 2000, pp. 193-194). A diferença identificada pela autora entre essa raciologia clássica e o “pensamento racista” atual encontra-se no facto de, este último, já não afirmar propriamente uma “hierarquia racial” (Cunha, 2000, p. 195), mas antes defender uma diferença racial tomada como natural e descontínua<sup>89</sup>, afirmando a “(...) a existência de uma descontinuidade natural no interior do género humano.” (Cunha, 2000, p. 196), e defendendo uma lógica de separação/distanciação e

---

<sup>88</sup> Importa salientar a forma como o conceito de “raça” foi construído a partir da intersecção entre uma prática colonial e um discurso, tomado como científico, que procurava legitimar tal situação: “Não podemos deixar de nos lembrar sempre que o conceito de “raça”, tal como é empregado na linguagem cotidiana de senso comum para significar características conexas e comuns em relação ao tipo e à ascendência, é uma invenção relativamente recente e absolutamente moderna. Embora seja uma insensatez sugerir que o mal, a brutalidade e o terror têm início com a chegada do racismo científico oficial do século XVIII, também seria um erro minimizar a importância daquele momento como ponto de ruptura no desenvolvimento do pensamento moderno sobre a humanidade e sua natureza.” (Gilroy, 2007, pp. 52-53).

<sup>89</sup> Manuel Ivone Cunha critica ainda as supostas bases “naturais/biológicas” em que o conceito se baseia, ou seja, a ideia de que “(...) cada «raça» é suposta agrupar indivíduos essencialmente -- ou biologicamente -- semelhantes entre si e diferentes dos de outras «raças».” (Cunha, 2000, p. 198). Sendo que, e como refere a autora, mesmo neste campo “natural/biológico” “[a] biologia moderna e em especial a genética das populações vieram pulverizar os fundamentos destas noções.” (Cunha, 2000, p. 198), não existindo, assim, nenhuma diferença natural a um nível “racial” que justifique a crença na existência de “diferentes raças” (Cunha, 2000, pp. 198-200).

exclusão de forma a defender uma suposta “especificidade” e “identidade” racial tomada como discreta<sup>90</sup> (Cunha, 2000, p. 196).

Posteriormente, Manuela Ivone Cunha debate a forma como, em alguns discursos das ciências sociais, mesmo reconhecendo-se que “raça” não tem uma existência natural, a sua perspectiva tenderia, por vezes, a ser sustentada num binarismo natureza-cultura, em que a ideia de que a “raça” seria tida como uma construção social, mas a sua classificação e divisão entre “diferentes grupos” remeteria ainda para determinadas “características físicas”/fenótipas tidas como objetivas<sup>91</sup> (Cunha, 2000, pp. 201-202). No entanto, apesar da suposta objetividade e “evidência” que estaria associada a tais características físicas/fenótipas, a autora demonstra como tal pensamento é igualmente influenciado por determinados significados partilhados que levam a restringir tal classificação a determinadas características físicas em detrimento de outras<sup>92</sup> (Cunha, 2000, p. 202). Sendo que tal preferência, em particular tendo em conta a seleção geralmente feita das mesmas, tende a esquecer que tal hierarquização e a forma como ocorre é ainda traço de uma determinada prática histórica, ligada às “raciologias clássicas” - como refere Manuela Ivone Cunha: “(...) a própria *visibilidade* fenotípica não é relegável para o puro plano da natureza; é,

---

<sup>90</sup> Esta questão invoca a crítica de Paul Gilroy ao ideal de uma “similitude pura”, isto é, sobre a forma como determinadas políticas de identidade intervêm na relação entre semelhança e diferença, entre um nós e um outro, salientando uma divisão absoluta que acaba por homogeneizar um interior face a um exterior ao mesmo tempo que negando diferenças internas para sobrevalorizar as exteriores, muitas vezes tomando este exterior e a figura do “outro” como uma ameaça (Gilroy, 2007, pp. 123-132). Como afirma o autor: “Quando as identidades nacionais e étnicas são representadas e projetadas como puras, o contacto com a diferença as ameaça com a diluição e compromete suas purezas sobrevalorizadas com a possibilidade crónica de contaminação. O cruzamento como mistura e movimento deve ser assim resistido a todo custo.” (Gilroy, 2007, p. 132).

<sup>91</sup> Uma perspectiva que a autora resume da seguinte forma: “(...) as «raças» são criações sociais e não entidades biológicas, mas os traços fenotípicos fornecem uma base natural em que a cultura investe, constituem uma matéria neutra da qual ela se apropria; os traços físicos são dados fixos e evidentes que a cultura é chamada a interpretar e a transformar em símbolos. E é assim, por via desta incontornável base natural, que somos quase reconduzidos ao ponto inicial, quer dizer, à especial dificuldade que enfrentariam as tentativas de combate às classificações raciais.” (Cunha, 2000, p. 201)

<sup>92</sup> “Se apenas racializámos (i.e. atribuímos significado social a) certas características físicas - e não outras; e se os traços fenotípicos que racializámos não são naturalmente mais salientes e susceptíveis de significarem do que outros (ver, a este propósito, Gilroy, 1987), decorre daqui que esta escolha é também ela ditada por definições sociais e não por imperativos ou tendências naturais da percepção humana.” (Cunha, 2000, p. 202).

também ela, social e historicamente constituída.”<sup>93</sup> (Cunha, 2000, p. 203). No entanto, apesar da desconstrução do conceito feita por Manuela Ivone Cunha, fica igualmente claro que o que é proposto não é deixar de reconhecer a existência de “diferentes características físicas”, mas antes o questionamento de que forma, por quem e com que motivos estas características físicas, ou parte destas, são privilegiadas e tomadas como categorias que influenciam determinadas formas de classificação, bem como em relação a que sujeitos (individuais e/ou coletivos) tais práticas são realizadas. Ou seja, qual a dimensão cultural, social e histórica de tal prática, e quais os seus efeitos e relações de poder envolvidas.

No que diz respeito, mais especificamente, às dimensões espaciais de tais questões, um bom conceito para iniciar tal debate diz respeito ao de “zonas de contacto”, o qual foi proposto inicialmente por Mary Louise Pratt de forma a “(...) descrever fenómenos de intercâmbio cultural, em que as influências recíprocas, as fronteiras instáveis - mais ou menos impostas – se desenvolvem segundo processos, menos de interculturalidade, do que de transculturação (...)” (Sanches, 2011). A pertinência do mesmo diz respeito à forma como é conferida atenção não só à presença de diversos “grupos sócio-culturais”, mas como tal presença, mesmo com influências várias e não de sentido único, envolvem conflito - o que, segundo Manuela Ribeiro Sanches, “(...)equivale a falar de distância e de proximidade, mas, sobretudo, do carácter precário e político das fronteiras culturais e das suas desigualdades.” (Sanches, 2011).

Ash Amin refere como o quotidiano das cidades, apesar de uma certa retórica de harmonia relativa às cidades multiculturais ou multiétnicas, em particular ao nível dos seus espaços públicos, se tratarem de espaços de “negociação da diferença”. Sendo que esta negociação ainda tende a ser feita através de relações e práticas que, seguindo uma lógica *simmeliana*, reduzem tal negociação a formas de convivência e de relação efêmeras e “normalizadas”, seguindo regras tácitas e/ou pré-

---

<sup>93</sup> “Pode dizer-se que ver é em boa medida reconhecer, ou seja, retemos sobretudo aquilo que podemos encaixar em categorias. Esse é, na verdade, um dado elementar da percepção: afectar aquilo que presenciamos a um conceito, ou pô-lo em relação com uma categoria. Tal faz também recordar a velha asserção boasiana: «a tradição dirige a vista». Ora, se o Outro é de certo modo visto a partir das categorias do Ego, e se não existe uma categoria onde a cor da pele, por exemplo, tenha sentido (a categoria «raça»), então esta característica será relativamente indiferente e socialmente irrelevante - como já o foi outrora.” (Cunha, 2000, p. 204)



definidas que evitam uma lógica de conflito em favor de uma lógica de distanciamento<sup>94</sup> (Amin, 2013, pp. 4-5). Também nestas relações, o autor salienta a importância de uma “codificação pré-cognitiva”, associada a determinados significados, em relação a determinadas características físicas ou fenóticas<sup>95</sup> (Amin, 2013, pp. 4-5).

Ash Amin acaba por defender a possibilidade de, para além de outras políticas, a própria “negociação da diferença” no espaço público poder alterar os significados em causa - bem como as formas de desigualdade associadas às mesmas-, salientando que tais formas apresentam um carácter mais contingente e historicamente situado do que uma “tendência natural” para uma aversão e distanciamento em relação ao “outro” (Amin, 2013, pp. 6-7). Trata-se de uma ideia que o autor recupera de um trabalho anterior - e que em parte segue uma lógica já aqui apresentada através do trabalho de Lars Frers e Lars Meier -, ainda que o mesmo não deixe de salientar alguns receios ou dificuldades ao nível da crença absoluta em tal possibilidade, dado que não existe “nenhuma formula” para a mesma (Amin, 2002, pp. 11-14). Ash Amin, apesar de salientar que o contacto diário não ser em si a garantia de diferentes formas de relações inter-culturais, não deixa de salientar que tal pode ocorrer mais facilmente (...) if people can step out of their daily environments into other spaces acting as sites of ‘banal transgression’.” (Amin, 2002, p. 14), em locais onde os anteriores significados e formas de relacionamento sejam colocados em causa<sup>96</sup>.

---

<sup>94</sup> Como refere Amin, num outro trabalho, apesar da “diferença” ser valorizada como um aspeto importante no espaço público, parece existir uma distância entre discurso e prática: “One line of thought, with roots in republican urban theory, has long looked to the powers of visibility and encounter between strangers in the open spaces of the city. The freedom to associate and mingle in cafés, parks, streets, shopping malls, and squares is linked to the development of an urban civic culture based on the freedom and pleasure to linger, the serendipity of casual encounter and mixture, and public awareness that these are shared spaces. Diversity is thought to be negotiated in civic public sphere. The depressing reality, however, is that these spaces tend to be territorialised by particular groups (and for this often steeped in surveillance) or they are spaces of transit with very little contact between strangers (Amin and Thrift, 2002, Rosaldo, 1999). The city’s public spaces are not natural servants of multicultural engagement.” (Amin, 2002, pp. 11-12)

<sup>95</sup> “This writing refers to an everyday but poorly understood practice of racial coding with deep historical and biological roots, recursively sensing some bodies to be inferior, discrepant and threatening. Accordingly, visible immigrants and minorities return, regardless of their citizenship, social status and cultural practices, as racial others, out of place in an otherwise shared commons.” (Amin, 2013, pp. 4-5)

<sup>96</sup> “Here too, interaction is of a prosaic nature, but these sites work as spaces of cultural displacement and destabilisation. Their effectiveness lies in placing people from different backgrounds in new settings where engagement with strangers in a common activity disrupts easy labelling of the stranger as enemy and

No presente trabalho, esta questão é particularmente relevante, tendo em conta a história, intervenção e formas de apropriação que se verificam na praça do Martim Moniz. Em particular, as diversas formas de relacionamento entre sujeitos percecionados como pertencentes a “diferentes etnias”, bem como, e seguindo uma abordagem interseccional, a forma como tal implica quer a negação de uma homogeneidade interna ao nível das diferentes experiências, quer a consideração de outras dimensões de análise em relação com a etnicidade.

### 2.2.3 Consumo e Mercado Étnico

O ato de consumo<sup>97</sup> é mais do que a compra, uso ou disposição/aquisição de uma dada mercadoria, mas é ao mesmo tempo uma relação com outras pessoas e outros locais, envolvendo diferentes formas. Diz respeito a relações sociais e discursos, e apresenta uma dimensão tanto material como simbólica ao nível de práticas e significados envolvidos nas diferentes formas de aquisição de produtos e serviços (Mansvelt, 2005, pp. 6-7). Esta dimensão relacional e os significados envolvidos na mesma fazem com que o consumo seja cada vez mais visto como uma prática central numa cultura e sociedade tomada como “pós-moderna”, desempenhando um maior papel na mediação social, na valorização de determinados valores “hedonistas ou narcisistas”, os quais seriam essencialmente promovidos na cultural popular e nos *media*, bem como para a formação identitária e expressão de determinados estilos de vida<sup>98</sup> (Mansvelt, 2005, p. 2).

---

initiates new attachments. They are moments of cultural destabilisation, offering individuals the chance to break out of fixed relations and fixed notions, and through this, to learn to become different through new patterns of social interaction. “ (Amin, 2002, p. 14)

<sup>97</sup> Importa desde já salientar que as próprias esferas do consumo e da produção são interdependentes: “The spheres of production and consumption are interdependent: consumption is not simply about the using up of things, but also involves the production of meaning, experience, knowledge or objects – the outcome of which may or may not take the commodity form. Similarly producing objects, experiences, artefacts etc. usually involves consumption of things.” (Mansvelt, 2005, p. 7). Importa, assim, ir para além de certas visões que tendem a reduzir o consumo a uma prática tomada como “improdutiva” ou desnecessária, por vezes associada a uma crítica que apresenta uma certa dimensão moralista em relação a tal prática.

<sup>98</sup> “Em resumo, os estilos de vida poderão ser compreendidos enquanto projectos reflexivos, éticos e estéticos. Ou seja, é possível “moldar” a nossa imagem aos olhos dos outros com base no nosso próprio entendimento (de nós e de outros) mas, sobretudo, com base naquilo que usamos para construir essa imagem. Acontece que a sua construção é intrínseca aos padrões de consumo e à maneira como eles se afirmam actualmente enquanto elementos diferenciadores de status. Na verdade, é unanimemente aceite que o

Uma das dimensões do consumo que nos interessa explorar, dada a sua relação estreita com o caso de estudo, diz respeito à designada cultura material<sup>99</sup>, na qual se inserem o “consumo e o mercado étnico”. Como igualmente refere Juliana Mansvelt, a cultura material envolve a consideração, na esfera do consumo, de diferentes processos simbólicos, de relações e discursos, de formas de comunicação e circuitos, com diferentes dimensões espaciais, temporais e sociais, os quais contribuem para a produção de significado associados a determinados objetos ou serviços (Mansvelt, 2005, pp. 8-9). Sendo que, e no seguimento do já referido, tais significados contribuem para processos relacionais<sup>100</sup> de formação identitária e de expressão de estilos de vida, associados a determinados produtos, os quais acabam por influenciar e justificar o próprio ato de consumo (Mansvelt, 2005, pp. 8-9). Além disso, tal perspetiva leva-nos a reconsiderar as teses da homogeneização cultural face à globalização, salientando a forma como determinados produtos poderão ser alvo de transformação ao nível dos seus significados, dependendo da sua receção em diferentes locais e culturas (Mansfield, 2003, pp. 178-179).

Mas de forma mais particular, importa então explorar as atividades que se podem englobar no âmbito do denominado “mercado étnico” - isto é, as atividades, práticas e relações associadas à mercadorização de referentes tomados como “étnicos”. Um mercado que, como refere Francisco Lima Costa (Costa, 2011), tende a surgir após a implementação de práticas e atividades económicas

---

consumo de praticamente todo o tipo de bens deixou de estar sujeito à materialidade e à simples satisfação de necessidades, para funcionar como uma espécie de negociação de identidades e imagens.

Assim sendo, pode-se dizer que os Estilos de vida são formas de identidade colectiva e de fuga ao anonimato social, através do consumo de bens carregados de significados culturais, como pode ser o caso de um espaço com características excepcionais. Daí a importância de situar o consumo num processo de mudança socialmente construído, que investe essencialmente no significado simbólico que os produtos, sejam eles quais forem, despertam nos consumidores. Também em resultado disto, a consciência estética deixou de ser restrita às elites para participar no dia-a-dia das pessoas, contribuindo para o que tem sido designado como um estetização e estilização da vida e do quotidiano (Featherstone, 1991).” (Gato, 2007, pp. 8-9)

<sup>99</sup> “Thus consumption is ‘as much an act of imagination’ as it is the using up of things, with spatial and temporal contexts making the link between an object and its meaning (Goss, 1999a: 117). The process of ascribing meaning to objects, and the significance objects have for people, can be thought of in terms of material culture (...)” (Mansvelt, 2005, pp. 8-9).

<sup>100</sup> “In material culture studies, consumers are active agents, and consumers’ choices, purchases and uses of goods are cultural forms that reflect and create individual and group identities, play key roles in social interaction, and themselves give meaning to the goods that are being consumed.” (Mansfield, 2003, pp. 178-179).

por parte de imigrantes e/ou membros de “minorias étnicas”, em particular em cidades que sejam palco de elevados fluxos migratórios. Sendo que, numa fase inicial, eram essas mesmas populações os principais consumidores dos produtos em causa, e apenas numa fase posterior se observariam, de forma expressiva, processos de “(...) comercialização de referenciais culturais em que a etnicidade do “outro” é transformada num “produto étnico” (Lima Costa, 2011: 89). Para Lima Costa (Costa, 2011), nesta última fase estaríamos perante um Sistema de Produção Etnocultural, o qual se caracteriza como um:

“(…) conjunto sistémico, articulado e retroactivo de processos que, protagonizados por certos actores sociais, concorrem para originar transformações ao nível da economia urbana (...), da esfera política (criando novas retóricas da diversidade) e da esfera cultural (gerando novas dinâmicas culturais).” (Costa, 2011, p. 90).

Políticas que incidem ao nível da promoção da atratividade dos espaços públicos são identificadas por Sofia Santos (2008), a qual destaca as formas de promoção de determinados estilos de vida, imagens cosmopolitas, o “encontro com o outro”, a abertura à diferença ou a criatividade. A autora salienta ainda a forma como tais práticas de consumo se podem relacionar com outros fenómenos, como seja 1) uma dimensão mais individualista, ligada a um certo distanciamento em relação a “outras culturas”, ou 2) uma dimensão mais revivalista, protagonizada por pessoas com alguma proximidade às mesmas (Santos, 2008, p. 5). O mercado étnico, no seu conjunto - desde a venda de produtos alimentares, à organização de eventos ou a promoção de um ambiente urbano particular-, poderá ser visto como pertencente à denominada “economia da experiência”, a qual procura criar uma oferta distintiva/diferenciada. Como referem Joseph Pine e James Gilmore: “An experience occurs when a company intentionally uses services as the stage, and goods as props, to engage individual customers in a way that creates a memorable event.” (Pine & Gilmore, 1998, p. 98). Algo que remete não para uma ação exteriorizada, de uma simples aquisição por parte do consumidor - como poderia ocorrer em relação a mercadorias, produtos e serviços -, mas a uma dimensão inerentemente personalizada, implicando o envolvimento emocional, físico e intelectual do consumidor em relação com a experiência que lhe é “oferecida” (Pine & Gilmore, 1998, pp. 98-99). No entanto, a diferença que existe em relação à descrição feita pelos autores e ao que ocorre no Martim Moniz, é a de que a entrada na praça do Martim Moniz não implica o pagamento de qualquer “registo/bilhete” de admissão - ainda que outras formas de restrição possam ocorrer na referida praça, com maior ou menor relação com um ato de consumo, em particular em determinadas zonas da mesma.

Por sua vez, C. Michael Hall e Jan Rath salientam as seguintes condições/fatores para o uso da identidade dos imigrantes na promoção de um local (Rath & Hall, 2007, pp. 16-19): A) "Growth colalitions" - Promovidas por agentes e redes baseadas "numa mistura entre coerção e cooptação", os quais têm o objetivo de manter valores imobiliários, e apresentam discursos em torno da geração de emprego e investimento, bem como acreditam que o crescimento é algo que poderá ocorrer como que automaticamente e de forma linear, tomado como algo de positivo em si mesmo. Os autores referem que muitas vezes encontram-se associados a empresas de sucesso locais, geralmente com ligações à administração do município (algo que se verifica no Martim Moniz, com a NCS). São muitas vezes entusiastas da criação de uma marca territorial, e de processos de mercantilização do território (algo que igualmente ocorre no caso de estudo, desde logo com a marca "Mercado de Fusão"). B) "Political regulation and structure" - Associada à alteração das formas de governança e das estratégias e objetivos de política urbana, em particular revelando interesses na área da economia simbólica, como é o caso do comércio étnico. Tal política parte do pressuposto de que a presença de imigrantes poderá reverter num dinamismo económico de alguns locais, na criação e acesso a redes internacionais, uma forma de atrair turistas, ou de criar uma "cultural local vibrante" - revelando, assim, o uso da cultura, associada à diversidade, como algo de instrumental, um meio a ser usado e mercantilizado como um factor distintivo. C) "Spatial confinement" - Para além da dimensão internacional e da criação de redes, é igualmente necessário a criação de eventos, festivais, apoios a práticas artísticas e a criação de um ambiente e imagem distintiva, de forma a promover o local e torná-lo atrativo. Os autores referem que tais processos implicam a criação de uma imagem de um "Outro", imagem essa que é territorializada naquele local, identificando-a assim com um determinado "produto" - algo que poderá ter, entre outros riscos, a "museificação/fossilização" de paisagens urbanas. D) "Imigrant entrepreneurship"<sup>101</sup> - A

---

<sup>101</sup> Segundo José Mapril, tais práticas demonstram que “[o]s imigrantes não tendem a diluir-se na sociedade de acolhimento através de um processo de mobilidade social crescente e assimilação, mas também não se encontram inevitavelmente numa situação permanente de exploração e de inferioridade no mercado de trabalho.” (Mapril, 2010, p. 244). Ainda que seja de realçar que algumas destas práticas económicas encontram-se “nas margens da economia” e no domínio da informalidade - ainda que a sua “oposição” em relação à “economia formal” não deva ser vista de forma dicotómica, mas antes como um “*continuum*” -, e que a sua “celebração” deve procurar evitar a reprodução de “modelos hegemónicos da economia”, em que o “empreendedor étnico” seria tomado como “o bom e exemplar imigrante” (Mapril, 2010, pp. 244-246). Além disso, importa salientar que tais práticas são muitas vezes a resposta a situações estruturais relacionadas com “(...) processos de discriminação racial, étnico-nacional, de género, entre outras.”

existência de formas de comércio, desenvolvidas por imigrantes, e que confirmam ao local uma distinção a este nível. Geralmente, através da presença de restaurantes, e diferentes estabelecimentos e mercados étnicos. E) "Ethnic infrastructure" - A existência de espaços, atividades e organizações que integram as comunidades imigrantes no processo e contribuem, assim, para a própria sustentabilidade e vitalidade da transformação do espaço. Como referem os autores, para o sucesso de tais projetos, é necessário que os imigrantes não se tornem num "Outro" estereotipado e reduzido a um "objeto turístico e de consumo", mas sejam eles próprios agentes ativos no processo. F) "Accessibility" - Apesar de localizável, o lugar deve ser acessível a todos os potenciais interessados em visitá-lo. G) "Safety" - A existência de atividades "ilícitas/marginais", segundo os autores, poderá colocar em causa o sucesso do projeto. H) "Target marketing" - Existe a necessidade de criar uma imagem/elemento atrativo do local, definindo-se os "produtos culturais relevantes", disseminando a informação dos mesmos e uma atuação no sentido garantir a sua disponibilidade.

Sofia Santos (Santos, 2008, p. 131) salienta que nem sempre são os imigrantes e/ou “minorias étnicas” que ganham com as referidas estratégias de “mercantilização de referências etnoculturais”. Como refere Jan Rath (Rath, 2007, pp. 10-11), em parte através de temas anteriormente apresentados, o mercado étnico nem sempre representa uma maior integração e *empowerment* por parte dos “imigrantes/minorias étnicas”, referindo um conjunto de situações a ter em conta: 1) Não ocorre, necessariamente, um processo de mobilidade social aquando de tais fenómenos de consumo e turismo étnico; 2) Existe a possibilidade da existência de conflitos internos entre aqueles que obtêm os maiores proveitos e aqueles que não os conseguem obter, apesar de se encontrarem igualmente envolvidos nesse mercado; 3) A possibilidade de se reforçar

---

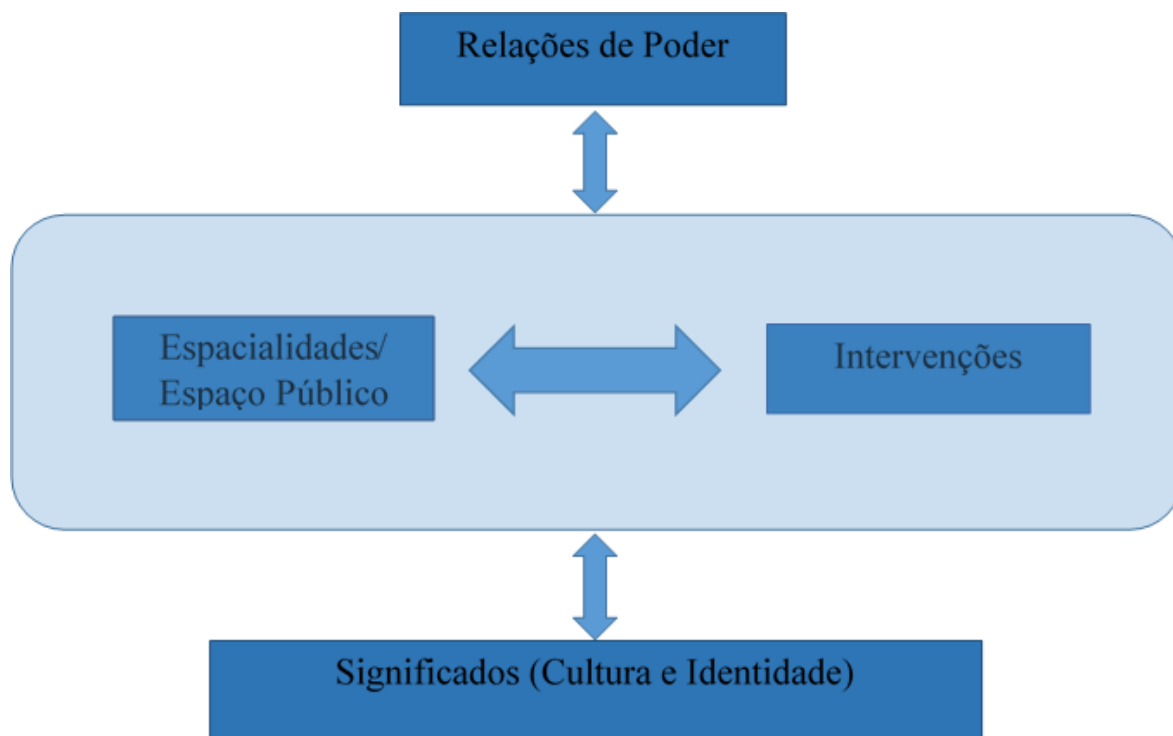
(Mapril, 2010, p. 245), as quais dificultam/impedem os imigrantes de aceder ao mercado de trabalho e, como tal, a “única possibilidade é desenvolver negócios por conta própria” (Mapril, 2010, p. 245). Por sua vez, Nuno Dias (Dias, 2009), salienta igualmente alguns dos pontos já apresentados - como é o caso da necessidade de não (...) confundir micro-iniciativas económicas na margem da rentabilidade com as consequências positivas do liberalismo económico na vida das populações imigrantes.” (Dias, 2009, p. 139). Nuno Dias (Dias, 2009) questiona ainda a forma como a categoria de “étnico” é muitas vezes usado de forma apriorística e tomada como auto-evidente, sem que, muitas vezes, seja realizado o questionamento adequado relativamente a. de que forma, tais práticas económicas se distinguem daquelas protagonizadas por “autóctones” - algo que poderá ser tomado como uma forma de essencialismo, em particular caso não seja considerada a dimensão histórica associada, algo que pode ser homogeneizador de experiências diversas no seu interior.

a desigualdade de género, algo que o autor diz ser recorrente no turismo; 4) A possibilidade de reificar os estereótipos sobre o “outro”, tendo em conta as imagens usadas e/ou (re)criadas dentro de relações de poder desiguais; 5) Determinados usos e instrumentalizações da cultura, bem como alterações em larga escala num dado local nem sempre são do agrado de quem aí vivia anteriormente; 6) O risco de o planeamento, com o objetivo de preservar a atratividade do local, homogeneizar e “fossilizar” o mesmo, retirando-lhe vitalidade económica; 7) Nada garante que ocorra uma maior integração na sociedade, ou que os conflitos inter-étnicos não saiam reforçados. Lima Costa (Costa, 2011) também salienta que, em algumas situações, podem ocorrer processos que contribuam para “naturalizar” e “essencializar” as “diferenças étnicas”. Contudo, o autor chama a atenção para o facto de que, caso tal ocorra, não se deverá exclusivamente à mercadorização em causa, mas que existem igualmente outros fatores a considerar, como sejam as restantes questões ao nível da integração dos imigrantes e “minorias étnicas”, ou as diferenças sócio-espaciais da cidade no seu todo (Costa, 2011) .

Neste sentido, será de considerar, no presente trabalho, a forma como a relação com um “outro” é (re)produzida através de diferentes práticas e relações de consumo, bem como a forma com que os significados e representações envolvidos nos mesmos poderão tornar-se relevantes quer para o potenciar de uma situação de exclusão, quer para o potenciar da inclusão dos “imigrantes e minorias étnicas”. Sendo que, nestes processos, é igualmente necessário ter em consideração as diferentes intervenções que remetam e/ou tenham como alvo os mesmos.

### **2.3 Grelha de Análise**

De seguida, apresenta-se, de forma sintética, o modelo e a grelha de análise da presente dissertação, sendo que as “relações de poder” e os “significados” culturais e identitários são transversais a todas as dimensões e problemáticas.



(Figura 2.1 - *Modelo de Análise. Elaboração Própria.*)

	<b>Dimensões</b>	<b>Problemáticas</b>
<b>Espacialidades/Espaço Público</b>	Acesso e Apropriação (Relações, Práticas e Ritmos Espaciais)	Relações interpessoais;
		Práticas de apropriação
		Ritmos espaciais e temporais
		Relações de género; Relações étnicas
		Relações e Práticas de consumo;
		Diferentes áreas/zonas da praça em termos funcionais, de uso, de atividades, de apropriação, e de significados.
		Negação e/ou possibilidade de acesso/mobilidade a diferentes sujeitos/grupos. Barreiras/fronteiras materiais e/ou imateriais/simbólicas. Formas de regulação/controlo (formal e informal). Conflito e/ou tolerância



## Intervenções Espacialidades e Relações de Poder

	Materialidade	Espaço Interior/Exterior; Cheio/Vazio; Continuidades/Descontinuidades com a área circundante Formas e Tipologias; Características físicas; Equipamentos e Mobiliário Urbano
	Propriedade Jurídica	Pública e/ou Privada
<b>Intervenções</b>	-Materiais	Intervenções físicas no espaço público por diversos atores (materialidades, equipamentos, intervenções no espaço público, etc);
		Dinamização/promoção do espaço (Eventos; espetáculos; etc)
	Imateriais	Significados e representações (Imprensa, Revistas, Multimédia, Intermediários culturais)
		Planos, Discursos dos diversos atores, Relações e formas de governança, etc

(Quadro 2.1 - Grelha de Análise. Elaboração Própria.)



## Capítulo II - Análise

O presente capítulo tem como objetivo a análise das transformações na praça do Martim Moniz. Em primeiro lugar, será realizada uma contextualização geográfica, histórica, social, cultural e económica da mesma e dos territórios envolventes. De seguida, será dada atenção ao papel das políticas públicas neste território, bem como à intervenção da NCS na sua globalidade. Finalmente, e de forma central na presente dissertação, será realizada uma análise das transformações de significados e representações da praça, bem como das suas espacialidades.

### 3.1 Situação e Contexto da Praça do Martim Moniz

#### 3.1.1 Praça do Martim Moniz - materialidades, morfologia e situação



(Figura 3.1 - Praça do Martim Moniz. Fotografia do autor.)

A praça do Martim Moniz situa-se entre o Bairro da Mouraria e a Colina de Santana, e é delimitada a sul pelo Hotel Mundial e a norte pela Rua Fernandes da Fonseca (Anexos A e B). A praça é enquadrada por diversos edifícios, os quais apresentam, sensivelmente, a mesma dimensão, ainda que apresentem diferenças entre si ao nível das suas fachadas - entre estes, e para além do já referido Hotel Mundial, destacam-se os Centros Comerciais Mouraria e Martim Moniz (com os quais a praça mantém relações várias), ou os recentes prédios habitacionais construídos pela EPUL. Contudo, esta relação entre o “cheio” e o “vazio” e entre o “interior” e o “exterior”, apresenta as suas particularidades no caso da Praça do Martim Moniz, dado o facto de esta surgir após uma demolição de parte de um espaço urbano, e do facto de grande parte dos edifícios que se encontram no seu redor terem sido construídos posteriormente - ou seja, não se verificou uma lógica de intervenção integrada e de conjunto para o local. A rede viária que circunda a praça, de considerável dimensão e tráfego, influencia igualmente as diversas relações entre a praça e a área que a circunda, em particular ao nível da *walkability*. A praça apresenta uma forma retangular, e nas suas extremidades existem pequenos jardins, os quais se encontram intercalados por vários espaços/entradas que permitem o acesso ao centro da praça. No sul da praça, encontra-se uma área de repuxos, um quiosque que atualmente não se encontra utilizado, alguns bancos, e um monumento que evoca a figura de Martim Moniz e a reconquista cristã da cidade de Lisboa (Anexo C), monumento esse onde são visíveis torres e figuras alusivas a guerreiros, rodeado por água e com duas pequenas pontes - e que igualmente funciona como uma primeira divisão (física, mas não só) dentro da praça. Depois do monumento, surge uma área onde atualmente se encontram algumas intervenções de arte urbana/*street art* (por exemplo, uma representação de um dragão chinês, e outras intervenções mais recentes), alguns bancos metálicos, e tendas (Anexos D e E). Outra divisão da praça diz respeito a uma área que, apesar da contiguidade espacial, é diferenciada por, em vez de apresentar as tendas, encontrarem-se quiosques e algumas tendas/esplanadas na sua imediação, os quais são atualmente explorados pela NCS enquanto restaurantes de “cozinha do mundo” (Anexo F). Outra divisão física da praça é aquela que corresponde a uma parte ligeiramente superior da praça, no norte da mesma, acessível por umas pequenas escadas, e onde se encontram outros dois quiosques, outra fonte com repuxos (Anexo G), uma entrada para a estação de metro do Martim Moniz, algumas estruturas de madeira que funcionam como esplanada, bancos de madeira, e, de momento, uma intervenção urbana em forma de “galo”. Relativamente à praça, é

ainda de referir o seu elevado grau de exposição aos fenómenos climáticos (luz solar, temperatura, vento, chuva, etc), tratando-se de um espaço exterior e aberto, o que influencia a apropriação da mesma.

### **3.1.2 História das intervenções na praça do Martim Moniz**

Marluci Menezes, entre outras/os autoras/es, enquadra a construção da Praça do Martim Moniz, então um largo que surge após a destruição de parte sul do bairro da Mouraria nos finais da década de 40 do séc. XX, numa política de um “urbanismo civilizador” promovido pelo Estado Novo e pela Câmara Municipal de Lisboa, à altura presidida por Duarte Pacheco (Rodrigues, 2012; Menezes, 2009; Menezes & Reginensi, 2009, pp. 852-855; Guterres, 2012). Uma política “(...) de “higienização e embelezamento”, numa tentativa de modernização da cidade que, através do domínio dos espaços públicos, pretendia renovar as dinâmicas sócio-culturais.” (Rodrigues, 2012, pp. 45-47). Uma política que se baseava numa imagem negativa relativamente aos bairros “populares/históricos”, tidos como palco de atividades marginais (prostituição, alcoolismo, casas de fado e outros estabelecimento noturnos, tidos como locais de “doenças” e de “vícios”), e se defendia a sua demolição em nome do Progresso e da Modernidade (Rodrigues, 2012, pp. 45-47; Menezes, 2005; Leal, 2008). A destruição de parte do Bairro e a consequente construção do largo (Anexos H, I e J), implicou uma redução populacional da Mouraria, bem como a redução de algumas das suas atividades comerciais, legais e/ou ilegais, algumas das quais acabando por ser “transferidas” para o Intendente (Rodrigues, 2012, pp. 45-47; Menezes, 2009; Menezes & Reginensi, 2009, pp. 852-855; Guterres, 2012). Segundo Marluci Menezes, o próprio nome escolhido, evocando uma figura da reconquista cristã da cidade, faz igualmente parte de uma política ideológica e cultural que se materializou no espaço público, e que contribui para um dos mitos de fundação do bairro da Mouraria e para os seus múltiplos significados (Rodrigues, 2012, pp. 45-47; Menezes, 2009; Menezes & Reginensi, 2009, pp. 852-855; Guterres, 2012).

Após a sua construção, o Largo foi alvo de várias propostas e intervenções, algumas que nunca chegam a sair do plano, e outras que, mesmo que construídas, não deixaram de ser alvo de várias polémicas e discussões no que diz respeito à sua adequabilidade e sucesso (Rodrigues, 2012, pp. 49-57; Menezes, 2009; Menezes & Reginensi, 2009, pp. 852-855; Guterres, 2012). Desde logo, o largo foi o local escolhido para a transferência das atividades comerciais que ocorriam no mercado da Praça da Figueira, em pavilhões pré-fabricados que, apesar de inicialmente

representarem uma solução provisória, acabaram por ficar até 1990 (Rodrigues, 2012, pp. 49-57). Segundo Marta Sofia Valadas, a construção, na década de 50, de alguns edifícios - como o Hotel Mundial - nos vazios deixados pelas demolições, junto ao largo, contribuiu para acentuar as fronteiras físicas e sociais entre a Mouraria e a Baixa Pombalina (Rodrigues, 2012, pp. 49-57). Na mesma altura, entre a década de 50 e 60, continuava a destruição de alguns edifícios na área adjacente, bem como a construção do metropolitano de Lisboa, tendo sido igualmente construído durante este período a paragem/estação de metro do Socorro - atualmente paragem Martim Moniz -, no largo do Martim Moniz (Rodrigues, 2012, pp. 49-57).

O largo do Martim Moniz passa, em 1972, para a responsabilidade da EPUL (Rodrigues, 2012, pp. 49-57). Ao longo do tempo, várias propostas foram apresentadas e projetadas, mas apenas em 1980, após um concurso da EPUL ganho por José Lamas, foi executado parte do projeto vencedor (Rodrigues, 2012, pp. 49-57). Da proposta de José Lamas, foram construídos dois centros comerciais - o Centro Comercial da Mouraria e o Centro Comercial do Martim Moniz -, e foi ainda feita uma requalificação viária na envolvente do largo que alterou a paisagem urbana - algo que, como refere Marta Sofia Valadas, não deixou de contribuir para que se acentuasse o carácter de “espaço isolado da cidade”. Em 1997, é finalizado outro período importante, no qual o largo adquire o estatuto de praça, após a construção de um parque de estacionamento subterrâneo que obrigou a intervenções no largo, na sua área exterior e envolvente, de forma a serem criados acessos ao referido parque (Rodrigues, 2012, pp. 49-57; Menezes, 2009; Menezes & Reginensi, 2009, pp. 852-855; Guterres, 2012). Ao mesmo tempo, foi renovada a estação de metro, sendo que a mesma foi feita quer com painéis alusivos à reconquista cristã dentro da estação, quer com referências multiculturais na entrada do mesmo<sup>102</sup> (Rodrigues, 2012, pp. 49-57; Menezes, 2009; Menezes & Reginensi, 2009, pp. 852-855; Guterres, 2012). Posteriormente, numa política da responsabilidade da CML, são instalados “nos dois lados do espaço central da praça, 44 quiosques de aço inoxidável” com o objetivo de dinamizar a praça através da introdução de atividades comerciais (Rodrigues, 2012, pp. 49-57; Menezes, 2009; Menezes & Reginensi, 2009, pp. 852-855; Guterres, 2012). Contudo, esta opção não obtém o sucesso esperado, continuando a maioria dos quiosques

---

<sup>102</sup> Como refere Marluce Menezes sobre tal processo: “O “multiculturalmente correto”, marca essencial da (re)emblemização da Mouraria e da área chamada Martim Moniz, permite, de certo modo, globalizar o local – aliviando a especificidade local da zona, tantas vezes, negativamente conotada.” (Menezes, 2009, p. 308)

desocupados passado um ano, e, em 2000, em acordo com Associação China Town, os quiosques passam a ser um espaço de comércio gerido e direcionado pela comunidade chinesa (Rodrigues, 2012, pp. 49-57; Menezes, 2009; Menezes & Reginensi, 2009, pp. 852-855; Guterres, 2012). Esta solução acabou por também não resultar, acabando em dezembro de 2000 por se manterem apenas 13 quiosques na praça, e os restantes sendo doados - à data da conclusão do trabalho de Marta Sofia Valadas, apenas 3 encontravam-se ocupados com atividades comerciais<sup>103</sup>. A última intervenção corresponde à que será analisada com maior centralidade na presente dissertação, a apresentar posteriormente, da responsabilidade da empresa NCS.

### **3.1.3 Contexto e Relações entre a Praça do Martim Moniz, Mouraria e territórios envolventes**

A história do Martim Moniz encontra-se estritamente ligada com a da Mouraria e restantes territórios envolventes, desde logo devida à demolição da parte sul do bairro da Mouraria. De forma geral, tratam-se de territórios com uma densidade populacional elevada, os quais têm sido alvo de um processo geral de perda de população nas mais recentes décadas (ainda que se tenha atenuado tal processo, e, inclusive, nas áreas mais centrais, invertido no último período censitário), bem como dotados de um edificado relativamente envelhecido e com problemas ao nível das condições de habitação (Anexo K). Em termos sociodemográficos, tratam-se ainda de territórios com uma maior presença de população envelhecida, bem como de populações com menores qualificações e uma maior incidência da taxa de desemprego (Anexo L e M).

Até pela sua importância para a presente dissertação, entre as mútuas dimensões e influências entre estes territórios e a Praça do Martim Moniz, é de salientar aquelas que decorrem da imigração verificada nas áreas envolventes após o 25 de Abril, com diferentes momentos temporais e intensidades, originária de vários países, como a China, Índia, Paquistão, Bangladesh, alguns países africanos como a Guiné-Bissau ou Senegal, Brasil, entre outros (Rodrigues, 2012, pp. 49-57; Menezes, 2009; Guterres, 2012; Gésero, 2012; Costa, 2011; Mapril, 2005; Mapril, 2010,

---

<sup>103</sup> “Actualmente encontram-se a funcionar três cafés, dois dos quais no lado Norte da praça (o Crioula do Martim Moniz afecto à comunidade africana e conhecido como ponto de tráfico de droga e um snack-bar chinês); no limite Sul encontra-se instalado o snack-bar Fava Rica e em frente ao Centro Comercial da Mouraria dois quiosques de venda de artigos electrónicos, permanecendo os restantes vazios, sujeitos às acções marginais que pontuam a zona.” (Rodrigues, 2012, pp. 49-57).

pp. 248-253; Bastos, 2001, pp. 318-319). Algo que contribuí desde logo para alterações socioculturais na área, conferindo-lhe um carácter tido como “multicultural/multiétnico” e distintivo no quadro da cidade de Lisboa (Anexos N, O e P), introduzindo outras culturas, com objetos, práticas e atividades tidas como “diferentes”, como seja ao nível do vestuário, de artefactos, objetos, comida, sonoridades de várias línguas e formas musicais, práticas religiosas e culturais, formas e práticas comerciais, elementos diferenciadores ao nível da arquitetura e na paisagem urbana (locais de culto; elementos decorativos; publicidade a produtos e/ou outros espaços “étnicos”) (Menezes, 2005; Gésero, 2012; Malheiros, 2008; Bastos, 2001; Mapril, 2005). No que à introdução de novas formas e práticas de comércio diz respeito, é de salientar os vários locais na Mouraria e área envolvente em que estas ocorrem, e, em particular dada a sua pertinência na presente dissertação, a sua presença nos centros comerciais Mouraria e Martim Moniz, e na praça do Martim Moniz. O comércio é, em geral, grossista, correspondendo a produtos ligados à alimentação e vestuário, entre outros produtos/serviços, já não necessariamente de carácter grossista, como restaurantes, mercearias, serviços de cabeleiro, lojas de telecomunicações, objetos ligados à prática religiosa, cosmética, bijutarias, entre outros (Rodrigues, 2012, pp. 49-57; Menezes, 2009; Guterres, 2012; Gésero, 2012; Costa, 2011; Mapril, 2005; Mapril, 2010, pp. 248-253; Bastos, 2001, pp. 318-319) (Anexos Q, P e Q). A procura de tais produtos/serviços “étnicos” apresenta uma procura essencialmente imigrante, mas, como salienta Francisco Lima Costa, tem vindo a ser alterada, sendo que em alguns casos a maioria do consumo de tais produtos já não é feita por outros “imigrantes e/ou membros de minorias étnicas”<sup>104</sup> (Costa, 2011) - algo que, como será referido posteriormente, ocorre igualmente na praça do Martim Moniz, após a intervenção da NCS.

Contudo, esta imagem e significado da multiculturalidade não é de toda pacífica e isenta de contradições, dado que, como referem autoras como Marlucci Menezes e Maria Manuela Mendes,

---

<sup>104</sup> “Hoje, na zona do Martim Moniz, é possível fruir de uma oferta étnica cada vez mais expressiva e diversa, que conta também com uma clientela cada vez mais diversa. Numa entrevista ao dono de minimercado de produtos indianos, no Centro Comercial Martim Moniz em 2006, este referia que, neste momento, cerca de 80% dos seus clientes não eram co-étnicos, como anteriormente, e que estes novos consumidores “podem pagar mais” pelo mesmo serviço, permitindo aumentar as suas margens de lucro. O alargamento destes públicos de consumo é cada vez mais expressivo para estes empresários, uma vez que, segundo diz um dos nossos entrevistados, “a clientela nova que aparece pode mais facilmente pagar preços mais elevados.” (Costa, 2011, p. 96).



as representações da Mouraria e Martim Moniz não remetem somente para tal ideal, mas também para os de popular, típico ou marginal, ou para processos de “emblemização e de estigmatização” (Rodrigues, 2012, pp. 49-57; Menezes, 2005; Menezes, 2012; Mendes, 2012). Como refere Maria Manuela Mendes, em relação ao Bairro da Mouraria no seu todo:

“Os discursos e as políticas que se focalizam neste território parecem confluir em torno de algumas disjunções (Appadurai, 1990) que se interseam e que aqui serão alvo de ilustração: i) bairro dos imigrantes e dos estrangeiros versus bairro dos autóctones; ii) bairro típico e histórico versus bairro cosmopolita; iii) bairro exótico versus bairro difamado, deixando antever a confluência, neste lugar, de múltiplos fatores de diversidade.” (Mendes, 2012, pp. 21-22).

Estas representações da Mouraria e do Martim Moniz encontram-se relacionadas, pelo menos em parte, com outros processos a ocorrer na área. Desde logo, é de assinalar os processos observados por Jorge Malheiros *et al* (Malheiros, et al., 2012), os quais identificam na Mouraria a:

(...) coexistência de dois processos de transição sócio-urbanística aparentemente paradoxais, o primeiro situado no âmbito da nobilitação marginal, que tem implícita uma ideia de *filtering up*, e o segundo associado ao estabelecimento da residência de imigrantes não europeus, o que conduz a um forte quadro de diversificação cultural e étnica que, numa leitura baseada nas referências tradicionais, corresponderia a uma lógica de *filtering down*.” (Malheiros, et al., 2012, p. 100).

Entre as diferentes razões apontadas para o referido processo de “gentrificação/nobilitação” na Mouraria (Malheiros, et al., 2012, pp. 121-123), os autores salientam a colocação, no mercado, de habitação para arrendamento a preços mais elevados; a atual intervenção pública na área<sup>105</sup>; a existência de redes sociais e diversas associações no bairro; a dinamização comercial da área (em particular por imigrantes); e, também, os interesses dos denominados *marginal gentrifiers*<sup>106</sup> na

---

<sup>105</sup> Como contexto, devem ser referidas as intervenções, não só de cariz público, a ocorrer na Mouraria e Intendente, em relação às quais a Praça do Martim Moniz se enquadra e é influenciada, e que combinam dimensões materiais e funcionais com outras de ordem social, mas também o surgimento de dinâmicas e atividades associadas a uma ligação entre lazer, consumo e cultura.

<sup>106</sup> “Referindo-se aos gentrifiers pioneiros, Rose (1984) desenvolveu o conceito de “marginal gentrifier”, conceptualizando-os como algo específico, distinto da gentrification mainstream e dos seus protagonistas-tipo. Este movimento, designado como “marginal gentrification”, corresponde, grosso modo, a franjas menos privilegiadas das novas classes médias, que apresentam uma significativa clivagem entre um capital escolar e cultural elevado e um nível mais baixo de capital económico. São indivíduos caracterizados por situações profissionais frequentemente marcadas pela instabilidade e mesmo precariedade, mas que continuam a dar preferência às áreas centrais da cidade para fixar residência, tornando-se *gentrifiers*

área, interesses esses que se devam à localização central do bairro, um mercado de arrendamento com preços médios, o evitar de “(...) áreas com uma imagem elitista, burguesa e marcada por preços de alojamento elevado.” (Malheiros, et al., 2012, pp. 121-122), e a imagem de “(...) um Bairro cosmopolita, com história, identidade e ofertas culturais diversas.” (Malheiros, et al., 2012, p. 122). Os autores salientam, ainda, a distância entre um discurso tolerante e liberal por parte dos *marginal gentrifiers*, e uma efetiva capacidade e prática de convívio e interação com outros grupos que vivem no bairro, como seria o caso dos imigrantes. (Malheiros, et al., 2012, pp. 121-123).

Para além daquilo que são as dinâmicas a ocorrer nas áreas mais próximas, da Mouraria e do Intendente, é ainda de destacar outras dinâmicas e processos. Não esquecendo a situação de crise económico-financeira, é ainda de salientar as alterações recentes no mercado de arrendamento e das políticas de regeneração urbana, a intensificação da atividade turística na cidade de Lisboa, os processos de reabilitação urbana e de reconfiguração económica e funcional da Baixa Pombalina, bem como as dinâmicas e projetos em discussão para às áreas dos Anjos/Almirante Reis e Colina de Santana. Num artigo recente, João Seixas *et al* (Seixas, et al., 2013) salientam algumas das recentes mudanças no centro histórico de Lisboa. De forma mais específica, identificam 7 grandes tendências/processos (Seixas, et al., 2013, pp. 484-487). Em primeiro lugar, é salientada a forma como a tendência de envelhecimento demográfico do centro histórico tem sido invertida e diversificada através da atração de população mais jovem (em particular, *gentrifiers*) e dos processos de imigração. Esta tendência conjuga-se com uma outra, associada às transformações nas práticas e relações sociais no centro histórico. Ocorre uma transformação da base económica, passando, por um lado, pela intensificação de serviços na área da restauração, hotelaria e lazer, no turismo, bem como de atividades associadas à economia do conhecimento, cultural e criativa. Outra tendência identificada passa pelo surgimento de novas formas de comércio, seja um comércio mais “sofisticado e trendy”, seja um comércio realizado por imigrantes, cujas transformações não deixam de se traduzir em novas formas de apropriação e conflitos no espaço público. Continuam a

---

pioneiros, presumivelmente atraídos pelo estilo de vida não-conformista e de ambiente urbano social e etnicamente misto e tolerante dos bairros da cidade centro, recusando a normatividade convencional suburbana.

Particularizando, o *marginal gentrifier* valoriza as áreas antigas da cidade centro pelo seu urbanismo distintivo, pela sua arquitetura típica e pelos seus bairros históricos tradicionais, pelas “suas gentes” genuínas, pelo seu cosmopolitismo e pelo seu comércio de proximidade e de pequena escala. (Malheiros, et al., 2012, pp. 102-103).

verificar-se “intensos fluxos quotidianos”, com vários problemas associados ao nível da sua gestão e sustentabilidade. São salientadas as diferentes “operações de reabilitação e requalificação” que têm ocorrido no centro, de iniciativa pública e/ou privada. Por último, refere-se uma “reconquista de uma centralidade simbólica” do centro histórico, tanto por fatores associadas ao turismo e às atividades artísticas, bem como do imaginário coletivo em relação ao centro histórico.

## 3.2 Políticas Urbanas

### 3.2.1 Política Urbana da CML

No quadro geral da cidade/metrópole, tais dinâmicas e processos não deixam de estar associadas à recente política urbana da Câmara Municipal de Lisboa (CML). A CML, no documento “Estratégia de reabilitação urbana de Lisboa 2011-2024” (CML, 2011b), dá conta de um “novo paradigma de intervenção”. Salientando um maior ritmo de degradação face à recuperação do edificado, o facto de o investimento da CML “não acompanhar as necessidades de intervenção” e “uma preferência dos particulares em investir em obras novas”, a CML defende outra política<sup>107</sup> (CML, 2011b, pp. 10-11). Para além de se salientarem alterações recentes na reabilitação em Lisboa, como o maior investimento no centro da cidade, a CML refere que a estratégia passa por “tornar o investimento na reabilitação atrativo”, numa conjugação entre “Governo, Autarquia e promotores” (CML, 2011b, pp. 10-11). Em particular, é referido que as anteriores políticas de reabilitação falharam “(...) porque partiram do equívoco de que o município

---

<sup>107</sup> A qual teve em conta as seguintes questões:

- “1. O maior volume de investimento a realizar é no edificado particular que, tal como os edifícios municipais em mau estado de conservação e devolutos, está disperso pela cidade;
2. O município não pode delegar em terceiros a reabilitação dos equipamentos e do espaço público, os quais têm um efeito indutor do investimento na reabilitação do edificado particular na medida em que qualifica o local;
3. O número de contratos de arrendamento congelados, com rendas baixas, tende a reduzir e no prazo de mais dez anos será residual e, por outro lado, o mercado de arrendamento está a crescer em consequência da crise.
4. Enquanto a cultura do “proprietário urbano absentista” for dominante, não se consegue inverter a tendência de degradação;
5. A conservação periódica é condição “sine qua non” para evitar a ruína do edificado.” (CML, 2011b, p. 10).

teria os meios financeiros e técnicos para se substituir aos privados na reabilitação do seu património.” (CML, 2011b, pp. 10-11), sendo que a atual estratégia, o “novo paradigma de intervenção”, irá passar principalmente pela captação de investimento privado para a reabilitação do edificado, tomando-a numa ótica de mercado, e que segundo a CML assenta em 7 pilares<sup>108</sup> (CML, 2011b, pp. 10-11).

### 3.2.2 Contextualização do Programa de Ação Ai Mouraria por parte da CML

A intervenção na praça do Martim Moniz, tal como já referido, encontra-se relacionada com o Programa de Ação QREN Mouraria - “As cidades dentro da cidade”. Este programa obteve financiamento do QREN, e o contrato foi celebrado em 11 de Agosto de 2009. A sua justificação parte de um diagnóstico que sinaliza as seguintes questões como as mais problemáticas na Mouraria: “(...) a degradação do edificado e do espaço público, o envelhecimento da população, as carências económicas das famílias e a prática de comércios ilícitos (...)” (CML, 2011a, pp. 939-941). Inicialmente, estava prevista a sua conclusão em 2012, mas acabou por manter-se em funcionamento, em particular devido às atividades relacionados com o PDCM - Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria. O financiamento obtido através do QREN foi de 7,5

---

<sup>108</sup> “Em **primeiro lugar**, canalizando o investimento público para aquelas acções que possam ter maior efeito de arrastamento na qualificação do espaço urbano;

Em **segundo lugar**, criando condições facilitando a transmissão da propriedade para o surgimento de uma nova geração de investidores na compra e promoção de prédios e fracções para reabilitar e arrendar.

Em **terceiro lugar** acelerando a recuperação do capital investido, quer através da redução do tempo de actualização da renda, quer pela introdução do subsídio de renda às famílias carenciadas.

Em **quarto lugar**, reduzindo os custos de contexto, tornando muito mais célere a autorização administrativa para a realização das obras e a emissão da licença de utilização, removendo entraves regulamentares, apoiando os realojamentos temporários necessários à realização das obras.

Em **quinto lugar**, criando condições para, de uma forma expedita e desburocratizada, apoiar os condomínios residenciais que têm vindo a aumentar nas zonas antigas da cidade.

Em **sexto lugar**, tornando efectiva a obrigatoriedade da conservação periódica do edificado e o restauro do património classificado.

Em **sétimo lugar**, reduzindo as expectativas sobre o ganho de maisvalias geradas pela substituição com aumento de edificabilidade, provocando a ruína e a desocupação dos edifícios.” (CML, 2011b, pp. 11-12).

milhões de euros (CML, 2012, pp. 40-42). O Programa de Ação envolveu um protocolo com parceiros locais para a sua execução, integrando inicialmente:

“(...) as seguintes 11 entidades: Associação Casa da Achada - Centro Mário Dionísio (CMD), Associação Renovar a Mouraria (ARM), Associação de Turismo de Lisboa - Visitors and Convention Bureau (ATL), Câmara Municipal de Lisboa (CML), Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), Instituto da Droga e Toxicodependência (IDT) e as Juntas de Freguesia dos Anjos (JFA), da Graça (JFG), de Santa Justa (JFSJ), de São Cristóvão e São Lourenço (JFSCSL) e do Socorro (JFS).” (CML, 2011a, p. 939).

O envolvimento destas entidades enquadra-se naquilo que é a atual política de intervenção urbana da CML, atuando nas seguintes dimensões<sup>109</sup>: “(...) edificado, no espaço público e no ambiente urbano, no sector social, nas atividades económicas e nos sectores turístico e cultural.” (CML, 2011a, p. 939). Além disso, e como já referido, foi ainda elaborado o PDCM, incluindo inicialmente 22 entidades, ligadas ao território e aos objetivos a desenvolver no PDCM<sup>110</sup>,

---

<sup>109</sup> O PA englobava as seguintes operações:

- “- Operação 1: Requalificação do Espaço Público;
- Operação 2: Estruturas de Gestão e Manutenção do Espaço Público;
- Operação 3: Refuncionalização e reabilitação do Quarteirão dos Lagares para criação do Centro de Inovação da Mouraria;
- Operação 4: Extensão das instalações da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço no Largo dos Trigueiros;
- Operação 5: Extensão das instalações da Junta do Socorro na Rua da Guia;
- Operação 6: Sítio do Fado na Casa da Severa;
- Operação 7: Acções de Redução de Riscos e Minimização de Danos;
- Operação 8: Conhecimento e Criatividade;
- Operação 9: Publicação Gastronómias na Mouraria;
- Operação 10: Festival Há Mundos na Mouraria;
- Operação 11: Publicação História da Mouraria em bd;
- Operação 12: Edição de cd Há fados na Mouraria;
- Operação 13: Jornal Rosa Maria, o Jornal da Mouraria;
- Operação 14: Plano de Divulgação e Comunicação do Programa de Acção;
- Operação 15: Assistência técnica. (CML, 2011a, pp. 939-940).

<sup>110</sup> “(...) decidido promover um Programa de Desenvolvimento Comunitário para a Mouraria (PDCM), de modo a contribuir para o desenvolvimento social e a dinamização do território, e que visa a diminuição dos fenómenos de exclusão e pobreza, a melhoria da qualidade de vida e uma maior abertura do território à cidade (...)” (CML, 2012, p. 41)

inicialmente com quatro eixos de atuação<sup>111</sup> (CML, 2011a, pp. 939-941; CML, 2012, pp. 40-42). Como fonte de financiamento, e para além do QREN e das entidades particulares associadas, foram realizadas candidaturas a projetos BIP/ZIP e ao Orçamento Participativo de Lisboa - em relação às quais a Mouraria obteve bastante sucesso na captação de fundos -, bem como a fundos do programa municipal PIPARU<sup>112</sup>. Com o objetivo de coordenar estas intervenções e garantir a articulação entre os diversos serviços e entidades públicas e privadas envolvidas nas mesmas, foi constituído o GABIP (Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária) da Mouraria (CML, 2011, pp. 939-941).

Ainda sobre o PA, importa referir, numa dimensão mais associada à praça do Martim Moniz, a visão presente sobre o espaço público. Ora, uma das ideias mais polémicas presentes no PA, é a aquela em que se refere que “[a] intervenção de maior visibilidade e **indutora de novos comportamentos** será a requalificação do espaço público (...)” (CML, Sem data a) (*sublinhado do autor*)<sup>113</sup>. Além disso, é igualmente assumido que as intervenções de requalificação do espaço

---

<sup>111</sup> “I - Revitalização do tecido económico local e promoção das qualificações, do emprego e do empreendedorismo;

II - Melhoria da qualidade de vida dos seniores e promoção do envelhecimento ativo;

III - Promoção do acesso ao emprego, à saúde e à cidadania das populações vulneráveis da Mouraria, designadamente trabalhadoras do sexo, toxicod dependentes, pessoas sem-abrigo, imigrantes em situação de vulnerabilidade e crianças/ /jovens em risco;

IV - Promoção do fado, como fator identitário e de dinamização económica e cultural.” (CML, 2012, p. 41)

<sup>112</sup> “Também no âmbito do PIPARU foi dada prioridade ao investimento na Mouraria: um investimento total de cerca de 4 milhões de euros, sendo intervenções em edifícios habitacionais no valor de 1,6 milhões de euros, em equipamentos perto de 1 milhão de euros e no espaço público 1,4 milhões de euros.” (CML, 2012, p. 40)

<sup>113</sup> Apesar da expressão escolhida, parece que a mesma não remete necessariamente para uma “higienização” do espaço público: “Cristina Silva, funcionária do GABIP Mouraria, explica como o tema das “boas práticas no espaço público” incorpora mais características logísticas do que um aviso social. *As boas práticas no espaço publico já faziam parte dos objectivos para a candidatura QREN e retomam um modelo europeu. Estas práticas consistem principalmente em fazer intervenções sustentáveis, que respeitem as leis de mobilidade, de acessibilidade, etc. etc. Estas têm muito a ver com a parte física, não tem nada a ver com o "social". Portanto consistem em escolher materiais que respeitem o património histórico do território, a sustentabilidade das reformas.....Claro que isto comporta as normas sociais também: a acessibilidade é uma questão social...Civismo, esta é uma questão muito controversa porque a Câmara não multa indivíduos e actividades que têm um comportamento “anti cívico”, há pessoas que acham que se deveria multar.. [por comportamento anti cívicos a funcionaria do GABIP se refere ao*

público “(...) permitiu a divulgação da Mouraria nas rotas turísticas através da ATL, com a criação de um Percurso Turístico-Cultural.” (CML, Sem data b). Outra dimensão a considerar-se prende-se a com o surgimento e dinamização de um “Corredor Intercultural” (CML, Sem data c).

Importa ainda salientar que a CML refere o Programa de Ação QREN Mouraria como um exemplo das operacionalizações da anteriormente referida Estratégia de Reabilitação Urbana (CML, 2011b, pp. 17-18). Trata-se de algo visível, em particular, no que diz respeito aos dois primeiros pilares identificados em tal estratégia, devido às diversas intervenções e investimentos a ocorrer no local, bem como pelo facto de terem ocorrido parcerias entre diferentes sectores da administração pública e entidades privadas<sup>114</sup>. A estratégia de intervenção, ao nível da sua aplicação específica a um dado território, passa, por um lado, pela reabilitação e dinamização do edificado camarário, de equipamentos e espaço público, pela implementação de uma estratégia de dinamização económica concertada com vários parceiros locais ao nível social, cultural e económico, mas deixando à iniciativa privada a principal responsabilidade de investimento para a reabilitação e dinamização económica desse mesmo território na sua globalidade - mesmo que grande parte dos investimentos iniciais sejam públicos, de “natureza” multiplicadora, ou indutora e de “arrastamento” como é referido pela CML. Esta estratégia é igualmente confirmada pelo vereador de Urbanismo da CML, Manuel Salgado, em entrevista ao suplemento de Imobiliário do jornal Público<sup>115</sup>, e encontra-se igualmente visível na página do projeto (à semelhança do que ocorre na já citada Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011/2014), num ponto sobre

---

*respeito dos tempos e dos lugares de entrega do lixo e do higiene dos cães ndr] Então o que a Câmara pretende com “boas práticas” são realmente ações de sensibilização e de instrução dos moradores sobre as práticas correctas de convivência. (Cristina Silva)” ” (Ferro, 2012, p. 69).*

<sup>114</sup> O próprio presidente da CML refere que se trata de uma estratégia que pretende ver replicada:

“António Costa destacou que aquilo que foi “original” neste caso foi “a metodologia aplicada”, que passou pelo desenvolvimento em simultâneo de intervenções de diferentes naturezas, nomeadamente ao nível do edificado e do espaço público, das pessoas e dos equipamentos. O presidente da câmara não escondeu que a sua ambição é que esta metodologia possa agora ser replicada “noutras zonas da cidade”: “Há outras Mourarias na cidade a que temos de acorrer”, disse, não revelando que localizações possíveis para um futuro gabinete tem em mente.” (Público, 2014a; O Corvo, 2014).

<sup>115</sup> “A reabilitação urbana é assumida como uma das prioridades do atual executivo, em funções desde 2007. E, desde logo ficou claro para o vereador que “o investimento municipal deveria assentar fundamentalmente na requalificação dos espaços e estruturas públicos”, ao mesmo tempo que seria necessário “reunir condições para que fossem os particulares a reabilitar o grosso do edificado”, apostando-se na criação de estímulos para que esses agentes pudessem investir neste processo.” (Público, 2013).

reabilitação<sup>116</sup>, com uma menção à necessidade de “Criar condições para facilitar a transmissão da propriedade (...)” (CML, Sem data d). Ora, tal estratégia não deixa de apresentar os seus riscos. Em particular, poderá incentivar processos de gentrificação devido à visibilidade e valorização de determinados espaços selecionados e intervencionados pela câmara, nos quais é deixado aos privados a grande responsabilidade pela reabilitação do edificado e pelo mercado imobiliário.

### **3.3 Intervenção e dinamização na praça do Martim Moniz pela NCS**

Como já referido, a intervenção que nos ocupa na presente tese, da responsabilidade da NCS, foi inaugurada em 9 de Junho de 2012. Num comunicado da EPUL (Construir, 2012), é salientado que a concessão da praça à NCS é realizada após a abertura de um concurso público, o qual teria sido vencido pela NCS. No entanto, tanto na entrevista realizada à NCS, como numa sessão no âmbito da Trienal de Lisboa em que foi convidada Isabel Raposo - umas das responsáveis na NCS pela intervenção -, foi referido que a ideia foi apresentada à câmara antes da realização do concurso público, tendo este sido realizado “com base na apresentação feita pela NCS”<sup>117</sup>. Isabel

---

<sup>116</sup> “O município tem um papel activo e dinamizador na estratégia de reabilitação urbana.

Este papel está assente em 5 pilares fundamentais:

- Investimento municipal deve centrar-se em acções de maior efeito de arrastamento na qualificação de espaço urbano;
- Criar condições para facilitar a transmissão da propriedade para o surgimento de uma nova geração de promotores e senhorios, que reabilitam e arrendam o edificado;
- Acelerar a recuperação de capital investido quer através da redução do tempo de actualização das rendas, quer pela introdução de subsídios a famílias mais carenciadas;
- Reduzir os custos de contexto, tornando mais célere a autorização administrativa para a realização das obras e a emissão da licença de utilização, removendo entraves regulamentares e apoiando realojamentos para a realização de obras;
- Diminuir as expectativas de mais-valias com a demolição do edificado existente.” (CML, Sem data d).

<sup>117</sup> “Isto não é politicamente correto dizer, mas é a verdade. Nós apresentamos esta ideia à câmara municipal de Lisboa, e a câmara amou o projeto. E lançou um concurso público. Lançou um concurso público, com base na apresentação que nós tínhamos feito. O que não tem mal nenhum, porque quer dizer que nós, enquanto pessoas... podemos construir a cidade, se tivermos ideias que sejam validadas.... ou que sejam mais valias.” (Rádio Zero, 2013, pp. (34:22 - 34:44)).

Numa resposta na página do Facebook da NCS, José Filipe Rebelo Pinto refere algo no mesmo sentido, apenas sem referir que o concurso público foi realizado a partir da apresentação inicial da NCS: “Refiro



Raposo refere ainda que se trata de um projeto privado, que é paga uma renda pela concessão, e que a NCS é responsável pela gestão da praça. É ainda referido que o contrato da concessão é de 16 anos, algo que foi confirmado em entrevista a Ana Nobre da NCS, tendo a responsável igualmente referido que a empresa paga uma renda mensal superior a 5000 euros pela exploração da praça, e que é responsável pela programação, manutenção, limpeza e segurança (em particular, em dia de eventos)<sup>118</sup>.

No comunicado da EPUL, anunciando o contrato com a NCS e a estratégia para o espaço<sup>119</sup>, são ainda referidas as seguintes obras:

A empresa está já a recuperar a praça, nomeadamente a recolocar as algumas lajes, a arranjar a casa das máquinas, mas o projeto de requalificação da praça implica a "readaptação dos dez quiosques, a criação de esplanadas, instalações sanitárias, a requalificação das fontes e dos lagos, do pavimento e de todo o mobiliário urbano" (...). (Construir, 2012; Visão, 2012; Público, 2012c).

Isabel Raposo refere que a ideia surge no sentido de “aproveitar o potencial da praça” (“sítio amplo, no centro de Lisboa, cosmopolita”), a qual consideravam encontrar-se “sem identidade” e “desaproveitado” (Rádio Zero, 2013). O projeto teve como conceito central o “multiculturalismo”, algo que se revelou desde logo no nome dado ao mesmo, “Mercado de Fusão”<sup>120</sup>, algo que foi confirmado tanto na entrevista realizada a Ana Nobre, como nos diversos discursos e entrevistas por parte de outros responsáveis da NCS. O responsável pela empresa, José Rebelo Pinto, em

---

hoje mais uma vez que a NCS apresentou uma proposta concreta à CML para a dinamização da Praça do Martim Moniz. Passados cerca de dois anos a CML lançou o concurso público onde a NCS acabou por ser a única entidade a concorrer, ganhando por mérito próprio na forma como respondeu a todas as linhas do próprio concurso.” (NCS, 2014a).

<sup>118</sup>Na já referida resposta de José Filipe Rebelo Pinto, este refere que o investimento feita pela NCS, relativo às “obras para corresponder ao concurso público”, foi de 500 000 euros + IVA; e que existe um “custo mensal de cerca de 15000 euros + IVA para corresponder a todas as necessidades que estão designadas no concurso público.” (NCS, 2014a).

<sup>119</sup> A qual demonstra a existência de uma visão integrada para a praça: “(...) pretende-se proceder à recuperação de diversos equipamentos existentes no local e, através disso, promover um conjunto de iniciativas que possibilitem a revitalização social, cultural e económica da Praça, valorizando-a enquanto espaço de lazer, de comércio, de turismo, de animação e de confraternização cultural” (Visão, 2012) (Público, 2012c).

<sup>120</sup> Uma designação que não remete apenas para um conceito gastronómico, mas cuja leitura também é alargada para uma potencial “fusão de culturas, cheiros e sabores” (Pensar Lisboa, 2012), uma fusão realizada através do mercado e materializada, em particular, nos quiosques.

Novembro de 2012, em entrevista ao blogue “Pensar Lisboa”, referia o seguinte: “Acho que as várias culturas existentes no Martim Moniz são o principal factor de diferenciação deste espaço. Ao juntar a esta multiculturalidade algum sangue novo tenho a certeza de que a receita pode ser única e explosiva.” (Pensar Lisboa, 2012). Esta estratégia, referida em outras entrevistas e documentos<sup>121</sup>, demonstra o papel instrumental e comercial conferido ao ideal da multiculturalidade, a qual é tomada como diferenciadora deste espaço no contexto da cidade de Lisboa - como se, devido ao simples facto de as diferentes culturas para as quais remetem os quiosques se encontrarem territorializadas num mesmo local, se desse a possibilidade de “conhecer verdadeiramente o Outro e os outros países/culturas”, uma possibilidade que é tomada como distintiva do local. No entanto, a intervenção não se restringe a este aspeto multicultural, mas também pretendeu integrar outro tipo de oferta, com “*chefs* reputados” (Público, 2012c). Torna-se igualmente notória a dimensão comercial da intervenção, assumida pelo diretor da NCS<sup>122</sup>, a qual faz prevalecer uma lógica de gestão comercial em relação ao espaço público. Ainda sobre este ponto, Ana Nobre refere que a praça é pública e é em um espaço aberto, mas que se trata de um projeto de uma empresa privada, e que, em particular nos espaços das esplanadas, se pode aceitar a designação de espaço “público-privado”.

Foram estabelecidos “(...) contactos com mais de 60 associações e comunidades e falámos com várias embaixadas (...) Falámos com mais de 50 associações, embaixadas, a comunidade hindu, a Casa da América Latina, tivemos o cuidado de falar com todos”, frisa.” (Público, 2012c). No entanto, pode-se considerar que o diálogo intercultural manteve-se numa

---

<sup>121</sup> “Num documento entregue à Câmara Municipal de Lisboa e a potenciais parceiros, a NCS enquadra o local da concessão:

“Todo o comércio local que desce da Av. Almirante Reis e dos becos da Mouraria, confere a esta zona o seu carácter tão eclético e etnográfico.”

“Torna-se imperativo o correcto aproveitamento das infra-estruturas já criadas e de todas as potencialidades do espaço, enquanto pólo de permuta cultural e comercial.” (Guterres, 2012).

“A praça estava praticamente morta, embora fique próxima de zonas por onde os turistas circulam. Era preciso trazer sangue novo. Nunca entrámos aqui com a ideia de varrer quem cá estava, mas sim de manter o carácter multicultural”, diz José Rebelo Pinto. “Mas achamos que só o público da Mouraria não é suficiente. Temos que cativar outros públicos.” (Público, 2012c).

<sup>122</sup> Em entrevista ao jornal Público refere que: “Isto funcionará como no Colombo ou em qualquer centro comercial do género” (Público, 2012c).

dimensão excessivamente institucional e vertical, restringida ao contacto com embaixadas<sup>123</sup>, ou, como complementado na entrevista à NCS, com outras organizações (GABIP e Associação Renovar a Mouraria) que, apesar da sua presença e trabalho no território, apresentam dificuldades de contacto e representação dos imigrantes no território - algo que, em parte, se deve ao próprio facto de não existirem organizações autónomas ligadas às comunidades imigrantes nos territórios em causa, para além das organizações de cariz religioso. Ainda que se possa questionar se tal tentativa não é exclusivamente de natureza institucional e formal, podendo revelar dificuldades na relação com outras realidades e práticas económicas de natureza informal (Guterres, 2012).

É igualmente notória uma ideia de conjunto para a praça e para os espaços em volta<sup>124</sup>: “Não consigo pensar no Martim Moniz sem pensar na ligação entre estes três espaços. O projecto é comum a toda esta “nova” zona da cidade.” (Pensar Lisboa, 2012), ou, como refere numa outra vista, fazendo referência ao subtítulo do Programa de Ação Ai Mouraria: "A ideia não é só tornar

---

<sup>123</sup> "Para lançar este projecto estabelecemos contactos com mais de 60 associações e comunidades e falámos com várias embaixadas", salienta o gerente da NCS, frisando que o novo Martim Moniz "é para ficar virado para a Mouraria e não de costas para a Mouraria." (Público, 2012c).

“Falámos com mais de 50 associações, embaixadas, a comunidade hindu, a Casa da América Latina, tivemos o cuidado de falar com todos”, frisa.” (Público, 2012a)

<sup>124</sup> “É muito importante perceber a zona, falar com as pessoas. Há aqui um trabalho de pessoa a pessoa, de ouvir as comunidades e perceber o que faz sentido aqui”, continua Rebelo Pinto. "Estamos a conseguir, a pouco e pouco, limpar o tráfico de droga e os roubos". Para ele, o Martim Moniz representa também um projecto social, e quando, sentado numa das esplanadas, olha para a praça, sonha já com o que ela pode ser daqui a uns tempos. "Há aqui um potencial enorme, há muitos espaços em bruto", diz, percorrendo com os olhos as colinas em redor.

O que pretende é que, a partir da praça, haja uma espécie de contágio para os espaços em volta, e que estes comecem a ser ocupados por pessoas com projectos interessantes. "Não queremos aqui grandes marcas, queremos projectos de assinatura, diferenciados." (Público, 2012c).

Numa outra entrevista, José Filipe Rebelo Pinto refere o seguinte: “Quero transformar a praça num pólo criativo. Trazer chefs, restaurantes, hostels, escritórios criativos...

Quero trazer gente jovem criativa da moda, do design, para abrir escritórios nos centros comerciais daqui. O Viriato, segundo lugar do Master Chefs, esta começando seu projeto gastronômico aqui. Eu tenho a "Preta", que ainda quero expandir para outras regiões. Acredito que essas habitações jovens novas vão trazer gente de energia nova que vai revitalizar esse lugar. Quero receber essa malta jovem e urbana, sangue novo, trazer quem está no Bairro Alto, no Chiado, no Cais Sodré. Agora temos o dragão simbolizando todo feito de material reciclado, e a chamamos de "The Dragon Square". Quero transformar o topo destes prédios em restaurantes giros. Olho pra essa praça e consigo vê-la daqui a 10 anos!" (Lux Good, 2012).

a praça étnica nem misturar um pouco de toda a gente, mas juntar o projeto à requalificação do bairro e trazer-lhe sangue novo, um toque de modernidade. Não queremos trabalhar só a praça, queremos fazer crescer uma nova cidade dentro da cidade" (Dinheiro Vivo, 2012a). Por último, como contextualização da intervenção, e ainda sobre a ideia de futuro e de dinamização da praça, é de referir que a NCS já se encontra a preparar outros projetos na área, em particular um novo bar no topo do centro comercial Martim Moniz "(...) para «cativar aquele público que prefere o Príncipe Real, por ser mais chique»." (Notícias Magazine, 2014). Numa outra entrevista, José Filipe Rebelo Pinto refere que a sua estratégia futura para a praça passa por: "(...) transformar a praça num pólo criativo. Trazer chefs, restaurantes, hostels, escritórios criativos..." (Lux Good, 2012).

A intervenção, num sentido mais "concreto", corresponde à exploração de 10 quiosques, com esplanadas com capacidade para 300 pessoas (Público, 2012c), bem como outras estruturas e intervenções físicas na praça, e alguns eventos com o objetivo de dinamização do espaço. Relativamente aos quiosques, e tal como já referido, estes apresentam referências a várias "culturas/nacionalidades" - ainda que nem todos -, e correspondem a um conceito de "comida rápida/pronto-a-comer". Na entrevista feita a Ana Nobre, esta referiu que os critérios para a escolha dos projetos passavam por 1) "conceitos diferenciadores", 2) "que representem um país", mas sem "cópias", e 3) a imagem/dimensão estética. Os contratos de concessão de cada quiosque são de 1500 euros+IVA/mês, e têm a duração de um ano (Dinheiro Vivo, 2012b) - algo confirmado em entrevista à NCS. Desde o momento da inauguração até à atualidade (Outubro de 2014, pouco mais de 2 anos) já existiram algumas mudanças nas concessões dos quiosques<sup>125</sup>, e entre o início do projeto e a atualidade só se mantiveram 3 quiosques - "Kebab Ali House", "BBQMM", e "Erva" - , sendo que o Botequim do Moniz também se encontra quase desde o momento inicial. Na entrevista realizada, Ana Nobre aponta como principal razão para tal facto as dificuldades financeiras que surgem devido ao clima e à sazonalidade, dado que o período de Inverno e de chuva

---

<sup>125</sup> Os quiosques iniciais eram os seguintes: "(...) Camorra - Pizza Taglio ("Essência da comida italiana de rua"), Chocolate Flavours (afro bar, "hambúrguers & cocktails & essências tropicais"), Kebab Ali House (Bangladesh), BBQMM (China), BBTMX (Bubble Tea - chás, sumos e outros refrescos naturais), Cantinho Africano (petiscos africanos), Sushi Spot (japonês), Erva (vegetariano e macrobiótico), Xico Esperto (petiscos portugueses), La Porota (latino)." (Guterres, 2012). Na página de facebook do Martim Moniz, em vez do "Camorra - Pizza Taglio" e do "Chocolate Flavours", são referidos o "Botequim do Moniz" e "A Preta" (NCS, 2012a)

causam bastantes dificuldades na praça e reduzem significativamente a procura. Inicialmente, dos 10 quiosques, 3 eram explorados por pessoas da área - algo que, segundo Isabel Raposo, representou um número inferior ao pretendido inicialmente pela NCS, o que levou a repensar a estratégia, como igualmente referiu o diretor da NCS em entrevista à RTP (RTP, 2014). Na entrevista feita a Ana Nobre, foi referido que, atualmente, apenas se mantém o Ali, do “Kebab Ali House”. Os quiosques atuais (NCS, Sem data i) são o “Dogtails” (uma “combinação entre Cocktails e Hot Dogs”), o “Pizza Fina” (“pizzas em forma de retângulo, feitas na hora”; Itália), o “BOLO DO CACO – Hamburgueria Gourmet” (hamburgueria), o “Botequim do Moniz” (“Inspirado nos “postos” de praia do Rio de Janeiro”; Brasil), o “Wasabi” (“temakeria, cones de sushi”; Japão), “El Cartel” (“sabores sul-americanos”; América do Sul), “Moules” (“diversos pratos de mexilhões acompanhados por batatas fritas”; Bélgica) e os já referidos “Kebab Ali House” (Bangladesh), “BBQMM” (China) e “Erva” (vegetariano). O “BOLO DO CACO – Hamburgueria Gourmet” e o “Botequim do Moniz” são concessionados e geridos por uma mesma pessoa, e o mesmo acontece relativamente ao “Dogtails” e ao “El Cartel”. Existe ainda um quiosque recente, o qual não entre neste conceito, e que diz respeito ao “Lisbon Tours”, com uma oferta de serviço turístico para a cidade de Lisboa. Nas esplanadas, junto aos quiosques, estão colocados avisos a salientar que apenas os clientes dos mesmos ali se podem sentar. Também se encontra disponibilizada WI-FI, por vezes aproveitada por algumas pessoas com portáteis, ou com telemóveis.

Ainda a um nível “físico” - ainda que igualmente com um carácter multicultural -, é de salientar a existência de intervenções como um “dragão chinês” no centro da praça (Figura 3.2); as fotografias dos comerciantes da área envolvente, no âmbito do projeto “*All around us*” de Gonçalo Gaioso (NCS, Sem data a) (Anexo R); as fotografias de Joel Santos (NCS, Sem data b)<sup>126</sup> (Anexo S); a recente intervenção, no quadro do projeto “Enamorados por Lisboa”, dinamizada pela CML no dia de S.Valentim de 2014, e que teve como consequência a inscrição de poemas em algum mobiliário da praça (Público, 2014b) (Anexo S); a intervenção urbana, temporária (de 1 a 14 de Novembro de 2012), “Take a Walk” de Anthony Heywood (NCS, 2012b); a intervenção urbana “Ressurreição” de Rui Miragai, em forma de “galo” (Anexo T); ou, mais recentemente, as

---

<sup>126</sup> Fotografias que apresentam uma forte dimensão estética, remetendo para uma imagem “exótica” do “imigrante”, um “imigrante” que não é necessariamente o presente na Mouraria/Martim Moniz, mas aquele de uma certa geografia imaginada, de “paisagens exóticas”, as quais são, desse modo, passíveis de visitar e encontrar na praça do Martim Moniz.

## Intervenções Espacialidades e Relações de Poder

intervenções de street art no recente “Writer’s Delight” (Anexo U), as quais foram recentemente substituídas depois de uma nova intervenção artística, desta vez da responsabilidade da Plataforma Cafuka (NCS, 2014b).



(Figura 3.2 - “Dragão chinês” na praça do Martim Moniz. Fotografia do autor.)

Existem, ainda, outras estruturas em forma de tenda, nas quais se realiza o “mercado de fusão” aos fins-de-semana, bem como um espaço, no topo da praça, que funciona como palco para concertos, projeções de cinema, eventos musicais, entre outros. Também a música desempenha um papel na intervenção, dado que esta é uma presença constante na praça, seja através de alguns concertos, seja através de um sistema de som presente na praça. Existe uma tentativa de que a música seja referente a diferentes “culturas”, ajudando a criar uma “soundscape” multicultural. Sobre este aspeto, Iñigo Sanchez, num estudo sobre a transformação do ambiente sonoro na praça do Martim Moniz, refere que foi criado um “enclave acústico controlado” face aos sons e imagens exteriores à praça, um enclave “no qual os sons são cuidadosamente pré-selecionados” de forma a criar um “ambiente agradável”, algo que influencia e regula a própria apropriação do espaço público (Sánchez, (no prelo)). Além disso, a praça continua a ser vigiada através de câmaras de videovigilância (Anexo V), e também se verifica algum policiamento da mesma, em particular aquando dos principais eventos que nela ocorrem.



(Figura 3.3 - “Mesa de misturas” *The Dragon Square*. Fotografia do autor.)

As atividades e eventos na praça do Martim Moniz são vários, e esta é programada mensalmente. Aos fim-de-semanas, geralmente dois fim-de-semanas em cada mês, ocorre o “KoolMarket” ou o “Mercado de Fusão” (NCS, Sem data j), trazendo diversas empresas e atividades, muitas delas ligadas às indústrias criativas (Guterres, 2012), e que vai desde a produtos na área do artesanato ou vestuário, a presença pontual de algumas associações e/ou empresas, dinamização cultural (em geral, música), e pode ainda refletir uma determinada temática. Existe o aluguer de Karts e Rickshaws, através da empresa RICKSHAWS PORTUGAL (NCS, Sem data k) (Rent a Kart, 2014). Entre a programação, destaca-se o facto de a praça do Martim Moniz acolher o Out Jazz, às sextas-feiras e alguns sábados (NCS, Sem data l). Durante o período do Out Jazz, é colocado um “mini-relvado” artificial à frente do palco, onde as pessoas se sentem para assistir aos concertos, bem como para outros eventos (como sessões de cinema). A praça é igualmente palco de outras atividades e eventos, alguns de carácter pontual - é o caso das sessões de cinema, o Open Air Cinema, geralmente ocorrendo nas noites de quarta-feira, no verão; algumas “aulas abertas”, em formato workshop, com vários temas. Já foi igualmente palco de festivais como o *Bal Moderne* (NCS, 2012d), da autora de Anne Teresa De Keersmaeker, e que decorreu na Praça do Martim Moniz nos dias 8 e 9 de Setembro; o festival Holi (NCS, Sem data c); o festival Xamanita



(FESTIVAL XAMANITA, s.d.); o festival “Lisboa Mistura - Festival de Músicas do Mundo” que decorreu na Praça entre 13 a 22 de Junho de 2013 (CML, 2013); uma Feira de S. Martinho (NCS, Sem data d); duas edições de uma Feira de Natal (NCS, Sem data e) (NCS, Sem data f); um Mercado da Tradição (NCS, Sem data g); o evento de street art Writer`s Delight (Dedicated Store Lisboa, s.d.); ou alguns concertos, como foi o caso do concerto de Mariza no início do projecto (NCS, Sem data h), no dia de 5 de Outubro de 2012. Alguns destes eventos remetem igualmente para atividades, temas e/ou para uma imagem multicultural. A praça continua, contudo, a ser palco de alguns eventos não diretamente associados à dimensão comercial da intervenção, como seja o facto de continuar a ser o ponto inicial da manifestação do Dia do Trabalhador, ou alguns eventos de cariz religioso e/ou multicultural. Entre estes últimos, é destacar o concerto de Baul Bangla Band (Festival Imigrarte, 2013), que decorreu no dia 7 de Setembro de 2013 no âmbito do “Torneio Intercultural de Cricket”; a Festa do Sacrifício (*Eid al-Adha*), ligado à comunidade islâmica, que decorreu no dia 15 de Outubro de 2013 na Praça do Martim Moniz e teve cobertura internacional através do canal turco TRT Haber (Rosa Maria, 2013); e, no dia de 1 de Fevereiro de 2014, em conjunto com a embaixada da República Popular da China e com a CML, foi celebrado o "Ano Novo Chinês" (CML, 2014). Na entrevista realizada à NCS, Ana Nobre referiu que a programação também é realizada pensando nas comunidades imigrantes<sup>127</sup>, o que se reflete em alguns dos concertos e eventos programados com temáticas específicas, por vezes em colaboração com outras organizações (como foi o caso do “Ano Novo Chinês”, com a embaixada), e as aulas abertas (Bollywood, capoeira e quizomba<sup>128</sup>), sendo que algumas destas aulas abertas também são frequentadas por imigrantes, segundo a responsável da NCS.

---

<sup>127</sup> Numa publicação recente da NCS, na sua página de Facebook, são referidos outros eventos, tais como: “(...) a Festa do Eid – Celebração do Fim do Ramadão pela comunidade Islâmica; a Celebração Anual das Vítimas de Holodomor, pela Associação de Ucrânianos em Portugal e o Torneio Intercultural de Críquete, pelo Grupo Desportivo da Mouraria. As novas iniciativas entretanto desenvolvidas de raiz, constituem ilustrações de uma dinâmica de abertura: o Festival da Primavera – Celebração do Ano Novo Chinês pelas Associações Luso Chinesas de Comércio e Embaixada da China e o Festival dos Ovos da Páscoa – Tradição Romena e Moldava, pelo Centro Cultural e Arte "Trei Culari”.” (NCS, 2014a)

<sup>128</sup> Sendo de questionar, contudo, se capoeira e quizomba correspondem a práticas culturais que não só possam corresponder aos países de origem das comunidades imigrantes dos territórios envolventes, como se dizem respeito a práticas culturais que tais comunidades pratiquem atualmente.



### **3.4 Praça do Martim Moniz - transformações**

#### **3.4.1 Representações e Intervenções Imateriais relativas à praça do Martim Moniz**

O presente capítulo terá como objetivo descrever e analisar as diversas representações/imagens, por parte de diferentes atores, associadas à praça do Martim Moniz e ao processo e intervenção da NCS na mesma. Para tal, será realizada um primeira análise às formas de divulgação da praça e dos seus eventos, seja através de meios próprios da NCS seja em algumas publicações na área do turismo e lazer; uma análise das entrevistas da NCS na comunicação social; e, por último, uma análise nas redes sociais e outros meios virtuais.

##### ***Formas e estratégias de divulgação e representações em periódicos de Turismo/Lazer***

Em entrevista a Ana Nobre, responsável da NCS pelo projeto e programação do Mercado de Fusão, esta referiu que a estratégia de divulgação da praça e das suas atividades passa pela distribuição de postais com a programação da praça (distribuídos em mais de 150 pontos na cidade Lisboa, como hotéis, teatros e lojas), e, em particular, numa aposta de divulgação através das redes sociais e em meios digitais, como é o caso da página da NCS, página de *Facebook* do Mercado de Fusão (atualizada diariamente), e uma *newsletter* mensal.

No Programa de Ação Ai Mouraria, como em parte já referido anteriormente, é salientado que “(...) esta requalificação irá permitir a divulgação da Mouraria nas rotas turísticas através da ATL, com a criação de um Percurso Turístico-Cultural.” (CML, Sem data e), bem como a “[p]rodução de conteúdos para o site da Associação de Turismo de Lisboa (...)” (CML, Sem data f). Os resultados desta parceria são visíveis na promoção do projeto do Mercado de Fusão nas publicações da Associação do Turismo de Lisboa. No entanto, a divulgação, da praça do Martim Moniz enquanto espaço/destino de lazer e de turismo, não se restringe a tais fontes.

Durante o período considerado, que correspondeu ao início da intervenção (Junho de 2012) até ao momento atual, foi possível encontrar referências ao projeto em vários periódicos, nacionais e estrangeiros, quer em revistas/jornais generalistas, quer em publicações dedicadas ao turismo e lazer. Contudo, a partir da pesquisa realizada não é possível considerar a existência de muitos temas e padrões que se possam considerar como claramente transversais às várias publicações, ainda que existam alguns pontos a considerar. Em primeiro lugar, e como seria de esperar, as referências

encontradas aconteceram maioritariamente aquando da inauguração da intervenção, ou durante alguns eventos com maior destaque no quadro da cidade (em particular, o Out Jazz e o Open Air Cinema), ainda que quase sempre numa lógica de agenda/anúnciação de eventos, e não tanto de reportagens aprofundadas sobre a praça - das publicações analisadas, aquela onde se encontrou maior número de referências desde Junho de 2012 foi a “Agenda Cultural de Lisboa”, com 11, seguida de perto pela revista “Follow Me”, com 10. Ainda que de forma não directamente ligada à intervenção, foram igualmente encontradas referências às transformações mais alargadas na Mouraria e centro da cidade; a algumas notícias relativas ao destaque/visibilidade de Lisboa em publicações internacionais, sendo que em algumas destas era referida a Praça do Martim Moniz e a questão da multiculturalidade/cosmopolitismo; ou as referências a outros locais/eventos próximos/relacionados (Hotel Mundial, Elétrico 28, Arquivo Fotográfico de Lisboa, Visitas Guiadas à Mouraria, Festival Todos, entre outros). Por último, existem algumas ligações temáticas entre os diversos discursos encontrandos nas notícias existentes que abordaram em maior profundidade a praça, os quais devem ser considerados em maior profundidade<sup>129</sup>. Sendo que nestas se encontram estruturadas em torno de duas grandes ideias/temas. Uma que remete para as várias "contradições" existentes na praça do Martim Moniz e para a sua história recente, para a relação entre um “antes” e para um “depois”, e que se pode observar de duas formas: 1) uma em que se salienta o facto de a praça ocupar um lugar central na cidade de Lisboa mas que até há pouco tempo era pouco visitada, ou que se encontrava "abandonada", associada à marginalidade e "sem vida", mas que agora teria sido “redescoberta” e se encontrava com "vida", uma praça “do e com mundo”; 2) outra em que se refere a presença de diversos e potencialmente contraditórios significados históricos e culturais, como sejam o fado e uma cultura multicultural - com artigos que salientem quer a possível contradição quer a possível "fusão" destas, seja devido à proximidade espacial, ao multiculturalismo experienciado no quotidiano do bairro, ou às próprias influências de outras culturas na génese Fado, procurando assim tomar como "natural" e óbvia a sua ligação. O segundo grande tema, de forma interligada com a anterior, mas focando-se mais numa dimensão

---

<sup>129</sup> Por exemplo: (Dinheiro Vivo, 2012b; Jornal i, 2012; Sol, 2012; Público, 2012c; Público, 2012a; Público, 2012b; Expresso, 2012; Centro Nacional de Cultura, 2012; TVI, 2012)

Agenda Cultural de Lisboa: edição de Julho/Agosto de 2012.

Follow Me: edição de Agosto de 2012, Setembro de 2012, Outubro de 2012, Julho de 2013, Agosto de 2013.

Revista Turismo de Lisboa: edição de Janeiro de 2013.

de "presente" e de lazer, representa um destaque para a dimensão "multicultural e cosmopolita da praça"<sup>130</sup>, tanto de um "encontro entre culturas" como de um "espaço *cool*" e com vida, devido à oferta gastronómica, aos concertos, às sessões de cinema, às feiras e workshops temáticos realizados, e à restante animação/entretenimento existente na praça.

Por último, é de referir que a praça do Martim Moniz conquistou o prémio de Ideia do Ano de 2012 para a Revista Time Out Lisboa (NCS, 2012d).

### ***Discurso da NCS na comunicação social***

As entrevistas realizadas na comunicação social a um/a responsável/representante da NCS, pelo menos aquelas onde existiram referências ao projeto do Mercado de Fusão, foram sempre realizadas ao seu diretor, José Filipe Rebelo Pinto (Lux Good, 2012). Nestas, para além de algumas dimensões relativas à intervenção física/material e à programação da praça, dimensões analisadas anteriormente, surgem ainda outras notas que se poderão agrupar em dois grandes grupos.

- 1) O primeiro<sup>131</sup> encontra-se associado a um lado dinâmico, conferido ao diretor da NCS e à sua empresa, ao nível de uma constante procura e dinamização de

---

<sup>130</sup> Esta dimensão multicultural do Martim Moniz e da Mouraria não é, contudo, uma presença recente nas revistas de turismo/lazer. Trata-se de algo observado por Francisco Lima Costa (Costa, 2011, pp. 95-96), e por Francisco Carvalho (Carvalho, 2006, p. 93), numa publicação de 1999 sobre Lisboa, por parte da Revista Time Out internacional, onde se referia a presença de comunidades imigrantes e comércio étnico na área.

<sup>131</sup>Por exemplo:

“O projecto para a praça do Martim Moniz nasceu da constante procura por projectos novos e dinâmicos para a cidade de Lisboa.” (Pensar Lisboa, 2012)

“Em abono do seu projecto, Rebelo Pinto, que há vários anos promove em Lisboa o festival Out Jazz, evoca o seu papel na transformação do Cais do Sodré numa procurada zona de animação nocturna. "Há nove anos peguei no Cais do Sodré, que estava meio abandonado, fiz um projecto para várias casas nocturnas e hoje é o que é." (Público, 2012c)

«Na altura apeteceu-me um projeto mais humanitário. Ainda pensei ir um ano para África, mas depois vi esse potencial no Martim Moniz, um largo fantástico abandonado no centro de Lisboa, e quis fazer algo por isto.» (Notícias Magazine, 2014)

“Mais uma vez o Martim Moniz surgiu da constante procura por projectos diferenciadores na cidade de Lisboa. Estava na altura de criar algo maior a nível pessoal e o Martim Moniz era um desafio à altura.” (Briefing, 2013)

“Essa praça estava no lixo. Ninguém queria. Como estou sempre à procura, agarrei. Quero devolver à população de Lisboa o que lhe pertence. Quero tornar esse lugar genuíno. Me dói ver um antigo cinema

projetos na cidade, ao mesmo tempo que se salienta a capacidade de fazer “renascer” espaços da cidade até aí “abandonados e/ou esquecidos”, e que posteriormente são “devolvidos à cidade”. Neste sentido, é salientada a capacidade de alguém e de uma empresa de procurar algo de novo e diferenciador, capazes de identificar as potencialidades de determinados projetos e espaços antes de outros, e de, posteriormente, os dinamizar e transformá-los num caso de “sucesso” em termos comerciais, de animação e visibilidade—como é, atualmente, o caso da praça do Martim Moniz. No entanto, devido à forma como tal sucesso é apresentado, transparece igualmente a ideia de naturalização e linearidade do processo.

2) Um outro conjunto de representações<sup>132</sup> que remetam para as dimensões identitárias e culturais associadas a praça. Seja a dimensão ligada ao multiculturalismo e à

---

piolho transformado em chinês, o Antigo Império... o salão de Lisboa... Não faz sentido! Isso tudo é nosso, faz parte da nossa história e precisa ser reintegrado à cidade.” (Lux Good, 2012)

Esta imagem encontra-se igualmente presente na já referida sessão de Isabel Raposo no âmbito da Trienal de Lisboa, na qual a responsável da NCS refere, em particular, as questões relativas à identidade da praça, começando por salientar que o “(...) O Martim Moniz era um sítio sem identidade”, e que atualmente a empresa se encontra a trabalhar na reconstrução da identidade da praça e no sentido da sua “devolução à cidade”, ainda que salientando que “ainda há um estigma muito grande em relação ao Martim Moniz”. (Rádio Zero, 2013)

<sup>132</sup> Por exemplo:

“Acho que as várias culturas existentes no Martim Moniz são o principal factor de diferenciação deste espaço. Ao juntar a esta multiculturalidade algum sangue novo tenho a certeza de que a receita pode ser única e explosiva.” (Pensar Lisboa, 2012)

“A praça estava praticamente morta, embora fique próxima de zonas por onde os turistas circulam. Era preciso trazer sangue novo. Nunca entrámos aqui com a ideia de varrer quem cá estava, mas sim de manter o carácter multicultural”, diz José Rebelo Pinto. “Mas achamos que só o público da Mouraria não é suficiente. Temos que cativar outros públicos.” (Público, 2012a)

“Para a animação, que inclui um mercado de trocas e workshops vários, também estão todos convidados a apresentar ideias e “a trazerem à praça a sua cultura”.” (Público, 2012a)

“Quero devolver à população de Lisboa o que lhe pertence. Quero tornar esse lugar genuíno. Me dói ver um antigo cinema piolho transformado em chinês, o Antigo Império... o salão de Lisboa... Não faz sentido! Isso tudo é nosso, faz parte da nossa história e precisa ser reintegrado à cidade.” (Lux Good, 2012)

“Eu desde pequeno tenho o sonho do mundo de mãos dadas, unido. Gosto de todo tipo de pessoa, de ambiente multicultural. Aqui tem essa energia, histórica e cultural. Quero essa integração! Outro dia vi uma família chinesa aqui dançando afro-beat e isso é rico, incrível! Como disse, quero reintegrar essa praça, trazendo essa juventude urbana do Cais Sodré e Bairro Alto pra cá.”” (Lux Good, 2012)

“fusão” de culturas, a qual tende a ser tomada num sentido comercial/instrumental, sem a consideração das desiguais relações de poder envolvidas nem as possibilidades de reproduções acrítica de imagens/representações sobre as culturas em presença, em tais situações. Além disso, é ainda notória a consideração das identidades de uma forma fixa, visível em expressões como “trazer à praça a sua cultura”, ou na citação em que o entrevistado refere que pretende “devolver à população de Lisboa o que lhe pertence.”.

### ***Redes sociais e Geografias Imaginadas***

Até no seguimento da estratégia de comunicação/divulgação da NCS, importa observar as representações e “geografias imaginadas” existentes nas redes sociais. Na página da NCS (NCS, Sem data m), é possível encontrar uma breve apresentação do conceito do projeto, bem como o que este oferece, salientando-se a dimensão multicultural e as diversas atividades/eventos presentes e programadas para a praça. Bastante mais dinâmica e atualizada é a página de Facebook do Mercado de Fusão (NCS, 2012c), na qual se podem encontrar notícias relativas à programação e eventos da praça, e, em particular, uma secção com diversas fotos desde o início do projeto, e que remetam para a programação, notícias do Mercado de Fusão na comunicação social, para os quiosques (seus produtos, imagem, vendedores), bem como fotos dos diversos eventos que ocorreram na praça e para os seus públicos (sendo que as fotos são geralmente retiradas na área central/comercial da praça, e geralmente correspondem a jovens e a “não-imigrantes”). Algumas das fotos são comentadas, em particular as que remetem para a programação (em geral, procurando esclarecer dúvidas relativamente à mesma), ou aquelas que remetem para o público dos eventos. Relativamente aos dados estatísticos possíveis de observação na página da NCS, é de salientar que esta, no dia 19 de Setembro de 2014, tinha 15701 “Likes/Gostos” na página, sendo que a maioria destas pessoas se encontram na faixa dos 25-34 anos e é residente em Lisboa.

Igualmente, é de considerar a página *youtube* da NCS (NCS, 2009), na qual se poderão encontrar diversos vídeos de edições anteriores do Meo Out Jazz na praça do Martim Moniz, bem como diretamente relacionados com o projeto do Mercado de Fusão<sup>133</sup>. Nestes vídeos, para além

---

<sup>133</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=Rx7mdXMVRSa>

[https://www.youtube.com/watch?v=I\\_41EqP3Wns](https://www.youtube.com/watch?v=I_41EqP3Wns)

<https://www.youtube.com/watch?v=m8wGtTEgy1c>

<https://www.youtube.com/watch?v=6M78VNyNjBU>

## Intervenções Espacialidades e Relações de Poder

de ser possível assinalar que correspondem a momentos de maior afluência na praça, é notória a tentativa de passar uma imagem em que é possível uma convivência entre as possibilidades de animação e diversão na praça com as dimensões da multiculturalidade e cosmopolitismo (nem que seja através dos produtos étnicos e do mobiliário urbano que possa remeter para um ideal multicultural). De forma geral, os principais planos e imagens destes vídeos remetem 1) para jovens e “não-imigrantes” que convivem, dançam e se divertem a assistir aos concertos, muitas vezes sorrindo para a câmara; 2) outra onde se salienta a existência de um “ambiente descontraído”, ao final de tarde, com sol, onde se encontram pessoas nas esplanadas, por vezes sentados e/ou deitados em “espreguiçadeiras” colocadas perto dos repuxos; 3) em particular na introdução do vídeo, surgem alguns planos que procurarem enquadrar e promover a praça com outros locais próximos desta e/ou com o mobiliário urbano presente, como seja através de referências ao elétrico 28, ao Castelo, a proximidade ao centro da cidade, bem como alguns planos da praça (monumento ao Martim Moniz, repuxos, algumas intervenções artísticas).

No entanto, para além destes materiais da responsabilidade da NCS, importa ainda considerar as informações presentes nas redes sociais<sup>134</sup> e produzidas por outras pessoas, na sua

---

[https://www.youtube.com/watch?v=rDQ26-B-2\\_s](https://www.youtube.com/watch?v=rDQ26-B-2_s)  
<https://www.youtube.com/watch?v=UTdL6XFLjuM>  
<https://www.youtube.com/watch?v=hMabTZ5eLCI>  
<https://www.youtube.com/watch?v=0O0LBzm7WyA>  
<https://www.youtube.com/watch?v=1SEny4LqYdw>  
<https://www.youtube.com/watch?v=XBABGCafCOo>  
<https://www.youtube.com/watch?v=1IW9ydpwBTM>  
<https://www.youtube.com/watch?v=JGPHGvSBZwc>  
<https://www.youtube.com/watch?v=t5e414H4J3M>  
<https://www.youtube.com/watch?v=g8htbsQReZY>  
<https://www.youtube.com/watch?v=g8htbsQReZY>  
<https://www.youtube.com/watch?v=YQtAOS5itq8>  
<https://www.youtube.com/watch?v=bJA1RjMHBZc>

[Último acesso: 22-10-2014]

134

<https://www.facebook.com/search/results.php?init=quick&q=martim%20moniz&tas=0.217389306984841>

82

<https://www.facebook.com/hashtag/mercadodefus%C3%A3o>

<https://twitter.com/search?q=martim%20moniz&src=typd>

<https://twitter.com/search?q=mercado%20de%20fus%C3%A3o&src=typd>

maioria consumidores/utilizadores da praça, e que para além de possibilitarem uma mudança de perspetiva, permitem complementar as representações e geografias imaginadas presentes na internet relativamente à Praça do Martim Moniz, e que podem configurar uma determinada “paisagem virtual” que não deixa de ter influências “reais”. Neste sentido, é de destacar os seguintes perfis: 1) um conjunto de imagens e publicações que remetem para uma dimensão temporal e histórica de enquadramento, na qual se encontram referências ao elétrico 28, ao metro do Martim Moniz, ao comércio “étnico” dos territórios envolventes, alguns locais circundantes/próximos, ou imagens correspondentes a outros períodos históricos da praça (algo que revela que a “geografia imaginada” ou “imagem mental” do Martim Moniz vai para além da praça no seu estrito senso, dado que as suas fronteiras não são de todo delimitáveis e bem definíveis, sendo ainda um lugar que pode ser visto como dotado de várias e por vezes contraditórias camadas temporais da praça); 2) um grupo de imagens, maioritariamente presentes nas redes sociais, e que são geralmente recentes e da responsabilidade de pessoas “jovens” e “brancas” (Anexo W), nas áreas centrais/comerciais da praça, e geralmente em dias de eventos; 3) publicações de algumas organizações e/ou empresas que utilizam as suas páginas para anunciar eventos que irão decorrer no Martim Moniz; 4) algumas referências à multiculturalidade/etnicidade da praça através de fotos e publicações relativas quer aos imigrantes, quer ao comércio étnico; 5) fotos relativas ao “mobiliário urbano” da praça, desde os repuxos, o monumento ao Martim Moniz, a decoração da praça, e algumas intervenções urbanas presentes na praça.

### **3.4.2 Práticas e Relações Sociais anteriores à intervenção da NCS**

Contextualizando o período imediatamente anterior à intervenção, e como referem Marluci Menezes (Menezes, 2009; Menezes & Reginensi, 2009) e António Guterres (Guterres, 2012), era

---

<https://www.tumblr.com/search/martim+moniz>

<https://www.tumblr.com/search/mercado+de+fus%C3%A3o>

<https://www.flickr.com/search/?q=martim+moniz>

<https://www.flickr.com/search?sort=relevance&text=mercado%20de%20fus%C3%A3o>

[https://www.google.pt/search?q=martim+moniz&espv=2&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=KJvKU-b3BIql0QWLwIGAAQ&ved=0CAcQ\\_AUoAg&biw=1242&bih=585](https://www.google.pt/search?q=martim+moniz&espv=2&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=KJvKU-b3BIql0QWLwIGAAQ&ved=0CAcQ_AUoAg&biw=1242&bih=585)

[Pesquisa foi feita, e integrou dados, até Setembro de 2014, inclusive.]

notória uma apropriação do espaço protagonizada, em particular, por imigrantes/“minorias étnicas”, e algumas formas de comércio que tendia a ser igualmente feita por estes. Segundo Marluci Menezes, a apropriação da praça, no seu dia-a-dia, após a intervenção de 1997, era feita essencialmente por indivíduos, geralmente masculinos, “localmente identificados como africanos, indianos e chineses”, os últimos numa fase mais posterior, e não os “moradores mais antigos ou característicos do Bairro da Mouraria”<sup>135</sup> (Menezes, 2009, pp. 309-316; Menezes & Reginensi, 2009, pp. 852-855). A autora refere que não era comum existir situações de contato entre estes grupos de imigrantes, apesar de ocuparem a mesma praça, dada a existência de “territórios simbolicamente delimitados” (Menezes, 2009, pp. 309-316; Menezes & Reginensi, 2009, pp. 852-855). E, no que diz respeito aos ritmos de apropriação, a ocupação era geralmente feita ao final da manhã e à tarde, atingindo o seu ponto máximo aquando do final do período de atividade comercial (Menezes, 2009, pp. 309-316; Menezes & Reginensi, 2009, pp. 852-855).

Após a introdução dos 44 quiosques, em 1998, Marluci Menezes refere que a obstrução da praça levou ao surgimento de atividades ilícitas, ligadas ao tráfico de droga e a chamadas telefónicas (Menezes, 2009, pp. 309-316; Menezes & Reginensi, 2009, pp. 852-855). Contudo, esta situação levou ao surgimento de diversas rusgas policiais e formas de controlo<sup>136</sup> que levaram a uma menor presença e intensidade de tais práticas (Menezes, 2009, pp. 309-316; Menezes & Reginensi, 2009, pp. 852-855). A retirada de parte dos quiosques, em 2000, associada ao insucesso comercial verificado, permitiu posteriormente uma apropriação mais desafogada do espaço público, ainda feita pelos grupos de imigrantes já referidos, mas também por alguns turistas, ciganos, e, posteriormente, imigrantes da Europa de Leste (Menezes, 2009, pp. 309-316; Menezes & Reginensi, 2009, pp. 852-855). Marluci Menezes refere que a apropriação (Figura 3.4), nos dias de semana, era essencialmente feita de acordo com os ritmos do comércio local, ao final da manhã,

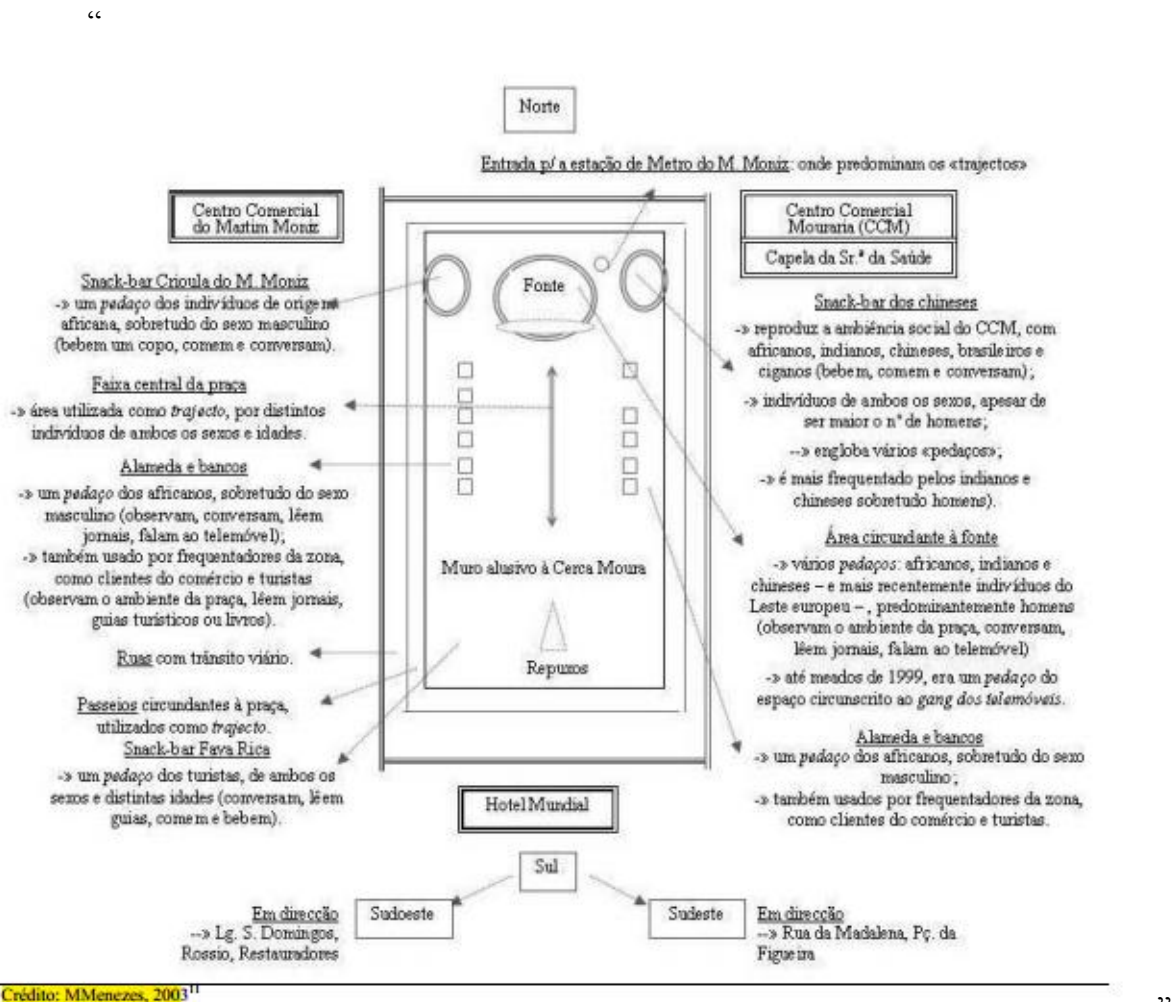
---

<sup>135</sup> “Refira-se ainda que, no tempo quotidiano, o Martim Moniz costuma ser evocado pelos moradores mais antigos do bairro da Mouraria como fazendo parte dos arredores do bairro. Isto é, como uma espécie de Mouraria que “não é bem Mouraria”, colocando o Martim Moniz numa situação ambígua. Também se observa que, desde a inauguração da praça, essa demarcação é salientada em alguns meios de comunicação social através da distinção entre “bairro” da Mouraria e “zona” do Martim Moniz.” (Menezes, 2009, p. 318).

<sup>136</sup> “A praça passou, então, a ser controlada por um segurança uniformizado e por um sistema de videovigilância da empresa privada Prosegur – Sistema de Segurança Lda., também com um posto de controlo num dos quiosques. Em alguns postes de iluminação pública foram colocadas pequenas placas metálicas avisando: “para a sua proteção, este local encontra-se sob a vigilância de um circuito fechado de televisão”.” (Menezes, 2009, p. 312)



hora de almoço e final da tarde; sendo que à noite era comum “estarem abertos dois dos três quiosques que funcionam como snack-bares e esplanadas”; e que durante os fins-de-semana a maior apropriação era realizada após a hora de almoço (Menezes, 2009, pp. 309-316; Menezes & Reginensi, 2009, pp. 852-855). Os três quiosques apresentavam diferenças entre si, sendo um deles, mais próximo ao Hotel Mundial, gerido por portugueses e tendo habitualmente turistas como clientes; os outros dois quiosques estavam na parte norte da praça, e os seus clientes eram maioritariamente homens e imigrantes (Anexo X). A autora salienta ainda o facto de “(...) embora a praça seja frequentada por diferenciados indivíduos, esses identificam algumas especificidades na apropriação do espaço que assim é demarcado e muitas vezes (re)marcado durante o dia (e também nos momentos cíclicos) com limites e fronteiras socio-simbólicas (...)” (Menezes & Reginensi, 2009, p. 855). António Guterres refere igualmente que os imigrantes utilizavam a praça como palco “(...) para jogos de futebol, skate, cricket e outras atividades recreativas.” (Guterres, 2012). Além disso, durante este período, a praça foi sendo palco de diversas outras atividades e eventos, as quais alteravam o quotidiano da praça, como sejam o início da manifestação do 1º de Maio, manifestações de defesa dos direitos dos imigrantes e contra o racismo, de festividades religiosas e culturais (Carnaval, procissões) (Menezes, 2009; Menezes & Reginensi, 2009; Guterres, 2012). É ainda de salientar algumas iniciativas culturais associadas ao tema da multiculturalidade que ocorreram recentemente, como é o caso do Festival Todos.



(Figura 3.4 - “Representação de dinâmicas quotidianas de uso e apropriação da Praça do Martim Moniz (esquema elaborado em 2001)”. Retirado de (Menezes & Reginensi, 2009, p. 854).)

António Guterres (Guterres, 2012), após um exercício etnográfico no período imediatamente posterior à abertura do projeto e intervenção da NCS, refere que a população que anteriormente ocupava o espaço não se encontrava representada nas novas formas de comércio, nem enquanto comerciantes nem enquanto consumidores. Ainda sobre esta questão, Ana Nobre referiu que, mesmo podendo estar em menor presença nas áreas centrais/comerciais da praça, os imigrantes continuavam a utilizar e a gostar da praça, e que, na sua perceção, as principais comunidades imigrantes a utilizar a mesma correspondiam às comunidades chinesa e hindu.

### **3.4.3 Análise das espacialidades na Praça do Martim Moniz - Ritmos, Práticas e Relações Sociais**

O presente capítulo, realizado a partir de pesquisa de terreno, corresponde a uma descrição e análise das principais dimensões relativas às espacialidades e ao espaço público da praça do Martim Moniz - em particular, ao nível dos grupos socioculturais presentes, das zonas, ritmos, práticas e relações diversas existentes na praça, das relações de poder e sua dimensão espacial a partir de uma perspetiva interseccional, dos espaços de consumo, e da influência da materialidade da praça na sua apropriação.

#### ***Grupos socioculturais presentes na praça***

A “distinção” feita entre os diferentes grupos presentes na praça não remete para qualquer essência e categoria fixa e discreta, homogénea e obviamente identificável, mas é antes o resultado de determinados “significados partilhados”, historicamente construídos e situados, e a forma como cada um os expressa de forma individual e colectiva e o observador os percebe e interpreta - percepção e interpretação essa que é sempre situada, falível e influenciada por relações de poder e significados partilhados -; tratando-se, assim, de categorias utilizadas de forma estratégica no presente trabalho. Os grupos sócio-culturais observados dizem respeito 1) aos imigrantes e “minorias étnicas” dos territórios envolventes à praça do Martim Moniz<sup>137</sup>; 2) pessoas

---

<sup>137</sup> Uma identificação feita quer através de características físicas como a “cor da pele”; pela “língua falada”; pelo uso e presença regular na praça, a qual indicia uma apropriação quotidiana, um espaço de sociabilidade que permite considerar que a sua residência é nas áreas envolventes da Mouraria/Intendente/Almirante Reis, as quais dizem respeito a áreas com imigrantes com características étnicas que correspondem às observadas na praça; bem como por anteriormente tais populações terem sido as principais utilizadoras da praça. É ainda de referir que por vezes se encontram, ainda que em menor número e proporção, minorias étnicas que não as geralmente associadas aos territórios envolventes à praça, mas de outros espaços da cidade/metrópole de Lisboa, e que dizem geralmente respeito a segundas e terceiras gerações de imigrantes dos denominados “PALOPs”.

socialmente/culturalmente conotadas como “brancas”, mas sem se tratarem de turistas, presumivelmente de nacionalidade portuguesa<sup>138</sup>; 3) turistas<sup>139</sup>; 4) jovens<sup>140</sup>.

### ***Zonas, Ritmos, Práticas e Relações na praça***

A “nova” praça do Martim Moniz apresenta, como é óbvio, diferentes espacialidades, ou seja, diferentes ritmos, diferentes zonas, diferentes práticas e relações, formas de acesso e apropriação, as quais são diferenciadas ao nível dos diferentes grupos socioculturais e relações de poder existentes. No entanto, e apesar das diferenças a serem assinaladas de seguida, importa realçar que não se tratam de diferenças estanques, mas, pelo contrário, existem fronteiras permeáveis e fluídas, variando, em particular, em relação com as diferentes zonas e ritmos da praça. São de destacar, a um nível mais estrutural, a sua divisão em três grandes zonas.

A **zona da parte sul** (área anterior ao monumento ao Martim Moniz) e **dos extremos da praça** (incluindo a parte norte, depois do repuxo norte) da praça, ocupados maioritariamente por homens “imigrantes e/ou pertencentes a minorias étnicas” dos territórios envolventes à praça.

---

<sup>138</sup> Uma identificação feita através da “cor da pele”; da “língua falada”; bem como pelo facto de a sua apropriação ser geralmente feita em dias de maior intensidade de utilização da praça, e nas áreas centrais da mesma. É ainda possível dizer que a grande maioria destas pessoas não habita os territórios envolventes à área, por várias razões: 1) tanto pelo historial de apropriação da praça do Martim Moniz, associada aos imigrantes; 2) o facto de, em termos demográficos, a população “não-imigrante” de tais territórios, em particular da Mouraria, ser geralmente uma população idosa, que não corresponde ao perfil de apropriação realizado na praça; 3) relacionado com o ponto anterior, o facto de tal grupo corresponder essencialmente a jovens, os quais apresentam uma possível identificação em termos de classe e estilos de vida próximos de um “*marginal gentrifier*”, obriga a que a correspondência feita esteja restrita a um grupo com menor expressão na Mouraria e aos territórios mais próximos.

<sup>139</sup> Uma identificação feita através do seu “tom e cor da pele”, geralmente mais pálido, provavelmente indicando uma proveniência do norte da Europa; pela “língua falada”; pelo uso recorrente de objetos como máquinas fotográficas, folhetos/guias turísticos, ou malas de viagens; pelo facto de, geralmente, se demorarem mais na observação da praça, com um “olhar mais pausado e curioso” em relação ao mobiliário urbano e aos quiosques da praça, muitas vezes acompanhado da prática fotográfica.

<sup>140</sup> Geralmente aparentando ter entre 20 e 35 anos; adotando um estilo mais “urbano e descontraído”, por vezes sentados em pequeno grupos, de forma mais informal, a conversar e/ou a beber. Esta trata-se de uma identificação que é transversal às categorias anteriores, ainda que com maior destaque por parte dos “brancos”, mas que apresenta a sua validade devido à particularidade das suas práticas - a qual tende a esbater algumas das fronteiras entre as categorias anteriormente referidas -, como pelo número e proporção de jovens encontrados na praça.

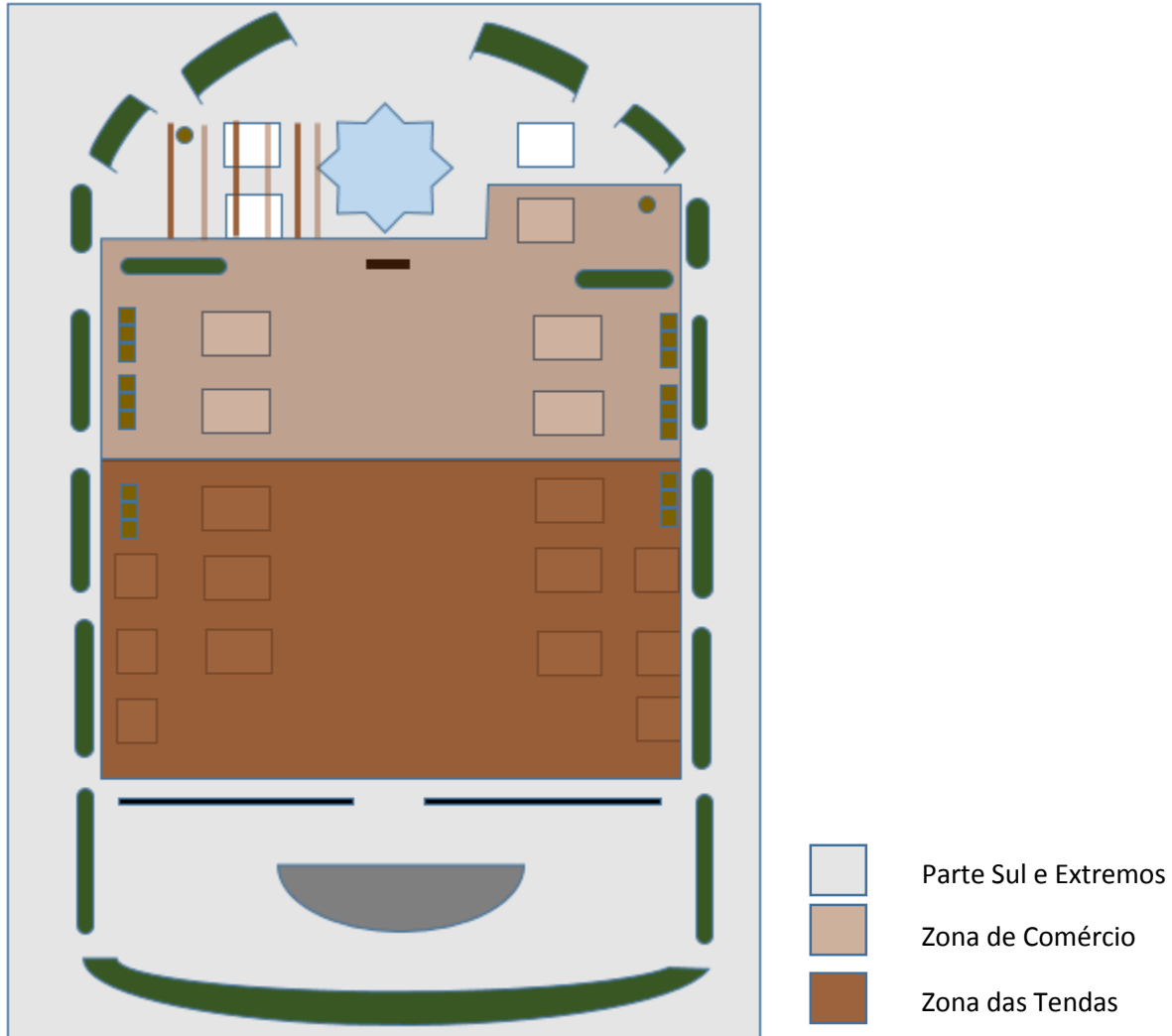
Nestas áreas é ainda notória a desigualdade de género, dado que é maioritariamente ocupada por homens, geralmente presentes em pequenos grupos ou sentados individualmente. Trata-se, ainda, tal como a zona das tendas em alguns momentos, de uma área de “apropriações” mais “livres e espontâneas”, com algumas práticas de skate, de bicicleta, ou de jogos de futebol ou cricket. Os turistas não costumam demorar-se muito nestas áreas, sendo que por vezes tiram fotos do monumento ao Martim Moniz quando chegam, assistem e tiram fotos dos imigrantes quando estes jogam cricket (demonstrando tratar-se de algo de diferente e que lhes interessa assistir), e, na parte norte, por vezes tiram fotos ao “galo” e sentam-se nos bancos de madeira aí existentes.

A **zona das tendas**, a qual remete para a área entre o monumento ao Martim Moniz e os quiosques, pode ser vista como uma zona de transição entre a parte sul da praça e a área dos quiosques, seja pela própria presença das estruturas similares às encontradas na área dos quiosques (tendas), seja por se tratar de uma zona de atravessamento, seja pelas atividades comerciais ou outras que por vezes aí ocorrem - como é o caso do mercado de fim-de-semana -, seja pelos grupos, práticas e relações que aí decorrem. Aquando da instalação de tendas para comércio (bastante diversificado, mas em parte ligada a artesanato, roupa e comida), bem como da ocorrência de outros eventos na praça com maior capacidade de atração de públicos, a zona das tendas tende a apresentar um padrão de apropriação que se aproxima do padrão sociocultural presente nos quiosques - ainda que com maior presença de “famílias”-, em particular na área mais próxima dos quiosques, na qual se observa mais intensamente a presença de “turistas” e “brancos portugueses”, enquanto a parte sul continua a ser mais ocupada por imigrantes. Quando a área se encontra “livre”, a apropriação é mais “informal” - ainda que alguma informalidade também se encontre nas outras situações, mesmo em dias com “eventos especiais. A apropriação tanto é feita de forma individual ou em pequenos grupos, vendo-se alguns “brancos portugueses” a passear os seus cães, pessoas a atravessar a praça, alguns imigrantes a praticar alguns jogos (badminton, futebol, cartas), algumas crianças/adolescentes a andar de bicicleta/skate/patins em linha, ou simplesmente a conversar e em convívio entre imigrantes e/ou membros de “minorias étnicas”, à semelhança do que por vezes ocorre nas “extremidades/margens da praça”. Os turistas, quando não se sentam nesta área ou simplesmente a atravessam, tendem a tirar bastantes fotos, em particular do “dragão” ou das obras de “street art”.

A **zona de comércio** (quiosques, esplanadas e relvado), a qual é mais “direcionada para as atividades de consumo e lazer programadas pela NCS”, é ocupada maioritariamente por jovens

## Intervenções Espacialidades e Relações de Poder

(em particular, na faixa 20-35), turistas, “brancos portugueses/não-turistas”, tratando-se de uma ocupação e uma proporção que se intensifica quando existem “eventos” a dinamizar a praça. Quando a utilização da praça é menor, geralmente em períodos da manhã ou de noite, é observável uma maior desigualdade ao nível de género; ainda que a menor intensidade de apropriação desta zona acabe por se traduzir num “acentuar” (tanto em termos absolutos como relativos) das desigualdades ao nível “étnico”, em particular nos momentos das manhãs e ao final da noite, quando existe menor número de pessoas na praça e um menor número de quiosques abertos. As apropriações, para além daquelas que tomam a praça como um espaço de atravessamento, geralmente são realizadas nas esplanadas ou no relvado - quando existente -, seja por pessoas sozinhas ou em pequenos grupos, e que remetem tanto para formas de sociabilidade e consumo - conversa entre amigos, relações entre casais, práticas de consumo dos diferentes produtos dos quiosques, ou, por vezes lendo jornais/revistas -, seja como espaço de trabalho - sendo observável pessoas a trabalhar nos seus PCs portáteis ou em cadernos/livros. Por vezes, em particular em momentos com menor público, os vendedores falam entre si (geralmente, com os vendedores mais próximos e do mesmo lado), ou com alguém, muitas vezes um conhecido, que lhes faz companhia e fica junto ao quiosque a conversar.



(Figura 3.5 - Esquema com as diferentes zonas presentes na praça do Martim Moniz. Elaboração própria.)

Relativamente aos **ritmos** da praça, é de referir que, apesar das diferenças entre as diferentes zonas, estas não deixam de se enquadrar e ser influenciadas pelos ritmos gerais da praça no seu todo. No entanto, é possível distinguir **2 grandes ritmos na praça**, os quais são: **1) os diários, e 2) cíclicos e/ou pontuais**. Relativamente aos ritmos diários, estes remetem para os ritmos da praça num “dia normal”. Em relação aos ritmos cíclicos e/ou pontuais, refiro-me, por um lado, à programação cíclica da NCS, a qual tende a apresentar uma programação em que parte das suas atividades tem um dia da semana específico que é ciclicamente repetido, como sejam as feiras que ocorrem geralmente ao sábado (como o KoolMarket Lx ou o Mercado de Fusão), o Open Air Cinema (todas as quartas-feiras, durante os meses de verão), ou o Out Jazz (todas as sextas e

sábados, também durante os meses de verão); em relação à programação de eventos pontuais, são de referir as atividades/eventos que podem ter a duração de algumas horas (concertos, Festival Holi, etc) ou alguns dias (Festival da Tradição, Feira de Natal, etc).

Em relação às dimensões diárias, irei ocupar-me de 4 períodos, os quais serão divididos pelo período da manhã, da hora de almoço, da tarde, e o da hora de jantar e noite. Estes períodos são ainda influenciados pelas diferentes zonas da praça, ainda que existem alguns pontos homogéneos em cada período.

**Ritmos diários da zona de comércio** (Anexos Y-AL) - Em relação ao **período da manhã**, é possível dizer que tende a verificar-se uma escassa apropriação, a partir da qual é difícil retirar padrões tendo em conta a inexistência de uma apropriação expressiva; desde logo, é de referir que se trata do período em que é maior, em termos relativos, a presença de imigrantes na área central da praça (esplanadas), ainda que também se encontrarem alguns “brancos portugueses” - muitas vezes a ler um jornal e a tomar um café, e geralmente sentados individualmente - e alguns “turistas”, talvez em maior número do que os “brancos portugueses”, muito provavelmente devido ao facto de os seus ritmos serem diferentes em momentos de viagem do que aqueles referentes aos “brancos portugueses”; os turistas tendem a demorar-se pouco, até pela menor oferta de quiosques; os quiosques abrem relativamente tarde e em momentos temporalmente espaçados - o quiosque chinês, o BBTMX, é geralmente o primeiro a abrir, por volta das 10h, sendo que os próximos a abrir tendem a ser já perto das 11h, e alguns só perto das 12h; tal facto pode ser tanto um reflexo da menor presença de públicos na praça a esta hora como uma consequência dessa mesma menor intensidade, tornando-se, assim, apenas “necessário e rentável” abrir o quiosque um pouco antes da hora de almoço, quando começam a surgir mais pessoas; ao avançar do final da manhã, com mais quiosques abertos, as esplanadas começam a encontrar-se mais ocupadas, ainda que, ao mesmo tempo, tal processo tenda a fazer com que a diferença de género se atenuasse mas a diferença étnica aumente, saindo os imigrantes e chegando os “brancos portugueses” e os turistas; durante este período, verificam-se ainda a presença de alguns funcionários a preparar o dia, seja através da arrumação das cadeiras nas esplanadas, da ligação do sistema de som da praça, ou outros trabalhos de manutenção e gestão da praça. Em relação à **hora de almoço**, a qual se poderia considerar como compreendida entre as 12h e as 14h30, é de assinalar que se registam algumas diferenças diárias, nas quais se podem encontrar dias em que os momentos de maior intensidade são entre as 12h e as 13h, e outros por volta das 14h; o consumo é maioritariamente feito por “brancos portugueses” e



## Intervenções Espacialidades e Relações de Poder

“turistas”, em geral jovens e em pequenos grupos; em relação à sua intensidade, e mesmo contando com variações diárias, é de assinalar que esta raramente atinge metade da capacidade de utilização da mesma, e em alguns dias é mesmo bastante reduzida. O período da **tarde**, também ele diferenciado em termos de intensidade de utilização consoante o dia, é desde logo influenciado pelos momentos seguintes ao final do almoço e antes da hora de jantar - nos quais se podem encontrar algumas pessoas ainda a almoçar ou a já a jantar, aumentando deste modo o número de pessoas presentes -, bem como possíveis momentos ao meio e final da tarde - em geral, por jovens, “brancos portugueses” e “turistas”, mas também alguns imigrantes e pessoas pertencentes a minorias étnicas que não necessariamente as presentes nos territórios envolvente, tratando-se de um momento onde se encontram situações de convívio em pequenos grupos, com pessoas conversando e/ou bebendo alguma coisa -; mas, de forma geral, ainda que estejam presentes mais do que de manhã, tende a tratar-se de um período em que a capacidade de utilização da esplanada não chega a ser atingida em metade. O período respetivo à hora de **jantar** e à **noite** tende a ser diferenciado, desde logo, pelos momentos entre as 19h30 e até às 21h, geralmente ocorrendo um aumento no número de pessoas presentes, e um contínuo declinar da sua ocupação à medida que a noite avança, acompanhada por um progressivo fecho dos quiosques, por vezes já com uma proporção significativa de quiosques fechados antes das 21h; em termos de percentagem de utilização, esta tende a ser bastante reduzida, no máximo a metade da sua capacidade de utilização, e muitas vezes quase residual, com tendência para uma perda progressiva após às 21h; a maioria dos seus utilizadores tendem a ser jovens, mais “brancos portugueses” do que “turistas”, ainda que com um pequeno aumento da ocupação por parte de imigrantes, em particular nos momentos mais tardios.



Figura 3.6 - *Emigrantes em maioria nos quiosques, de manhã, aquando dos quiosques fechados. Fotografia do autor.*

Figura 3.7 - *Hora de almoço. Esplanadas a metade. Fotografia do autor*

**Ritmos diários da zona da parte sul e dos extremos da praça** (Anexos AM - AW) - Em relação ao **período da manhã**, também nesta zona não é fácil encontrar um padrão espacial definido, ainda que a ocupação seja feita, geralmente, por parte de homens imigrantes, a maior parte das vezes sentados individualmente; em menor grau, também se notam alguns turistas, por vezes a tirar fotos, e outros transeuntes a atravessar a praça; a ocupação tende a ser escassa; por vezes, há turistas sentados nos bancos de madeira do lado norte da praça, sentados junto aos imigrantes, e por vezes tiram fotos ao galo. Em relação à hora de **almoço**, as apropriações nestes espaços são escassas e geralmente feitas de forma individual, em particular em períodos de calor, e praticamente exclusivas a homens imigrantes. No período da **tarde**, e em particular em dias de calor, a sua apropriação tende a ser reduzida, por poucos homens imigrantes, encontrando-se tal padrão tanto na parte sul, nos bancos da parte norte, e nas margens da praça; por vezes, há crianças - filhas/os de imigrantes, mas não só -, a andar de bicicleta ou patins, a jogar futebol ou cricket, a subir o monumento, ou a molhar-se junto aos repuxos. O período respetivo à hora de **jantar** e à **noite** tende a ser um período com escassa utilização, em particular no lado sul da praça, sendo que a sua apropriação é geralmente feita por homens imigrantes, a maior parte das vezes de forma individual e sentados; em particular na parte norte, junto aos bancos de madeira, encontram-se alguns imigrantes a conversar em pequenos grupos; por vezes, na parte sul, há quem ande de bicicleta ou skate, ou jogue cricket no caso de ainda existir luz natural.



Figura 3.8 - *Parte sul, com alguns imigrantes sentados, e alguns turistas. Fotografia do autor.*

Figura 3.9 - *Parte norte da praça, noite. Alguns imigrantes e alguns turistas. Fotografia do autor.*

**Ritmos diários da zona das tendas** (Anexos AY - BE) - Em relação ao **período da manhã**, também nesta zona não é fácil encontrar um padrão espacial definido, ainda que geralmente a ocupação seja feita por homens imigrantes; em menor grau, também se notam alguns turistas, por vezes a tirar fotos ao “dragão” ou à street art, e outras pessoas a atravessar a praça; também é menor a apropriação da praça neste período; de certa forma relacionado com esta menor intensidade de apropriação, esta zona, nesta altura, tende a ser palco de práticas mais livres, como seja andar de bicicleta, jogar futebol, ou simplesmente crianças a brincar de forma mais espontânea na praça. No período da hora de **almoço**, também aqui a apropriação não é grande, e é quase exclusiva a homens imigrantes; alguns turistas, ao passar, tiram fotos. No período da **tarde**, encontram-se maioritariamente homens imigrantes, em pequenos grupos - ainda que também existam, por vezes, alguns turistas e brancos portugueses, bem como mulheres, inclusive mulheres imigrantes; entre as práticas encontradas, é de referir aquelas desempenhadas por parte de crianças, como andar de bicicleta ou patins, jogar futebol, molhar os pés, ou brincar com o “dragão”, entre outras. O período respetivo à hora de **jantar** e à **noite** é geralmente um período com escassa utilização, geralmente com imigrantes homens sentados nos bancos, ou pequenos grupos em volta de alguma tenda, a conversar, ou, por vezes, a jogar algum jogo (cartas, badminton, futebol).



Figura 3.10 - <i>Zona das tendas, com poucas pessoas, durante a hora de almoço. Fotografia do autor.</i>	Figura 3.11 - <i>Zona das tendas com poucas pessoas, de noite. Fotografia do autor.</i>
--	---

Zona/Ritmo	Manhã	Hora de Almoço	Tarde	Hora de Jantar/ Noite
<b>Zona de Comércio</b>	Escassa apropriação; Maior presença, relativa, de imigrantes em relação aos outros períodos; Maior desigualdade de género neste período; Poucos clientes e práticas de consumo; Quiosques abrem tarde, e geralmente perto da hora de almoço;	Consumo geralmente feito por jovens, por “brancos portugueses” e “turistas”; Utilização pouca intensa, variando diariamente os períodos de maior utilização;	Maior utilização nos períodos posteriores à hora de almoço, e nos que antecedem o jantar; Em geral, é maioritariamente apropriada por jovens, “brancos portugueses” e “turistas”;	Um dos períodos com maior intensidade de utilização, até às 21h, sensivelmente, declinando a partir desse momento, o qual é acompanhado pelo progressivo fecho dos quiosques; Maioria de jovens, em geral “brancos portugueses”; Ligeiro aumento da presença de imigrantes;
<b>Zona da Parte Sul e Extremos</b>	Ocupação pouco intensa; Maioria de imigrantes, muitas vezes sentados individualmente;	Apropriações reduzidas; Ocupação geralmente feita de forma individual, por homens imigrantes;	Apropriação pouco intensa; Maioria de homens imigrantes; Observação de práticas, geralmente protagonizadas por crianças filhas de imigrantes,	Escassa utilização, em particular na parte sul; Geralmente realizada por homens imigrantes; Observam-se algumas práticas de convívio por

			como andar de bicicleta ou de patins, jogar futebol ou cricket, subir o monumento, molhar-se junto aos repuxos;	parte de imigrantes, sentados em pequenos grupos; Por vezes, na parte sul, observa-se alguém a andar de bicicleta ou skate, bem como a jogar cricket no caso de ainda haver luz;
<b>Zona das Tendas</b>	Escassa apropriação; Geralmente feita por imigrantes; Alguns turistas apropriam-se do espaço, e tiram fotos; Observam-se práticas recreativas diversas, geralmente por crianças filhas de imigrantes;	Escassa apropriação; Maioritariamente feita por imigrantes;	Escassa apropriação; Geralmente realizada por imigrantes, por vezes em pequenos grupos; Observam-se algumas práticas recreativas; A desigualdade de género diminui um pouco;	Escassa apropriação; Geralmente feita por imigrantes, por vezes em pequenos grupos;

(Quadro 3.1 - *Ritmos Diários na Praça do Martim Moniz. Elaboração própria.*)

Os ritmos **cíclicos** e **pontuais** apresentam semelhanças entre si, algo que permite considerá-los em conjunto. Desde logo, por dizerem respeito a situações de maior atração de pessoas à praça, em particular os “brancos portugueses”. Não se verificam diferenças significativas entre os diferentes períodos num mesmo dia - tal como em relação aos ritmos diários -, não só porque, geralmente, o período de tais eventos/atividades é o mesmo - final da tarde e/ou noite -, mas, também, porque ainda que tais períodos detenham alguma influência, a capacidade de atração relativa a estes eventos não é condicionada da mesma forma por tais períodos. No entanto, e apesar de forma diferente, estes ritmos também são influenciados pelos períodos temporais referidos, e, em alguns casos, poderão existir semelhanças em relação aos ritmos diários observados. Sendo



igualmente de assinalar que, quando tais eventos decorrem ao fim-de-semana (em particular ao sábado), o seu “grau de sucesso”, em particular ao nível da intensidade/número da apropriação, também tende a ser superior. Contudo, é de referir que a capacidade de atração de turistas é inferior à dos “brancos portugueses” nestas situações, dado que os turistas pautam as suas escolhas por outras lógicas e interesses, e não apenas por eventos de cariz mais cíclico e/ou pontual de uma praça. Estes eventos são ainda bastante influenciados por condições climatéricas, como o calor/sol ou a chuva, condicionando a apropriação da praça.

Nestes eventos, a **zona de comércio** (Anexos BF - BM) tendem a estar cheias (tanto nas esplanadas como no relvado, quando este se encontra colocado), e é ocupado quase que exclusivamente por “brancos portugueses” e “turistas”, em geral jovens. No entanto, o maior aumento proporcional nestes eventos parece ser mesmo o de brancos portugueses, bem como alguns “membros de minorias étnicas não habitantes da Mouraria”, os quais podem ser mais influenciados por esta lógica de programação cíclica/pontual da NCS do que os turistas. Nestas situações, encontram-se bastantes pessoas em pequenos grupos, aproveitando para comer algo, conversar e beber, nas esplanadas ou no relvado. Há bastantes pessoas sentados no relvado (em particular, quando há Out Jazz, o relvado tende a estar cheio; à exceção de dias de chuva), geralmente conversando ou simplesmente assistindo ao espetáculo. Por vezes, durante alguns concertos, há pessoas que dançam, em particular na parte junto ao palco/mesa de misturas, bem como no relvado. É notório que o fluxo e presença de pessoas vai aumentando conforme a hora dos eventos vai chegando, e que, pelo contrário, a presença de pessoas na praça diminui bastante no fim dos eventos - algo que, pelo menos em parte, faz questionar se a proporção de afluxo à praça não será maior do que a proporção do aumento do consumo nos quiosques. Mesmo em alguns eventos que ocorrem à noite (como as sessões de cinema), as quais são capazes de trazer 30-40 pessoas (contando apenas as sentadas nas cadeiras, no relvado), também aqui nem sempre tal se reverte, pelo menos em proporção, num aumento do consumo. O facto de existirem eventos/atividades à noite (concertos, cinema), faz com que mais pessoas se mantenham na praça durante mais tempo, seja para assistir ao espetáculo, seja pela “vitalidade” e “sensação de segurança” que tais eventos conferem à praça. No entanto, se esses eventos terminam antes da hora do jantar, a tendência é para que este momento também tenha uma apropriação menor, e que se aproxime do padrão dos restantes dias - nestes casos, também os quiosques, e algumas tendas dedicadas a comércio existentes em tais alturas, tendem a fechar mais cedo.



Figura 3.12 - *Público de um Out Jazz de sábado, com o relvado cheio. Fotografia do autor.*



Figura 3.13 - *Quiosques quase cheios numa sexta-feira, dia de Out Jazz. Maioritariamente “brancos portugueses”. Fotografia do autor.*

Em relação à zona das **tendas** (Anexos BN - BS), uma grande diferença ocorre, desde logo, quando esta se encontra ocupada pelas feiras ou por atividades afetas a determinados eventos, sendo que aí a apropriação da mesma é completamente diferente, muito mais intensa e ligada a uma dimensão comercial, e geralmente realizada por turistas e “brancos portugueses”. Em dias de tais eventos, é de notar a diferença entre a área mais próxima dos quiosques, mais ocupada por brancos portugueses e turistas, e área mais próxima dos repuxos, a qual se encontra mais ocupada por homens imigrantes e é palco de práticas mais livres, em geral por parte de crianças. Sendo que, quando tal ocupação não ocorre, e mesmo em dias de eventos especiais, essa zona tende a ter um menor apropriação - ainda que geralmente superior aos ritmos diários -, e quase que exclusivamente feita por homens imigrantes, de uma forma bastante semelhante à identificada aquando de ritmos diários. As diferenças de género ao nível espacial existem neste local, em particular à noite, com uma menor apropriação por parte de mulheres - ainda que também se encontrem mulheres imigrantes, geralmente em pequenos grupos. A zona das tendas, em particular na sua parte sul, também tende, contudo, a ser mais utilizada por crianças, em particular quando esses eventos são à tarde, para jogar futebol, andar de bicicleta, de patins em linha, ou de karts quando se encontra disponível o aluguer.

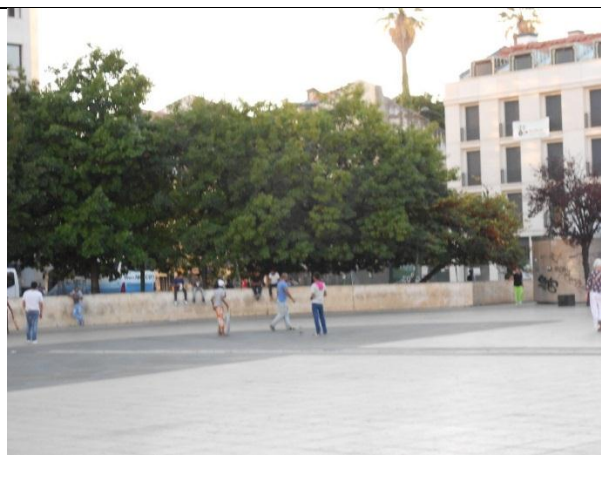


Figura 3.14 - Crianças, filhas de imigrantes, a jogar futebol, num dia de Out Jazz. Fotografia do autor.



Figura 3.15 - Zona das tendas em dia de Out Jazz e Feira. Dia de chuva, com menor apropriação. Alguns imigrantes sentados, e algumas pessoas a atravessar a praça. Fotografia do autor.

A zona da **parte sul** e dos **extremos** (BT-BW), tende, contudo, a continuar a ser maioritariamente ocupada por imigrantes. Na parte sul, é normal ver-se alguns imigrantes a jogar futebol ou cricket, ou alguém a andar de bicicleta ou skate. Encontram-se igualmente várias pessoas sentadas, em particular imigrantes. Na parte norte, encontram-se vários imigrantes, mais do que noutros dias, sentados nos bancos, em geral a conversar entre si. Por vezes, nestes bancos, e em particular em dias de maior intensidade de ocupação da praça, para além de se encontrarem imigrantes sentados nos bancos, também se encontram alguns turistas e “brancos portugueses”.





<p>Figura 3.16 - <i>Pessoas sentadas na margem da parte sul, em dia de Out Jazz. Fotografia do autor.</i></p>	<p>Figura 3.17 - <i>Imigrantes a jogar cricket, numa sexta-feira, dia de Out Jazz. Fotografia do autor.</i></p>
---	---

<b>Zona/Ritmo</b>	<b>Ritmos cíclicos e pontuais</b>
<b>Zona de Comércio</b>	<p>Apropriação intensa, bastante influenciada pelos eventos programados; Esplanadas cheias e o relvado cheio quando colocado, em particular em dias de concertos; Maioria de “brancos portugueses”; Jovens, em pequenos grupos;</p>
<b>Zona da parte Sul e Extremos</b>	<p>Apropriação é menos intensa do que as outras duas zonas, ainda que geralmente superior aos ritmos diários; A apropriação continua a ser realizada maioritariamente por imigrantes; As práticas tendem a ser a conversa em pequenos grupos, ou a prática de algum jogo, como o cricket;</p>
<b>Zona das Tendras</b>	<p>Ocupação influenciada pelos dias em que ocorre a feira semanal neste espaço; Quando existe feira, a apropriação é mais intensa, ainda que tal tenda a traduzir-se numa menor presença de imigrantes; Espaço onde se observam práticas mais “livres” e recreativas do que aquelas encontradas na zona de comércio, em particular na área mais a sul;</p>

(Quadro 3.2 - *Ritmos Cíclicos e Pontuais na Praça do Martim Moniz. Elaboração própria.*)

Por último, e de forma mais geral relativamente à praça, é observável uma capacidade de atração e de mobilidade no quadro da cidade/metrópole de Lisboa - em particular, de jovens “brancos portugueses” que vivem em locais da cidade de Lisboa afastados da praça, mas também o de outras pessoas pertencentes a grupos étnicos, referentes a grupos que não os que geralmente associados aos territórios envolventes. Além disso, a praça é igualmente utilizada como espaço de atravessamento - seja por parte de quem simplesmente pretende encurtar o seu trajeto; seja por quem passar com curiosidade pela praça mas nela não se demora; ou por alguns comerciantes da

área que utilizam a praça como forma de ligação, em particular, entre os centros comerciais Mouraria e Martim Moniz.

*Análise interseccional - Relações de poder e diferença espacial em termos de (Género, Etnia, Idade, Classe) na praça*

Ao nível das relações de poder e do seu reflexo na apropriação da praça ao nível dos diferentes grupos socioculturais, é de salientar o caso dos imigrantes. De forma sintética, foi observado que a sua presença, pelo menos em termos relativos, tende a ser menor nas áreas “centrais da praça” (quiosques), e quando a intensidade de apropriação da mesma aumenta, em particular no caso de eventos/atividades programadas. Não se trata simplesmente de uma relação aritmética e linear, em que, face a uma preponderância no total de efetivos, a proporção de imigrantes seria menor. Aceitar tal justificação seria aceitar uma explicação necessariamente redutora, a qual não consideraria o contexto e as relações de poder em presença. Desde logo, o facto de, anteriormente, a praça ser maioritariamente ocupada por imigrantes; o facto de existirem relações de poder desiguais e discriminação na sociedade, de âmbito mais geral e estrutural, com base numa dimensão étnica; ou o facto de o acesso a tais espaços, seja por uma questão económica seja por outras, ser mais facilmente negado a imigrantes. Trata-se de algo que, para além de parecer contraditório em relação ao discurso da multiculturalidade e da fusão, parece revelar uma dificuldade na integração de tais comunidades no projeto. No entanto, e tal como já referido anteriormente, é necessário referir que, ainda que em menor número e proporção, os imigrantes e membros de minorias étnicas também se encontram presentes na área dos quiosques. Na praça, apesar de serem notórios determinados padrões e tendências, não existem zonas estanques e homogêneas, mas antes fronteiras fluídas e em constante negociação e conflito.

Ainda sobre as relações interétnicas presentes na praça, e para além das desigualdades já referidas, é de salientar que estas caracterizam-se pela “não-relação”. Do observado, tanto ao nível das diferenças entre zonas, bem como das diversas relações interpessoais existentes, verifica-se que, apesar da presença de diferentes etnias na mesma praça, tal não se traduz numa interação capaz de estabelecer novas práticas e significados culturais, em particular que tivessem em consideração às desigualdades ao nível das relações de poder existentes. Recuperando a problematização de Ash Amin, não existem interações capazes de permitir uma reconfiguração das relações interétnicas existentes, dado que tais espaços não parecem corresponder à existência de espaços quotidianos de

negociação das diferenças que tenham em consideração as desigualdades de relações de poder existentes.

No entanto, é de salientar que a praça continua a ser um espaço de sociabilidade por parte de imigrantes e membros de minorias étnicas. É um espaço procurado por imigrantes para passar algum tempo, para conviver em grupo entre si, também para observar alguns dos espetáculos e eventos oferecidos, um espaço onde praticam jogos como o futebol ou cricket, bem como um espaço para alguns rituais religiosos, entre outras atividades e eventos. Em particular, os jogos de cricket são capazes de trazer, de forma regular, bastantes imigrantes à praça, existindo situações em que se encontram sensivelmente 10-15 pessoas a jogar, e entre 15-30 a assistir. Trata-se, acima de tudo, de indivíduos das comunidades do Bangladesh e Paquistão, com idades entre os 15 e os 35 anos. Quanto são protagonizadas por um número elevado de pessoas, geralmente em dias de fim-de-semana ou em alguns finais de tarde, podem quase que ser consideradas como um ponto importante de sociabilidade de tais comunidades. No entanto, tal não obriga a esquecer que tal ocorre num espaço circunscrito e nas margens da praça<sup>141</sup> (espaço sul da praça), e que geralmente são atividades restritas a homens.

Em relação à dimensão de género, é de referir que tende a existir um processo em sentido inverso ao referido na questão étnica. A presença de mulheres tende a ser menor nos momentos de menor intensidade de utilização da praça, em particular durante o período noturno, e é também menor nas zonas das tendas e da parte sul, norte e extremos da praça. Esta dinâmica poderá dever-se à existência de menores “sentimentos/sensações de segurança” quando a utilização da praça é menor, a qual pode estar ligado ao receio de assédio, ou a “normas culturais” ligadas a papéis de género. No entanto, e até de um ponto de vista de uma análise interseccional, é de salientar a ligação entre a dimensão de género e etnia, e que remete, em particular, para as continuidades e diferenças entre as mulheres imigrantes e não-imigrantes. As mulheres imigrantes encontram-se em menor presença na praça, tanto em termos absolutos como relativos, em relação quer aos homens imigrantes, quer às mulheres não-imigrantes. As mulheres imigrantes também tendem a ter a sua

---

<sup>141</sup> Há, no entanto, de ter cuidado com o uso da expressão “margens” neste caso, bem como a consideração dos quiosques como “área central” - a não ser que tal designação esteja restrita a uma geometria meramente cartesiana. Isto porque a “margem” e o “centro” dependem da posição de cada um e dos diferentes significados atribuídos - para os imigrantes, o “seu” centro pode ser a parte sul da praça. Contudo, importa considerar discutir se tal “centro” surge a partir de uma escolha livre, ou se, pelo contrário, trata-se do “único centro” a que podem aspirar.

presença circunscrita à zona das tendas, encontram-se quase sempre em grupos exclusivamente femininos, e é raro observar a sua presença isolada na praça - uma prática comum em homens imigrantes. A ausência das mulheres não-imigrantes das zonas das tendas, sul, norte e extremos da praça, pode ainda relacionar-se com o facto de se tratar de uma área onde as práticas e normas são menos “reguladas”, em que geralmente se encontram menos pessoas, a qual é maioritariamente ocupada por imigrantes, e que, como tal, pode ser percecionada como “menos segura” - algo que, a confirmar-se, pode revelar, em parte, a presença de “preconceitos” em relação aos imigrantes. A questão da divisão de género observada liga-se igualmente à dicotomia público-privado, na qual o espaço e esfera pública é, tradicionalmente, vista como exclusiva dos homens, relegando as mulheres para o espaço privado. Esta questão é particularmente notória no caso das mulheres imigrantes, ainda que seja de salientar que, do observado, esta desigualdade pareça atenuar-se nas gerações mais jovens, em particular ao nível das crianças. Nota-se, assim, uma desigualdade de género, a qual, até pela adoção de um ponto de vista interseccional, implica igualmente a consideração das dimensões de classe e etnia - as quais devem ser vistas sem qualquer essencialismo nem adotar visões de um progresso linear a partir de um ponto de vista eurocêntrico, mas considerando a sua dimensão social, cultural e historicamente construída.

É ainda de referir que, tal como já referido, a securitização e privatização da praça verifica-se não só devido à presença de câmaras de vigilância, mas, também, a outros processos e formas mais subtis. Desde logo, há tanto a “exclusão pelo consumo”, particularmente associada a uma dimensão de classe mas também a possíveis práticas e dimensões simbólicas que possam remeter para relações sociais e culturais mais gerais, relacionados com o facto de o espaço público ser um “espaço do visível” regulado por um “direito de olhar” (Castro, 2002), ou o policiamento que ocorre na praça, em particular nos dias de principais eventos. No entanto, até porque o poder de regular as práticas e relações da praça não é total nem centralizada, esta continua a ser palco de práticas espontâneas e não diretamente relacionadas com a dimensão comercial mais associada à intervenção da NCS, bem como, ainda que se possa considerar em menor grau, a praça continua a ser palco de práticas ilícitas, como o tráfico de droga<sup>142</sup>. O facto de esta prática continuar a existir

---

<sup>142</sup> Trata-se de uma avaliação sempre difícil de fazer, dado não existir uma comparação dos dois momentos a partir de critérios semelhantes, sendo que atualmente até poderá ocorrer o inverso, como a atual insistência em políticas e programas locais relacionados com o tema da droga e toxicodependência parece sugerir. Além disso, na apresentação de Isabel Raposo, esta acaba por referir que o tráfico e consumo continuam a existir

revela não só as dificuldades de controlo da praça, mas também uma evidência que vai em encontro aos discursos da sua eliminação da praça quando comparada como período anterior, levando a questionar se muitos dos discursos e representações anteriores não se devem pela construção de uma dicotomia com o passado (colocando no passado as dimensões “negativas”, e salientando um “presente” em que estas são resolvidas e é atingida uma situação “positiva”); bem como a questionar as lógicas e os sentidos da associação que ocorria anteriormente, a um nível mais geral da praça, entre determinados fenómenos, lugares e grupos; bem como a atual associação da praça a uma maior “vida e animação” e a uma ocupação mais “diversa/diferenciada” da mesma por parte de grupos (“brancos, turistas”), grupos que não os diretamente/automaticamente associadas a “grupos/classes perigosas” - ou seja, algo que remete quer para o papel dos discursos e do imaginário, quer para o papel da experiência concreta e pessoal de apropriação da praça do Martim Moniz por parte de outras pessoas que até então não a apropriavam regularmente.

### *Consumo*

Relativamente aos espaços de consumo, é de salientar uma diferença entre os quiosques do lado norte da praça e os restantes (na área central), dado que os últimos tendem a ter uma maior procura e a ter a área das esplanadas mais cheia. Tal deve-se tanto a uma maior proximidade ao palco/mesa de eventos, por se tratar de um espaço onde existe uma maior oferta de quiosques, entre outros fatores. Esta diferença é particularmente visível em relação ao quiosque mais distante, atualmente o “Dogtails”, que tende a ser um dos que apresenta menor procura. Nos momentos de feiras na zona das tendas, estas, apesar de serem bastante visitadas, apresentam uma prática de consumo pouco intensa.

Ao nível da relação entre os clientes e os vendedores, a qual é sempre de difícil análise, a observação feita parece indicar de que se trata de uma relação de carácter bastante instrumental, quase que reduzida à compra dos produtos, sem grande relação e duração para lá da troca comercial. As práticas de consumo assemelham-se, de facto, às de um “centro comercial”, tal como vaticinava José Filipe Rebelo Pinto da NCS, muitas vezes feita de forma individualizada ou em pequenos grupos. Por vezes, também se assiste a uma ocupação de tempos livres, em particular em alguns

---

na praça, e que estão a aumentar (Rádio Zero, 2013, pp. (0:37:03 - 0:37:12)). António Guterres também refere o aumento do tráfico e consumo de droga (Guterres, 2014).

períodos pós-laborais e de fim-de-semana, aproveitados por várias pessoas, segundo uma lógica de “democratização do consumo”.

No entanto, a não ser que se acredite numa decisão meramente utilitária e racional por parte dos agentes económicos (neste caso, o “consumidor”), existem tanto dimensões culturais e simbólicas como relações de poder a serem analisadas e exploradas, em relação às quais não foi possível dar resposta no presente trabalho. Contudo, existem algumas pistas que podem ser lançadas para futuros trabalhos. Desde logo, é de salientar que parece existir uma tendência de maior procura dos quiosques relacionados com produtos “étnicos”. Além de é possível observar situações em que as práticas de consumo se devem a uma identificação cultural com o produto/serviço a ser consumido, como é o caso de turistas e imigrantes que vão consumir a quiosques afetos à “sua cultura”. Trata-se de algo que, em parte remete, para 2 perfis principais de consumidores em tais situações, tais como identificados por Sofia Santos a partir de Anne Raulin, e que se tratam de: 1) uma dimensão possivelmente mais individualista e cosmopolita, ligada a um certo distanciamento e exterioridade em relação a “outras culturas”, ou 2) uma dimensão mais revivalista, protagonizada por pessoas com alguma proximidade às mesmas<sup>143</sup> (Santos, 2008, p. 135). Também por esta observação, existem relações de poder a ser consideradas. Desde logo, no caso de tais práticas de consumo remeterem para tal distância e exterioridade, existe um risco de procura e reificação de um certo “exotismo”, o qual permite a reprodução acrítica de determinados estereótipos e convenções sobre determinadas “culturas”. Por outro, o revivalismo também apresenta dimensões a considerar, e que vão desde a possibilidade de essencialização cultural, até ao facto de poderem ser um sinal da dificuldade de existência de relações entre diferentes culturas.

---

<sup>143</sup> “A inscrição dos imigrantes na cultura urbana contemporânea faz-se também no âmbito da produção e do consumo de bens imateriais que aparece no domínio da actividade simbólica. Anne Raulin (2000) diz-nos que o étnico se tornou quotidiano nos contextos metropolitanos actuais. Neste sentido, a oferta faz-se corresponder a uma procura, na qual a autora destaca dois grupos cujas motivações e expressões de consumo são distintas. Por um lado, refere os “cosmopolitas” e respectivos consumos “sofisticados”, que parecem querer beneficiar de uma certa exterioridade relativamente à cultura dos outros, cultivando a sua liberdade e o seu individualismo. Por outro lado, sugere o advento do “revivalismo étnico”, que parece surgir de uma reactivação da etnicidade da parte dos descendentes de imigrantes, que o fazem numa dialéctica de familiaridade e distanciamento (Raulin, 2000).” (Santos, 2008, p. 135).

### ***Materialidade e Apropriação***

Relativamente a este ponto, é desde longo interessante considerar a relação entre o contexto e materialidade na definição e possibilidade de ocorrência de diferentes práticas e relações. Para além de as apropriações mais “informais/espontâneas” tenderem a ser mais frequentes quando a praça é menos ocupada e ocorrem menores formas de “controlo social”, é ainda possível identificar as diferenças existentes entre 1) a parte mais comercial da praça, na qual existem maiores normas e regras (desde o facto de a utilização das esplanadas se encontrar condicionada ao consumo, de existir uma distanciação/separação entre clientes nas várias mesas, e do facto de estes se encontrarem maioritariamente sentados), ainda que nesta área também se encontram práticas e relações não restritas a esta dimensão comercial (estar com amigos, ouvir música, etc); 2) alguns espaços “mais abertos”, como os encontrados na parte sul e na área das tendas, onde se encontram mais atividades/práticas “espontâneas” e maiores interações não-planeadas entre pessoas de diferentes grupos socioculturais; 3) a existência de determinados eventos, e a presença de maiores pessoas na praça associadas ao mesmo, permite com que as formas de apropriação sejam mais diversas, ainda que potencialmente conflitantes e segregadas entre si, bem como permite uma maior duração ao nível de uma utilização mais intensa da praça 4) ou a influência que determinadas características físicas apresentam na promoção de práticas e relações mais espontâneas, como é o caso da street art (na qual muitos se demoram, tiram fotos em conjunto, ou jogam futebol), ou a simples presença de um “relvado artificial” na área dos quiosques, o qual não é apenas algo que remete para os jardins do Out Jazz, mas é igualmente um espaço onde as pessoas se sentam de forma espontânea e natural, e onde algumas pessoas se deitam e dançam. Além disso, é de considerar a forma como algumas das materialidades existentes na praça permitem a criação de divisões que não são meramente físicas, como seja o monumento ao Martim Moniz ou as tendas, e, assim, contribuam para a criação de diferentes “zonas”, com “ambientes sensoriais” e campos de visão diferentes entre si - por exemplo, o facto de quem está nos quiosques poder ter como foco o consumo, a música, a “dança” e/ou outros espetáculos; quem se encontra nas tendas, se não conversa em pequenos grupos, repara nas pessoas que passam, nos turistas a tirar fotos, nas crianças a brincar, nas pessoas sentadas individualmente.

## **3.5 Resumo da Análise**

Na página de Facebook da NCS, foi recentemente publicada (NCS, 2014a) uma resposta a um artigo de Rita Aguiar Rodrigues sobre a praça do Martim Moniz e a intervenção recente (Rodrigues, 2014), a qual permite uma primeira análise geral aos diversos temas a debater, tanto devido aos diversos temas abordados, como pelo facto de tal resposta revelar a importância conferida da NCS à imagem e representações relativas ao projeto.

Da resposta da NCS, transparece a ideia de que esta considera que, para o trabalho de manutenção e/ou inclusão das práticas anteriormente existentes na praça e das comunidades imigrantes protagonistas das mesmas, seria apenas necessária a realização de determinadas festividades e eventos com temática multicultural, uma relação institucional com embaixadas e/ou organizações (as quais têm pouco trabalho de terreno e poucas ligações diretas com essas comunidades imigrantes), ou a integração de algumas pessoas e atividades no projeto, mesmo que depois a sua manutenção não tenha sido assegurada<sup>144</sup>. Ora, essa consideração não deixa de apresentar os seus limites, desde logo por considerar que a inclusão das comunidades imigrantes no projeto encontra-se concluída e tomado como algo de evidente, sem considerar estruturas e relações de poder mais vastas (ligadas às desiguais relações de poder, sejam elas as relações étnicas na sua própria especificidade, sejam as diferenças de poder de compra), ou a consideração daquilo

---

<sup>144</sup> “(...) a NCS teve como preocupação criar condições para a manutenção de práticas que já existiam no espaço, nomeadamente festividades culturais ou religiosas. Exemplo disso são os eventos que acolhemos, promovemos e divulgámos e que asseguram a continuidade de muitas celebrações.” “(...) para além das celebrações das efemérides religiosas e culturais das comunidades imigrantes já enunciadas, há outros eventos que ampliam e diversificam a matriz da diversidade ecléctica da “Praça de encontro dos povos”, e que são de carácter GRATUITO e regular (...)” “Efectivamente foram contactadas mais de 60 associações e embaixadas de forma a envolvê-los na dinamização cultural da Praça e na dinâmica comercial do mercado. Também foram contactados alguns comerciantes do Centro Comercial da Mouraria, e várias lojas da Mouraria. O resultado foi surpreendente: no início do projecto contámos com várias participações de associações (constituídas maioritariamente por comunidades imigrantes), que vendiam os seus produtos alimentares típicos e regionais no mercado, bem como um grande número de comerciantes da envolvente e do CC da Mouraria (Mercearia Indiana e a Loja de Produtos Africanos). Contudo, a Lei inibiu a continuação destas “parcerias”: aos valores diários pagos obrigatoriamente à CML pela ocupação do espaço de feira, às regras impostas pela ASAE para a comercialização de produtos alimentares, somam-se ainda as inúmeras exigências imposta pelas Finanças através da obrigatoriedade de posse do Cartão de Feirante pelos comerciantes. Todas estas exigências inviabilizaram a sua permanência. Assim, a NCS viu-se forçada, de forma a não abandonar a realização do Mercado, a estabelecer uma parceria com uma entidade cujo único objecto é a realização de feiras.” (NCS, 2014a)



que é a experiência dos imigrantes na praça no seu quotidiano (quais os espaços ocupados, quais os ritmos, quais as práticas, quais as relações, em particular ao nível das relações interculturais, entre outros aspetos), nem, por outro lado, se se torna necessário um questionamento relativo à possibilidade de os eventos e atividades programadas pela NCS corresponderem, ou não, aos gostos, interesses e possibilidades de tais comunidades.

Relativamente à dimensão comercial da intervenção e à utilização de significados étnicos/culturais como estratégia de diferenciação, é, desde logo, de salientar a necessidade de a diretora da NCS realizar uma defesa da “iniciativa privada”. No entanto, e como refere António Guterres, esta é feita sem considerar que a iniciativa privada também era realizada por parte de outros agentes económicos, neste caso imigrantes, que anteriormente exploravam comercialmente alguns dos quiosques presentes na praça<sup>145</sup> - sendo, para este nível, outra a discussão relativa às suas práticas e estratégias comerciais, as quais não deixam de implicar um questionamento mais geral do futuro do espaço público em questão e da sua relação com outros territórios. Além disso, não é realizada uma problematização das questões inerentes ao facto de uma empresa privada explorar um espaço público - isto é, não só se a empresa apresenta a capacidade e competência a um nível meramente técnico para tal exploração comercial, mas, principalmente, se esta apresenta legitimidade política e democrática para tal exercício de gestão, uma gestão que possa garantir a condição de espaço público da praça.

Relativamente à dimensão processual do projeto e ao “antes e depois” da praça, é de salientar a forma como a argumentação passa para o passado o que de negativo e de problemático possa existir como associado ao Martim Moniz, e o que de positivo e de sucesso existe para o presente e para a intervenção da NCS, adotando uma clara lógica dicotómica e de categorização de diferentes tempos e grupos sociais. Isto é, e ficando-nos pelos exemplos invocados na publicação da NCS - e mesmo concordando com o facto de serem de evitar ideias românticas relativas ao passado da praça e a um sentimento de harmonia ligada à comunidade -, há desde logo de considerar que as práticas de tráfico e consumo de droga não são exclusivas do passado e continuam a existir, e de salientar que as ações de grupos de extrema-direita também não ficaram circunscritas ao passado (mas também ocorreram recentemente, no dia 27 de Setembro de 2014, já com a gestão da NCS).

---

<sup>145</sup> (Guterres, 2014)

Por último, e de forma relacionada com o ponto anterior, importa questionar quem é a “população autóctone” referida na resposta da NCS, a qual teria críticas em relação ao passado da praça. Será que nessa designação de “autóctone” também são incluídas as comunidades imigrantes que, há décadas, vivem e trabalham na área? As comunidades imigrantes que se apropriam do espaço público? E, no caso de as críticas surgirem de outros grupos que não os “autóctones” - adotando de forma estratégica a designação -, como poderiam ser os referidos imigrantes, será que a pertinência e legitimidade de tais críticas se manteria? Isto é, esta questão liga-se a outra mais vasta, que diz respeito a formas de visibilidade e a quem tem direito à cidade, ao espaço público, à cidadania, à palavra. Além de que, se são consideradas como pertinentes as críticas da “população autóctone” em relação ao passado da praça, importa questionar se a crítica pode ser realizada tomando um dado grupo de forma discreta e homogênea - como se não existissem opiniões e interesses diferentes no seu interior -, e, acima de tudo, se tal questionamento, que é sempre pertinente e diz respeito ao questionamento geral da cidade e do espaço público, não pode ser igualmente realizado na atualidade por parte das populações “não-autóctones”, com a mesma legitimidade e pertinência.

Desta primeira análise, aproveitando um episódio recente para uma primeiro resumo e análise geral, importa, contudo, salientar que a resposta da NCS necessita de ser considerada naquilo que são os seus próprios objetivos, e que neste caso dizem respeito a defesa do projeto que a direção do mesmo considerou necessária realizar. Sendo assim, muitas das questões aqui levantadas em relação a tal discurso correm o risco de procurar aquilo que a resposta da NCS não pretende oferecer. No entanto, e como se pretende demonstrar nas páginas seguintes, em particular no capítulo referente à conclusão, as questões levantadas não deixam de apresentar a sua pertinência a diversos níveis - nem que seja por aquilo que, não apresentado, se encontra “invisível/ausente” e que não deixa de estruturar determinados pressupostos, discursos e práticas.

Contudo, e antes da conclusão final da dissertação, é útil procurar um primeiro resumo sistematizado da análise realizada, em particular ao nível das dimensões centrais da mesma, que dizem respeito às transformações observadas ao nível das representações e das espacialidades.

Em primeiro lugar, relativamente às transformações das representações, é de salientar que o observado vai ao encontro do demonstrado por Simone Tulumello e Giacomo Ferro, os quais demonstram como as imagens/representações sobre a praça do Martim Moniz alteraram-se após a intervenção da NCS, de uma representação que era essencialmente negativa e ligada à

marginalidade e violência, para uma outra positiva, onde se salientavam as imagens de dinamismo e diversidade, em particular ao nível cultural - ainda que o surgimento do último tipo de representações não levou necessariamente ao apagamento das anteriores, mas antes ao conflito entre diferentes representações da praça que ainda perduram, mesmo que com diferentes intensidades, no que à hegemonia em termos de representação da praça diz respeito (Tulumello & Ferro, 2013).

As intervenções imateriais e discursivas consideradas não deixam de corresponder a uma intervenção "performativa" sobre o território, com efeitos "reais" neste. Importa não esquecer que as formas e conteúdos representados apresentam um efeito que não se restringe à alteração das representações e imagens da praça, mas sim que estas alterações não deixam de ter um efeito performativo, relacionando-se com uma diferenciação e categorização com diversos efeitos na apropriação da praça, e que implica dimensões sociais, espaciais e temporais - de diferentes tempos e grupos socioculturais associados à praça (o anterior espaço marginal era aquele que era maioritariamente ocupado por imigrantes e pessoas ligadas a atividades ilícitas/ilegais; e o atual espaço é renovado e devolvido à cidade e apresenta "vida", ocupado por novos públicos), e com os diferentes processos sócio-espaciais verificados na praça (ao nível do seu condicionamento, ou da sua possibilidade), ou com a própria legitimação da intervenção no sentido em que a esta é associada a "devolução do espaço à cidade" ou a gestão de um espaço que agora tem "vida". Nestes discursos, para além de serem tomados como homogéneos determinados grupos (em particular, os imigrantes), não existe uma problematização relativa a que cidade anterior seria essa, mas é tomada como algo de evidente e de forma homogénea - geralmente num sentido negativo -, e, em particular, não exista a problematização de que cidade é essa que agora se "descobre e devolve", como "surgiu" e para quem. Dá-se, desta forma, uma separação entre um passado em relação ao qual são apresentadas conotações negativas, e um presente que é apresentado como "reabilitado" de tais dimensões e devolvido à cidade. Sendo que esta separação não deixa de se relacionar, como já referido, com a separação entre os diferentes grupos associados aos diferentes momentos, o que influencia não só o que é imaginado, como aquilo que é conotado como "possível" no presente - desde logo, ao nível de a quem passa a ser associada a praça e a quem tem direito a ocupá-la, a quem é ou não sujeito de direito dessa cidade à qual a praça é devolvida. Em particular, relaciona-se com o questionamento se, na atual praça, existe espaço e visibilidade para significados e

apropriações por parte de comunidades imigrantes, em que estas se vejam a si mesmas e detenham um papel preponderante enquanto sujeitos ativos na vivência e construção de tais espaços.

Tratam-se de discursos que, de forma geral, se relacionam com os identificados por Monica Degen, também em relação a casos concretos de intervenção no espaço público - identificando a autora, em relação ao primeiro caso (Castlefield, Manchester), que este era tomado como uma “terra virgem e selvagem” que “necessitava de ser domesticada” e “civilizada”, “tornada visível” e ressignificada de forma a ser posteriormente “acessível e alvo de uso público”, numa lógica que a autora denomina de colonialista e que posteriormente associa, num segundo caso (Raval, Barcelona), a uma “metáfora masculina de conquista”, a qual pressupõe uma categorização e hierarquização social dos novos utilizadores desse espaço público, novos utilizadores esses que teriam a função de “civilizar e introduzir na população anterior novas práticas e valores”, e que correspondeu a um processo que implicou uma alteração funcional, social e económica da área (Degen, 2003, pp. 872-873).

Relativamente à análise das transformações das espacialidades da praça do Martim Moniz, é desde logo de salientar que esta tem, como principal limitação, os limites de uma análise diacrónica que é feita a partir de diferentes bases de comparação, dado que o passado da praça foi essencialmente analisado a partir de informação indireta, e apenas o presente a partir de uma recolha de dados direta. Além disso, e tal como anteriormente referido, para esta análise importa não presumir nem um passado nem um presente tomados de forma idealizada e/ou homogénea - mas antes procurar uma relação mais tensa e complexa entre estes dois tempos.

No entanto, arriscando uma comparação e análise geral entre os dois momentos, é possível afirmar que se observam continuidades e discontinuidades relevantes a vários níveis. Em termos de grupos que ocupam a praça, é de salientar que apesar das comunidades imigrantes continuarem a apropriar-se dela, essa apropriação tende a ocorrer atualmente nos espaços não-centrais da mesma, e com uma presença menor, pelo menos em termos relativos, e em particular em dias de eventos/atividades programadas na praça. Por outro lado, a apropriação da praça por parte de outros habitantes (em particular “brancos”) da cidade e metrópole de Lisboa aumentou, bem como o número de turistas que são atraídos e frequentam regularmente a praça. As práticas de consumo e lazer são agora mais intensas e ocupam um maior destaque, e essencialmente protagonizados por parte de não-imigrantes. De forma relacionada, assistiu-se à introdução de uma atividade de programação por parte da NCS, responsável pela realização de diversos eventos/atividades.

## Intervenções Espacialidades e Relações de Poder

Continuam a existir alguns eventos exteriores à programação da NCS, como sejam algumas atividades de cariz religioso ou político. As práticas e relações de lazer e convívio entre imigrantes continuam a existir, mas agora afastadas dos locais centrais da praça. Além disso, continuam a existir práticas ilícitas, em particular relacionadas com tráfico e consumo de drogas.

Na atualidade, a praça do Martim Moniz encontram-se dividida em diferentes zonas: zona comercial (ocupada maioritariamente por “brancos” e turistas), a zona das tendas (ocupada maioritariamente por imigrantes) e zona da parte sul e extremos da praça (ocupada maioritariamente por imigrantes). Sendo que estas zonas são influenciadas pelos diferentes ritmos que ocorrem na praça, e que podem ser ou diários ou ritmos ligados a eventos e a determinados ciclos, ainda que com diferenças internas. Esta interseção tem várias influências e expressa-se de diversas formas, como por exemplo: o facto de existir uma menor presença de imigrantes durante ritmos de eventos/cíclicos e nos espaços de comércio; de se verificar uma menor presença de mulheres na praça, em particular nos momentos e espaços com menor presença de outras pessoas e/ou quando não existem eventos/atividades programados, ainda que tal facto se reflita de forma diferente entre mulheres imigrantes e não-imigrantes; as práticas mais “livres/recreativas”, e não associadas a catividades programadas pela NCS, são observáveis fora dos espaços de consumo. No entanto, é importante reconhecer que a(s) fronteira(s) na praça são múltiplas, processais e em constante formação, criando e reproduzindo diferentes zonas, zonas com fronteiras permeáveis e em constante negociação e contestação, dependente e conforme os diferentes contextos e grupos em presença, e influenciando as práticas, relações, ritmos que ocorrem.

Importa ainda considerar as questões relativas ao espaço público na praça do Martim Moniz. Nesta, encontramos um espaço que, do ponto de vista físico, é geralmente tomado como espaço público - trata-se de uma praça, um espaço exterior e que se encontra ao ar livre, e em que, pelo menos do ponto de vista físico, não existe nenhuma barreira à entrada. No entanto, do ponto de vista jurídico, esta categorização começa a tornar-se mais difícil, dado que se é certo que a última responsável pela praça é a Câmara Municipal de Lisboa, é igualmente verdade que a praça foi concessionada a uma empresa privada, a qual ficou responsável pela gestão da mesma. Sendo que, como referido anteriormente, a designação de espaço público não se esgota em tais dimensões, mas envolve outras dinâmicas e processos que são igualmente múltiplos e encontram-se em permanente transformação. Neste sentido, e face ao anteriormente exposto, é igualmente de questionar se é possível adotar a categorização de espaço público num local onde as relações de

## Intervenções Espacialidades e Relações de Poder

poder são tão desiguais, e onde se encontram diferenças e fronteiras que, pelo menos em alguns momentos, chegam a ser bastante demarcadas, e que influenciam de forma decisiva o acesso e apropriação de determinadas zonas da praça.

Por último, e ainda ao nível da sua apropriação, é de salientar a possível contradição entre uma possível produção comum da praça por quem a apropria e nela desenvolve diversas relações e práticas (em diversos tempos e por parte de diferentes grupos), uma construção que não deixa de contribuir para os diversos significados da praça, e, ao mesmo tempo, a privatização dessa construção comum (em particular a realizada por imigrantes, central na praça) aquando das estratégias de promoção e comercialização das mesmas (por exemplo, ao nível do multiculturalismo) - uma comercialização que se dá sem que, aqueles para os quais tais significados remetem, os imigrantes, tenham possibilidades efetivas de acesso e apropriação à Praça do Martim Moniz, ou pela menos a determinadas zonas da mesma.

## **Análise Crítica dos Resultados e Conclusão**

### **Análise crítica**

O objetivo da presente dissertação, como se pode depreender do já apresentado, não passa por chegar a uma representação “da realidade tal como ela é” - representação e intenção essa que representa sempre um objetivo ilusório em última instância -, nem de uma redução e simples categorização, em termos dicotômicos, da mesma em termos de “bom e mau, positivo e negativo” - ainda que, de forma particular e específico a determinados casos/situações, essa categorização possa ser usada. Ao invés, pretende-se uma análise dessa realidade que procure ter em consideração a sua complexidade e os limites de acesso e compreensão envolvidos. A análise a realizar também não pretende apresentar uma dimensão normativa relativamente à intervenção - comparando, em termos de grau, se o “antes” da praça era “melhor” ou “pior” do que o “atual”-, ou apresentar uma proposta do que deveria ou não ser a praça do Martim Moniz - desde logo pela incapacidade de quem escreve estas linhas de apresentar uma versão ideal para a mesma. Além disso, e de forma relacionada, a análise a realizar também não pretende ficar presa a visões deterministas e lineares de causa-efeito, mas antes procurar uma interpretação e compreensão dos fenómenos e processos inquiridos atendendo à sua complexidade.

Neste sentido, importa considerar a análise e crítica a apresentar num sentido *foucaultiano*, isto é, de uma desconstrução de pressupostos, de desnaturalização de discursos, práticas e relações de poder, de visibilizar o “ausente”, e de permitir aberturas relativamente ao que é atualmente estruturado e imaginado como possível.

Confrontado com a suposta dimensão idealista e “não-material”/“não-real” das ideias, das palavras e do pensamento, bem como da suposta dimensão não-transformadora deste, Michel Foucault refere a necessidade de ultrapassar tal dicotomia (Foucault, 2000). Em primeiro lugar, Foucault salienta que a crítica<sup>146</sup> não consiste em dizer que as coisas não são boas numa

---

<sup>146</sup> A questão da crítica, visível no conjunto da sua obra, é particularmente refletida em outros dois textos onde aborda histórica e filosoficamente a relação da crítica com o Iluminismo e, em particular, com o pensamento de Kant (Foucault, 2011; Foucault, s.d.).

determinada forma/sentido em que estas se encontram<sup>147</sup>, mas antes na sinalização de que tipo de assunções/pressupostos, de que noções comuns, do quão estabilizadas e não-examinadas se encontram determinadas formas de pensamento, e como tal se torna base e justificação de determinadas práticas e relações desiguais de poder, e permite que estas se tomem como aceites e inquestionáveis. Para o autor, o pensamento também existe e tem efeitos no real, o qual é influenciado para além e antes dos sistemas e construções do discurso - sendo função/objetivo da crítica desmontar tais discursos e procurar alterá-los no sentido de demonstrar que as coisas não são tão óbvias e naturais como comumente se pensa e aceita, no sentido de permitir que aquilo que é tomado como um dado e inevitável deixe de o ser, ou, pelo menos, de que as práticas relacionadas com tais discursos deixam de ser tão fáceis de se realizar e tomados como menos inquestionáveis<sup>148</sup>. E, por último, é neste sentido que Foucault critica a suposta separação entre ideias e “transformações reais”, dado que a crítica torna-se indispensável para alterar determinados sistemas de pensamento e discursos tomados como naturais, bem como para uma alteração daquilo que é tomado como “possível” em relação ao “real”.

A necessidade de ir além de mera uma análise assente nas categorias do “bom e do mau”<sup>149</sup>, é salientada por Foucault no sentido em que tais categorias não deixam de se encontrar referentes

---

<sup>147</sup> Ainda neste sentido, relativo ao entendimento comum sobre crítica, Judith Butler refere, a partir de Raymond Williams, como a ideia de crítica se tornou “indevidamente restringida à noção de «detectar erros»” (Butler, 2011, p. 81).

<sup>148</sup> “Criticism consists in uncovering that thought and trying to change it: showing that things are not as obvious as people believe, making it so that what is taken for granted is no longer taken for granted. To do criticism is to make harder those acts which are now too easy.” (Foucault, 2000, p. 456)

<sup>149</sup> No texto “O que é o Iluminismo” (Foucault, s.d.), Foucault identifica duas formas de interrogação crítica que podem ser consideradas a partir de Kant e das suas reflexões sobre o Iluminismo. Uma diria respeito a uma “analítica da verdade” - a qual é mais comumente associada a Kant, bem como a pressupostos universalistas -, e outra - na qual Foucault se revê, e que será seguida no presente capítulo -, diz respeito a uma “ontologia do presente”, a uma inquirição da “ontologia de nós mesmos” e da atualidade, uma inquirição e crítica das experiências possíveis e dos seus limites, das condições de possibilidade em ocorre o processo de conhecimento.

Ainda neste texto, Foucault refere a necessidade de não aceitar o que denomina uma “chantagem” do Iluminismo, em que alguém teria necessariamente de se posicionar contra ou a favor do mesmo, como se existisse apenas um simplista e autoritária alternativa apresentada, na qual a) alguém aceita o Iluminismo e se mantém dentro da sua tradição de racionalidade; ou, b) alguém critica o Iluminismo e procura escapar dos princípios de racionalidade. Ao invés, Foucault, salientando a historicidade do próprio conhecimento, refere que a análise que fazemos de nós próprios é a de indivíduos historicamente condicionados, até certo



e associadas a uma determinada forma/sistema de pensamento, em determinados pressupostos e valores, em relações de poder e discursos, os quais, como refere Foucault, necessitam de ser questionados relativamente às suas condições de emergência e efeitos, num exercício de questionamento que coloque em causa tais condicionantes e efeitos.

Apesar de tal consideração, um exercício de categorização em termos de “bom e mau” não é proibido, ainda que este, a acontecer, passe a ser realizada com base em outros termos, depois de uma crítica que não aceite como natural e como um dado determinados fenómenos; nem se restringindo a uma noção limitada do possível, uma noção estruturada num determinado contexto de relações de poder e através de determinados discursos e práticas. Isto é, e como afirma Foucault noutros textos referidos sobre o tema, a crítica não se ocupa apenas do “real”, mas dos próprios limites do conhecimento, das suas condições de emergência e possibilidade, das formas como se dá uma dada relação em termos de saber-poder, e quais os seus efeitos.

Sendo assim, e entre outras questões possíveis de apontar para o presente caso de estudo, importa contextualizar o processo e os seus possíveis efeitos, referindo as relações de poder, questionando as imagens/representações relativas ao passado e presente da praça, o carácter de espaço público da praça, a situação dos imigrantes, ou a intervenção na sua globalidade e a própria sustentabilidade do projeto. Este será o objetivo a realizar na conclusão - ainda que se estenda, em parte, aos anteriores capítulos -, mas, antes disso, importa apresentar uma discussão relativa ao processo de realização da presente dissertação e aos seus limites.

## **Discussão Metodológica e Epistemológica - limites da dissertação**

Em primeiro lugar, e tal como referido no início da dissertação, o trabalho realizado não deixou de ser influenciado pela posição/posicionalidade e subjetividade de quem o realizou, como

---

ponto, pelo Iluminismo, mas que essa análise também deve ser orientada para o que, na atualidade, existe ao nível de limites para o uso da razão e para constituição de sujeitos autónomos e que procurem (“ousem”) conhecer. Como finaliza Foucault: “The critical ontology of ourselves has to be considered not, certainly, as a theory, a doctrine, nor even as a permanent body of knowledge that is accumulating; it has to be conceived as an attitude, an ethos, a philosophical life in which the critique of what we are is at one and the same time the historical analysis of the limits that are imposed on us and an experiment with the possibility of going beyond them.” (Foucault, s.d.).

não poderia deixar de acontecer, mesmo que essa mesma posicionalidade e subjetividade não seja algo de simplesmente e unicamente individual, mas que se relacione com estruturas e relações sociais mais vastas. Como referido anteriormente, a posicionalidade é o local de onde se parte, e não é possível partir de outro local, ainda que seja relevante questionar se foi possível pôr em prática e construir um conhecimento dialógico, estando o autor destas linhas aberto a rever as suas posições e pressupostos iniciais. Neste sentido, a questão não deve ser tanto uma inquirição relativa à validade ou não validade da mesma - ainda que esta também possa e deva ser feita -, mas sim se, apesar dessa mesma posicionalidade, foi possível um aprofundamento da compreensão dos fenómenos analisados que não tenha ficado excessivamente condicionada às posições e pressupostos iniciais - mesmo considerando que não existe algo como uma compreensão e um conhecimento total, neutro, distanciado e objetivo, pelo menos não no sentido clássico em que são abordadas estas questões. Esta análise não deixa, também ela, de ser influenciada por quem a realiza, e que diz respeito a alguém com um interesse particular na mesma - ainda que, contudo, continue a ser possível aplicar uma certa dose de reflexividade em tal exercício.

Numa avaliação global, é possível afirmar que existiram diversas posições e pressupostos iniciais que se alteraram, ou, pelo menos, que foram alterados para uma compreensão mais completa e complexa dos fenómenos. Desde logo, e ainda que as preocupações relativas à forma e à estratégia da intervenção da NCS se possam manter - em particular, a preocupação relativa à apropriação dos imigrantes e ao carácter de espaço público da praça -, esta foi complementada por uma análise mais complexa, na qual foi possível identificar e salientar algumas dimensões positivas da intervenção, mas também a forma como a apropriação por parte de imigrantes continua a existir - mesmo que condicionada -, e como os limites e fronteiras entre espaço público e privado são de difícil definição.

Além disso, e agora a um nível metodológico, importa salientar como a análise realizada, apesar de orientada pela posicionalidade e modelo de análise construído inicialmente, foi, durante o processo, sujeita a um confronto dialógico com o “objeto”, obrigando a rever as dimensões metodológicas e o enquadramento teórico da dissertação no seu todo, do modelo de análise, e dos temas e questões a explorar - em particular, durante o momento do trabalho de campo/pesquisa de terreno.

No entanto, deste processo e da reflexão realizada relativamente ao mesmo, é possível salientar alguns pontos, questões e/ou dimensões de análise que, por diversas razões, possam ter

sido mais descuidadas na presente dissertação, e que podem e devem ser retomadas futuramente, em outros trabalhos:

- Fica por explorar, de forma mais aprofundada, o momento imediatamente anterior da praça, em particular ao nível dos seus ritmos, práticas e relações sociais. Trata-se de um objectivo para o qual, a principal dificuldade, se deve à inexistência de trabalhos sistemáticos realizados sobre a praça, para além do trabalho de Marlucci Menezes, o qual foi realizado sensivelmente uma década antes da intervenção da NCS. A exploração deste ponto implica a conjugação de diversas abordagens e metodologias, e, em particular, a realização de uma história oral que possa ser suficientemente representativa dos diversos grupos socioculturais que habitavam e se apropriavam quotidianamente da praça e do território envolvente;

- Apesar do trabalho realizado, importaria analisar de forma mais aprofundada e, acima de tudo, processual e relacional, os diversos significados e representações da praça, presentes em diversas formas/meios - em particular, os momentos e os conteúdos de ruptura e/ou continuidade, e a sua influência na (re)produção de determinados significados na opinião/esfera pública. Uma fonte de informação privilegiada para tal reside na informação existente na comunicação social e na internet/redes sociais, a qual poderia ter sido mais explorada, em particular ao nível do papel de possíveis intermediários culturais. Ainda sobre este ponto, talvez seja possível considerar que a análise de conteúdo qualitativa não foi tão explorada e conseguida quanto se pretendia inicialmente, algo que não deixa de se relacionar com a escassa informação existente e/ou recolhida - em particular, a impossibilidade de consulta da revista Time Out -, não permitindo assim uma maior e mais diversa informação para a definição dialógica/relacional das categorias de análise;

- Como salientando no início, o presente trabalho teve de confrontar-se com a escolha de se centrar na praça do Martim Moniz, e de, mesmo referindo outros processos, dinâmicas e relações com outros territórios, tal representar uma limitação ao nível da análise realizada. Os fenómenos que decorrem na praça não se circunscrevem à mesma, mas apresentam uma relacionalidade com outros territórios, escalas e processos que poderiam ter sido mais explorados. Desde a própria relação entre a praça e os centros comerciais na sua imediação, as micro-geografias do quotidiano relativas aos diversos grupos que habitam e vivem na área, as diversas relações com outras dinâmicas e processos a ocorrer no centro

de Lisboa, ou uma maior exploração das relações de género e etnicidade com dimensões estruturais e relações sociais mais vastas.

- Existe a dificuldade, em particular a nível metodológico, de analisar e compreender as diversas práticas e interações/inter-relações a um nível micro, devido à sua própria efemeridade ou dimensão subjectiva. Estas dimensões são relevantes para a compreensão geral do processo, nem que seja pela relação entre agência e estrutura. Em particular, importa explorar, de forma mais profunda, as relações inter-culturais a um nível inter-subjectivo.

- Os significados do consumo relacionados com as práticas e relações de consumo também podem e devem ser mais explorados. Da análise realizada, a hipótese vai no sentido de, apesar de em alguns casos ser importante, talvez a motivação do consumo não se encontre associada com a procura de “uma identidade outra/étnica”. No entanto, a exploração e confirmação desta hipótese implica um outro trabalho, impossível de ter sido realizado na presente dissertação por várias razões (tempo, exequibilidade, entre outros factores), mas que terá de passar necessariamente com um trabalho representativo de inquirição a vendedores e, acima de tudo, a consumidores.

- Fica por explorar, de forma mais intensiva, a relevância e influência da própria materialidade da praça ao nível da apropriação, da possível exclusão de determinados grupos e da (re)produção das relações de poder em presença.

- Por último, outro dos objectivos menos conseguidos da presente dissertação foi a recorrência ao uso de categorias que podem correr o risco de ser tomadas de forma essencialista, e que através deste trabalho correm o risco de terem sido reproduzidas sem a análise crítica suficiente.

Ao nível da relação sujeito-objeto, e para além das diversas questões já salientadas sobre a não pertinência da sua oposição, importa ainda considerar como esta divisão de facto se esbateu, em particular ao nível da realização do trabalho de campo. Seja pelo próprio facto de, aquando da realização do mesmo, o sujeito fazer igualmente parte do “objeto” de investigação e estar em relação direta com este - o facto de o sujeito ser ao mesmo tempo alguém que recolhe dados e para tal faz uso da sua experiência na praça, experiência essa que é influenciada pela frequência e apropriação da praça (a qual não deixa de influenciar outras apropriações), das diversas relações com outros sujeitos (inclusive, por parte de outras pessoas conhecidas/amigas igualmente presentes

na praça), pela pertença a alguns dos grupos socioculturais presentes na praça (auto ou heteropercecionada), pelas práticas de consumo realizadas, aos diversos papéis/categorias atribuídos por outros (sendo possível apresentar diversos exemplos<sup>150</sup>, mas que em geral se relacionam com as atividades de recolha e observação realizadas, as quais não são as atividades expectáveis de se realizar naquele local, contrariamente às práticas de consumo ou ao aproveitar de um qualquer evento/festividade, ou ainda o estranhamento pela presença de alguém tido socialmente como “branco” nas zonas dos extremos da praça), ou as categorias utilizadas para classificar outras pessoas.

Ainda sobre a relação sujeito-objeto, importa referir alguns pontos que poderiam ter sido mais explorados. Desde logo, e ainda que de forma condicionada, devido à realização da observação num espaço público e ao tempo disponível para a realização da mesma, é de reconhecer que poderia ter existido um contacto mais direto com outros sujeitos relacionados com a praça do Martim Moniz, seja através da realizações de entrevistas (cujas dificuldades foram referidas no primeiro capítulo), ou através da possível realização de um maior número de contactos e conversas informais na praça. Além disso, e de forma relacionada com a questão anterior, é igualmente de salientar que a consideração da agência do “objeto”, e, em particular, a capacidade de lhe “conferir voz e/ou visibilidade” - em particular, às comunidades imigrantes -, não foi conseguida da forma como se pretendia inicialmente.

Por último, e no que diz respeito a questões que poderão ser alvo de análise em futuros trabalhos, são de considerar as seguintes:

- Quais as alterações de espacialidade no futuro, e o seu sentido?
- Quais as alterações nos territórios envolventes, e sua relação com as alterações da praça?
- Qual a presença e o papel específico dos imigrantes no futuro da praça?
- Quais as formas de interação e de diálogo inter-cultural que se irão verificar na praça? Com que significados e envoltas em que relações de poder?

---

<sup>150</sup> Por exemplo, e a partir das notas do caderno de campo: “Ao quiosque a que fui, o vendedor tomou-me como um turista, e falou comigo em inglês. Apesar de ter estranhado, respondi em inglês. No entanto, depois reparei que falou em português com outras pessoas. Este facto pode indicar uma “frequência/naturalidade” dos vendedores com os turistas. Bem como ajuda a esbater a distinção sujeito-objeto, não sendo tomado como “investigador” distanciado, mas como um “turista”.” (Diário de campo do autor)

- Quais as formas de categorização da praça e os seus significados? Como se opera, de forma processual, a sua “delimitação” e construção numa praça “étnica”/“multicultural”? De que forma tal construção e delimitação de fronteiras cria e reproduz significados? Que identidades e subjetividades “cria”? Quais os seus efeitos?
- Qual a sustentabilidade do projecto do Mercado de Fusão e as possíveis alterações de estratégia comercial?

## Conclusão

No presente capítulo pretende-se realizar uma análise crítica relativa à intervenção na praça do Martim Moniz, bem como a sua relação com as espacialidades e diversas relações de poder envolvidas. Neste sentido, o objetivo passa não só por um resumo das principais conclusões a que foi possível chegar durante a dissertação, mas, também e de forma particular, uma análise crítica que possa questionar muitos dos pressupostos em que se baseia a atual intervenção, bem como as práticas, discursos e relações de poder associadas à mesma e aos seus diversos efeitos. Sendo que este questionamento não deixa de implicar uma maior possibilidade de síntese das principais conclusões, as quais serão apresentadas com base em outros pressupostos que não necessariamente aqueles implicados na atual intervenção.

Desde logo, e apesar das diversas questões e problemas anteriormente referidos, importa salientar que a intervenção da NCS não deixa de apresentar aspetos positivos. Seja pela requalificação física e manutenção do espaço público; pelo facto de se manterem e serem visíveis algumas formas de sociabilidade entre imigrantes e práticas recreativas na praça (diversos jogos e atividades, protagonizadas maioritariamente por crianças e imigrantes), mesmo que fora do espaço central da mesma; pela possibilidade de a atual intervenção poder contribuir para uma valorização, no quadro da cidade de Lisboa e do seu imaginário, das imagens associadas às comunidades imigrantes e suas culturas, ainda que se possa questionar qual a complexidade dos conteúdos representados e qual o sentido e função aquando da sua orientação para o mercado; ainda que na sua maioria tratando-se de algo efémero e restringido a determinados momentos, em particular a práticas e relações de consumo, é de salientar que não deixa de existir uma certa relação intercultural; e, por último, o facto de ter surgido, no quadro da cidade de Lisboa, uma oferta diferenciada ao nível cultural e de lazer que envolve a apropriação do espaço público e o consumo de produtos étnicos, permitindo novas formas de apropriação, sociabilidade e de expressão de

determinados estilos de vida e identidades por determinados grupos sociais (geralmente jovens e habitantes da cidade/metrópole de Lisboa), que por alguma razão não tendiam a tomar como opção a oferta já existente nos territórios envolventes (algo a ser problematizado posteriormente).

Mesmo considerando como positiva a existência de tais aspetos, não deixa de ser possível o questionamento de outros, no seguimento da problematização que tem sido realizada. Entre esses, é de questionar a suposta necessidade de institucionalização e formalização de determinadas práticas e ofertas, as formas e conteúdos representados, a questão do possível privilegiar de determinados grupos sociais e práticas por outros que agora se tornam hegemónicos, e os seus efeitos e sentidos para o futuro da praça. A principal questão diz respeito às desiguais relações de poder em presença, do “antes” parecer não ter espaço no “agora”, na questão sobre o “direito à cidade”, de uma cidade decidida como, por quem e para quem - ainda que tais questões possam como é óbvio, remeter para processos e estruturas mais vastos e gerais, não apenas relacionados com a praça e a intervenção.

Em primeiro lugar, e relativamente às representações e significados relativos à praça do Martim Moniz, é de salientar a dicotomia existente entre a atribuição dos significados negativos associados à mesma para o seu passado, e o que de positivo existe para o seu presente - uma transformação de negativo para positivo que aconteceria após a intervenção e as suas capacidades de “reabilitação”, “devolução” e de conferir “vida”. Tais discursos, assentes nas lógicas dicotómicas do “antes e depois”, do “nós e eles” e do “bom e mau”, e que se desdobram nas separações entre o “espaço abandonado para um espaço devolvido à cidade”, “dos imigrantes para os novos utilizadores” ou “do espaço marginal e sem identidade para a praça com vida e animação”, necessitam, acima de tudo, de serem desconstruídos relativamente à sua categorização e possibilidades de cristalização, assentes na reprodução de discursos dentro de um determinado contexto e de relações desiguais de poder. Desde logo, e não só devido à impossibilidade de uma validação concreta de afirmações como “espaço/praca sem identidade” relativamente ao passado ou de “espaço/praca com identidade” relativamente ao momento presente, importa criticar os pressupostos que sustentam tais afirmações, e que dizem respeito à uma conceção de identidades tomadas como discretas e atribuídas a determinados espaços, pressupondo uma fronteira/delimitação espacial de determinados espaços que não leva em conta a própria relacionalidade do espaço e a sua multiplicidade, nem que as fronteiras espaciais são múltiplas, relacionais e em constante transformação. Sendo que, relativamente a tais afirmações e discursos,

é ainda de questionar a forma como a mesma se pode ou não relacionar com as posições e visões de quem as profere - em particular, no caso de responsáveis da NCS. Isto é, relativamente ao que podem ou não privilegiar como conteúdos e significados identitários, e de como tal se relaciona com as diferentes experiências e visões do que é viver a cidade, e do que esta deverá ser.

A um outro nível, mas de forma relacionada, é de salientar a forma como as já referidas categorizações temporais, em que para o passado é apresentada um significado geralmente negativo e para o presente o seu oposto, pressupõem não só uma ideia de corte com o passado, mas, sobretudo, de uma certa homogeneização de determinados tempos que acabam por não levar em consideração as próprias contradições e conflitos internos existentes. Esta dicotomia pode igualmente permitir uma categorização de diferentes grupos, em que, para os imigrantes, mais associados ao passado da praça, poderia ser transposta essa imagem negativa, acontecendo o oposto para outros grupos que agora “descobriram” a praça. Além de que tais categorizações, tanto a um nível espacial como temporal, caso não sejam problematizadas, correm o risco de reproduzir determinadas imagens e estereótipos em relação à praça do Martim Moniz, ou pelo menos a determinada parte da praça do Martim Moniz, e, deste modo, contribuir para o reforço de determinadas exclusões, invisibilidades e fronteiras simbólicas, bem como para a sua naturalização.

Observa-se, ainda, uma contradição entre a valorização de uma imagem cosmopolita e ligada ao multiculturalismo e à diversidade, mas sem uma presença efetiva e de *empowerment* por parte dos imigrantes, durante as diversas fases do projeto e na praça na atualidade. Ou seja, os sentidos da atual intervenção apontam para a possibilidade de, apesar da categorização simbólica/identitária de um determinado local em torno dos signos da tolerância e diversidade, existir e se acentuar um “ambiente” urbano não tolerante e aberto aos sujeitos/grupos para os quais remetem tais significados, e onde, desse modo, as relações interculturais e o próprio conflito, característica do espaço público, são controlados e/ou negados. Além disso, tal processo envolve o risco de (re)produção e cristalização de determinados significados e estereótipos em relação à praça, dado que as diversas relações interculturais que possam existir (a nível simbólico, material, relacional, entre outros), geralmente não implicam e/ou indiciam a existência de uma consideração crítica das mesmas e dos discursos e relações de poder envolvidos - ou seja, as interações existentes não apontam para a possibilidade de, através destas, se estabelecerem novas práticas, relações e significados culturais.



Por outro lado, e relativamente às espacialidades na praça do Martim Moniz, assiste-se à tensão entre continuidades e ruturas. Em particular, é de salientar a tendência de alterações de grupos socioculturais presentes na praça, bem como de determinados ritmos, práticas e relações - alterações essas anteriormente identificadas. Estas alterações são particularmente relevantes no caso das populações imigrantes, dado que, apesar de estas continuarem a apropriar-se da praça, a apropriação realizadas pelos imigrantes tende a ser em menor número e a encontrar-se confinada a determinadas zonas da praça. Sendo esta situação particularmente notória aquando de eventos com maior destaque e afluxo de outros grupos. Além disso, verifica-se a existência de diferentes zonas e ritmos na praça, com mútua influência ao nível das espacialidades, as quais influenciam estas apropriações e as alterações existentes, bem como a (re)produção de diferenças a vários níveis. No entanto, importa reconhecer que a(s) fronteira(s) na praça são múltiplas, processais e em contaste transformação, criando e reproduzindo diferentes zonas, e que se tratam de zonas com fronteiras permeáveis e em constante negociação e contestação, influenciadas e influenciando diferentes contextos, práticas, relações, ritmos e grupos presentes.

A própria designação de espaço público da praça do Martim Moniz torna-se bastante complicada, e pode-se considerar que existe uma mútua influência entre o público e o privado, como salientando no capítulo anterior. Num trabalho recente, também ele sobre a praça do Martim Moniz e a intervenção/projeto em discussão, Marta Traquino apresenta uma posição que é aqui partilhada, e que passa pela ideia de que “(...) o ‘espaço comum’ na cidade será aquele onde o ‘diálogo’ pode acontecer como processo de troca entre diferenças que se encontram em condições de mobilidade equivalentes, e não quando uma avança pelo espaço da outra confinando a possibilidade dos movimentos desta (...)” (Traquino, 2012, p. 91). Neste sentido, e tal como salientado anteriormente, a problematização do espaço público/comum não se restringe à sua materialidade ou propriedade jurídica, mas diz respeito aos imaginários, significados, práticas e relações sociais que nele ocorrem, os quais implicam uma dimensão coletiva e produzem um “comum”<sup>151</sup> que é posteriormente utilizado como forma de valorização do projeto (Negri & Hardt, 2009). O que, no caso em análise, implica o questionamento da legitimidade de uma privatização e promoção da praça que se dá em torno dos significados da diversidade e do multiculturalismo,

---

<sup>151</sup> “We consider the common also and more significantly those results of social production that are necessary for social interaction and further production, such as knowledges, languages, codes, information, affects, and so forth.” (Negri & Hardt, 2009, p. viii)

ao mesmo tempo que tal tende a ter como efeito a exclusão e invisibilidade dos mesmos sujeitos e grupos para os quais tais significados remetem. Algo observável na forma como se “vendem” experiências e significados nos produtos étnicos, nos eventos/atividades com determinadas conotações culturais, na música, decoração e imobiliário urbano observável, nos próprios imaginários, no aproveitar de determinadas línguas e determinados corpos que possam remeter para a alteridade/etnicidade oferecida e assim comprovar a sua autenticidade, o que igualmente remete para determinados significados e dimensões estéticas. Algo que, neste sentido, não deixa de implicar a consideração do papel do consumidor, dos significados e expectativas que este possa apresentar e deter à partida, e da forma como os confronta e relaciona com o que encontra na praça, contribuindo assim para a co-produção e reprodução da mesma e de determinados significados e ambientes urbanos.

Esta última questão relaciona-se com a de que “cidade” é essa de que estamos a falar, ocupada e apropriada por quem. Algo particularmente relevante no questionamento relativo aos discursos da “devolução da praça à cidade”, dado que a praça do Martim Moniz era uma praça que fazia e faz parte da cidade, e porque a cidade é ela mesma múltipla e espaço de multiplicidade. Mesmo que a praça, no seu momento anterior, possa não corresponder a determinadas “cidades” - isto é, a determinadas conceções e/ou experiências do que é viver a cidade, ou do que esta deve ser na consideração de determinadas visões -, a praça do Martim Moniz não deixava de ser apropriada por pessoas que habitavam e usavam quotidianamente a área envolvente, as quais também fazem parte da cidade no seu sentido mais abrangente. O facto de existir agora um novo espaço de consumo na cidade, com uma oferta diferente, não deixa de implicar a consideração de que já existia uma oferta multicultural variada naqueles territórios. Sendo de questionar, no entanto, se essa “oferta” não era tido como atrativa por parte da atual “procura” na praça, e porque razões. Se foi necessária a intervenção atual para novos grupos procurarem e acederem a produtos étnicos, a questão remete para o que existe de diferenciador entre o projeto do Mercado de Fusão e outras ofertas existentes nos territórios envolventes. Apesar de não ser aqui o espaço para uma comparação exaustiva, é possível afirmar que tal poderá dever-se a variadas razões, como seja a configuração física da praça, o seu mobiliário urbano e a sua mais fácil acessibilidade, o facto de a praça apresentar agora um maior grau de formalidade, o facto de o projeto do Mercado de Fusão deter mais visibilidade no quadro da cidade de Lisboa e ser capaz de aceder a mais canais de divulgação, ou o próprio facto de este apresentar uma imagem que, apesar de tudo, é mais

facilmente associada à conjugação entre segurança e um ambiente “animado e com vida”, com a programação de eventos culturais e de lazer com um cariz mais atrativo e massificado. Esta questão não se restringe a uma mera relação entre oferta e procura, ou a meros gostos individuais e práticas de consumo, mas implica o questionamento de que lógicas, pressupostos e estratégias comerciais e de que públicos-alvo estiveram na base do projeto do Mercado de Fusão. Na praça do Martim Moniz, o mercado étnico já existia, sendo que a intervenção direcionou-o para outros públicos, outros que já não os que dizem respeito às comunidades imigrantes, as quais também não apresentam uma presença significativa enquanto co-produtores e/ou participantes no projeto.

Sendo que estas dinâmicas de exclusão, de apropriação do comum, e de um diminuto e efémero diálogo intercultural, quando associadas aos restantes processos a decorrer nos territórios envolventes e que remetem para o seu futuro - processos que não deixam de se relacionar com os verificados na praça -, obrigam a questionar a própria lógica de sustentabilidade do projeto. Ou seja, se o projeto, que se encontra alicerçado nos significados do multiculturalismo e da diversidade como lógica de diferenciação e valorização do mesmo, mas que, tendo em conta o observado apontar para uma menor presença efetiva de grupos, práticas, relações e imaginários que remetam para tais significados, então, deste modo, o próprio projeto do Mercado de Fusão corre o risco de perder a sua especificidade e autenticidade, e, logo, a sua própria sustentabilidade económica. Face a tal cenário, a NCS poderá ver-se obrigada a mudar de estratégia e procurar outra especificidade (o que seria complicado, dado que a associação mais óbvia da praça é precisamente aquela que remete para a sua diversidade cultural), ou então ver-se obrigada a apostar cada vez mais numa forma e estratégia de programação que procure preencher tal perda, o que poderá ser igualmente perigoso dado que tal acarreta a intensificação de uma lógica de “simulacro”. Além disso, tais cenários não deixam de obrigar a uma maior intensificação das estratégias de divulgação, promoção e de marketing, de forma a atrair determinados públicos. Sendo que esses públicos apresentam a sua própria volatilidade, a qual é particularmente vincada no caso do turismo, bem como relativamente à capacidade atração de jovens de classes médias da cidade/metrópole de Lisboa, em relação às quais torna-se necessário competir num mercado de lazer/cultura que é bastante dinâmico e competitivo. Além de, relativamente a este último grupo e àquilo que são os seus gostos culturais e de consumo, importa questionar se continuarão a sentir-se atraídos no caso de se dar uma maior integração na oferta “*mainstream*”, menos diferenciada, e ao passo em que a questão de “novidade” do projeto se for diluindo.

Por outro lado, e como questiona Marta Traquino<sup>152</sup> relativamente à questão da mobilidade e do encontro, importa questionar quem é que de facto “vai ao encontro de quem”, ou seja, se se assume que é a praça “simplesmente” redescoberta, como se esta não tivesse uma existência anterior. No seguimento do exposto por Marta Traquino (Traquino, 2012, pp. 81-83) relativamente a esta mobilidade e encontro, importa considerar as relações de poder em presença, e, em particular, se a “cidade” à qual a praça é devolvida - uma cidade “hegemónica” e mais visível -, é igualmente capaz de integrar algo da praça anterior, isto é, se essa “cidade” também se altera e se nela existirá espaço para que os imigrantes, também eles lisboetas e anteriores utilizadores da praça, possam usar e apropriar-se de forma mais comum e decisiva a restante cidade. Os grupos que antes apropriavam a praça do Martim Moniz estão onde agora?, em que “cidade”? Se as anteriores apropriações e grupos existentes na praça tiverem sido alteradas e/ou “substituídas”, como parece ser o caso, então algo falhou claramente na intervenção na praça do Martim Moniz, e pode dar-se o caso de tais comunidades verem o seu papel ainda mais subalternizado no quadro geral da cidade e metrópole de Lisboa.

Neste sentido, percebe-se que muitas das práticas e relações na praça do Martim Moniz são (re)produzidas através do conflito entre, por um lado, os diferentes espaços/zonas e os seus significados e funções, e, por outro, o conflito entre as diferentes relações de poder e as identidades múltiplas e fluídas, auto e hetero-percecionadas (práticas, corpos, entre outros significados), que se verificam naquele espaço. Tal relação não se deve unicamente à intervenção realizada (seja a privatização, seja “exclusão/seleção pelo consumo”, sejam as atividades e funções programadas/planeadas, seja as câmaras de vigilância, seja o policiamento/securitização, entre outros fenómenos), mas tratam-se de processos que não deixam de remeter para relações de poder mais gerais, na determinação entre agência e estrutura. Isto é, tais práticas e relações são igualmente influenciadas pelas próprias relações de poder a um nível estrutural existentes na sociedade, e, por outro, a sua relação com as práticas e relações interpessoais que ocorrem numa dada situação,

---

<sup>152</sup> “Neste ‘encontro de culturas’ a quem é de facto atribuída a ‘mobilidade’? E a ‘imobilidade’? Quem vai ao ‘encontro’ de quem? Quem decide sobre as culturas que se devem encontrar, onde e como na cidade? Será a predominância nas ruas de determinadas cores de pele, um factor determinante nestas decisões? As condições de vida dos residentes da zona do ‘encontro’ terão também influência na escolha do local para a ‘celebração da diferença’? As culturas ‘encontradas’ terão também a oportunidade de ir ao ‘encontro’ das outras culturas que as visitam? Que qualidade de trocas se estabelecem efectivamente no ‘encontro’? Chegará a haver diálogo entre as diferentes culturas?” (Traquino, 2012, p. 81).

contingentes ou não, em particular ao nível das interações entre diferentes sujeitos e suas ações. No entanto, e até pela lógica de relações de poder num sentido *foucaultiano*, esta relação nunca é completa nem totalmente restritiva, mas deixa sempre espaços para subverter a norma, para a produção de outros poderes e de outras subjetividades. Também existem possibilidades de se encontrarem formas de resistência e de criação de novas formas de apropriar a praça, de se relacionar nela, de se dialogar entre diferentes identidades e subjetividades. Ou seja, e mesmo que considerando que as relações de poder e discursos presentes e que as intervenções materiais e o público-alvo pensando para o projeto não contribuam para tomar como imaginável e possível as formas de apropriação anteriormente existentes, tal não implica uma simples e linear determinação de tais processos.

Deste modo, a presença de imigrantes e membros de minorias étnicas na praça, e em particular nas suas áreas “centrais” e de consumo, pode ainda ser vista como uma reclamação de visibilidade e de cidadania, particularmente relevante por ocorrer num contexto de espaço público, o qual é, pelo menos idealmente, um espaço de conflito, de reclamação de reconhecimento/visibilidade e de política (Mitchell, 1995). Além disso, trata-se também de um possível momento de “*desidentificação* e de *subjectivação*”, visível em algumas das práticas que possam ocorrer fora de uma lógica mercantil ou pela presença de imigrantes nos espaços centrais da praça, o que permite não só a apropriação de acordo com a sua autonomia, bem como, em tal ato, uma prática de dissenso<sup>153</sup> e de destabilização da “partilha do sensível”<sup>154</sup>. Desse modo, fazendo questionar a atribuição, função e hierarquia dos lugares definidos e das formas de percepção do sensível, reclamando a possibilidade de apropriação de tal espaço e a sua participação na reconfiguração (do) comum a diversos níveis (Ranciére, 2010; Ranciére, 1996). Este processo, como referido, permite visibilizar e desestabilizar as inclusões e as exclusões/ausências de um

---

<sup>153</sup> “É isso o que chamo dissenso: não um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objectos que nele são designados.” (Ranciére, 1996, p. 374).

<sup>154</sup> “A «partilha do sensível» designa o sistema de evidências sensíveis que dá a ver, simultaneamente, a existência de um comum e os recortes que definem, no seio desse comum, os lugares e as partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, simultaneamente, o comum partilhado e as partes exclusivas. Esta repartição das partes e dos lugares funda-se numa partilha dos espaços, dos tempos e das formas de actividade que determinam o modo como o comum se presta a ser partilhado e a forma como uns e outros tomam parte dessa partilha.” (Ranciére, 2010, p. 13)

## Intervenções Espacialidades e Relações de Poder

determinado comum, sendo que tal permite não só o questionamento de quem nele pertence e através de que (desiguais) relações de poder, como o questionamento da universalidade de determinadas categorias - desde logo, a de cidadão -, relativamente a quem detém o direito de se reclamar como pertencente do espaço público e do comum, ao mesmo tempo demonstrando como muitas dessas categorias são instáveis e funcionam através de uma relação de poder e de uma invisibilidade que não considera outras experiências e identidades, e, desse modo, nega determinados direitos e estatutos a outras categorias - imigrantes, mulheres, entre outras -, categorias estas que, como referido anteriormente, remetem para uma dimensão relacional, processual e instável, e não para identidades discretas e essencialistas. Sendo que esta é uma questão que se relaciona com a centralidade do corpo no espaço urbano, e dos significados a ele atribuídos, das relações entre corpos, das suas formas de criação e de contestação de espaços, significados e de relações de poder.

Assim sendo, e para concluir a análise geral às transformações na praça, é possível afirmar que as alterações na praça do Martim Moniz são influenciadas por um processo performativo que conjuga, de diferentes formas e a diferentes níveis, as espacialidades, intervenções (materiais e imateriais) e relações de poder. Sendo que este processo e a sua (re)produção, em particular quando implica a reprodução estilizada de práticas e discursos envolvidos em relações de poder desiguais, tende a naturalizar algo que é o próprio processo que cria - pelo menos, em parte. Em particular, existe o risco de uma possível naturalização e cristalização de significados e valorizações relativos ao passado e presente da praça e de determinados grupos, e a (re)produção de determinadas espacialidades que vão no sentido de condicionar aquilo que pode ser considerado como possível para a praça, seja em termos das suas atividades e funções principais, seja em termos de que grupos, relações e práticas são privilegiadas. Estas questões relacionam-se ainda com aquela que é a contradição essencial do projeto, a qual passa pela necessidade última de este ter sucesso e ser rentável, ao mesmo tempo que essa rentabilidade, tendo em conta a sua atual forma e estratégia de valorização, depende de um “comum” que, pelo menos em parte, tende a ser excluído da praça do Martim Moniz nas suas diferentes formas - algo que, para além de possíveis questões éticas, remete para a própria sustentabilidade do projeto.

Tais questões, tanto as relativas ao futuro da praça como as relativas às transformações na praça do Martim Moniz, obrigam ainda a problematizações e questões para as quais não existem respostas unívocas e claras - desde logo, ao nível de possíveis alternativas para a praça e outras

formas de (re)pensar a intervenção. Apesar de tal questionamento obrigar sempre a um trabalho multidimensional e processual com a população local e os utilizadores da praça - o qual não foi feito -, e de tal questão não dizer respeito a um objetivo da presente dissertação, algumas notas podem ser avançadas. Antes, importa apenas salientar que a posição defendida no presente trabalho não passa por tomar como naturais as desigualdades existentes, nem como inevitável que a presença de determinados grupos implique a saída de outros, ou a da impossibilidade de coexistência de múltiplas e simultâneas relações e práticas entre diferentes grupos. Isto é, a posição defendida não passa por questionar quem tem ou não tem direito a apropriar-se da praça, mas antes a salientar a possibilidade de um acesso à praça enquadrada numa relação mais geral com o direito à cidade. Sendo que tal defesa do direito à cidade, mesmo considerando desiguais relações de poder, não deve ficar presa a uma determinada conceção de uma ligação essencial e discreta entre espaço, identidade e população, nem a possíveis visões românticas e homogeneizadoras de tal ligação/relação.

Ao mesmo tempo, tal questionamento procurará ser realizado sem assumir uma lógica dicotómica entre passado e presente - uma lógica que, influenciada pelo atual contexto, poderia assumir como evidentes afirmações que, mesmo concordando que a intervenção atual possa ter problemas, de qualquer forma permitiu que a praça se transformasse para melhor em relação ao seu passado, ou de que a atual intervenção seria melhor do que “nada”, como se antes a praça se reduzisse ao vazio. A recusa de aceitar tal argumentação deve-se não só pela reduzida problematização e atitude crítica apresentada em tais afirmações - não considerando vários pontos e questões anteriormente exploradas -, mas, essencialmente, por não considerar que o presente, o “atual estado de coisas”, possa ser tomado como uma versão final e um limite último do possível, nem que seja pela própria impossibilidade de um acesso e compreensão total desse mesmo presente, e não procurando restringir à partida aquilo que pode ser discutido e imaginado. Neste sentido, não se trata de ser contra a “mudança”, mas antes de questionar a forma, os sentidos, os meios e os fins dessa mudança, bem como as suas formas de legitimação alicerçadas em desiguais relações de poder e diversos discursos e representações sobre o passado, presente e futuro da praça do Martim Moniz.

Em particular, o que se defende passa por uma mudança de conceção relativamente ao “ato de intervir”, para a qual poderá ser importante recuperar e reafirmar problematizações anteriormente apresentadas, as quais salientam a necessidade de consideração do contexto, da

multidimensionalidade dos fenómenos e do território, da dimensão estratégica e processual da intervenção, da consideração das relações de poder, da necessidade de formas de governança horizontais e coletivas. Estes contributos, anteriormente explorados (Moura, et al., 2006; Feio & Chorincas, 2009; Freitas & Estevens, 2012; Seixas & Costa, 2011), obrigam a considerar o território na sua multidimensionalidade, a realizar uma intervenção integrada, a considerar as várias relações (internas e externas), bem como os recursos e capitais territoriais na sua globalidade, numa lógica simultânea de diferenciação e sustentabilidade. Sendo que, para o caso da praça do Martim Moniz, estas questões desdobram-se na consideração da diversidade cultural e histórica associada a esse território, das várias relações espaciais e económicas que desempenha com os territórios envolventes e as mútuas influências e possíveis efeitos que possam advir dos processos atualmente a ocorrer - como poderá ser o caso da gentrificação -, e o facto de considerar que, pelo menos no atual momento, é a própria diversidade cultural e as especificidades do seu espaço público que diferenciam a praça de outros espaços na cidade de Lisboa.

Para tal, uma possível estratégia poderia passar por uma inclusão mais decisiva das comunidades imigrantes nas diferentes fases do projeto. Desde a conceção e discussão de uma estratégia comum para o futuro da praça, a adoção de formas de governança mais informais e horizontais, bem como estratégias de inclusão de tais comunidades nas diversas atividades económicas e culturais a realizar, seja enquanto co-produtores, seja enquanto públicos-alvo e consumidores. Os desafios da adoção de tal estratégia já foram referidos anteriormente, e passam desde logo pela necessidade de conceber de outra forma as relações entre a administração pública e determinadas práticas e lógicas informais que são igualmente constitutivas da cidade, as quais poderiam ser igualmente importantes para a governação e gestão da cidade, bem como da pouca representatividade e visibilidade que tais fenómenos, e as populações que as protagonizam, continuam a ter por parte dos decisores públicos e privados, nem que seja pela ausência de canais e comunicação entre tais esferas (Guterres, 2012). No entanto, e apesar das suas possíveis dificuldades e desafios a um nível operativo, trata-se de uma estratégia que poderia evitar não só a exclusão de tais populações da praça e de promover o seu *empowerment* - aproveitando desde logo as suas aprendizagens e capitais sociais -, de permitir uma maior apropriação, segurança e animação do espaço público sem implicar um grande investimento (Guterres, 2012), bem como de possivelmente contribuir para evitar uma gentrificação dos territórios envolventes, ao mesmo



tempo que não deixando de contribuir para um desenvolvimento integrado e sustentado do território.

Em suma, e arriscando uma tentativa de generalização, o apresentado na presente dissertação implica o questionamento das diversas formas e lógicas de intervenção na cidade, e, especificamente, no espaço público. Em particular, a necessidade de, tal como já referido, as diversas intervenções a realizar na cidade considerarem o contexto, a multidimensionalidade do território, as suas várias relações, escalas e níveis de atuação, da necessidade de se adotarem formas e lógicas de governança horizontais e coletivas. A centralidade de tais questões deve ser considerada de forma integrada, estratégia e processual, desde as primeiras fases da intervenção e da conceção dos projetos e objetivos a atingir. Caso contrário, é a própria sustentabilidade desses mesmos projetos que fica em causa, a própria impossibilidade de se atingirem determinados objetivos, a possibilidade de se reproduzirem erros e desiguais relações de poder, e, em último caso, de ser negado o próprio direito à cidade.

## Bibliografia

- Achselrad, H. & Coli, L. R., 2008. Disputas cartográficas e disputas territoriais. Em: H. Achselrad, ed. *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, pp. 13-43.
- Ahmed, S., 2007. A phenomenology of whiteness. *Feminist Theory*, Volume 8, pp. 149-168.
- Almeida, M. V. d., 2008. *Do Feminismo a Judith Butler*. Lisboa, Conferência/Ciclo “Pensamento Crítico Contemporâneo”.
- Amin, A., 2002. *ETHNICITY AND THE MULTICULTURAL CITY - Living with Diversity*, s.l.: Report for the Department of Transport, Local Government and the Regions and the ESRC Cities Initiative.
- Amin, A., 2013. Land of strangers. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, Volume 20, pp. 1-8.
- Azevedo, A. F., 2006. *Geografia e cinema : representações culturais de espaço lugar e paisagem na cinematografia portuguesa*. Tese de Doutorado ed. s.l.:Universidade do Minho.
- Balibrea, M., 2003. Memória e espaço público na Barcelona pós-industrial. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Volume 67, pp. 31-54.
- Balibrea, M., 2007. The Brand and the Past: Strategies of the Struggle for Social Space in Postindustrial Barcelona. Em: YProductions, ed. *Producta50. An introduction to some of the relations between culture and the economy*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, pp. 20-35.
- Bastos, C., 2001. Omulu em Lisboa: Etnografias para uma teoria da Globalização. *Etnográfica*, Volume V, pp. 303-324.
- Beaud, S. & Weber, F., 2007. Observar. Em: *Guia para a Pesquisa de Campo. Produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Vozes, pp. 95-117.
- Bernstein, R., 1983. *Beyond Objectivism and Relativism. Science, Hermeneutics, and Praxis*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Blackman, L. & Venn, C., 2010. Affect. *Body & Society*, Volume 16, pp. 7-28.
- Bondi, L. & Davidson, J., 2005. Situating Gender. Em: L. Nelson & J. Seager, edits. *A Companion to Feminist Geography*. s.l.:Blackweel, pp. 15-31.
- Brah, A., 2006. Diferença, Diversidade, Diferenciação. *Cadernos Pagu*, Volume 26, pp. 329-376.
- Brah, A. & Phoenix, A., 2004. Ain't I A Woman? Revisiting Intersectionality. *Journal of International Women's Studies*, Volume 5.
- Briefing, 2013. *Briefing, nº45*. [Online]  
Available at: [http://issuu.com/briefing/docs/br45\\_final?e=1379458/3850919](http://issuu.com/briefing/docs/br45_final?e=1379458/3850919)  
[Acedido em 22 10 2014].

Brighenti, A., 2007. Visibility: A Category for the Social Sciences. *Current Sociology*, Volume 55, pp. 323-342.

Burgess, R., 1997. *A pesquisa de terreno. Uma introdução*. Oeiras: Celta.

Butler, J., 2011. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. *Imprópria - Política e Pensamento Crítico*, Volume 1, pp. 81-98.

Carmo, A. & Stevens, A., 2008. *O conflito social e a construção da cidadania no espaço urbano*. s.l., e-cadernos CES 2, Novos Mapas para as Ciências Sociais e Humanas.

Carvalho, F., 2006. O LUGAR DOS NEGROS NA IMAGEM DE LISBOA. *SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS*, Volume 52, pp. 87-108.

Castro, A., 2002. Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade - Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos. *Cidades, Comunidades e Territórios*, Volume 5, pp. 53-67.

Centro Nacional de Cultura, 2012. *MARTIM MONIZ RENOVADO - e-Cultura*. [Online] Available at: <http://e-cultura.sapo.pt/NoticiaDisplay.aspx?ID=4142> [Acedido em 22 10 2014].

Clifford, N., French, S. & Valentine, G., 2010. *Key methods in geography*. s.l.:Sage.

Cloke, P. et al., 2004. *Practising Human Geography*. s.l.:Sage.

CML, 2011a. *Boletim Municipal - CML*. Lisboa: CML.

CML, 2011b. *Estratégia de reabilitação urbana de Lisboa 2011-2024*. Lisboa: CML.

CML, 2012. *Boletim Municipal - CML*. Lisboa: CML.

CML, 2013. *LISBOA MISTURA - FESTIVAL DE MÚSICAS DO MUNDO - Agenda LX*. [Online] Available at: <http://www.agendalx.pt/evento/lisboa-mistura-festival-de-musicas-do-mundo#.VBrstPldVCg> [Acedido em 22 10 2014].

CML, 2014. *ANO NOVO CHINÊS NO MARTIM MONIZ - CML*. [Online] Available at: <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/ano-novo-chines-no-martim-moniz> [Acedido em 22 10 2014].

CML, Sem data a. *Ai Mouraria*. [Online] Available at: <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/requalificacao-do-espaco-publico.html> [Acedido em 22 10 2014].

CML, Sem data b. *Ai Mouraria*. [Online] Available at: <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/linhas-gerais-do-programa-de-accao/descricao.html> [Acedido em 22 10 2014].

CML, Sem data c. *Ai Mouraria*. [Online]

Available at: <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/requalificacao-do-espaco-publico.html>

[Acedido em 22 10 2014].

CML, Sem data d. *Ai Mouraria*. [Online]

Available at: <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/apoios-a-reabilitacao.html>

[Acedido em 22 10 2014].

CML, Sem data e. *Ai Mouraria*. [Online]

Available at: <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/programa-de-accao/valorizacao-socio-cultural-e-turistica/percurso-turistico-cultural.html>

[Acedido em 22 10 2014].

CML, Sem data f. *Ai Mouraria*. [Online]

Available at: <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/plano-de-divulgacao-e-comunicacao/iniciativas.html>

[Acedido em 22 10 2014].

Code, L., 2003. Introduction: Why Feminists Do Not Read Gadamer. Em: L. Code, ed. *Feminist interpretations of Hans-Georg Gadamer*. s.l.:The Pennsylvania State University Press, pp. 1-36.

Construir, 2012. *Praça do Martim Moniz vai ser requalificada - Construir*. [Online]

Available at: <http://www.construir.pt/2012/05/10/praca-do-martim-moniz-vai-ser-requalificada/>

[Acedido em 22 10 2014].

Cordeiro, G. Í., 2003. Uma certa ideia de cidade: popular, bairrista, pitoresca. *Sociologia*, Volume 13, pp. 185-199.

Cordeiro, G. Í., 2010. As cidades Fazem-se por Dentro - Desafios de etnografia urbana. *Cidades, Comunidades e Territórios*, Volume 20/21, pp. 111-121.

Costa, A. F. d., 2008. *Sociedade de Bairro - Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. 2ª ed. Lisboa: Celta Editora.

Costa, A. F. d. & Alves, J. E., 1996. Avaliação processual em reabilitação urbana : conceitos e instrumentos. *Sociologia - Problemas e Práticas*, Volume 22, pp. 61-79.

Costa, F. L., 2011. GLOBALIZAÇÃO, DIVERSIDADE E “NOVAS” CLASSES CRIATIVAS EM LISBOA - Economia etnocultural e a emergência de um sistema de produção etnocultural. *SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS*, Volume 67, pp. 85-106.

Crampton, J. et al., 2013. Beyond the geotag: situating ‘big data’ and leveraging the potential of the geoweb. *Cartography and Geographic Information Science*, Volume 40, pp. 130-139.

Crang, M., 2009. Methodology. Em: D. Gregory, et al. edits. *The Dictionary of Human Geography*. s.l.:Blackwell, pp. 457-459.

Cunha, M. I., 2000. A natureza da 'raça'. *Cadernos do Noroeste : Série sociologia, sociedade e cultura*, Volume 13, pp. 191-205.

Dahinden, J., 2010. The dynamics of migrants' transnational formations: Between mobility and locality. Em: R. Baubock & T. Faist, edits. *Diaspora and Transnationalism - Concepts, Theories and Methods*. s.l.:Amsterdam University Press, pp. 51-71.

Dedicated Store Lisboa, s.d. *Writers' Delight 2014 - graffiti jam*. [Online]

Available at:

[https://www.facebook.com/events/202860229897081/?ref=3&ref\\_newsfeed\\_story\\_type=regular](https://www.facebook.com/events/202860229897081/?ref=3&ref_newsfeed_story_type=regular)  
[Acedido em 22 10 2014].

Degen, M., 2003. Fighting for the Global Catwalk: Formalizing Public Life in Castlefield (Manchester) and Diluting Public Life in el Raval (Barcelona). *International Journal of Urban and Regional Research*, Volume 27, pp. 867-880.

Degen, M., 2010. Consuming Urban Rhythms: Let's ravalejar. Em: T. Edensor, ed. *Geographies of Rhythm - Nature, Place, Mobilities and Bodies*. s.l.:Ashgate.

Delgado, M., 2011. *The Public Space Does Not Exist*. [Online]

Available at: <http://w2.bcn.cat/bcnmetropolis/arxiu/en/pageeb68.html?id=21&ui=507>

[Acedido em 22 10 2014].

DeLyser, D. et al., 2010. Introduction: Engaging Qualitative Geography. Em: D. DeLyser, ed. *The SAGE Handbook of Qualitative Geography*. s.l.:Sage, pp. 1-17.

Dias, N., 2009. O que significa ser étnico? Uma revisão do conceito de empresarialidade étnica a partir das experiências empresariais entre hindus em Portugal. *Revista Migrações*, Volume 4, pp. 135-159.

Dinheiro Vivo, 2012a. *Mercado de fusão. Ele vai fazer nascer uma nova cidade no Martim Moniz - Dinheiro Vivo*. [Online]

Available at: [http://www.dinheirovivo.pt/faz/ideias/interior.aspx?content\\_id=3872366&page=-1](http://www.dinheirovivo.pt/faz/ideias/interior.aspx?content_id=3872366&page=-1)

[Acedido em 22 10 2014].

Dinheiro Vivo, 2012b. *Para fazer à tarde, em Lisboa: Mercado de Fusão - Dinheiro Vivo*. [Online]

Available at: [http://www.dinheirovivo.pt/buzz/interior.aspx?content\\_id=3907675&page=-1](http://www.dinheirovivo.pt/buzz/interior.aspx?content_id=3907675&page=-1)

[Acedido em 22 10 2014].

Edensor, T., 2010. Introduction: Thinking about rhythm and space. Em: *Geographies of Rhythm - Nature, Place, Mobilities and Bodies*. s.l.:Ashgate, pp. 1-18.

Expresso, 2012. *Boa Cama Boa Mesa - Expresso*. [Online]

Available at: <http://boacamaboamesa.expresso.sapo.pt/boa-vida/experiencias/mercado-fusao-um-novo-mundo-no-martim-moniz-4739578>

[Acedido em 22 10 2014].

Feio, P. A. & Chorincas, J., 2009. Governação Territorial e Inovação das Políticas Públicas. *Prospectiva e Planeamento*, Volume 16, pp. 137-157.

Ferreira, E. & Salvador, R., 2014. Lesbian collaborative web mapping: disrupting heteronormativity in Portugal. *Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography*, pp. 1-17.

Ferro, G., 2012. *Re-inventar um bairro: análise de uma reforma sócio-urbanística no bairro da Mouraria*. Dissertação de Mestrado ed. Lisboa: FCSH-UNL.

Festival Imigrarte, 2013. *Intercultural Cricket Tournament / Torneio Intercultural de Cricket*. [Online]

Available at: <https://www.facebook.com/events/338694706264538/>  
[Acedido em 22 10 2014].

FESTIVAL XAMANITA, s.d. *Festival Xamanita*. [Online]

Available at: <https://www.facebook.com/pages/Festival-Xamanita/140755306120552?fref=ts>  
[Acedido em 22 10 2014].

Fortuna, C., 1997. Évora: Um Caso de Destradicionalização da Imagem de Cidade. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, Volume 91, pp. 1-24.

Foucault, M., 2000. So is it Important to Think?. Em: J. U. FAUBION, ed. *Power - Essential Works of Foucault 1954-1984*. s.l.:The New Press, pp. 454-458.

Foucault, M., 2005. *Em Defesa da Sociedade*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M., 2011. O que é a crítica? (Crítica e Aufklärung). *Imprópria - Política e Pensamento Crítico*, Volume 1, pp. 57-80.

Foucault, M., s.d. *O que é o Iluminismo?*. [Online]

Available at: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/iluminismo.pdf>  
[Acedido em 22 10 2014].

Foucault, M., s.d. *What is Enlightenment? - Foucault, info*. [Online]

Available at:  
<http://foucault.info/documents/whatisenlightenment/foucault.whatisenlightenment.en.html>  
[Acedido em 22 10 2014].

Foucault, M., 2012. *The Mesh of Power - Viewpoint Magazine*. [Online]

Available at: <http://viewpointmag.com/2012/09/12/the-mesh-of-power/>  
[Acedido em 22 10 2014].

Freitas, M. J. & Estevens, A., 2012. *TERRITÓRIOS RESILIENTES, CRIATIVOS E SOCIALMENTE INOVADORES: desafios e paradoxos à transformação e mudança face a disrupções e processos com expressões difusas e diluídas no tempo*. Porto, VII Congresso Português de Sociologia.

Frers, L. & Meier, L., 2007. Encountering Urban Places – Visual and Material Performances in the City. Em: L. Frers & L. Meier, edits. *Encountering Urban Places – Visual and Material Performances in the City*. s.l.:Ashgate, pp. 1-7.

- Gadamer, H.-G., 1976. *Philosophical Hermeneutics*. Berkeley: University of California Press.
- Gadamer, H.-G., 1999. *Verdade e Método - Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gato, M. A., 2007. *Do consumo do espaço à composição de estilos de vida na cidade Expo'98*. Lisboa, Conferências ISCTE.
- Gésero, P., 2012. O Espaço é o Lugar: O Martim Moniz na Migrantscapede Lisboa. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Issue Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, pp. 163-184.
- Gilroy, P., 2007. *Entre Campo - NAÇÕES, CULTURAS E O FASCÍNIO DA RAÇA*. 1ª ed. São Paulo: ANNABLUME.
- Gilroy, P., 2007. The Crisis of "Race" and Raciology. Em: S. During, ed. *The Cultural Studies Reader*. Nova Iorque: Routledge, pp. 264-280.
- Gomes, B., 2012. *DO POPULAR AO LÚDICO: LUGARES URBANOS EM TRANSFORMAÇÃO*. Porto, VII Congresso Português de Sociologia.
- Gomes, C., 2011. A CIDADE, O TURISMO E A (RE)INVENÇÃO DOS LUGARES: AUSÊNCIAS E EMERGÊNCIAS NOS IMAGINÁRIOS TURÍSTICOS URBANOS. *Oficina do CES*, Volume 366, pp. 1-20.
- Gonçalves, M. E. d. M. D., 2008. *A LISBOA DOS E NOS GUIAS TURÍSTICOS - Lisboa a compor-se ao espelho*. Dissertação de Mestrado ed. Lisboa: ISCTE.
- Graça, M. S., 2007. Espaços privados e usos colectivos: do admirável mundo novo do consumo às novas tipologias comerciais de Lisboa. *Ciudades*, Volume 10, pp. 213-240.
- Graham, S. & Aurigi, A., 1997. Virtual cities, social polarization, and the crisis in urban public space. *Journal of Urban Technology*, Volume 4, pp. 19-52.
- Grodach, C. & Silver, D., 2012. Urbanizing Cultural Policy. Em: C. Grodach & D. Silver, edits. *THE POLITICS OF URBAN CULTURAL POLICY - GLOBAL PERSPECTIVES*. s.l.:s.n., pp. 1-19.
- Guedes, I., 2012. *OS PROCESSOS DE (IN) VISIBILIDADE SOCIAL DAS ESTRATÉGIAS DE (RE)ESTRUTURAÇÃO URBANA*. Porto, VII Congresso Português de Sociologia.
- Gupta, A. & Ferguson, J., 1992. Beyond "Culture": Space, Identity, and the Politics of Difference. *Cultural Anthropology*, Volume 7, pp. 6-23.
- Guterres, A., 2012. *Interações reflexivas sobre o novo plano MARTIM MONIZ - Buala*. [Online] Available at: <http://www.buala.org/pt/cidade/interacoes-reflexivas-sobre-o-novo-plano-martim-moniz>  
[Acedido em 22 10 2014].

Guterres, A., 2014. *Transições Urbanas*. [Online]

Available at: <http://transicoesurbanas.stress.fm/post/99410085299/as-batalhas-do-martim-moniz>  
[Acedido em 22 10 2014].

Hall, S., 1991. Old and New Identities, Old and New Ethnicities. Em: A. D. King, ed. *Culture, Globalization and the World-System: Contemporary Conditions for the Representation of Identity*. s.l.:s.n., pp. 41-68.

Hall, S., 1997. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Volume 22, pp. 15-46.

Hall, S., 2008. New Cultures for Old?. Em: T. Oakes & P. Price, edits. *The Cultural Geography Reader*. s.l.:Routledge, pp. 265-274.

Haraway, D., 1988. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, Volume 14, pp. 575-599.

Harvey, D., 2008. The Right to the City. *New Left Review*, Setembro-Outubro, pp. 23-40.

Henriques, E. B., 2007. Corpo, pessoa e espaço geográfico: repensar o humano na Geografia Humana.. Em: AAVV, ed. *Geophilia — O sentir e os sentidos da Geografia. Homenagem a Jorge Gaspar*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, pp. 113-128.

Jornal i, 2012. *Comida. Há um mundo dentro do Martim Moniz - IOnline*. [Online]

Available at: <http://www.ionline.pt/artigos/boa-vida/comida-ha-mundo-dentro-martim-moniz/pag/-1>  
[Acedido em 22 10 2014].

Kohlbacher, F., 2005. Qualitative Content Analysis in Case Study Research. *Forum: Qualitative Social Research*, Volume 7.

Koskela, H., 2005. Urban Space in Plural: Elastic, Tamed, Suppressed. Em: L. Nelson & J. Seager, edits. *A companion to feminist geography*. s.l.:Blackwell, pp. 257-270.

Leal, J. C., 2008. A SANITARIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO URBANO E O CRESCIMENTO DE LISBOA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX. Em: M. Acciaiuoli, J. C. Leal & M. H. Maia, edits. *Arte e Poder*. Lisboa: IHA, pp. 119-136.

Lefebvre, H., 2012. *O Direito à cidade*. 1ª ed. Lisboa: Letra Livre.

Lemos, T. C., 2013. Cidade e linguagem: algumas notas sobre as palavras como mecanismo de exclusão sócio- espacial. *AGIR - Revista Interdisciplinar de Ciências Sociais Humanas*, Volume 1, pp. 111-120.

Longhurst, R., 2005a. Situating Bodies. Em: L. Nelson & J. Seager, edits. *A Companion to Feminist Geography*. s.l.:Blackwell, pp. 337-349.

Longhurst, R., 2005b. The Body. Em: D. Atkinson, P. Jackson, D. Sibley & N. Washbourne, edits. *Cultural Geography - A Critical Dictionary of Key Concepts*. s.l.:I.B.Tauris, pp. 91-96.



Lux Good, 2012. *José Filipe, o nome por trás da nova cena cultural de Lisboa - Lux Good*. [Online]

Available at: <http://luxgood.blogspot.pt/2012/09/jose-filipe-o-nome-por-tras-da-nova.html> [Acedido em 22 10 2014].

Malheiros, J., 2008. Comunidades de origem indiana na Área Metropolitana de Lisboa – iniciativas empresariais e estratégias sociais criativas na cidade. *Revista Migrações*, Volume 3, pp. 139-164.

Malheiros, J., Carvalho, R. & Mendes, L., 2012. Etnicização residencial e nobilitação urbana marginal: processo de ajustamento ou prática emancipatória num bairro do centro histórico de Lisboa?. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Issue Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, pp. 97-128.

Malheiros, J. & Mendes, M., 2007. *Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não migrantes na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: ACIME.

Malheiros, J. & Vala, F., 2004. Immigration and city change: the region of Lisbon in the turn of the 20th century. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Volume 30, pp. 1065-1086.

Mansfield, B., 2003. 'Imitation crab' and the material culture of commodity production. *Cultural Geographies*, Volume 10, pp. 176-195.

Mansvelt, J., 2005. Geographies of consumption. Em: G. o. consumption, ed. *Geographies of consumption*. s.l.:Sage, pp. 1-31.

Mapril, J., 2005. «Bangla masjid»: Islão e bengalidade entre os bangladeshianos em Lisboa. *Análise Social*, Volume 173, pp. 851-873.

Mapril, J., 2010. Banglapara: imigração, negócios e (in)formalidades em Lisboa. *Etnográfica*, Volume 14, pp. 243-263.

Marques, B. P. & Carvalho, R., 2010. *LOCAL DEVELOPMENT INITIATIVES IN METROPOLITAN AREAS' SUBURBAN MUNICIPALITIES: A COMPARATIVE CASE-STUDY BETWEEN AMADORA (LISBON-PT) AND DIADEMA (SÃO PAULO-BR)*. Funchal, 16º Congresso da APDR.

Martins, M. & Neves, J. P., 2000. As lágrimas amargas da participação: como pensar o “poder” a partir de Michel Foucault. *Sociedade e Cultura 2, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, Volume 13, pp. 51-65.

Massey, D., 2005. *For Space*. s.l.:Sage.

Massey, D., 2008. A Global Sense of Place. Em: *The Cultural Geography Reader*. s.l.:Routledge, pp. 258-263.

Massey, D., 2009. Concepts of space and power in theory and in political practice. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, Volume 55, pp. 15-26.

Massey, D., Allen, J. & Sarre, P., 1999. *Human Geography Today*. s.l.:Polity Press.

McDowell, L., 1992. Doing Gender: Feminism, Feminists and Research Methods in Human Geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, Volume 17, pp. 399-416.

McDowell, L., 1999. *Gender, Identity and Place - Understanding Feminist Geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Mendes, M. M., 2012. Bairro da Mouraria, território de diversidade: entre a tradição e o cosmopolitismo. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Issue Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, pp. 15-41.

Menezes, M., 2005. Património Urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? Uma Breve visita à Mouraria. *Cidades, Comunidades e Territórios*, Volume 11, pp. 65-82.

Menezes, M., 2009. A PRAÇA DO MARTIM MONIZ: ETNOGRAFANDO LÓGICAS SOCIOCULTURAIS DE INSCRIÇÃO DA PRAÇA NO MAPA SOCIAL DE LISBOA. *Horizontes Antropológicos*, Volume 32, pp. 301-328.

Menezes, M., 2012. Debatendo mitos, representações e convicções acerca da invenção de um bairro lisboeta. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Issue Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, pp. 69-95.

Menezes, M. & Reginensi, C., 2009. *Processos insurgentes de cidadania: as múltiplas interpretações da relação entre materialidade dos espaços públicos e as práticas sociais*. s.l., X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais - Volume VI.

Mitchell, D., 1995. The End of Public Space? People's Park, Definitions of the Public, and Democracy. *Annals of the Association of American Geographers*, Volume 85, pp. 108-133.

Moura, D., Guerra, I., Seixas, J. & Freitas, M. J., 2006. A Revitalização Urbana - Contributos para a definição de um conceito operativo. *Cidades, Comunidades e Territórios*, Volume 12-13, pp. 15-34.

NCS, 2009. *NCS - youtube*. [Online]

Available at: [https://www.youtube.com/channel/UCe4y\\_OKxhEqJ3VCMY4uclnA](https://www.youtube.com/channel/UCe4y_OKxhEqJ3VCMY4uclnA)  
[Acedido em 22 10 2014].

NCS, 2012a. *Mercado Fusão - Martim Moniz*. [Online]

Available at: <https://www.facebook.com/MercadoFusao/photos/pb.472366719443409.-2207520000.1409581306./490774527602628/?type=3&theater>  
[Acedido em 22 10 2014].

NCS, 2012b. *Mercado Fusão - Martim Moniz*. [Online]

Available at: <https://www.facebook.com/MercadoFusao/posts/491834800838781>  
[Acedido em 22 10 2014].

NCS, 2012c. *Mercado Fusão - Martim Moniz*. [Online]

Available at: <https://www.facebook.com/MercadoFusao>  
[Acedido em 22 10 2014].

## Intervenções Espacialidades e Relações de Poder

NCS, 2012d. *Mercado Fusão - Martim Moniz*. [Online]

Available at: <https://www.facebook.com/MercadoFusao/photos/pb.472366719443409.-2207520000.1409668638./575358229144257/?type=3&theater>

[Acedido em 22 10 2014].

NCS, 2012d. *NCS*. [Online]

Available at: <https://www.facebook.com/MercadoFusao/posts/338438242913467>

[Acedido em 22 10 2014].

NCS, 2014a. *Mercado Fusão - Martim Moniz*. [Online]

Available at: <https://www.facebook.com/MercadoFusao/posts/954409074572502>

[Acedido em 22 10 2014].

NCS, 2014b. *Mercado Fusão - Martim Moniz*. [Online]

Available at:

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.953759531304123.1073741833.472366719443409&type=1>

[Acedido em 22 10 2014].

NCS, Sem data a. *Mercado Fusão - Martim Moniz*. [Online]

Available at:

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.654278751252204.1073741826.472366719443409&type=3>

[Acedido em 22 10 2014].

NCS, Sem data b. *Mercado Fusão - Martim Moniz*. [Online]

Available at:

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.570150532998360.147818.472366719443409&type=3>

[Acedido em 22 10 2014].

NCS, Sem data c. *Mercado Fusão - Martim Moniz*. [Online]

Available at:

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.850612088285535.1073741830.472366719443409&type=3>

[Acedido em 22 10 2014].

NCS, Sem data d. *Mercado Fusão - Martim Moniz*. [Online]

Available at:

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.552874038059343.144997.472366719443409&type=3>

[Acedido em 10 22 2014].

NCS, Sem data e. *Mercado Fusão - Martim Moniz*. [Online]

Available at:

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.573858209294259.148466.472366719443409&type=3>

=3

[Acedido em 22 10 2014].

NCS, Sem data f. *Mercado Fusão - Martim Moniz*. [Online]

Available at:

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.773612665985478.1073741829.472366719443409&type=3>

[Acedido em 22 10 2014].

NCS, Sem data g. *Mercado Fusão - Martim Moniz*. [Online]

Available at:

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.544686275544786.143425.472366719443409&type=3>

[Acedido em 22 10 2014].

NCS, Sem data h. *Mercado Fusão - Martim Moniz*. [Online]

Available at:

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.535263709820376.141595.472366719443409&type=3>

[Acedido em 22 10 2014].

NCS, Sem data i. *NCS*. [Online]

Available at: <http://www.ncs.pt/mercadodefusao-quiosques.php>

[Acedido em 22 10 2014].

NCS, Sem data j. *NCS*. [Online]

Available at: <http://www.ncs.pt/mercadodefusao-feira.php>

[Acedido em 22 10 2014].

NCS, Sem data k. *NCS*. [Online]

Available at: <http://www.ncs.pt/rickshaws-portugal.php>

[Acedido em 22 10 2014].

NCS, Sem data l. *NCS*. [Online]

Available at: <http://www.ncs.pt/outjazz.php>

[Acedido em 22 10 2014].

NCS, Sem data m. *NCS*. [Online]

Available at: <http://www.ncs.pt/mercadodefusao.php>

[Acedido em 22 10 2014].

Negri, A. & Hardt, M., 2009. *COMMONWEALTH*. 1 ed. Cambridge, Massachusetts: HARVARD UNIVERSITY PRESS.

Notícias Magazine, 2014. *DAR MÚSICA AO PESSOAL - Notícias Magazine*. [Online]

Available at: <http://www.noticiasmagazine.pt/2014/dar-musica-ao-pessoal/>

[Acedido em 22 10 2014].

O Corvo, 2014. *António Costa vai abandonar gabinete no Largo do Intendente - O Corvo*.

[Online]

Available at: <http://ocorvo.pt/2014/03/26/antonio-costa-vai-abandonar-gabinete-no-largo-do-intendente/>

[Acedido em 22 10 2014].

Oliveira, J., Pinto, P., Pena, C. & Costa, C., 2009. FEMINISMOS QUEER: DISJUNÇÕES, ARTICULAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES. *ex æquo*, Volume 20, pp. 13-27.

Pensar Lisboa, 2012. *À conversa com Zé Filipe Rebelo Pinto - Pensar Lisboa*. [Online]

Available at: <http://www.pensarlisboa.com/2012/11/a-conversa-com-ze-filipe-rebelo-pinto.html>

[Acedido em 22 10 2014].

Pereira, V., 2012. *O ESPAÇO PÚBLICO DA CIDADE COMPETITIVA: LAZER E MOBILIDADE; INCLUSÃO E EXCLUSÃO*. Porto, VII Congresso Português de Sociologia.

Petersen, L., 2013. The Materiality of Everyday Practices in Urban Greenspace. *Journal of Environmental Policy & Planning*, Volume 15, pp. 353-370.

Pine, J. & Gilmore, J., 1998. Welcome to the Experience Economy. *HARVARD BUSINESS SREVIEW*, pp. 97-105.

Preston, V. & Ustundag, E., 2005. Feminist Geographies of the “City”: Multiple Voices, Multiple Meanings. Em: L. Nelson & J. Seager, edits. *A Companion to Feminist Geography*. s.l.:Blackwell, pp. 211-227.

Público, 2012a. *Lisboa voltou a viver, a comer e até a mergulhar nas suas praças - Público*.

[Online]

Available at: <http://www.publico.pt/tema-de-capa/jornal/lisboa-voltou-a-viver-a-comer-e-ate-a-mergulhar-nas-suas-pracas-24932619>

[Acedido em 22 10 2014].

Público, 2012b. *Martim Moniz é uma praça do mundo e um mercado de fusão - Público*. [Online]

Available at: [http://fugas.publico.pt/Noticias/306147\\_martim-moniz-e-uma-praca-do-mundo-e-um-mercado-de-fusao](http://fugas.publico.pt/Noticias/306147_martim-moniz-e-uma-praca-do-mundo-e-um-mercado-de-fusao)

[Acedido em 22 10 2014].

Público, 2012c. *Martim Moniz vai ter restaurantes e um mercado intercultural - Público*.

[Online]

Available at: <http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/martim-moniz-vai-ter-restaurantes-e-um-mercado-intercultural-24514725>

[Acedido em 22 10 2014].

Público, 2013. Lisboa vai ter “um grande programa de revitalização urbana” para 2014-2020.

*Suplemento Imobiliário, Público*, 03 04, p. 18.

Público, 2014a. *António Costa regressa aos Paços do Concelho “à procura de novas Mourarias” - Público*. [Online]

Available at: [http://www.publico.pt/local/noticia/antonio-costa-regressa-aos-pacos-do-concelho-a-procura-de-novas-mourarias-1629838?fb\\_action\\_ids=10201654376190399&fb\\_action\\_types=og.recommends%20http://ocorvo.pt/2014/03/26/antonio-costa-vai-abandonar-gabinete-no-largo](http://www.publico.pt/local/noticia/antonio-costa-regressa-aos-pacos-do-concelho-a-procura-de-novas-mourarias-1629838?fb_action_ids=10201654376190399&fb_action_types=og.recommends%20http://ocorvo.pt/2014/03/26/antonio-costa-vai-abandonar-gabinete-no-largo)  
[Acedido em 22 10 2014].

Público, 2014b. *Esta Lisboa que eu namoro (especialmente este fim-de-semana)* - Público.  
[Online]

Available at: [http://fugas.publico.pt/Noticias/330730\\_esta-lisboa-que-eu-namoro-especialmente-este-fim-de-semana?pagina=-1](http://fugas.publico.pt/Noticias/330730_esta-lisboa-que-eu-namoro-especialmente-este-fim-de-semana?pagina=-1)  
[Acedido em 22 10 2014].

Queirós, M., 2012. Políticas Públicas para a Igualdade. Uma reflexão a partir do Guia para o combate à discriminação nos Municípios. *Ex aequo*, Volume 25, pp. 137-148.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V., 2005. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4ª ed. Lisboa: Gradiva.

Rádio Zero, 2013. *Ground Session - Rádio Zero*. [Online]

Available at: <http://archive.radiozero.pt/groundsession20131017.mp3>  
[Acedido em 22 10 2014].

Ramalho, J., 2013. A CIDADE PARA OS OUTROS: OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS ICÓNICOS NA PRODUÇÃO DE CIDADE. *Vírus*, Volume 9, pp. 1-16.

Ranciére, J., 1996. O Dissenso. Em: A. Novaes, ed. *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 367-382.

Ranciére, J., 2010. *Estética e Política. A Partilha do Sensível*. Porto: Dafne Editora.

Rath, J., 2007. *The Transformation of Ethnic Neighborhoods into Places of Leisure and Consumption*, Amesterdão: Institute for Migration and Ethnic Studies (IMES).

Rath, J. & Hall, C. M., 2007. Tourism, migration and place advantage. Em: J. Rath, ed. *Tourism, Ethnic Diversity and the City*. Nova Iorque: Routledge, pp. 1-24.

Rent a Kart, 2014. *Rent a Kart*. [Online]

Available at: <https://www.facebook.com/pages/RENT-A-KART/245304575664285>  
[Acedido em 22 10 2014].

Revel, J., 2005. *Foucault - conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz Editora.

Rodrigues, I., 2012. *Flows of Fortune: the Economy of Chinese Migration to Portugal*. Dissertação de Doutoramento ed. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Rodrigues, M. S. V., 2012. *A “Mouraria alargada”, de Babel*. Dissertação de Mestrado ed. s.l.:Universidade do Minho.

Rodrigues, R. A., 2014. *A Warning to Lisbon: The Fight for Meaning in Martim Moniz - Failed Architecture*. [Online]

Available at: <http://failedarchitecture.com/a-warning-to-lisbon-the-fight-for-meaning-in-martim-moniz/>

[Acedido em 26 10 2014].

Rosa Maria, 2013. Feliz Eid al-Adha!. *Jornal Rosa Maria*, dezembro '13 · junho '14, p. 4.

Rose, G., 1993. *Feminism & geography: The limits of geographical knowledge..* s.l.:University of Minnesota Press.

Rose, G., 2001. *Visual Methodologies - An Introduction to the Interpretation of Visual Materials.* s.l.:Sage.

Rose, G., 2013. On the relation between 'visual research methods' and contemporary visual culture. *The Sociological Review*, pp. 1-23.

RTP, 2014. *Há Conversa - RTP.* [Online]

Available at: <http://www.rtp.pt/play/p692/e143201/ha-conversa>

[Acedido em 22 10 2014].

Sanches, M. R., 2011. *Distância e proximidade, universalidade e particularidade - Buala.* [Online]

Available at: <http://www.buala.org/pt/jogos-sem-fronteiras/vulnerabilidade-espacos-e-construcao-de-fronteiras>

[Acedido em 22 10 2014].

Sánchez, I., (no prelo). Mapping out the Sounds of Urban Transformation: The Renewal of Lisbon's Mouraria Quartier. Em: C. Guillebaud, ed. *Toward an Anthropology of Ambient Sound.* Nova Iorque: Routledge.

Santos, A. C., 2006. Estudos queer: Identidades, contextos e acção colectiva. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Volume 76, pp. 3-15.

Santos, N., 2008. Lazer, Espaço e Lugares. Em: N. Santos & A. Gama, edits. *Lazer. Da libertação do tempo à conquista das práticas.* Coimbra: IUC, pp. 145-163.

Santos, S., 2008. IMAGENS da CIDADE PLANEADA - A diversidade cultural e o pensamento estratégico urbano de Lisboa. *SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS*, Volume 57, pp. 131-151.

Scott, J., 1988. Deconstructing Equality-Versus-Difference: Or the Uses of Post-structuralist Theory for Feminism. *Feminist Studies*, Volume 14, pp. 33-50.

Seixas, J. & Costa, P., 2011. Criatividade e governança na cidade. A conjugação de dois conceitos poliédricos e complementares. *Cadernos Metrópole*, Volume 13, pp. 69-92.

Seixas, J., Magalhães, A. & Costa, P., 2013. *Os tempos novos do centro histórico de Lisboa.* Évora, Actas do IX Congresso da Geografia Portuguesa.

Silva, I. P. e., 2006. Da experiência urbana à construção identitária dos lugares. *Finisterra*, Volume 81, pp. 171-188.

Silva, I. P. e., 2010. *Além-Cidade: Jovens, controlo e visibilidade na gestão da pobreza. Os casos da Quinta da Fonte e de Bacalan*. Dissertação de Doutoramento ed. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Silva, J., 2010. *Conhecimento geográfico e complexidade: a perspectiva feminista da ciência*. Instituto Federal Fluminense, Anais - III Encontro de Geografia - A Geografia e suas vertentes: reflexões.

Simmel, G., 2005. As Grandes Cidades e a Vida do Espírito. *Mana*, Volume 11, pp. 577-591.

Simões, J. A., 2007. *A globalização do hip-hop: homogeneização e diferenciação cultural - Le Monde Diplomatique*. [Online]

Available at: <http://pt.monediplo.com/spip.php?article407>

[Acedido em 22 10 2014].

Simões, J. A., 2008a. De várias malhas se entretece a rede global. Diferenciação cultural, sociedade em rede e internet. Em: R. M. d. Carmo, D. Melo & R. L. Blanes, edits. *A Globalização no Divã*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 127-145.

Simões, J. A., 2008b. *Redes, Internet e hip-hop: redefinindo o espaço dos fluxos*. Lisboa, VI Congresso Português de Sociologia.

Soares, M. L. P. C., 2004. *O que é o conhecimento? - Questões de epistemologia*. Lisboa: Campo das Letras.

Soja, E., 1989. *Postmodern Geographies - The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. Londres: Verso.

Soja, E., 1996. *Thirdspace - Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places*. Cambridge, Massachusetts: Blackwell.

Soja, E., 2000. *Postmetropolis - Critical Studies of Cities and Regions*. s.l.:Blackwell.

Sol, 2012. *Lisboa: Conheça o Martim Moniz com vida - Sol*. [Online]

Available at: [http://sol.sapo.ao/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content\\_id=51538](http://sol.sapo.ao/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=51538)

[Acedido em 22 10 2014].

Thörn, C., 2006. "Dressed for success": Entrepreneurial cities, sports and public space. Vadstena, ESF-LiU Conference "Cities and Media: Cultural Perspectives on Urban Identities in a Mediatized World".

Thörn, C., 2008. Intervention or The Need For a New Cultural Critique. *ArtMonitor*, Volume 5, pp. 48-68.

Traquino, M., 2012. *Ser na cidade: urbanidade e prática artística, percepções e acções*. Dissertação de doutoramento ed. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Tulumello, S. & Ferro, G., 2013. The fleeting representations of a square: Martim Moniz, Lisbon. *UrbanisticaTre*, Volume 3, pp. 13-19.



TVI, 2012. *MARTIM MONIZ, O BABEL DE CULTURAS - TVI*. [Online]  
Available at: <http://www.tvi.iol.pt/videos/13680588>  
[Acedido em 22 10 2014].

Valentine, G., 2007. Theorizing and Researching Intersectionality: A Challenge for Feminist Geography. *The Professional Geographer*, Volume 59, pp. 10-21.

Verde, F., 1997. A Crisandade dos Leopardos, a objectividade dos Antropólogos e outras verdades igualmente falsas. *Etnográfica*, Volume 1, pp. 113-131.

Verde, F., 2003. Astrónomos e Astrólogos, Nativos e Antropólogos: As Virtudes Epistemológicas do Etnocentrismo. *Etnográfica*, Volume 7 (2), pp. 305-319.

Visão, 2012. *Lisboa: Obras da EPUL na praça do Martim Moniz prontas em meados de junho - Visão*. [Online]  
Available at: <http://visao.sapo.pt/lisboa-obras-da-epul-na-praca-do-martim-moniz-prontas-em-meados-de-junho=f663576>  
[Acedido em 22 10 2014].

Wachterhauser, B., 2002. Getting it Right: Relativism, Realism, and Truth. Em: R. J. Dostal, ed. *The Cambridge Companion to Gadamer*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 52-78.

Williams, R., 1983. *Keywords - A vocabulary of culture and society*. Nova Iorque: OXFORD UNIVERSITY PRESS.

Woodward, K., 1997. Concepts of Identity and Difference. Em: K. Woodward, ed. *Identity and Difference*. s.l.:Sage, pp. 8-50.

Wunderlich, F. m., 2008 . Symphonies of urban Places: urban Rhythms as Traces of Time in Space A Study of 'urban Rhythms'. *KOHT ja PAIK / PLACE and LOCATION Studies in Environmental Aesthetics and Semiotics* , Volume VI, pp. 91-111.

Zukin, S., 1998. Urban Lifestyles Diversity and Standardisation Spaces of consumption. *Urban Studies*, Volume 35, pp. 825-839.

Zukin, S., 2008. Consuming Authenticity. *Cultural Studies*, Volume 22, pp. 724-748.

Zukin, S., 2009. Changing Landscapes of Power: Opulence and the Urge for Authenticity. *International Journal of Urban and Regional Research*, Volume 33, pp. 543-553.

## Anexos



(Anexo

A-

Enquadramento da Praça do Martim Moniz. Elaboração Própria.)





(Anexo B - Enquadramento da Praça do Martim Moniz. Fotografia do autor.)



(Anexo C - Monumento ao Martim Moniz. Fotografia do autor.)





(Anexo D - Panorâmica das tendas, junto ao monumento ao Martim Moniz. Fotografia do autor.)



(Anexo E - Panorâmica das tendas, junto aos quiosques/esplanadas. Fotografia do autor.)





(Anexo F - Plano da área dos quiosques. Fotografia do autor.)



(Anexo G - Repuxos do lado norte da praça, junto aos quiosques. Fotografia do autor.)



## Intervenções Espaciais e Relações de Poder



(Anexo H - Espaço aberto para a futura praça Martim Moniz. Eduardo Portugal, 1947.)



(Anexo I - Demolições para a futura praça Martim Moniz. Eduardo Portugal, 1947.)



(Anexo J -

Rua da Palma e praça Martim Moniz depois das demolições. Judah Benoliel, década de 1950.)

	<b>Populaçã o Resident e - 2011</b>	<b>Densidade populacion al (N.º/km<sup>2</sup>) por Local de residência</b>	<b>Taxa de variação da populaçã o residente</b>	<b>Taxa de Variação da Populaçã o Resident e (2001-</b>	<b>Proporção de alojamentos familiares clássicos sem pelo menos uma</b>	<b>Índice de envelhecimen to dos edifícios - 2011 (%)</b>

Intervenções Espacialidades e Relações de Poder

			(1991 - 2011)	(%)	infraestrutu	
			2001)		ra básica -	
					2011 (%)	
<b>Lisboa</b>	547631	6448,2	-14,8	-3	0,96	1119,6
<b>Anjos</b>	9358	19180,8	-22	-3,87	1,2	3591,3
<b>Graça</b>	5786	16507,9	-19,1	-16,85	1,93	3526,1
<b>Santa Justa</b>	891	3614	-39,2	27,29	3,73	4850
<b>São Cristóvão e São Lourenço</b>	1341	17190,8	-33,9	-16,81	6,49	6900
<b>Socorro</b>	3065	27646,2	-37,9	14,58	4,3	2494,1
Fonte: INE, Censos, 2001, 2011						

(Anexo K - Dados sociodemográfico e Habitacionais. Elaboração Própria)

	Percentagem de Jovens (%) - 2011	Percentagem de População potencialmente Ativa - 2011 (%)	Percentagem de Idosos - 2011 (%)	Índice de Envelhecimento (%)
<b>Lisboa</b>	12,78709	66,08282	19,03077	148,828
<b>Anjos</b>	10,25604	59,62132	28,68823	279,7203
<b>Graça</b>	6,760563	63,94366	28,73239	425
<b>Santa Justa</b>	10,10782	68,73315	19,81132	196
<b>São Cristóvão</b>	5,49273	59,45073	34,73344	632,3529

Intervenções Espacialidades e Relações de Poder

<b>e São Lourenço</b>				
<b>Socorro</b>	9,530792	67,44868	22,14076	232,3077
<b>Fonte: INE, Censos 2011</b>				

(Anexo L - Dados sociodemográficos. Elaboração Própria)

	<b>Proporção da população residente com ensino superior completo - 2011 (%)</b>	<b>Taxa de desemprego - 2011 (%)</b>
<b>Lisboa</b>	33,63	11,84
<b>Anjos</b>	26,94	13,6
<b>Graça</b>	22,72	14,2
<b>Santa Justa</b>	11,37	14,07
<b>São Cristóvão e São Lourenço</b>	21,12	17
<b>Socorro</b>	11,96	17,51
<b>Fonte: INE, Censos 2011</b>		

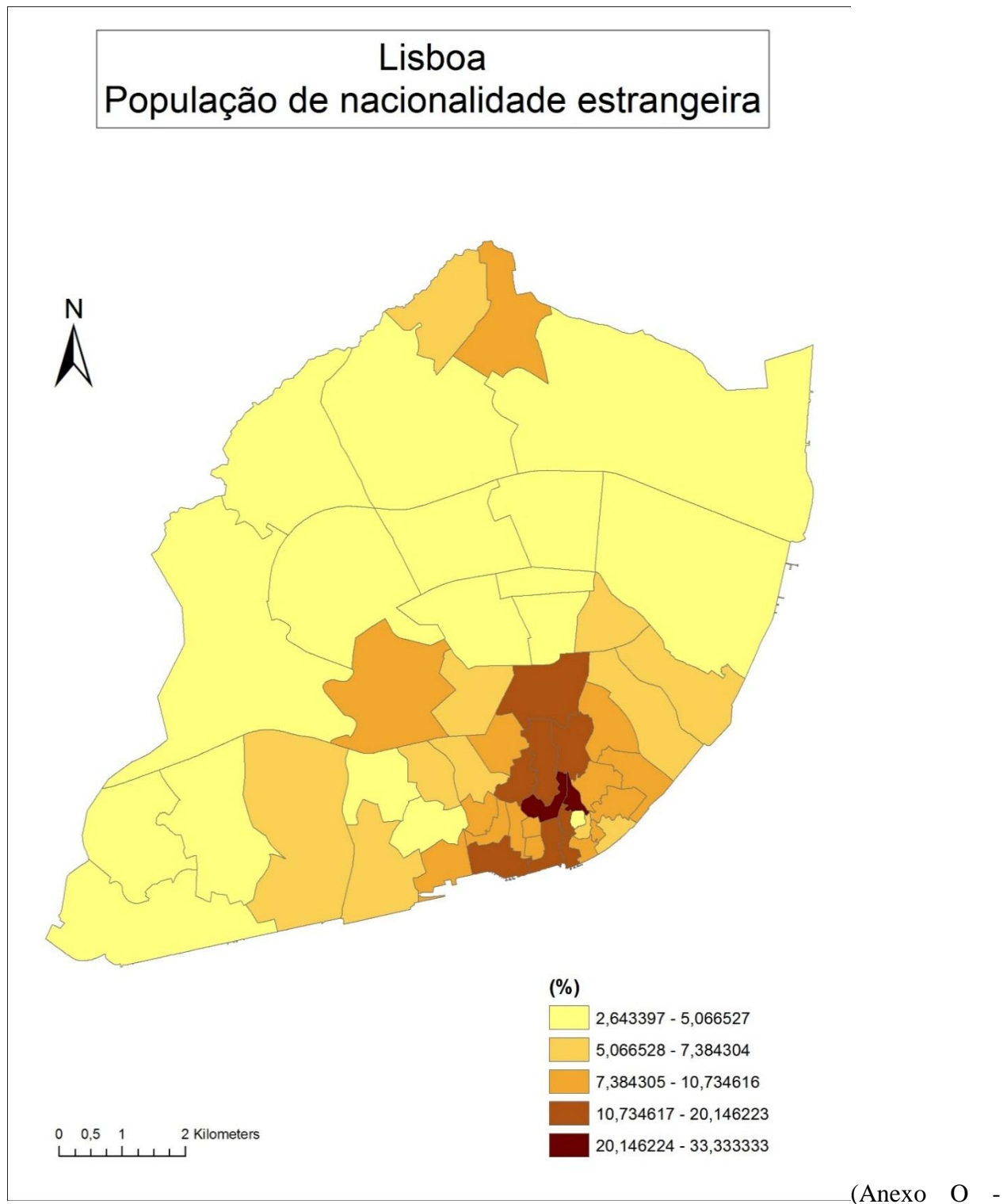
(Anexo M - Dados sociodemográficos. Elaboração Própria)

	<b>População com nacionalidade</b>	<b>População de nacionalidade Estrangeira</b>

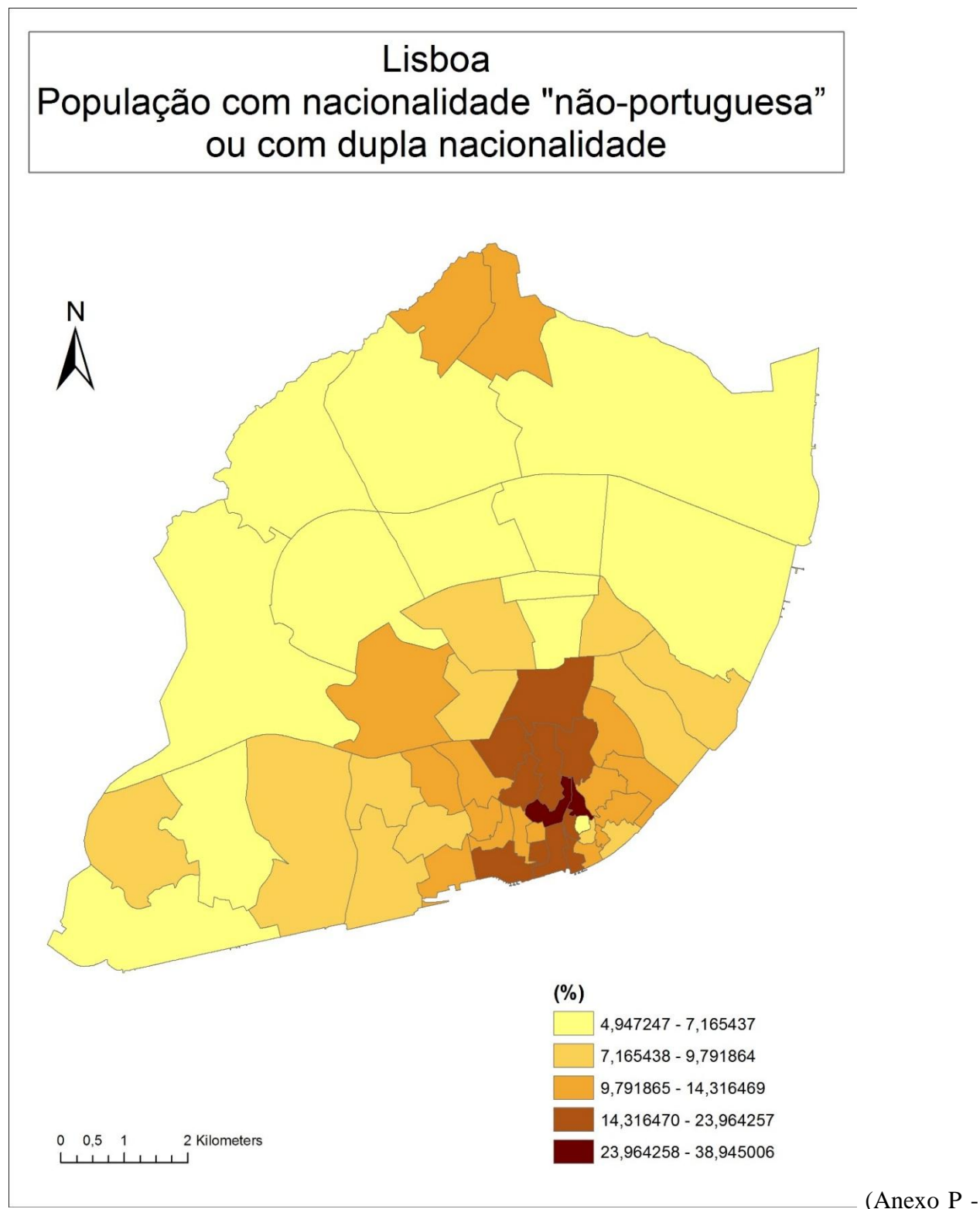
Intervenções Espacialidades e Relações de Poder

	<b>"não-portuguesa", ou com dupla nacionalidade - 2011 (%)</b>	<b>(sem considerar dupla nacionalidade e apátrida) - 2011 (%)</b>
<b>Lisboa</b>	8,769054	5,811773
<b>Anjos</b>	18,69458	14,77406
<b>Graça</b>	11,78504	9,054778
<b>Santa Justa</b>	38,94501	33,33333
<b>São Cristóvão e São Lourenço</b>	20,05966	15,73453
<b>Socorro</b>	32,00653	27,99347
<b>Fonte: INE, Censos 2011</b>		

(Anexo N - Dados sociodemográficos. Elaboração Própria)



População de Nacionalidade Estrangeira. Elaboração própria. Fonte: INE, Censos 2011)



População com nacionalidade "não-portuguesa", ou com dupla nacionalidade. Elaboração própria.

Fonte: INE, Censos 2011)



*Quadro 1*

**Presença comercial no Martim Moniz e zonas envolventes, 2003.**

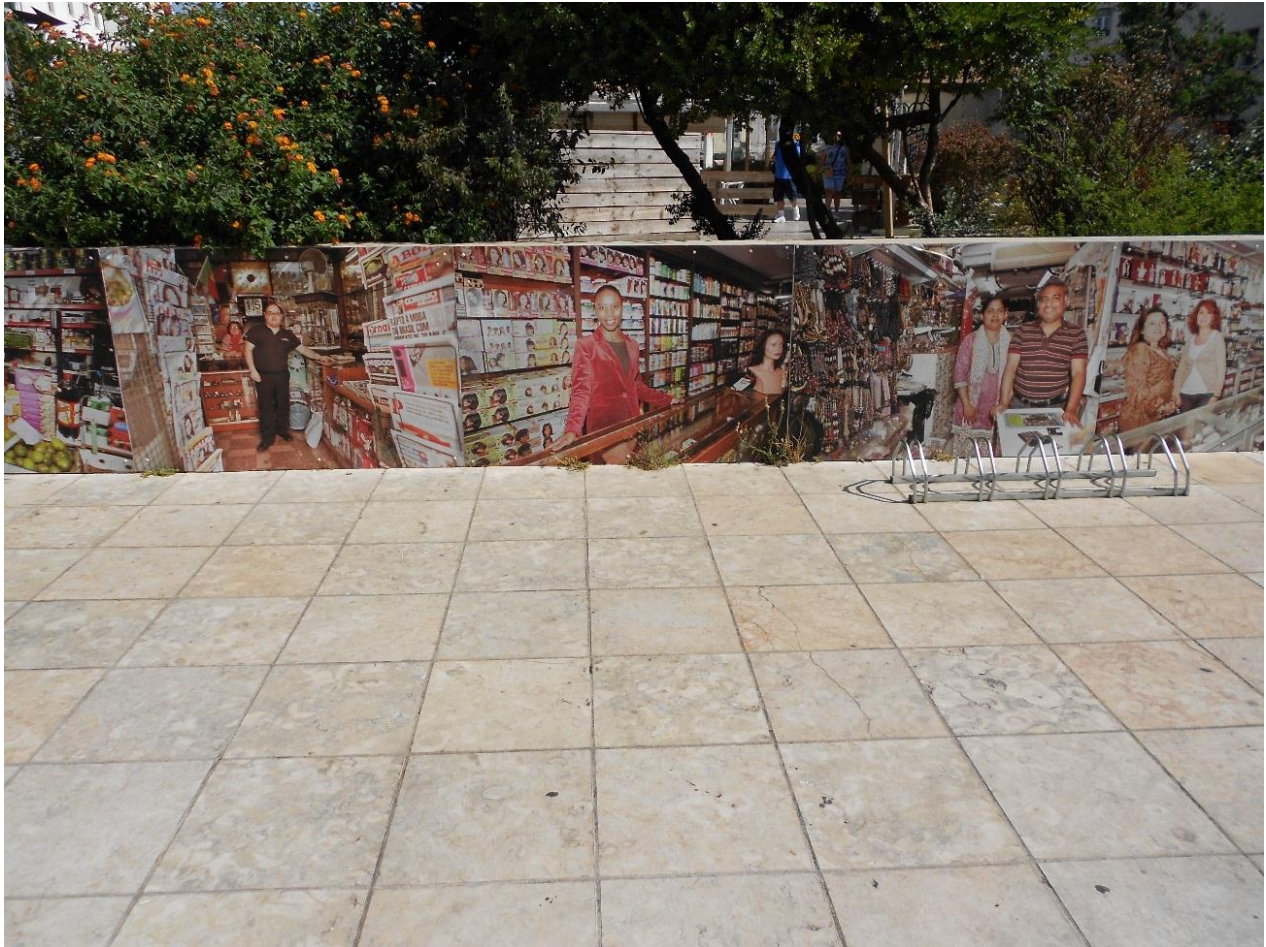
Origem nacional dos ocupantes	N.º de lojas	Tipo de negócios	Produtos e serviços
China	129	Grossistas/retalho	Pronto-a-vestir (adulto), restauração, supermercados, bricabraque, quinquilharias
Bangladeche	60	Grossistas/retalho	Pronto-a-vestir (criança, gangas), restauração, supermercados, bricabraque
Indo-portugueses	22	Grossistas/retalho	Pronto-a-vestir unisexo, bricabraque, audiovisual, papelarias
Paquistão	10	Grossistas/retalho	Restauração, bricabraque, audiovisual
Angola, Guiné, Senegal e Zaire	15	Retalho	Cabeleireiros, supermercados, música, café

Levantamento feito pelo autor entre 1 e 9 de Janeiro de 2003 no âmbito do projecto "Imigrantes no Martim Moniz", Instituto de Ciências Sociais, coordenação de Cristiana Bastos.

»

(Anexo Q - Presença Comercial na Martim Moniz e Zonas envolventes, 2003. Retirado de (Mapril, 2010, p. 249).)





(Anexo R - Intervenção no âmbito do projecto “All around us”. Fotografia do autor.)



(Anexo S - Esplanadas, com imagem no âmbito do projeto de Joel Santos, e um vaso com um poema no âmbito do projeto “Enamorados por Lisboa”. Fotografia do autor.)





(Anexo T - "Galo". Fotografia do autor.)



(Anexo U - Intervenção Urbana aquando do "Writer's Delight". Fotografia do autor)





(Anexo V - Câmara de vigilância no topo da praça. Fotografia do autor)

## Intervenções Espacialidades e Relações de Poder



”<http://instagram.com/p/MHYWEZt2-H/>

(Anexo W - Entre as diversas imagens encontradas, é de salientar uma foto pelo revela ao nível da experiência de apropriação da praça, visível pela frase “Ser turista na minha cidade”, a qual remete para uma sensação de chegada a um ambiente urbano marcado pela distância e pela dimensão turística.)



(Anexo X - Uma fotografia, de 2008, num momento posterior ao do trabalho etnográfico de Marlucci Menezes, mas ainda anterior ao momento da intervenção da NCS, a qual revela que a



## Intervenções Espacialidades e Relações de Poder

apropriação da praça, junto a um dos quiosques no lado norte da praça, continuava a ser feita maioritariamente por imigrantes e homens.)



(Anexo Y - Topo da praça, num dia de semana, de manhã. Poucas pessoas. Ritmos diários da zona de comércio. Fotografia do autor.)

## Intervenções Espacialidades e Relações de Poder



(Anexo Z - Quiosques vazios, de manhã (antes das 10:00). Rítmos diários da zona de comércio. Fotografia do autor.)





(Anexo AA - Emigrantes em maioria nos quiosques, num dia de semana de manhã, aquando dos quiosques fechados. Ritmos diários da zona de comércio. Fotografia do autor.)



(Anexo AB - crianças nos quiosques, às 10 da manhã, aquando dos quiosques fechados. Ritmos diários da zona de comércio. Fotografia do autor.)



## Intervenções Espacialidades e Relações de Poder



(Anexo AC - Hora de almoço. Esplanadas a menos de metade. Poucas pessoas. Ritmos diários da zona de comércio. Fotografia do autor.)



(Anexo AD - Hora de almoço. Esplanadas a metade. Ritmos diários da zona de comércio. Fotografia do autor.)





(Anexo AE - Hora de almoço. Esplanadas a metade. Relvado vazio. Ritmos diários da zona de comércio. Fotografia do autor.)



(Anexo AF - Quiosques na parte norte, hora de almoço. Poucas pessoas. Ritmos diários da zona de comércio. Fotografia do autor.)





(Anexo AG - Meio da tarde, capacidade de apropriação a metade. Ritmos diários da zona de comércio. Fotografia do autor.)

## Intervenções Espaciais e Relações de Poder

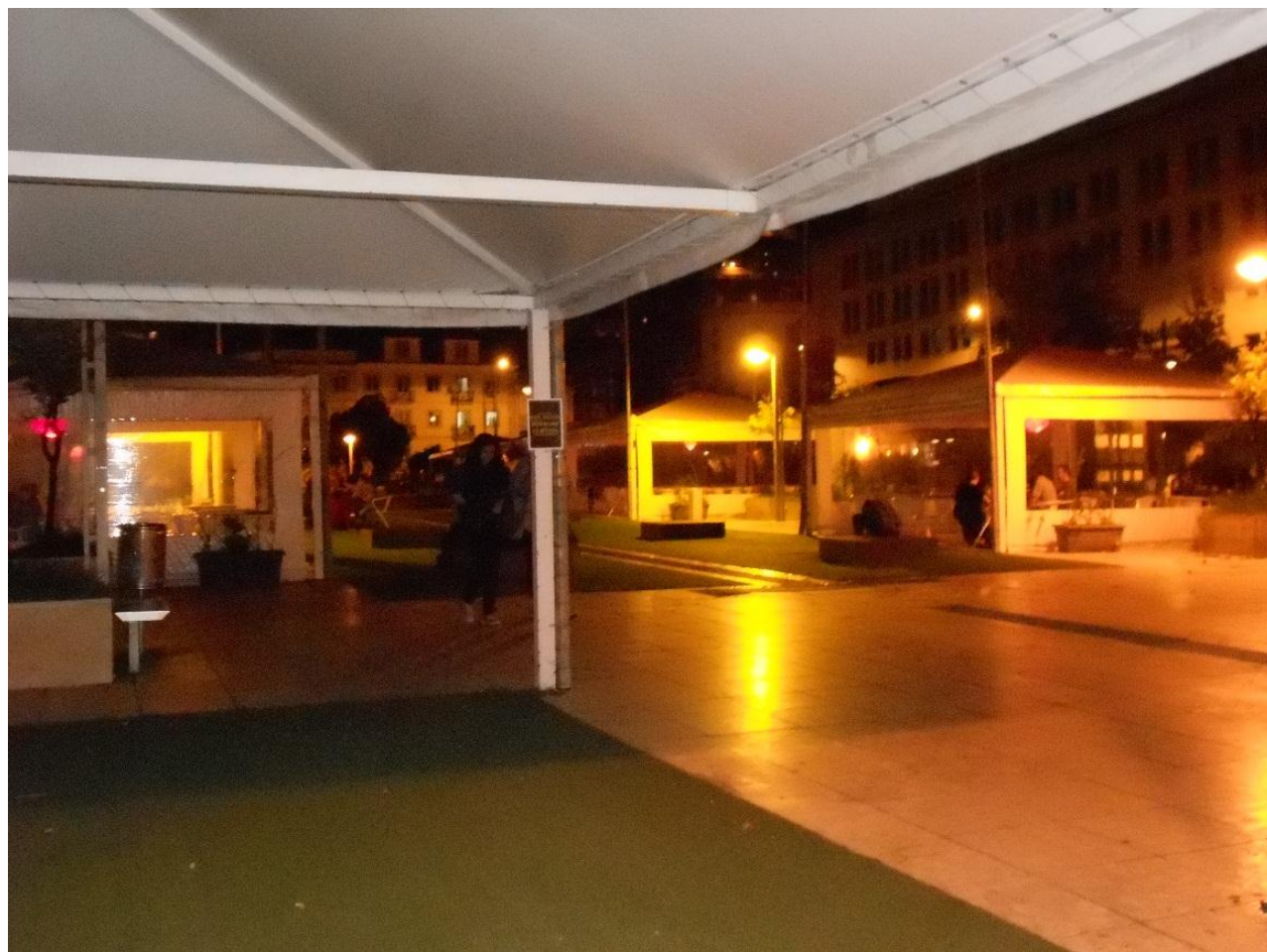


(Anexo AH - Meio da tarde. Esplanadas a menos de metade. Relvado com alguma apropriação. Ritmos diários da zona de comércio. Fotografia do autor.)





(Anexo AI - Noite, poucas pessoas. Ritmos diários da zona de comércio. Fotografia do autor.)



(Anexo AJ - Noite, poucas pessoas. Ritmos diários da zona de comércio. Fotografia do autor.)





(Anexo AK - Noite, poucas pessoas nos quiosques e relvado. Ritmos diários da zona de comércio. Fotografia do autor.)

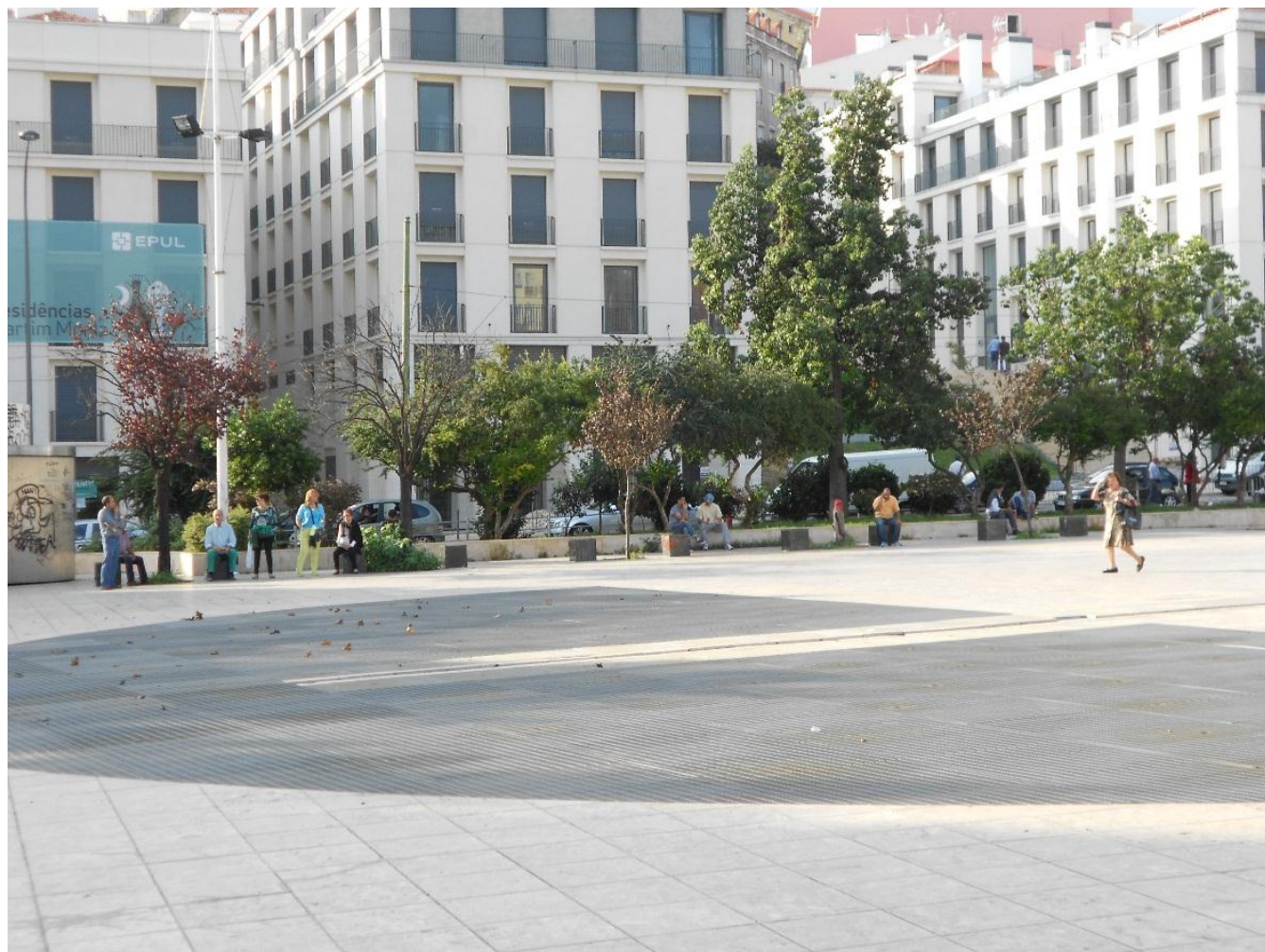


(Anexo AL - Noite, quiosques da parte norte. Poucas pessoas. Ritmos diários da zona de comércio. Fotografia do autor.)





(Anexo AM - Alguns turistas e imigrantes no norte da praça; manhã. Ritmos diários da zona da parte sul e dos extremos da praça. Fotografia do autor.)



(Anexo N - Parte sul, com alguns imigrantes sentados, e alguns turistas. Ritmos diários da zona da parte sul e dos extremos da praça. Fotografia do autor.)





(Anexo O - Parte norte da praça. Ritmos diários da zona da parte sul e dos extremos da praça. Alguns imigrantes e turistas. Fotografia do autor.)



(Anexo AP - Parte norte da praça, quase vazia. Ritmos diários da zona da parte sul e dos extremos da praça. Fotografia do autor.)





(Anexo AQ - Parte sul, hora de almoço. Quase vazia. Ritmos diários da zona da parte sul e dos extremos da praça. Fotografia do autor.)



(Anexo AR - Parte sul, hora de almoço. Poucas pessoas. Imigrantes nas margens. Ritmos diários da zona da parte sul e dos extremos da praça. Fotografia do autor.)



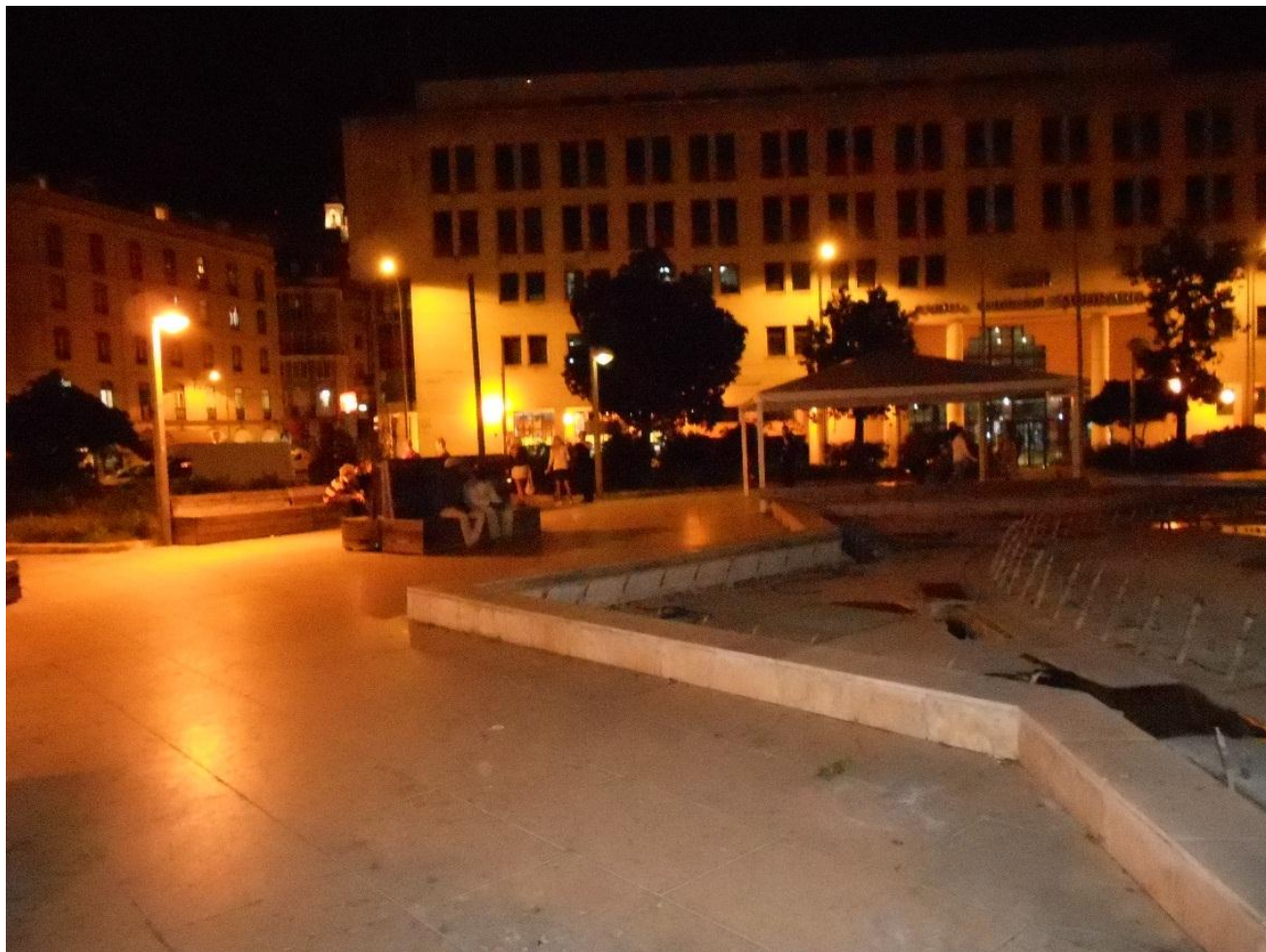


(Anexo AS - Parte norte quase vazia, hora de almoço. Ritmos diários da zona da parte sul e dos extremos da praça. Fotografia do autor.)



(Anexo AT - Parte sul da praça quase vazia, de noite. Ritmos diários da zona da parte sul e dos extremos da praça. Fotografia do autor.)





(Anexo AU - Parte norte da praça, noite. Alguns imigrantes e alguns turistas. Ritmos diários da zona da parte sul e dos extremos da praça. Fotografia do autor.)



(Anexo AV - Parte sul da praça, quase vazia, de noite. Ritmos diários da zona da parte sul e dos extremos da praça. Fotografia do autor.)





(Anexo AW - Parte norte da praça, de noite. Algumas pessoas nos bancos. Ritmos diários da zona da parte sul e dos extremos da praça. Fotografia do autor.)



(Anexo AY - Zona das tendas quase vazias, de manhã. Ritmos diários da zona das tendas Fotografia do autor.)





(Anexo AZ - Zona das tendas vazia, de manhã. Ritmos diários da zona das tendas. Fotografia do autor.)



(Anexo BA - Zona das tendas vazia, de manhã. Ritmos diários da zona das tendas. Fotografia do autor.)





(Anexo BB - Zona das tendas, hora de almoço. Poucas pessoas. Ritmos diários da zona das tendas. Fotografia do autor.)



(Anexo BC - Zona das tendas ao meio da tarde. Um grupo no centro, alguns imigrantes na margem. Ritmos diários da zona das tendas. Fotografia do autor.)



(Anexo BD - Zona das tendas com poucas pessoas, de noite. Ritmos diários da zona das tendas. Fotografia do autor.)





(Anexo BE - Zona das tendas, de noite. Algumas pessoas a atravessar, um grupo sentado, alguém sentado ao longe, do lado esquerdo. Ritmos diários da zona das tendas. Fotografia do autor.)



(Anexo BF - Publico do Out Jazz no relvado, sábado. Relvado cheio. Ritmos cíclicos. Fotografia do autor.)





(Anexo BG - Relvado num domingo à tarde. A metade, pessoas a dançar. Ritmos cíclicos. Fotografia do autor.)



(Anexo BH - Relvado antes da projeção de um filme, com escassa apropriação. Ritmos cíclicos. Fotografia do autor.)



(Anexo BI - Público do Out Jazz na zona de comércio, sexta. Relvado composto, e quiosques quase cheios. Ritmos cíclicos. Fotografia do autor.)





(Anexo BJ - Relvado quase cheio numa sexta-feira, dia de Out Jazz. Ritmos cíclicos. Fotografia do autor.)



(Anexo BK - Quiosques numa sexta-feira, dia de Out Jazz. Quase cheios. Maioritariamente brancos portugueses. Ritmos cíclicos. Fotografia do autor.)





(Anexo BL - Relvado em dia de Out Jazz. Relvado em estado molhado. Ocupação condicionada, e a menos de metade. Ritmos cíclicos. Fotografia do autor.)



(Anexo BM - Crianças a utilizar os karts, antes do Out Jazz. Escassa apropriação do relvado. Ritmos cíclicos. Fotografia do autor.)





(Anexo BN - Criança a andar de patins, em dia de Out Jazz, numa sexta-feira. Ritmos cíclicos. Fotografia do autor.)



(Anexo BO - Crianças, filhas de imigrantes, a jogar futebol. Dia de Out Jazz. Ritmos cíclicos. Fotografia do autor.)





(Anexo BP - Pessoas a serem guiadas num kart. Zona das tendas num dia de evento, com maior apropriação. Ritmos cíclicos. Fotografia do autor.)



(Anexo BQ - Duas mulheres imigrantes na zona das tendas, sozinhas. Dia de Out Jazz. Ritmos cíclicos. Fotografia do autor.)

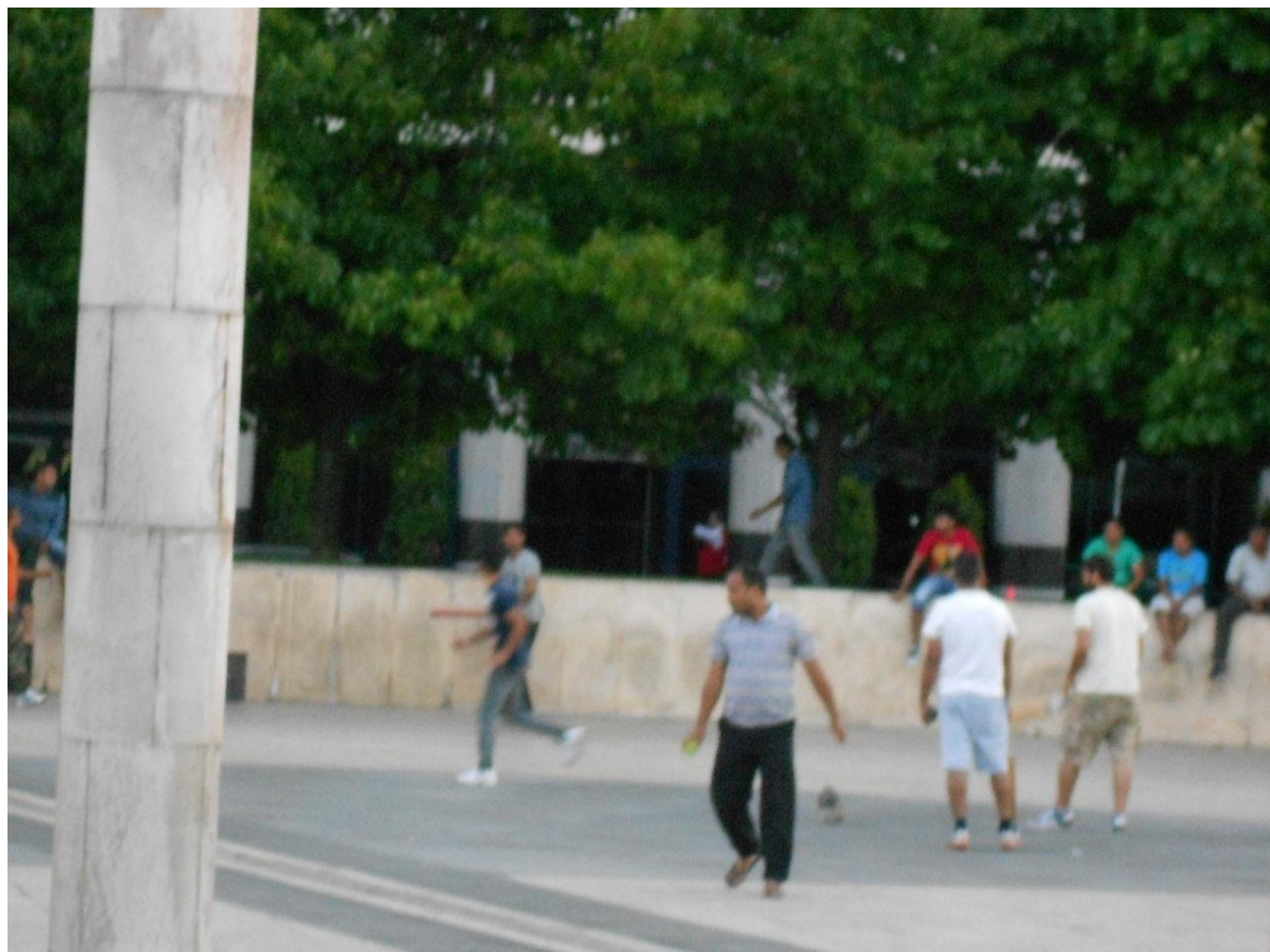


(Anexo BR - Grupo na feira KoolMarket, na zona das tendas. Ritmos cíclicos. Fotografia do autor.)





(Anexo BS - Zona das tendas em dia de Out Jazz e feira. Dia de chuva, com menor apropriação. Alguns imigrantes sentados, e algumas pessoas a atravessar a praça. Ritmos cíclicos. Fotografia do autor.)



(Anexo BT - Jogo de cricket num domingo, à tarde. Ritmos cíclicos. Fotografia do autor.)





(Anexo BU - Pessoas sentadas na margem, na parte sul. O resto da parte sul encontra-se vazia. Dia de Out Jazz. Ritmos cíclicos. Fotografia do autor.)



(Anexo BV - Imigrantes a jogar cricket, numa sexta-feira, dia de Out Jazz. Ritmos cíclicos. Fotografia do autor.)





(Anexo BW - 2 grupos de crianças nos repuxos, a jogar futebol e cricket. Dia de feira e de Out Jazz. Ritmos cíclicos. Fotografia do autor.)